

**Assessoria à Implementação de Propostas de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP**

**Produto 2.13 – Manual Técnico da Regional de Araraquara: Mapeamento Técnico - 2ª Versão**

**30 de outubro de 2020**



## FICHA TÉCNICA

<b>Objeto</b>	Assessoria à implementação de propostas de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo nos territórios do Estado de São Paulo
<b>Data de Assinatura do Contrato</b>	20 de maio de 2020
<b>Prazo de Execução</b>	24 (vinte e quatro) meses
<b>Contratante</b>	SEBRAE – SP
<b>Contratada</b>	Fundação Getulio Vargas
<b>Gerente Executivo</b>	José Bento Carlos Amaral Junior
<b>Coordenador</b>	Orlando Cattini Junior

## EQUIPES ENVOLVIDAS NO PROJETO

### FGV

#### COORDENAÇÃO

##### Gerente Executivo

Prof. José Bento Carlos Amaral Junior

##### Coordenador Geral

Prof. Orlando Cattini Junior

##### Coordenador Operacional

Lucas Cavalcanti

#### MAPEAMENTO TÉCNICO

##### Coordenador responsável

Prof. Eduardo José Grin

##### Consultores

Eduardo Rosseti  
Pierre Oberson de Souza

##### Análise e tratamento de dados

Alexandre Rabelo  
Ana Flávia Lima  
Caio Castro  
Felipe Barros  
Fernanda Oliveira  
Ítalo Soares  
Thiago Gimenes

#### ESCRITÓRIO DE INTELIGÊNCIA

##### Coordenação

Fábio Dias Bahia  
Felipe Bittencourt

##### Consultoras

Bárbara Aparecida de Souza  
Daiane Neves dos Santos

##### Apoio

Jurídico contratual, Qualidade e Administrativo financeiro

### SEBRAE - SP

#### UNIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

##### Gerente

Beatriz Gusmão Sanches Pereira

##### Coordenadora de Políticas Públicas

Manuela Correia Botelho Colombo

##### Gestor Responsável

Filipe Rubim de Castro Souza

##### Equipe técnica

Aline Vilas Boas Oliveira  
Beatriz Rennó Biscalchim  
Camila Patricio  
Filipe Rubim de Castro Souza  
Gisela Maria Bernardes Solymos  
Guilherme Santos e Campos  
Jocely Teixeira Junior  
Patrícia Costa Silva  
Priscilla Evelyn Cubas de Moraes (estagiária)  
Thais Escribelli da Silveira  
Tiago Sousa Ramos  
Vinicius Souza Fernandes (estagiário)

#### UNIDADE GESTÃO ESTRATÉGICA

##### Gerente

Bruno Shibata Ramos da Silva

##### Coordenadora

Carolina Fabris Ferreira

##### Equipe técnica

Pedro João Gonçalves

Renan Rodrigues Silva Sousa (estagiário)

##### Apoio

Rede de Atendimento Sebrae-SP (Escritórios Regionais)

## Sumário

1.	INTRODUÇÃO .....	5
2.	DIMENSÃO SOCIAL.....	10
2.1	DEMOGRAFIA E POPULAÇÃO .....	10
2.2	EDUCAÇÃO .....	39
2.3	SAÚDE.....	53
2.4	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	66
2.5	ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	77
3.	DIMENSÃO ECONÔMICA.....	88
3.1	PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	88
3.2	VOCAÇÕES ECONÔMICAS .....	98
3.3	AGROPECUÁRIA.....	127
4.	DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	141
4.1	FISCAL .....	141
4.2	GESTÃO MUNICIPAL .....	157
4.3	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO.....	177
4.4	COMPRAS GOVERNAMENTAIS E AGRICULTURA FAMILIAR.....	192
4.5	PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	192
4.6	INCLUSÃO PRODUTIVA .....	218
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
	ANEXO ÚNICO - ROTEIROS DAS PESQUISAS PRIMÁRIAS REALIZADAS .....	251

## 1. Introdução

---

Este documento apresenta o **Produto 2.13 – Manual Técnico da Regional de Araraquara: Mapeamento Técnico**, referente a **Fase 1 do Projeto**, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviço Nº 011/2020 firmado entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo – SEBRAE-SP e a Fundação Getulio Vargas – FGV em 20 de maio de 2020.

O Mapeamento Técnico foi concebido em conformidade com a metodologia sugerida pela FGV em sua proposta FGV Projetos Nº 073-a/20, parte integrante do contrato supracitado e com os aprimoramentos discutidos entre as partes nas reuniões de alinhamento do projeto, apresentando os resultados do mapeamento para a região de Araraquara, levando em consideração as 7 (sete) dimensões apresentadas no Termo de Referência - TR Nº 170/2020 do SEBRAE-SP, as quais constam indicadas a baixo:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

As atividades para a elaboração do Mapeamento Técnico contemplam o período de 30 de junho a 15 de setembro de 2020. Tendo em vista a convergência entre as dimensões citadas no TR, conforme acordado com o SEBRAE-SP, o mapeamento da região de Araraquara foi dividido em três seções principais, i) Dimensão Social, ii) Dimensão Econômica e iii) Dimensão Institucional.

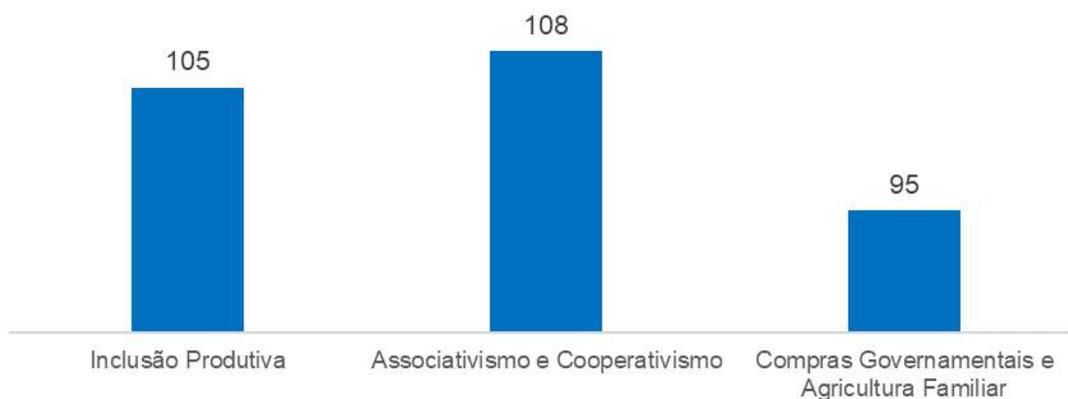
Para cada uma dessas seções, foram selecionadas com o SEBRAE-SP, o conjunto de variáveis de interesse disponíveis em bases de dados secundárias públicas ou de propriedade do próprio SEBRAE. Dentre as bases selecionadas estão IBGE, MUNIC, SUAS, SUS, RAIS, CAGED, CAPAG, Receita

Federal e Tesouro Nacional. Fruto desta análise, as três dimensões foram divididas conforme descrito a seguir:

- ▣ Dimensão Social:
  - ▣ Demografia e população, incluindo informações referentes ao perfil da população, crescimento, estrutura etária e indicadores de fecundidade e mortalidade;
  - ▣ Educação básica, média, superior e profissionalizante;
  - ▣ Saúde, incluindo descrição dos equipamentos de saúde, perfil de mortalidade e perfil de internações; e
  - ▣ Assistência Social, incluindo o levantamento dos equipamentos da região e indicadores de pobreza e IDH.
  
- ▣ Dimensão Econômica:
  - ▣ PIB da região;
  - ▣ Vocações econômicas, com base no número de vínculos por setor e porte das empresas e informalidade; e
  - ▣ Agropecuária, com base nas características dos estabelecimentos produtores e das características produtivas da região.
  
- ▣ Dimensão Institucional
  - ▣ Situação fiscal da região, contemplando receitas e despesas correntes, com análise por função e de acesso a financiamentos por meio de análise do CAPAG;
  - ▣ Consórcios municipais, identificando a presença ou não de consórcios na região;
  - ▣ Instrumentos de planejamento, com informações referentes a instrumentos das gestões municipais utilizados ou não pelas prefeituras da região;
  - ▣ Inclusão produtiva, identificando as principais ações adotadas pelos municípios da região;
  - ▣ Associativismo e cooperativismo, identificando a participação de empresas na região com vínculo a associações; e
  - ▣ Compras governamentais, incluindo a análise do tipo de produto adquirido, o porte dos fornecedores e o canal utilizado para os processos licitatórios.

Além da análise de dados secundários, conforme descrito acima, foram realizadas pesquisas primárias para os três últimos itens, Inclusão Produtiva, Associativismo/Cooperativismo, e Compras Governamentais. As pesquisas foram realizadas por meio da consulta a atores de 150 prefeituras randomicamente selecionadas nas 28 regiões do Estado, de tal forma que os resultados obtidos possuem representatividade estadual, uma vez que a taxa de respostas foi superior a 63%, atingindo aproximadamente 15% do total de Municípios no Estado para a pesquisa de compras governamentais, conforme indicado abaixo.

**Figura 1 - Total de Municípios respondentes para cada uma das pesquisas primárias até o dia 19.08.2020**



Fonte: Elaboração FGV com base na coleta de dados realizada entre 28/07/2020 e 19/08/2020

Conforme será apresentado adiante, o estudo da região de Araraquara foi realizado comparando-se os resultados da região com os índices médios do Estado e das outras 28 regiões<sup>1</sup> do Estado, sendo que as variáveis de dados secundários foram coletadas em nível municipal e agregadas para a região, obtendo-se um indicador único para cada localidade. Conforme destacado na Figura 2, a região de Araraquara, localizada na região central do estado, é integrada por 19 cidades que, somadas, formam um território com 632.718 habitantes, o que representa cerca de 1,4% da população do Estado de São Paulo.

<sup>1</sup> O Projeto engloba 28 regiões de articuladores. Entretanto, o município de São Paulo foi dividido em duas regiões: Capital Leste e Capital Sul. Com isso, quando possível, os resultados deste documento consideraram esta divisão territorial e nestes casos, a comparação considerou 28 regiões. Em casos contrários, quando a informação não pôde ser segmentada, a comparação considerou 27 regiões.

**Figura 2 - Divisão regional dos Municípios do Estado de São Paulo, com destaque para a Região de Araraquara**



Fonte: Elaboração FGV com base na divisão regional determinada pelo SEBRAE-SP

Como pode ser observado na Figura 2, o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões, as quais contemplam todos os 645 Municípios do Estado. Como resultado desta análise é esperado que sejam gerados insumos suficientes para que, após discussão dos resultados com atores regionais, seja possível elaborar planos de ação coerentes com as vocações regionais e que permitam o preenchimento de lacunas que afetam o desenvolvimento da região. A Tabela 1 apresenta os municípios que compõem a região de articuladores de Araraquara com as respectivas regiões Administrativas e Escritórios Regionais.

**Tabela 1 – Lista de Municípios do Estado de São Paulo que pertencem a Região de Araraquara**

Município	Região Administrativa Central	Escritório Regional
Américo Brasiliense	Araraquara	Araraquara
Araraquara	Araraquara	Araraquara
Boa Esperança do Sul	Araraquara	Araraquara
Borborema	Araraquara	Araraquara
Cândido Rodrigues	Araraquara	Araraquara
Dobrada	Araraquara	Araraquara
Fernando Prestes	Araraquara	Araraquara
Gavião Peixoto	Araraquara	Araraquara
Ibitinga	Araraquara	Araraquara
Itápolis	Araraquara	Araraquara
Matão	Araraquara	Araraquara
Motuca	Araraquara	Araraquara
Nova Europa	Araraquara	Araraquara
Rincão	Araraquara	Araraquara
Santa Ernestina	Araraquara	Araraquara
Santa Lúcia	Araraquara	Araraquara
Tabatinga	Araraquara	Araraquara
Taquaritinga	Araraquara	Araraquara
Trabiju	Araraquara	Araraquara

Fonte: Elaboração FGV com base na divisão regional determinada pelo SEBRAE-SP

O próximo capítulo traz os resultados da Dimensão Social, seguido pelo capítulo que com os da Dimensão Econômica e, por fim, os dados relativos à Dimensão Institucional são apresentados. Após os capítulos que descrevem os resultados obtidos no mapeamento, tem-se as principais análises e conclusões do mapeamento.

O Objetivo deste documento é fornecer insumos para a implementação do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getúlio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Com base nas informações levantadas nesta etapa, os Laboratórios de Formação de Agenda, a serem realizados nas 28 regiões analisadas, possibilitarão que os atores regionais agreguem seu conhecimento sobre a região, gerando insumos para a criação de planos de ação a serem implementados ao longo do projeto.

## 2. Dimensão Social

---

Esta seção apresenta dados e informações de desenvolvimento social para a região de Araraquara. Serão abordados e analisados os seguintes tópicos:

- ▣ Demografia e População;
- ▣ Educação;
- ▣ Saúde;
- ▣ Assistência Social;
- ▣ Índices de Desenvolvimento Humano.

Em cada uma destas dimensões serão comparados indicadores para da região com Estado de São Paulo e, quando necessário, serão apresentadas as características dos municípios com o intuito de apresentar as potencialidades e os gargalos para o desenvolvimento social.

### 2.1 Demografia e População

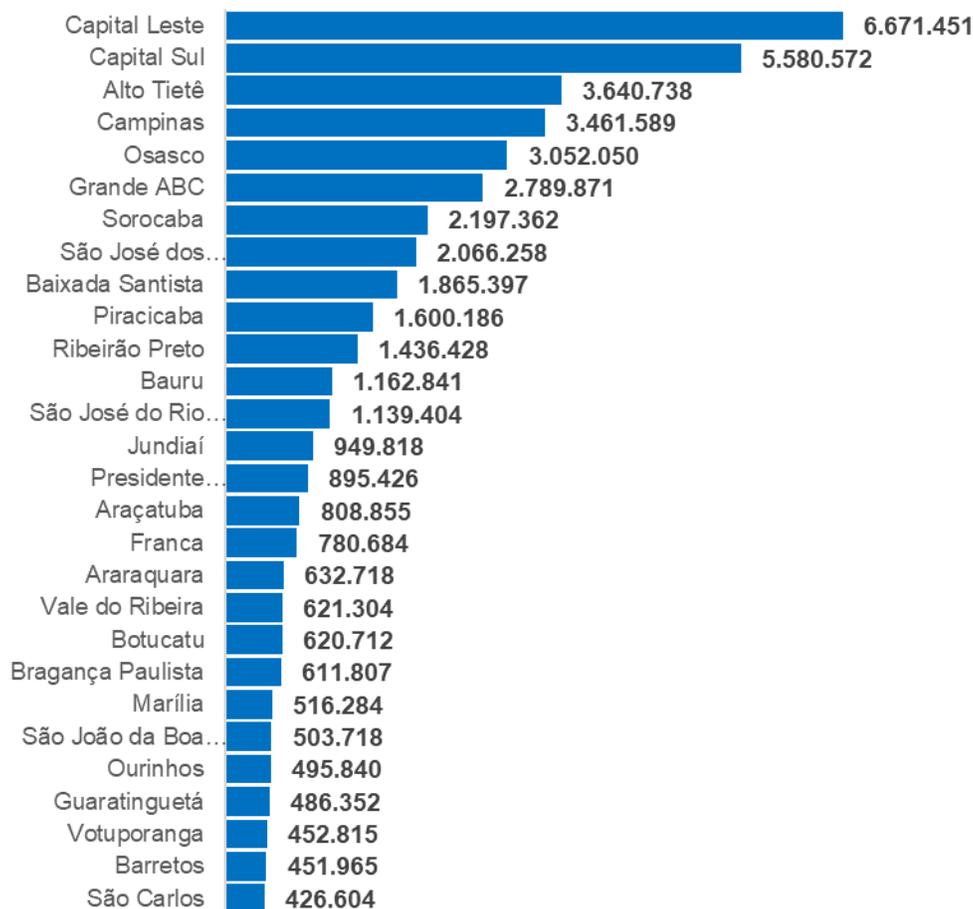
Buscar compreender a dinâmica populacional é atividade inicial fundamental no processo de levantamento de dados sobre o desenvolvimento social de uma região. A seguir, serão apresentados alguns dos principais elementos de análise demográfica com ênfase aos seguintes indicadores: (i) população absoluta, (ii) variação populacional, (iii) pirâmide etária, (iv) razão de sexos, (v) índice de envelhecimento e (vi) razão de dependência.

#### 2.1.1 Totais de população

Os 19 municípios que compõem a região de Araraquara abrigam, na totalidade, população de 632.718 residentes, isto é, 1,4% do total paulista estimado em 45.919.049 indivíduos. Vale ressaltar que a população regional se distribui de maneira homogênea entre mulheres (321.162 habitantes, ou 50,8% do total) e homens (311.556 indivíduos, ou 49,2% do total).

Comparativamente, a região de Araraquara se situa em patamar intermediário entre as 28 regiões abrangidas nesse estudo ao ser classificada como 18ª mais populosa do Estado de São Paulo, logo à frente do Vale do Ribeira, na 19ª posição com 621.304 moradores, e atrás da região de Franca, em 17º lugar com 780.684 habitantes.

**Figura 3 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo populações totais.**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

A população da região não se encontra, porém, uniformemente distribuída entre seus 19 municípios, como mostra a Tabela 2. Observa-se que Araraquara é a única cidade a ultrapassar a marca de 100.000 habitantes, ao abrigar 236.072 pessoas, isto é, cerca de 37,3% do total de indivíduos vivendo

na região. Outros cinco municípios, a saber Matão, Ibitinga, Taquaritinga, Itápolis e Américo Brasiliense, apresentam populações entre 40.504 e 83.170 indivíduos perfazendo conjuntamente 284.004 moradores (ou 44,9% do total regional). Um terceiro bloco aglutina 5 cidades – Tabatinga, Borborema, Boa Esperança do Sul, Nova Europa e Rincão – com mais de 10.000, porém menos de 20.000 habitantes, que no conjunto somam 69.450 moradores (11% do total da região). Por fim, os 7 municípios restantes, demograficamente caracterizados por populações inferiores a 10.000 residentes, agregam tão somente 6,8% do total da região discutida (43.192 habitantes).

**Tabela 2 – Municípios segundo populações.**

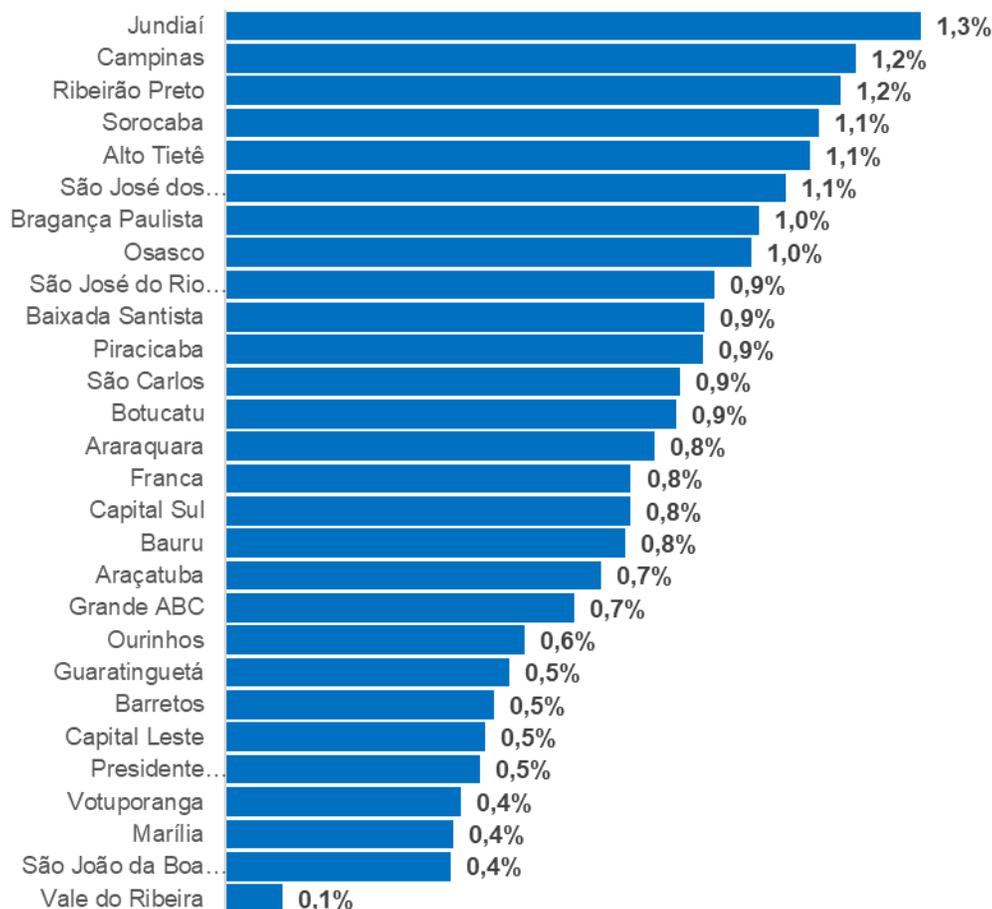
Rank	Município	População
1	Araraquara	236.072
2	Matão	83.170
3	Ibitinga	60.033
4	Taquaritinga	57.177
5	Itápolis	43.120
6	Américo Brasiliense	40.504
7	Tabatinga	16.496
8	Borborema	16.046
9	Boa Esperança do Sul	14.923
10	Nova Europa	11.186
11	Rincão	10.799
12	Dobrada	8.929
13	Santa Lúcia	8.817
14	Fernando Prestes	5.783
15	Santa Ernestina	5.599
16	Gavião Peixoto	4.789
17	Motuca	4.758
18	Cândido Rodrigues	2.793
19	Trabiju	1.724

Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

## 2.1.2 Crescimento entre 2019 e 2018

Além de discutir a população regional em termos absolutos, vale também apresentar seu crescimento, ou eventual redução, em tempos recentes. Nesse sentido, observa-se que entre 2018 e 2019 o número total de residentes na área elevou-se em 0,8%, aumento equivalente àquele do Estado de São Paulo como um todo e 15ª maior taxa de crescimento entre as 28 regiões paulistas apresentadas na Figura 4.

**Figura 4 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo variação populacional.**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

Na região, os municípios de Nova Europa e Américo Brasiliense foram aqueles a apresentar maiores crescimentos populacionais com taxas de 1,6% e 1,4%, respectivamente. Entretanto, tais crescimentos se dão em contextos diversos, uma vez que Nova Europa, com seus 11.186 moradores, encontra-se entre as menores cidades da região ao passo que Américo Brasiliense, habitada por 40.504 indivíduos, está entre as maiores cidades da região. A respeito de Araraquara, o maior município, nota-se crescimento levemente superior à média regional, 1,0% ante 0,8%. Por fim, destaca-se também a cidade de Santa Ernestina, a única a apresentar decréscimo populacional, ainda que modesto, (-0,2%) entre 2018 e 2019. De todo modo, tal padrão deve ser acompanhado ao longo dos próximos anos uma vez que o decréscimo populacional tem potencial de interferir no mapeamento das necessidades dos cidadãos locais e, assim, de alterar o desenho das políticas públicas mais adequadas ao município.

**Tabela 3 – Municípios segundo variação populacional.**

Rank	Município	Varição Populacional
1	Nova Europa	1,6%
2	Américo Brasiliense	1,4%
3	Araraquara	1,0%
4	Ibitinga	1,0%
5	Dobrada	0,9%
6	Tabatinga	0,9%
7	Trabiju	0,9%
8	Motuca	0,8%
9	Borborema	0,8%
10	Boa Esperança do Sul	0,7%
11	Gavião Peixoto	0,6%
12	Matão	0,6%
13	Itápolis	0,5%
14	Santa Lúcia	0,4%
15	Taquaritinga	0,3%
16	Cândido Rodrigues	0,2%

Rank	Município	Varição Populacional
17	Fernando Prestes	0,2%
18	Rincão	0,1%
19	Santa Ernestina	-0,2%

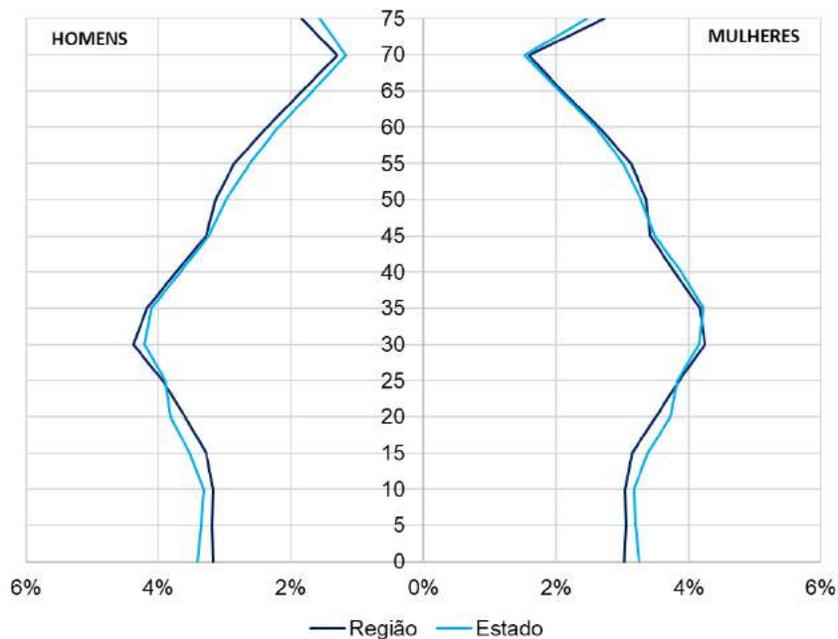
Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

### 2.1.3 Indicadores de estrutura etária

A partir da Figura 5, observa-se que, entre as mulheres, a distribuição demográfica da região de Araraquara mostra-se assemelhada àquela do Estado de São Paulo como um todo. Exceções a tal padrão são entre as jovens com idades abaixo de 25 anos, comparativamente menos presentes na região, e as idosas com mais de 70 anos, grupo demograficamente mais relevante na região do que no restante do estado.

Já entre os homens, nota-se menor convergência dos padrões demográficos da região em questão e aquele das demais áreas do estado. Ainda assim, também entre eles a região comparativamente conta com sub-representação de jovens abaixo de 25 anos e sobre-representação de idosos com mais de 70 anos em sua pirâmide. Ressalta-se, no entanto, que tal padrão regional de sobre-representação do grupo de idosos se inicia entre os homens já a partir daqueles com idades ao redor de 50 anos.

**Figura 5 – Pirâmides etárias.**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

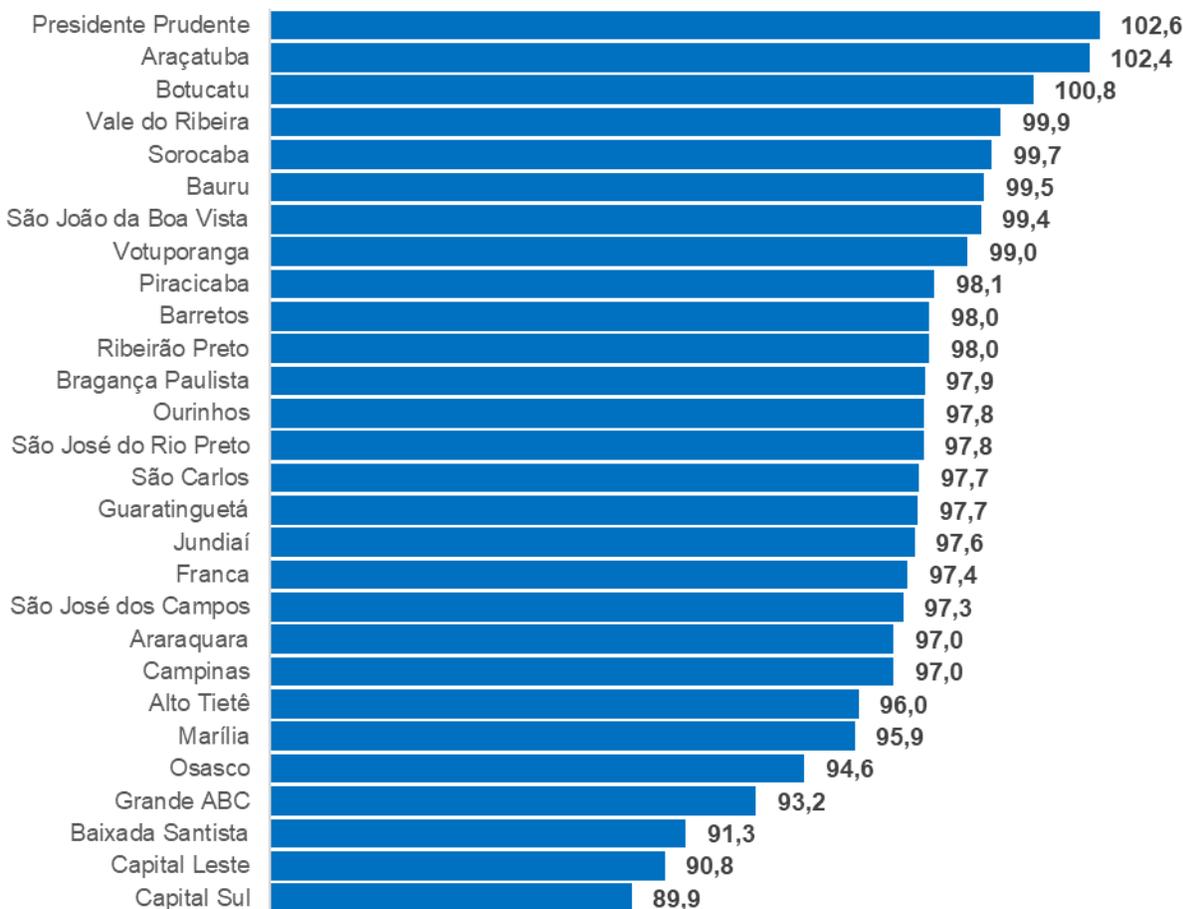
De modo complementar à apresentação das pirâmides etárias é interessante apresentar os resultados para 3 indicadores adicionais essenciais à delineação do perfil demográfico na região de Araraquara: (i) a razão de sexo, (ii) o índice de envelhecimento e (iii) a razão de dependência.

**RAZÃO DE SEXOS**

Este indicador, que revela a quantidade de homens para cada 100 mulheres, mostra que, em seu conjunto, habitam nos 19 municípios da região de Araraquara 97 homens para cada 100 mulheres. Tal valor se situa levemente acima do patamar observado no restante do Estado de São Paulo (95 homens/100 mulheres). É importante mencionar que, ainda que esteja acima da média estadual, a Figura 6 aponta a existência de outras 19 regiões paulistas com razão de sexos superior à encontrada na região de Araraquara. Isto ocorre porque as únicas 5 regiões com indicadores inferiores a 95 homens/100 mulheres, a saber Osasco, Grande ABC, Baixada Santista, Capital Sul e Capital Centro,

estão entre as áreas mais populosas do Estado de São Paulo e, conseqüentemente, seus valores exercem mais fortemente impacto sobre a média estadual calculada.

**Figura 6 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo razão de sexos.**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

Em termos intrarregionais, nota-se que dentre os 19 municípios da região apenas um deles, justamente Araraquara, apresenta razão de sexos inferior àquela do estado (93,2 ante 95) e que 15 das cidades apresentam indicadores acima daquele aferido para a região (97). Ocorre que, assim como discutido na comparação entre as regiões do Estado de São Paulo, a grande população relativa de Araraquara faz com que a cidade exerça considerável influência no cálculo da média regional. Além da baixa presença

relativa de indivíduos do sexo masculino em Araraquara, vale mencionar a situação das 8 primeiras cidades na Tabela 4, todas elas com maior número de homens do que mulheres entre seus residentes, padrão este que é oposto àquilo comumente observado em função de fatores tais como maior mortalidade e menor expectativa de vida associadas a homens.

**Tabela 4 – Municípios segundo razão de sexos.**

Rank	Município	Razão de Sexos
1	Tabatinga	110,4
2	Dobrada	105,3
3	Borborema	103,8
4	Rincão	102,5
5	Gavião Peixoto	102,1
6	Boa Esperança do Sul	101,7
7	Américo Brasiliense	100,4
8	Cândido Rodrigues	100,4
9	Itápolis	99,4
10	Nova Europa	99,1
11	Ibitinga	98,7
12	Motuca	98,3
13	Matão	98,2
14	Fernando Prestes	97,4
15	Santa Lúcia	97,0
16	Santa Ernestina	96,0
17	Taquaritinga	95,4
18	Trabiju	95,2
19	Araraquara	93,2

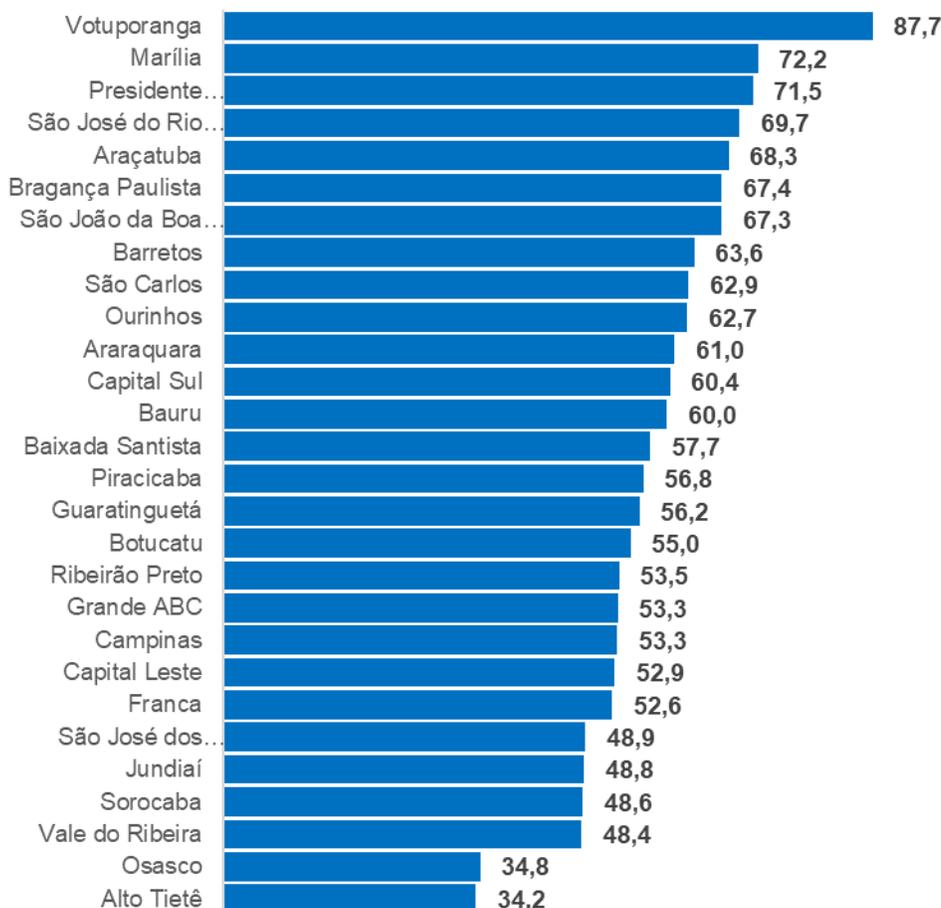
Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

## ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

Trata-se de indicador que mensura o nível de envelhecimento populacional através da relação entre o total de indivíduos acima de 65 anos e crianças menores de 14 anos de uma população. Como visto anteriormente, a região de Araraquara apresenta na comparação com o restante do estado pirâmide etária em que jovens estão sub-representados e em que populações mais velhas, especialmente do sexo masculino, encontram-se sobrerrepresentadas. Tal padrão é confirmado pelo índice de envelhecimento, 15,2% superior na região de Araraquara (61 idosos/100 jovens) do que nas demais áreas do estado (53 idosos/100 jovens). Há indícios, portanto, de que o processo de transição demográfica, caracterizado pela substituição de níveis altos de fecundidade e mortalidade por níveis mais baixos, possa estar em etapa mais avançada na região.

Na comparação entre as regiões, observa-se que Araraquara está posicionada como a 11<sup>a</sup> mais envelhecida do Estado de São Paulo, o que impacta não só a oferta de mão-de-obra para eventuais ações empreendedoras como também a conformação do potencial público consumidor de tais iniciativas.

**Figura 7 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo índice de envelhecimento.**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

No âmbito intrarregional, tem-se que as cidades da região de Araraquara não apresentam padrão uniforme quanto ao índice de envelhecimento. Enquanto em locais como Cândido Rodrigues e Fernando Prestes a população idosa já supera a de jovens menores de 14 anos, com índices de 109,8 e 103,4, respectivamente, em outro extremo Dobrada (índice de 29,9) e Américo Brasiliense (índice de 31,6) ostentam populações eminentemente jovens, fatores os quais devem ser considerados na definição das necessidades e dos potenciais de políticas públicas desenhadas para a população local.

**Tabela 5 – Municípios segundo índice de envelhecimento.**

Rank	Município	Índice de Envelhecimento
1	Cândido Rodrigues	109,8
2	Fernando Prestes	103,4
3	Itápolis	74,9
4	Araraquara	71,1
5	Borborema	67,9
6	Matão	65,4
7	Taquaritinga	65,3
8	Ibitinga	55,0
9	Motuca	50,7
10	Trabiju	50,3
11	Rincão	49,1
12	Tabatinga	47,4
13	Gavião Peixoto	43,0
14	Santa Ernestina	39,6
15	Santa Lúcia	38,9
16	Boa Esperança do Sul	38,8
17	Nova Europa	38,4
18	Américo Brasiliense	31,6
19	Dobrada	29,9

Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

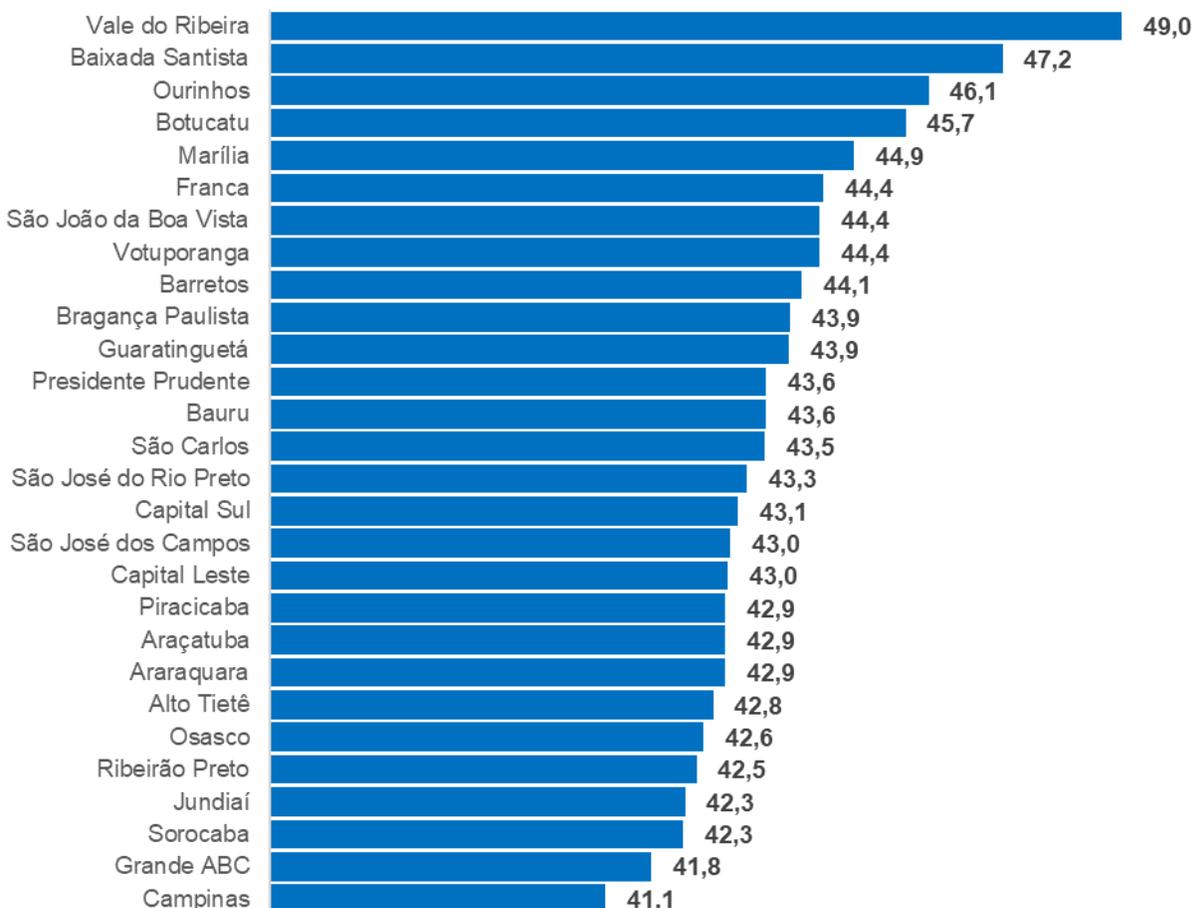
## **RAZÃO DE DEPENDÊNCIA**

A razão de dependência é uma métrica que expressa a relação entre o total de indivíduos abaixo de 14 anos somados àqueles acima de 65 anos sobre a população em idade ativa (idades entre 15 e 64 anos). Tanto a região de Araraquara quanto as demais áreas do Estado de São Paulo apresentam razão de dependência equivalentes, no patamar de 43 indivíduos em idade ativa para cada 100

habitantes fora dela. Entretanto, um olhar mais aprofundado revela que tais valores são obtidos a partir de contextos diversos, pois o peso dos idosos no grupo de moradores fora de idade ativa é maior em Araraquara do que no Estado de São Paulo ao passo que entre os jovens menores de 14 anos esse padrão se inverte, isto é, eles são mais presentes na população do Estado do que na região em questão. Tal característica não é irrelevante porque enquanto os idosos não mais voltarão a ser considerados membros do grupo em idade ativa, os jovens passarão a sê-lo tão logo alcancem os 15 anos de idade e, com isso, sejam considerados, para fins estatísticos, aptos a integrar a força de trabalho.

As 28 regiões em que o Estado de São Paulo foi dividido para os fins desse estudo apresentam razão de dependência que variam entre 41, em Campinas, e 49, no Vale do Ribeira. Nesse contexto, a partir da Figura 8 tem-se que região de Araraquara apresenta a 20ª maior proporção de residentes fora da faixa de idade ativa relativamente aos moradores com idades entre 15 e 64 anos.

**Figura 8 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo razão de dependência.**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

Um fator de atenção revelado pelo levantamento municipalizado expresso na Tabela 6 é a alta sobreposição entre o grupo das maiores cidades da região e aquele dos municípios com menores razões de dependência. Em outras palavras, das 6 cidades com populações superiores a 40.000 habitantes, apenas Taquaritinga não apresenta dos menores índices observados. Possível explicação para isso pode vir a ser o potencial de atração que as maiores cidades exercem sobre os indivíduos em idade ativa em função das maiores oportunidades de trabalho que oferecem.

**Tabela 6 – Municípios segundo razão de dependência.**

Rank	Município	Razão de Dependência
1	Fernando Prestes	53,1
2	Trabiju	49,1
3	Nova Europa	48,0
4	Rincão	47,7
5	Dobrada	47,1
6	Taquaritinga	46,3
7	Santa Lúcia	46,0
8	Cândido Rodrigues	45,8
9	Santa Ernestina	44,3
10	Boa Esperança do Sul	44,2
11	Gavião Peixoto	43,7
12	Borborema	43,6
13	Motuca	42,7
14	Araraquara	42,7
15	Itápolis	42,5
16	Américo Brasiliense	42,1
17	Ibitinga	41,7
18	Tabatinga	41,5
19	Matão	40,1

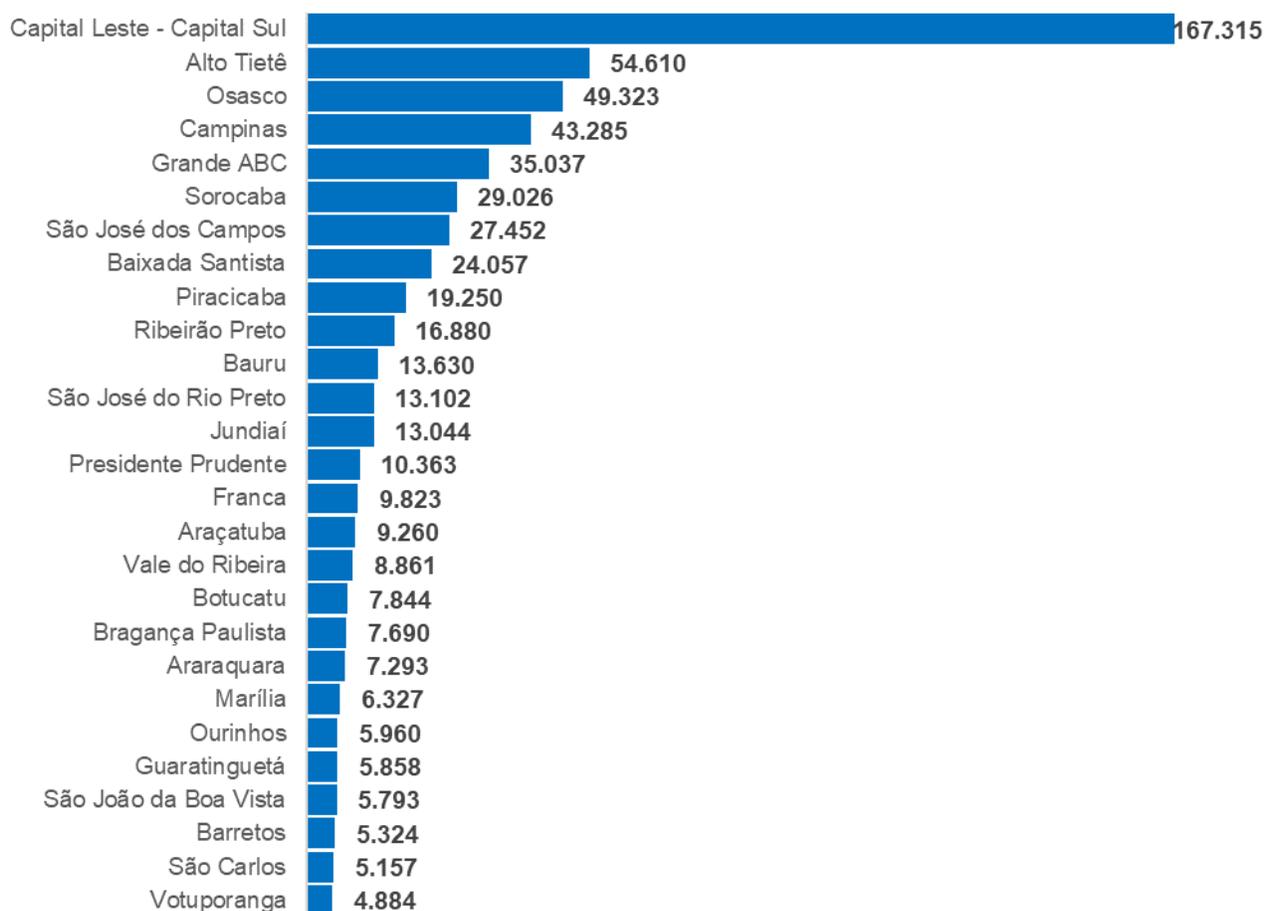
Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

#### **2.1.4 Fecundidade**

Nos 19 municípios que compõem a região de Araraquara houve, na média anual dos anos entre 2016 e 2018, o registro de 7.293 crianças nascidas vivas, o que representa 1,2% da média anual estimada para o Estado de São Paulo, a saber 606.447 registros. Comparativamente, a região de Araraquara se

situa em patamar inferior entre as regiões abrangidas nesse estudo ao ser classificada como 20ª com maior número de nascidos vivos do Estado de São Paulo, logo à frente de Marília, na 21ª posição com 6.327 nascimentos, e atrás da região de Bragança Paulista, em 19º lugar com 7.790 nascidos vivos.

**Figura 9 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo total de nascidos vivos.**



Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

Internamente, esse total não se distribuiu uniformemente na região como mostra a Tabela 7. A partir dela se observa que as únicas cidades da região a superarem a marca de 50.000 habitantes – Araraquara, Matão, Ibitinga e Taquaritinga – são também aquelas a apresentarem maiores números de nascidos vivos no período ao concentrarem 70% (ou 5.103 indivíduos) do total regional. Em outro

extremo, 6 cidades de menor porte, isto é, aproximadamente um terço do total de municípios não registraram sequer uma centena de nascidos vivos e respondem em conjunto por 276 nascimentos, ou cerca de 3,8% do número total.

**Tabela 7 – Municípios segundo total de nascidos vivos.**

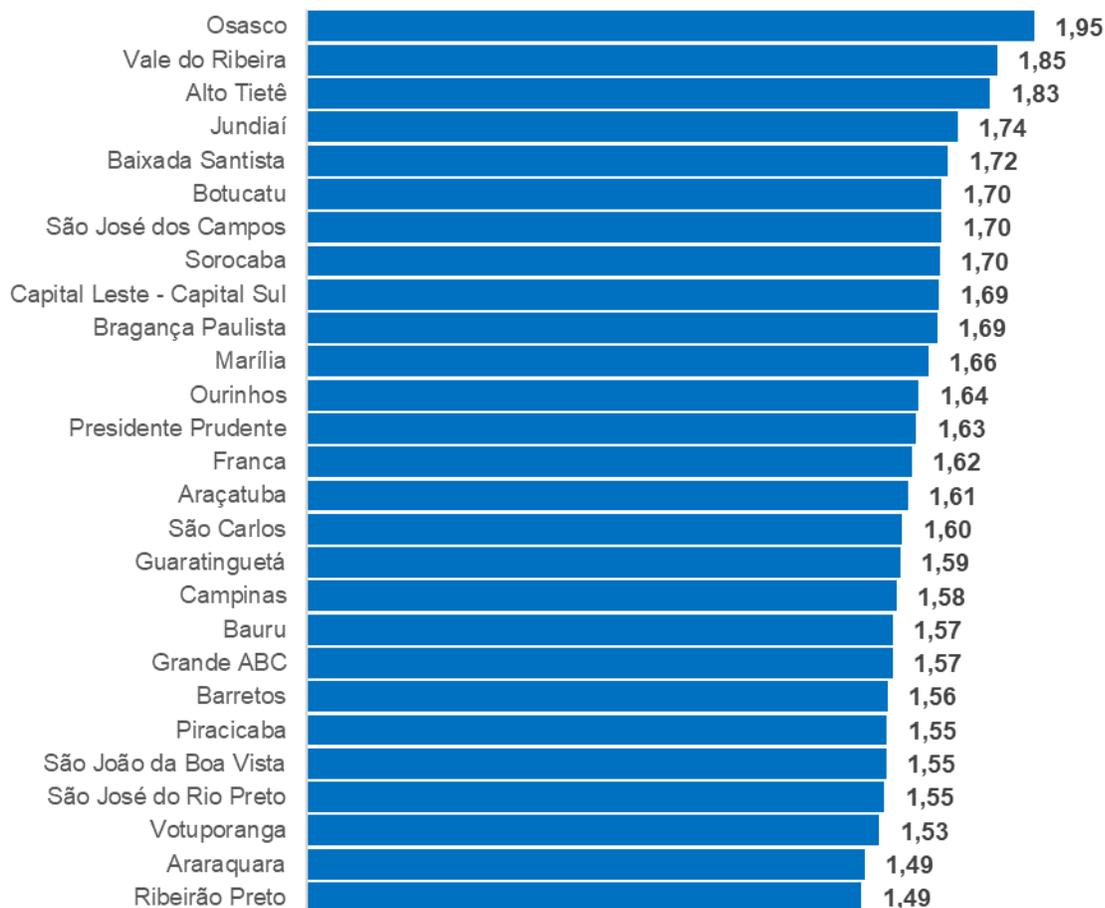
Rank	Municípios	Total	Participação Regional
1	Araraquara	2.773	38,0%
2	Matão	953	13,1%
3	Ibitinga	745	10,2%
4	Taquaritinga	632	8,7%
5	Américo Brasiliense	470	6,4%
6	Itápolis	462	6,3%
7	Tabatinga	204	2,8%
8	Boa Esperança do Sul	164	2,3%
9	Borborema	152	2,1%
10	Nova Europa	130	1,8%
11	Rincão	122	1,7%
12	Santa Lúcia	106	1,5%
13	Dobrada	105	1,4%
14	Gavião Peixoto	62	0,8%
15	Santa Ernestina	62	0,8%
16	Fernando Prestes	59	0,8%
17	Motuca	57	0,8%
18	Cândido Rodrigues	21	0,3%
19	Trabiju	15	0,2%

Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

## TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL

Uma das maneiras de se analisar o nível de fecundidade de uma região é por meio da taxa de fecundidade total (TFT). Esse indicador revela o número médio de filhos nascidos vivos que cada mulher residente em determinado espaço geográfico e momento tem ao longo de seu período reprodutivo. Na região de Araraquara tem-se taxa de 1,49 filho/mulher, valor cerca de 11% inferior à média estadual (1,68) e o 26º dentre todas as 27 regiões paulistas, à frente somente da região de Ribeirão Preto. Tal patamar exerce impacto direto sobre o baixo crescimento demográfico observado na região, classificado apenas como o 15º maior do estado, bem como sobre a participação de idosos na população, que, conforme discutido anteriormente, é 15,2% mais elevada do que no restante do estado. De modo complementar, destaca-se, ainda, o fato de que ambos, estado e região, ostentam índice inferior a 2,1 filhos/mulher, nível esse considerado como o necessário para assegurar a reposição populacional.

**Figura 10 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo taxa de fecundidade total.**



Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

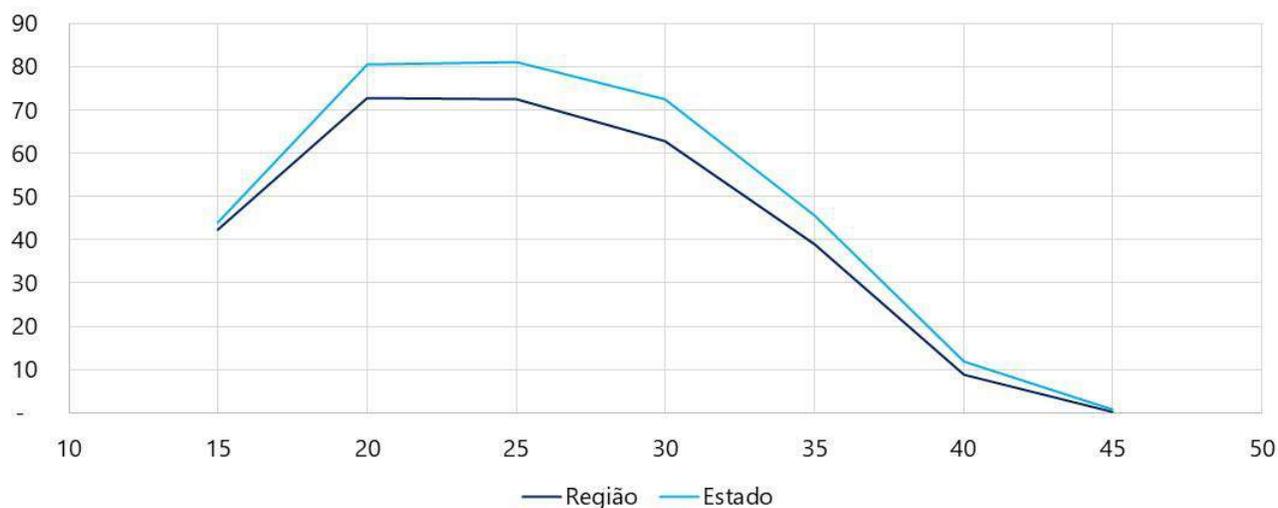
Adicionalmente, vale discutir as taxas específicas de fecundidade (TEF), que expressam a razão do número de nascidos vivos pelo total de mulheres considerando os grupos de idade da mãe. Nesse tocante, a região de Araraquara apresenta padrão semelhante ao do estado, afirmação possível a partir da comparação entre os formatos das curvas contendo as taxas específicas de fecundidade do Estado de São Paulo e da área em questão conforme mostra a Figura 11.

Entretanto, é importante salientar que essa coincidência se dá em patamares distintos, uma vez que o número médio de filhos por mulher em qualquer grupo etário se mostra sempre inferior no grupo de 19

municípios da região ao longo de todo o período reprodutivo. Além disso, nota-se, em termos relativos, padrão de fecundidade moderadamente mais rejuvenescido na região, particularmente entre as mulheres abaixo de 30 anos, idade a partir da qual a participação das TFE aferidas para o restante do estado passa a sobressair.

Por fim, destaca-se que as duas curvas atingem seu ápice entre as mulheres jovens de dois grupos etários consecutivos, a saber de 20 a 24 e entre 25 e 29 anos de idade. Em ambas faixas as mulheres da região de Araraquara ostentam taxa cerca de 10% menor do que no restante do estado (73 ante 81 filhos/1.000 mulheres do grupo etário), o que contribui para o menor crescimento demográfico observado na região.

**Figura 11 – Taxas específicas de fecundidade (em milhares).**



Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

Em âmbito intrarregional, a taxa de fecundidade total (TFT) se mostra heterogênea. Enquanto 5 cidades – Tabatinga, Ibitinga, Gavião Peixoto, Motuca e Araraquara – apresentam TFT acima da média da região (1,49 filho/mulher) outras 2, a saber, Trabiçu e Cândido Rodrigues a ostentam em nível cerca de 30% abaixo da média regional (1,1 ante 1,5). Vale destacar, ainda, a taxa medida para Tabatinga (1,7 filho/mulher), que não só lidera o *ranking* regional como se situa acima da média estadual. De qualquer

forma, nem mesmo Tabatinga supera o patamar de reposição populacional supracitado (2,1 filhos/mulher).

**Tabela 8 – Municípios segundo taxa de fecundidade total (TFT).**

<b>Rank</b>	<b>Município</b>	<b>TFT</b>	<b>Comparação Intrarregional</b>
1	Tabatinga	1,7	113,0%
2	Ibitinga	1,6	107,5%
3	Gavião Peixoto	1,6	104,0%
4	Motuca	1,6	103,8%
5	Araraquara	1,5	101,5%
6	Santa Lúcia	1,5	99,9%
7	Nova Europa	1,5	99,3%
8	Dobrada	1,5	99,2%
9	Taquaritinga	1,5	99,0%
10	Rincão	1,5	98,2%
11	Matão	1,5	97,8%
12	Itápolis	1,4	96,2%
13	Boa Esperança do Sul	1,4	95,2%
14	Fernando Prestes	1,4	94,9%
15	Américo Brasiliense	1,4	93,3%
16	Borborema	1,3	88,4%
17	Santa Ernestina	1,3	86,4%
18	Trabiju	1,1	72,0%
19	Cândido Rodrigues	1,1	71,3%

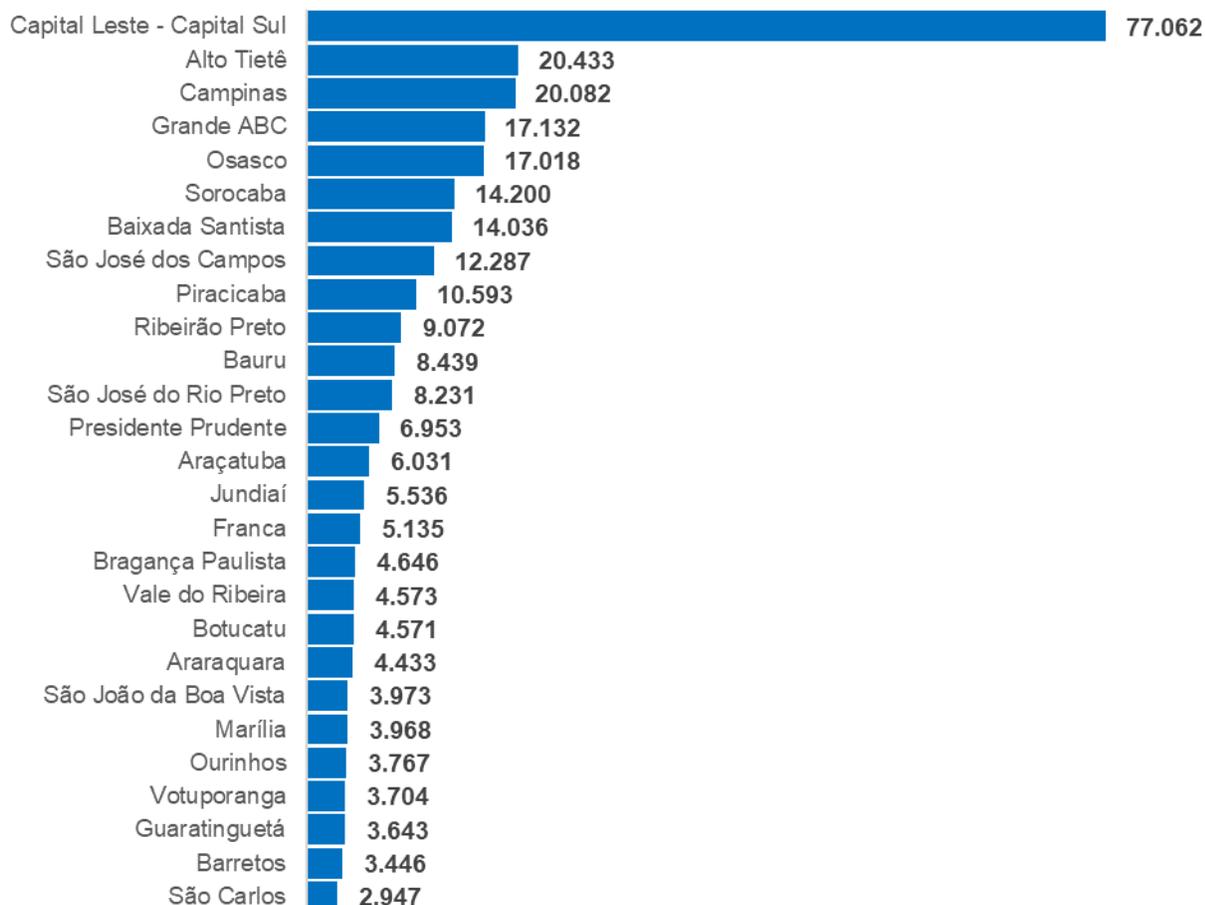
Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

### 2.1.5 Mortalidade

No período em questão, os 19 municípios da região de Araraquara registraram, na totalidade, 4.433 óbitos entre seus moradores, isto é, 1,5% do total paulista estimado em 295.914 falecimentos. A mortalidade, no entanto, não foi uniformemente distribuída entre os sexos, uma vez que os homens, ainda que minoria demográfica na região, responderam por cerca de 54% dos óbitos (2.392) ante 46% de participação feminina (2.040 mortes).

Em perspectiva comparada, a região de Araraquara apresenta reduzida quantidade de óbitos, o que a posiciona na 21ª colocação entre 27 regiões do Estado de São Paulo, logo à frente de São João da Boa Vista, na 20ª posição com 3.973 óbitos, e atrás da região de Botucatu, em 19º lugar com 4.571 falecimentos registrados.

**Figura 12 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo óbitos totais.**



Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2019.

Um olhar sobre os municípios indica que o número total de óbitos se concentra nas 4 maiores cidades da região, onde foram registrados 3.130 óbitos no período, ou seja 70,6% do total regional. Por outro lado, em cerca de um quarto das cidades – grupo formado por Santa Ernestina, Motuca, Gavião Peixoto e Cândido Rodrigues – a participação local no número de óbitos da região não alcança a marca de 1,0%, isoladamente, ou a 5% quando analisadas conjuntamente.

**Tabela 9 – Municípios segundo número de óbitos totais.**

<b>Rank</b>	<b>Município</b>	<b>Óbitos</b>	<b>Comparação Intrarregional</b>
1	Araraquara	1.693	38,2%
2	Matão	550	12,4%
3	Ibitinga	452	10,2%
4	Taquaritinga	435	9,8%
5	Itápolis	353	8,0%
6	Américo Brasiliense	195	4,4%
7	Tabatinga	117	2,6%
8	Borborema	114	2,6%
9	Boa Esperança do Sul	92	2,1%
10	Rincão	82	1,8%
11	Nova Europa	66	1,5%
12	Fernando Prestes	59	1,3%
13	Santa Lúcia	52	1,2%
14	Dobrada	48	1,1%
15	Santa Ernestina	33	0,7%
16	Motuca	29	0,6%
17	Gavião Peixoto	28	0,6%
18	Cândido Rodrigues	25	0,6%
19	Trabiju	11	0,3%

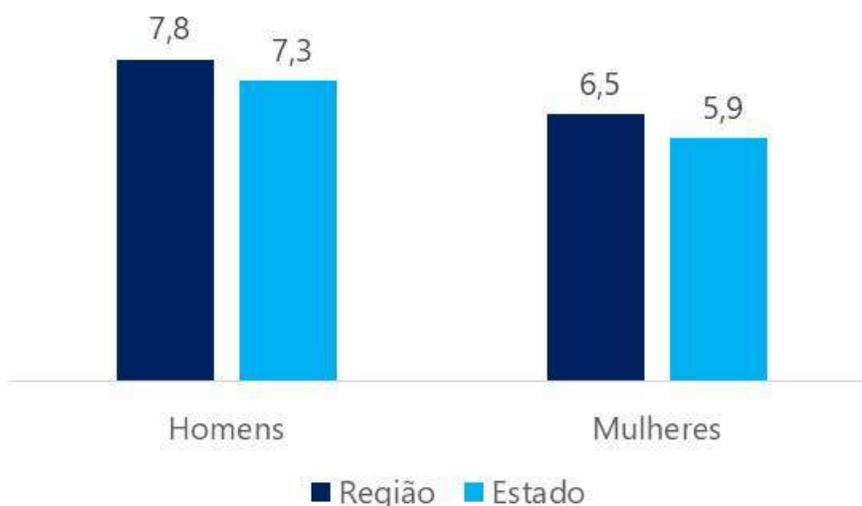
Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2019.

## **TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (TBM)**

Esse indicador revela o número de óbitos por 1.000 mil habitantes e sofre influência da estrutura etária da população vivendo na área geográfica sob estudo. Em outras palavras, regiões mais envelhecidas tendem a ostentar TBM mais elevadas dado que maiores são as probabilidades de óbito quanto mais avançada a idade de um indivíduo. Esse padrão esperado é exatamente aquele observado na região

de Araraquara quando comparada ao restante do Estado de São Paulo. A maior presença de populações mais envelhecidas na região contribui para que a TBM aferida se situe no patamar de 7,1 óbitos/1.000 habitantes, cerca de 8,7% superior aos 6,6 óbitos/1.000 habitantes observados no conjunto do estado. Como mostra a Figura 13 tal padrão de maior mortalidade na região se repete tanto entre os homens (TBM de 7,8 ante 7,3) quanto entre as mulheres (TBM igual a 6,5 ante 5,9).

**Figura 13 – Taxas brutas de mortalidade (TBM) segundo sexo.**



Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2019.

Localmente, tem-se que 9 municípios possuem taxas brutas de mortalidade (TBM) superiores à média regional. Nesse grupo sobressaem os casos de Fernando Prestes (10,2 óbitos/1.000 habitantes) e de Cândido Rodrigues (9,0 óbitos/1.000 habitantes), cujas taxas se situam, respectivamente, 43,0% e 26,2% acima da média regional. Entre as cidades com menores taxas, destaca-se Américo Brasiliense cujo indicador (TBM igual a 5,0) está cerca de 30% abaixo da média das cidades da região.

**Tabela 10 – Municípios segundo taxa bruta de mortalidade (TBM).**

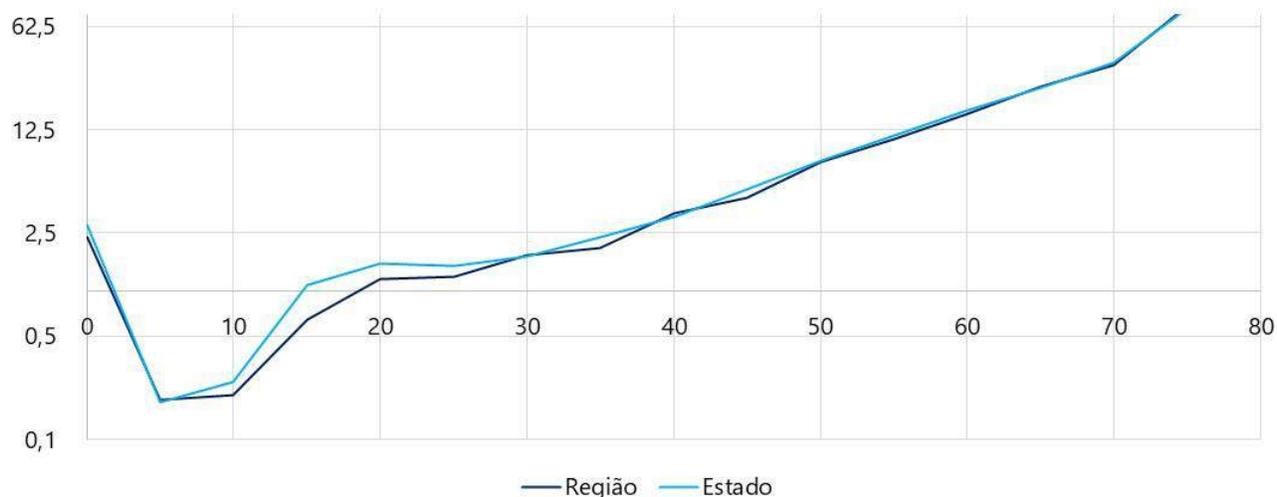
<b>Rank</b>	<b>Município</b>	<b>TBM</b>	<b>Comparação Intrarregional</b>
1	Fernando Prestes	10,2	143,0%
2	Cândido Rodrigues	9,0	126,2%
3	Itápolis	8,3	116,1%
4	Ibitinga	7,7	107,8%
5	Taquaritinga	7,7	107,6%
6	Rincão	7,6	106,9%
7	Araraquara	7,3	102,7%
8	Tabatinga	7,2	101,5%
9	Borborema	7,2	101,3%
10	Trabiju	6,7	93,9%
11	Matão	6,7	93,9%
12	Boa Esperança do Sul	6,2	87,4%
13	Motuca	6,1	86,0%
14	Nova Europa	6,1	85,1%
15	Santa Lúcia	5,9	83,5%
16	Gavião Peixoto	5,8	82,1%
17	Santa Ernestina	5,8	81,6%
18	Dobrada	5,5	76,9%
19	Américo Brasiliense	5,0	69,6%

Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2019.

## **TAXA ESPECÍFICA DE MORTALIDADE (TEM)**

A taxa específica de mortalidade (TEM) é uma medida calculada entre a razão do número de óbitos pela população, por grupos de idade quinquenais. A Figura 14 revela que as taxas específicas de mortalidade entre os homens são bastante assemelhadas na comparação região-estado, com exceção à faixa etária entre 10 e 30 anos, cujas taxas estaduais superam às regionais.

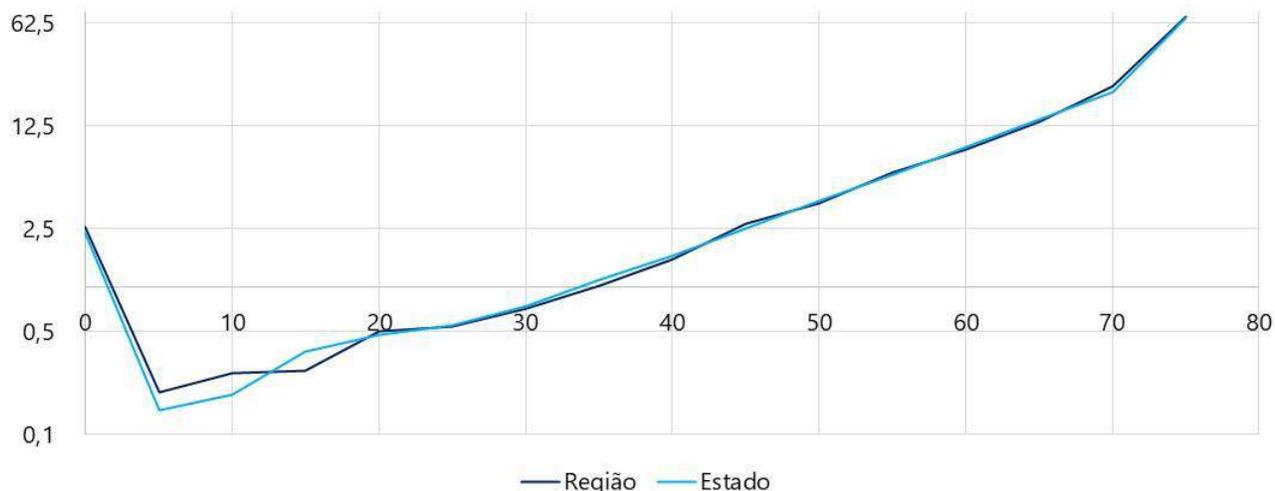
**Figura 14 – Taxa específica de mortalidade (TEM) entre homens.**



Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2019.

Já entre as mulheres, o padrão se mostra distinto. Ainda que a Figura 15 também aponte para a sobreposição das curvas do estado e da região entre as mulheres com mais de 30 anos, ao contrário da curvas masculinas esse padrão se revela em idades anteriores, já a partir das jovens com mais de 20 anos. Além disso, a diferença região-estado observada entre os homens jovens se dá de duas maneiras complementares entre as mulheres. Em primeiro lugar, entre as meninas por volta de 5 a pouco mais de 10 anos de idade, a mortalidade comparativamente maior se dá na região de Araraquara. Em segundo lugar, entre as adolescentes a taxa específica de mortalidade estadual supera a regional.

**Figura 15 – Taxa específica de mortalidade (TEM) entre mulheres.**

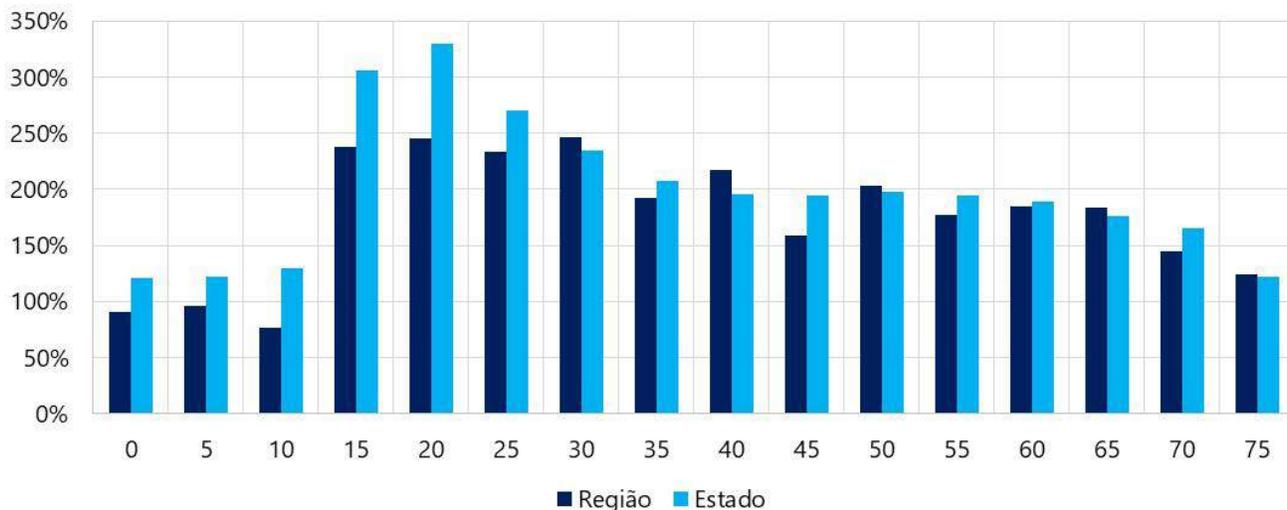


Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2019.

## **SOBREMORTALIDADE MASCULINA**

A sobremortalidade masculina é um indicador calculado a partir da razão entre a taxa específica de mortalidade (TEM) masculina e a feminina. Dessa forma, é um indicador relevante para identificar os diferenciais de mortalidade entre grupos etários de homens e de mulheres. Normalmente, as maiores diferenças são encontradas nos grupos etários entre 15 e 39 anos, faixa em que homens tendem a apresentar maior mortalidade, algo que ocorre especialmente em função de óbitos por causas externas como violência e acidentes de transporte. Na comparação com o restante do Estado de São Paulo, a região de Araraquara apresenta sobremortalidade masculina consistentemente inferior. Exceções a tal padrão são entre os homens com idades nos quinquênios 30-34 (sobremortalidade 246% ante 234%) e 40 a 44 anos (sobremortalidade 218% ante 195%), faixas etárias em que o indicador se mostra mais elevado na região do que no estado. Adicionalmente, vale mencionar, os grupos etários entre 50-54, 65-69 bem como aquele composto por homens acima de 75 anos, cujos indicadores estão levemente acima na região ainda que em patamares próximos aos observados no estado.

**Figura 16 – Sobremortalidade masculina.**



Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2019.

## 2.1.6 Considerações referentes à demografia na região

A partir daquilo que foi apresentado ao longo dessa seção, notam-se certas particularidades na demografia da região de Araraquara. Em linhas gerais, tem-se que a população dos 19 municípios da região (632.718 habitantes) é reduzida – representa apenas 1,4% do total estadual (45.919.049 moradores) – e fortemente concentrada na cidade de Araraquara (37,3% do total). Além disso, seu crescimento populacional em anos recentes (0,8%) é equivalente ao observado no conjunto do Estado de São Paulo, porém apenas o 15º entre as demais regiões paulistas.

Em termos da estrutura etária, verifica-se distribuição assemelhada na comparação região-estado, mas regionalmente sub-representada entre as mulheres e homens jovens (com idades inferiores a 25 anos) e sobrerrepresentada entre as mulheres acima de 70 anos e entre homens acima de 50 anos. Complementarmente, tem-se que a razão de sexos (97 homens/100 mulheres) é apenas a 20ª do estado, assim como a razão de dependência, que indica a presença de 43 jovens abaixo de 14 anos e idosos acima de 65 anos para cada 100 indivíduos com idades entre 15-64 anos.

A respeito da fecundidade na região, esta se mostra reduzida – apenas a 20<sup>a</sup> do estado – e atinge ápice entre as mulheres de 20 a 29 anos, padrão equivalente ao estadual. Por fim, sobre a mortalidade, ela é menor na região para os homens entre 10-30 anos ao mesmo tempo em que existe alta sobreposição nas curvas de mortalidade feminina já a partir dos grupos acima de 20 anos de idade. Todos esses indicadores ajudam a delinear as principais características demográficas da região de Araraquara, tarefa diagnóstica essencial e que precede o desenho e a implementação de políticas públicas regionalmente customizadas.

## 2.2 Educação

Compreender os atributos do sistema educacional é essencial para que se faça de forma completa o mapeamento das regiões do Estado de São Paulo. De modo complementar, entender as características educacionais da população e suas principais particularidades permite a elaboração de políticas públicas, em geral, e de fomento ao empreendedorismo, em particular, que supram demandas mais específicas. Nesse contexto, o desenho de políticas que não considerem tais peculiaridades regionais pode acarretar baixa eficácia e, até mesmo, resultados contrários aos inicialmente vislumbrados. Educação assume papel importante para o desenvolvimento regional, pois seus indicadores de avanços e progressos podem ser associados produtividade econômica e desenvolvimento social da população. Tanto que educação é uma das dimensões chave do IDH.

Nas próximas seções serão apresentados aspectos relacionados a diferentes redes de educação: básica, técnica e superior. Para cada um destes níveis educacionais, serão discutidos indicadores relacionados tanto a oferta de cursos, a exemplo do número de matrículas por docente e do número de instituições na região, quanto a sua qualidade, a exemplo das notas no índice IDEB. Vale dizer que, além da comparação entre os indicadores regionais e os estaduais, serão apresentadas informações desagregadas por dependência administrativa, focando na confrontação de indicadores das redes pública e privada de ensino. A seguir encontram-se os principais resultados das análises envolvendo os 19 municípios da região de Araraquara.

## 2.2.1 Educação Básica

A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

A Figura 17 apresenta o número de matrículas por docente a partir da segregação dos dados segundo as etapas da educação básica e da inclusão da Educação para Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de métrica relevante pois ela é um indicativo de quão sobrecarregado o sistema educacional está. Observe-se que em nenhuma etapa de ensino a região de Araraquara apresenta número de alunos por professor maior do que a média do estado como um todo, o que indica rede menos sobrecarregada na comparação região-estado, fator a ser considerado no desenho de políticas públicas educacionais para a região.

Figura 17 – Matrículas por docente no ensino básico.



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

É também importante entender a distribuição das dependências administrativas – escolas municipais, estaduais e federais – na região. Nesse contexto, percebe-se, inicialmente, que na região de Araraquara o número absoluto de matrículas em escolas públicas é muito maior que o privado em todas as etapas do ensino básico. Como esperado, as matrículas na educação infantil pública estão

concentradas em entidades municipais. De acordo com o Pacto Federativo da Educação, a educação infantil e ensino fundamental são de responsabilidade da administração pública municipal enquanto o ensino médio é de responsabilidade da administração pública estadual. Para o ensino fundamental, nota-se divisão mais equilibrada das matrículas entre colégios municipais e estaduais. Por fim, tanto no ensino médio, quanto na EJA a participação do estado é mais elevada.

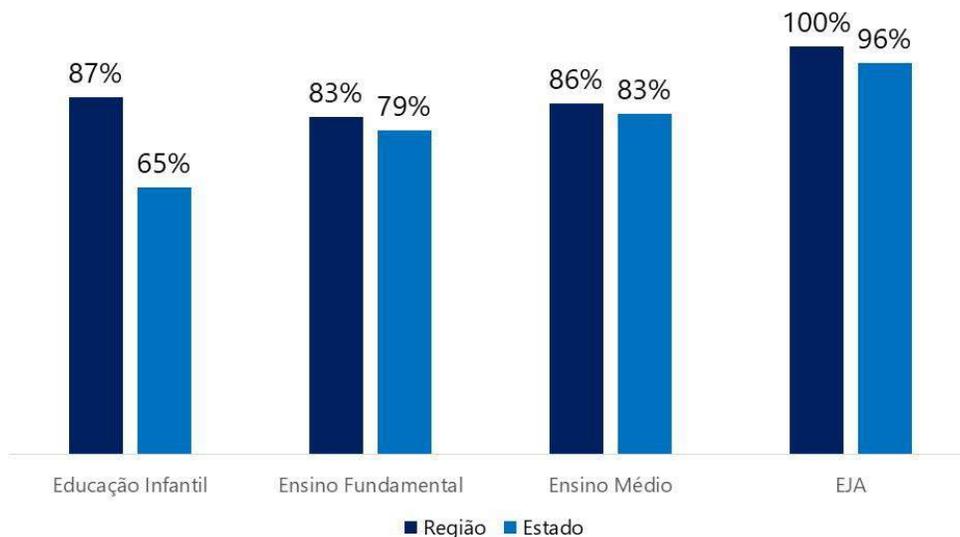
**Tabela 11 – Número de matrículas na educação básica por etapa de ensino e dependência administrativa.**

<b>Etapas de Ensino</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>EJA</b>
<b>Público</b>	<b>31.153</b>	<b>55.847</b>	<b>17.129</b>	<b>4.355</b>
Federal	0	0	670	0
Estadual	2.018	29.020	16.137	3.320
Municipal	29.135	26.827	322	1.035
<b>Privada</b>	<b>4.490</b>	<b>11.693</b>	<b>2.797</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>35.643</b>	<b>67.540</b>	<b>19.926</b>	<b>4.355</b>

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

Além disso, deve-se analisar a participação de escolas públicas na região ante àquela aferida para o conjunto do Estado de São Paulo. A esse respeito, observa-se que em todas etapas do ensino básico, bem como para a modalidade EJA, a presença de escolas públicas em relação ao total sobressai na região de Araraquara ante o conjunto do estado.

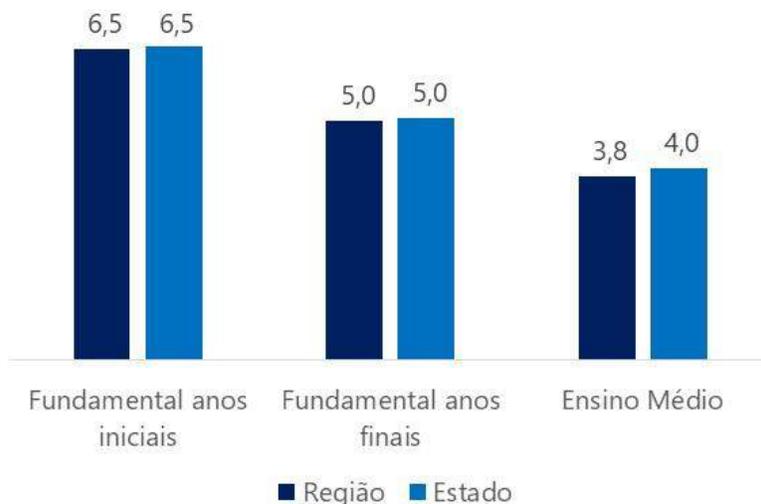
**Figura 18 – Participação de escolas públicas no ensino básico.**



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

Uma das métricas mais utilizadas para avaliar a qualidade da educação no Brasil é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que tem como finalidade mensurar a qualidade da educação através de dois conceitos complementares: o fluxo escolar e as médias de desempenho em avaliações. A esse respeito, a região de Araraquara apresenta, para todas as etapas de ensino, médias do IDEB equivalentes ao do estado como um todo, com exceção para o ensino médio com índice (3,8) cerca de 4% abaixo da média estadual (4,0).

Figura 19 – Nota do IDEB por etapa de ensino.



Fonte: IDEB, INEP, 2017.

Para melhor entender o desempenho regional, pode-se verificar o número de municípios na região com resultados aquém de sua meta. Note-se que as metas municipais não são homogêneas entre os municípios: elas dependem de características locais e variam, inclusive, entre municípios inseridos em uma mesma região. Sendo assim, a Figura 20 indica que a maior deficiência no ensino fundamental da região de Araraquara se encontra em seus anos finais, em que 95% dos 19 municípios apresentam resultados abaixo do esperado. Entretanto, o maior descompasso na comparação região-estado, ocorre nos anos iniciais do ensino fundamental, etapa em que a participação dos municípios com baixa performance no total regional (47%) é 77,6% superior ao padrão observado no conjunto do Estado de São Paulo.

Figura 20 – Fração de municípios abaixo da meta da nota do IDEB.



Fonte: IDEB, INEP, 2017.

## 2.2.2 Educação Técnica

Em muitos setores produtivos o ensino profissionalizante é fundamental no fornecimento de mão-de-obra capacitada em curto período e na implantação de políticas de empreendedorismo regional, inclusive para programas desenvolvidos pelo SEBRAE-SP como aqueles voltados à **Inclusão Produtiva e de Desenvolvimento Econômico Local**.

A análise do número de matrículas por docentes para diferentes tipos de ensino técnico revela algumas peculiaridades na comparação região-estado. Destaca-se que a região não tem ensino profissionalizante integrado à EJA. Por outro lado, para a educação técnica de nível médio, nota-se que a região apresenta matrículas por docente cerca de 20% inferior ao do estado como um todo (16,2 ante 20,3), algo, a princípio, positivo por indicar menor sobrecarga ao corpo docente. Padrão oposto se observa para o curso técnico concomitante, modalidade em que o número de matrículas/docente na região (66,2) supera em 59,8% o valor aferido para o Estado de São Paulo como um todo (41,4).

**Figura 21 – Matrículas por docente no ensino técnico.**



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

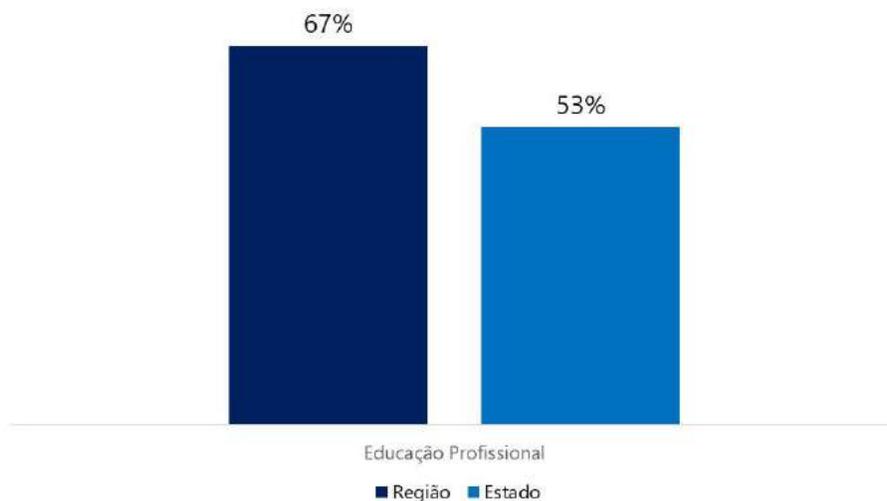
Em seguida, é interessante analisar a distribuição das dependências administrativas na região. Nota-se que existe um número maior de escolas públicas, sendo a sua maioria estaduais. Além disso a proporção público/privado no ensino técnico da região de Araraquara (67%) é superior à do estado como um todo (53%) como mostra a Figura 22. Um ponto de destaque é a distribuição desigual dessas instituições entre os 19 municípios da região, uma vez que Araraquara, sozinha, responde por 11 das 21 instituições que ofertam cursos profissionalizantes, isto é 52,4% do total regional.

**Tabela 12 – Número de matrículas em educação profissional por dependências administrativas.**

<b>Etapas de Ensino</b>	<b>Educação Profissional</b>
<b>Público</b>	<b>4.881</b>
Federal	882
Estadual	3.962
Municipal	37
<b>Privada</b>	<b>2.418</b>
<b>Total</b>	<b>7.299</b>

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

**Figura 22 – Participação de escolas públicas no ensino técnico.**



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

Uma última discussão em relação ao ensino técnico envolve os eixos temáticos mais presentes na região. Neste caso, os dados obtidos só permitem a análise para a rede federal de ensino profissionalizante, que abrange 22 possíveis eixos temáticos. Para a região de Araraquara, nota-se moderada variedade na oferta de cursos, a qual engloba 7 dos eixos. Principais destaques entre eles

são aqueles relacionados a informática (240 cursos, ou 33% do total), automação (135, ou 18,6%), mecânica (112, ou 15,4%) e alimentos (110, ou 15,1%), cujas maiores presenças podem indicar demandas específicas da região de Araraquara.

**Tabela 13 – Perfil da educação profissional por eixo temático na rede federal.**

Eixo Temático	Inscritos em Curso			
	Região (Total)	Estado (Total)	Região (%)	Estado (%)
Agrícola	0	188	0,0%	1,3%
Agroindústria	0	81	0,0%	0,6%
Alimentos	110	303	15,1%	2,1%
Arte e Cultura	0	39	0,0%	0,3%
Automação	135	2.531	18,6%	17,7%
Civil	0	1.079	0,0%	7,5%
Desenvolvimento Educacional	0	240	0,0%	1,7%
Desenvolvimento Educacional e Social	0	118	0,0%	0,8%
Design	0	47	0,0%	0,3%
Elétrica	0	1.610	0,0%	11,2%
Eventos	0	154	0,0%	1,1%
Gestão e Negócios	0	2.170	0,0%	15,2%
Hospitalidade	0	5	0,0%	0,0%
Informática	240	3.062	33,0%	21,4%
Lazer	0	78	0,0%	0,5%
Mecânica	112	1.723	15,4%	12,0%
Meio Ambiente	0	122	0,0%	0,9%
Pesca	0	68	0,0%	0,5%
Petroquímico	69	69	9,5%	0,5%
Química	37	519	5,1%	3,6%
Segurança	24	24	3,3%	0,2%

Eixo Temático	Inscritos em Curso			
	Região (Total)	Estado (Total)	Região (%)	Estado (%)
Telecomunicações	0	91	0,0%	0,6%
<b>Total</b>	<b>727</b>	<b>14.321</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Instituto Nilo Peçanha, Ministério da Educação, 2019.

### 2.2.3 Educação Superior

A educação de nível superior no Brasil apresentou na última década mudanças tanto em sua distribuição espacial quanto na oferta e acesso a seus cursos. A ideia principal por trás dessas mudanças é de que as instituições de ensino superior são ferramentas-chave para impulsionar o desenvolvimento regional, aumentando o capital intelectual e social da população e, assim, melhorando sua produtividade e capacidade de inovação. Dessa forma, é relevante que se entenda sua estrutura e eixos temáticos presentes na região sob análise.

A Tabela 14 e a Tabela 15 apresentam, para a região de Araraquara e o Estado de São Paulo, o número de instituições de ensino superior por categoria administrativa e por organização, respectivamente. Regionalmente, existem 12 instituições de ensino superior – 3 públicas e 9 privadas – das quais 11 são classificadas como faculdades e 1 como universidade. É importante ressaltar que a cidade de Araraquara concentra 4 das instituições, estando as demais distribuídas pelos municípios de Taquaritinga (3), Itápolis (2), Matão (2) e Ibitinga (1).

**Tabela 14 – Número de instituições de ensino superior segundo categoria administrativa.**

<b>Categoria Administrativa</b>	<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Participação Estadual</b>
<b>Pública</b>	<b>3</b>	<b>106</b>	<b>2,8%</b>
Federal	-	5	0,0%
Estadual	2	77	2,6%
Municipal	1	24	4,2%
<b>Privada</b>	<b>9</b>	<b>506</b>	<b>1,8%</b>
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>612</b>	<b>2,0%</b>

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018.

**Tabela 15 – Número de instituições de ensino superior segundo organização acadêmica.**

<b>Organização Acadêmica</b>	<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Participação Estadual</b>
Universidade	1	38	2,6%
Centro Universitário	-	71	0,0%
Instituto Federal	-	1	0,0%
Faculdade	11	502	2,2%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>612</b>	<b>2,0%</b>

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018.

O número de matrículas reforça a dependência da região de Araraquara do ensino superior privado, como pode ser visto na Tabela 16. A região possui 0,6% dos matriculados em cursos superiores do Estado de São Paulo, ou 12.643 alunos, dos quais 1.875 estão matriculados em instituições públicas e 10.768 em instituições de ensino privadas. Vale ressaltar que a quase totalidade das matrículas se dá na modalidade presencial (99,2%, ou 12.541 matrículas), padrão distinto daquele verificado para o conjunto do estado (73,6%, ou 1.643.637) o que mostra que o ensino superior à distância ainda é, em perspectiva comparada, uma modalidade incipiente na região.

**Tabela 16 – Número de matrículas em cursos de ensino superior segundo categoria administrativa.**

<b>Categoria Administrativa</b>	<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Participação Estadual</b>
<b>Pública</b>	<b>1.875</b>	<b>328.375</b>	<b>0,6%</b>
Federal	-	52.444	0,0%
Estadual	1.580	230.799	0,7%
Municipal	295	45.132	0,7%
<b>Privada</b>	<b>10.768</b>	<b>1.904.313</b>	<b>0,6%</b>
<b>Total</b>	<b>12.643</b>	<b>2.232.688</b>	<b>0,6%</b>

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018.

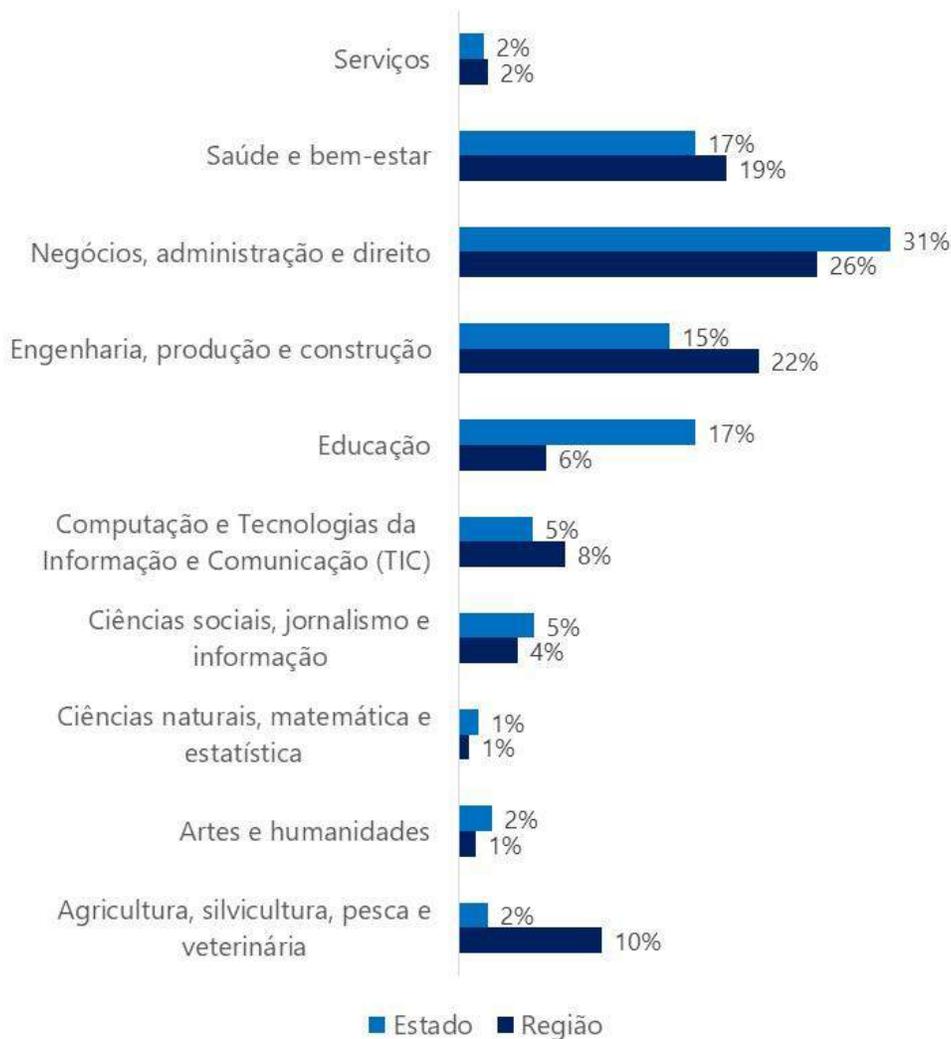
**Tabela 17 – Número de matrículas em cursos de ensino superior segundo modalidade de ensino.**

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Participação Estadual</b>
Presencial	12.541	1.643.637	0,8%
Distância	102	589.051	0,0%
<b>Total</b>	<b>12.643</b>	<b>2.232.688</b>	<b>0,6%</b>

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018.

A Figura 23 apresenta o perfil dos cursos de ensino superior na região de Araraquara por meio do percentual de matrículas por eixo temático. Observa-se que a região em questão possui um padrão de distribuição das matrículas razoavelmente similar ao observado no estado havendo, no entanto, dois destaques a serem feitos. Por um lado, mostram-se marcadamente sub-representados em matrículas na região os cursos das áreas de negócios, administração e direito (26% ante 31% no estado) e educação (6% ante 17%). Por outro lado, há evidente preferência regional pelos eixos temáticos engenharia, produção e construção (22% ante 15% no estado) bem como agricultura, silvicultura, pesca e veterinária (10% ante 2%).

**Figura 23 – Perfil dos cursos de ensino superior.**



Fonte: Censo da Educação Superior, INEP, 2018.

## 2.2.4 Considerações referentes à educação na região

Em linhas gerais, nota-se, portanto, que, ao se adotar indicadores do Estado de São Paulo como parâmetros, a região de Araraquara se caracteriza como uma área paulista que necessita maior atenção aos anos iniciais de educação, uma vez que apresenta número 77,6% maior de municípios

com IDEB abaixo da respectiva meta local para os anos iniciais do ensino fundamental. Com relação ao ensino profissional, destaca-se o fato de que a modalidade predominante seja, em termos de matrículas por docente, o curso concomitante ao ensino médio e de que exista moderada variedade de cursos federais na região (7 de 22 eixos temáticos presentes). Por fim, o ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a engenharia, produção e construção (22% ante 15% no estado) e, especialmente, a agricultura, silvicultura, pesca e veterinária (10% ante 2%).

## 2.3 Saúde

Outro aspecto importante a ser considerado na análise dos níveis de desenvolvimento social das regiões paulistas é a área da saúde. Desse modo, apresentaremos a seguir alguns dos principais indicadores da área com ênfase sobre (i) os equipamentos de saúde disponíveis, (ii) o perfil de internações e (iii) o perfil de mortalidade. Destaca-se, também, nesse conjunto, o levantamento realizado a respeito de leitos de internação, leitos em UTI e quantidade de respiradores no sistema, equipamentos, esses, de disponibilidade ainda mais fundamental dada a pandemia de COVID-19 atualmente enfrentada.

A saúde assume papel preponderante para o desenvolvimento regional, pois a articulação entre território e política de saúde tem na regionalização, e no caso brasileiro, na descentralização que organiza o SUS uma de suas características chave. Desenvolvimento local e humano está associado com qualidade de vida, tanto que saúde contém indicadores chave para o cálculo do IDH

### 2.3.1 Equipamentos de saúde

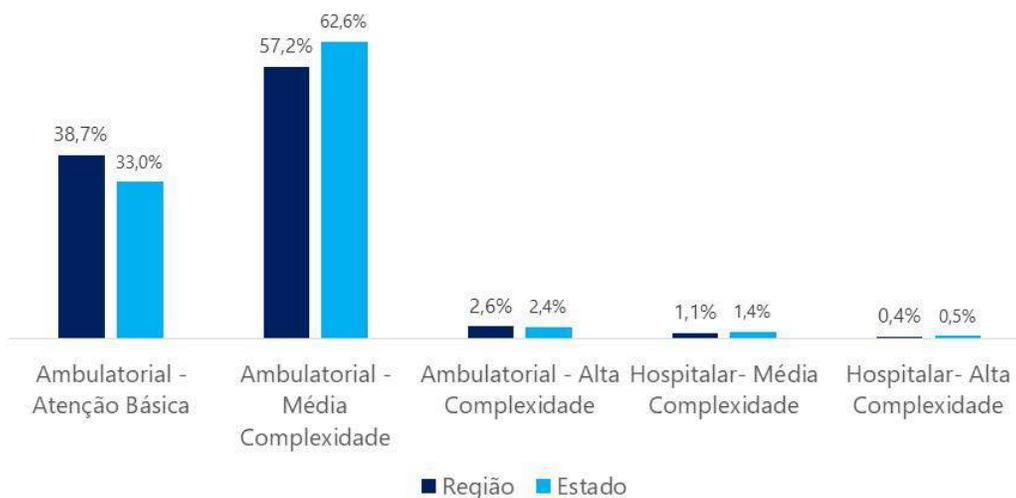
#### TIPOS DE ESTABELECIMENTOS

Os 19 municípios da região de Araraquara respondem, conjuntamente, por cerca de 2,3% (ou 1.941) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no Estado de São Paulo em junho de 2020. Apesar de aparentemente pouco equipada, a região se mostra, na verdade, sobrerrepresentada

quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (1,4%, ou 632.718 habitantes).

Na comparação com o restante do estado, nota-se ênfase na rede ambulatorial de média complexidade, que representa mais da metade dos estabelecimentos de saúde na região de Araraquara (57,2%). Tal participação, entretanto, se mostra inferior ao índice estadual (62,6%), algo que ocorre também na rede hospitalar em geral, seja no conjunto de estabelecimentos de média complexidade (participação 24,2% menor) seja naquele de alta complexidade (-23,8%). Por outro lado, a partir da Figura 24 nota-se superioridade nas participações dos estabelecimentos ambulatoriais de atenção básica (+17,1%) e de alta complexidade (+7%) no total regional quando confrontadas com o restante do Estado de São Paulo. Com relação às unidades ambulatoriais de média complexidade vale ainda enfatizar que quase a totalidade das 1.111 existentes na região – 1.104 unidades, ou 99,4% delas – se refere a equipamentos das redes municipais de saúde, padrão consonante ao observado no conjunto do estado (99,3%).

**Figura 24 – Equipamentos de saúde agrupados por nível de atenção.**

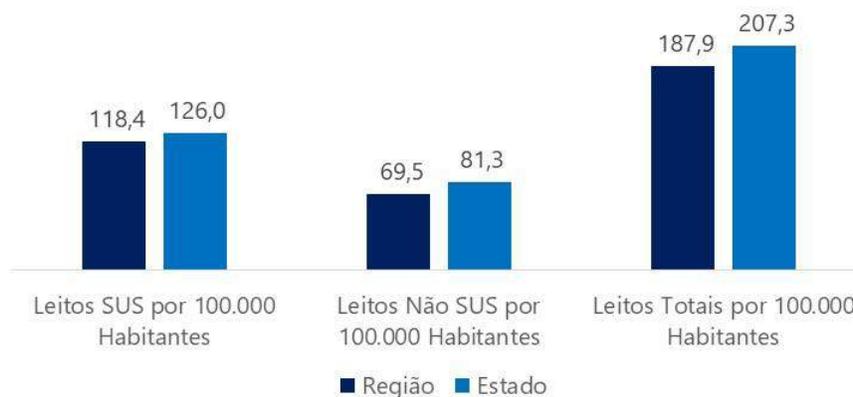


Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

## LEITOS DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Em termos de disponibilidade de leitos de internação hospitalar, a região de Araraquara se mostra subequipada quando se adota o conjunto do Estado de São Paulo como padrão para análise. Nesse contexto, vale dizer que a participação regional nos leitos estaduais disponíveis tanto na rede SUS (1,3%) quanto na rede privada (1,2%) estavam, em junho de 2020, em níveis levemente inferiores aos que seriam esperados dada a baixa participação da região no total da população do estado (1,4%). Como consequência, a comparação região-estado dos indicadores de leitos por 100.000 habitantes exibidos na Figura 25, revela que os 19 municípios da região de Araraquara têm, relativamente à sua população, menor disponibilidade de leitos de internação hospitalar tanto na rede SUS (-6,1%, ou 118,4 leitos) quanto, especialmente, na rede privada (-14,4%, ou 69,5 leitos). Ademais, em termos de sua distribuição intrarregional, os leitos de internação hospitalar tem presença heterogênea na região dado que 8 cidades não contam com nenhum leito enquanto outras 5 – Araraquara (450 leitos), Américo Brasiliense (193), Matão (162), Taquaritinga (124) e Ibitinga (103) – concentram cerca de 86,8% do total de leitos de internação hospitalar disponíveis nos 19 municípios (1.032 de 1.189).

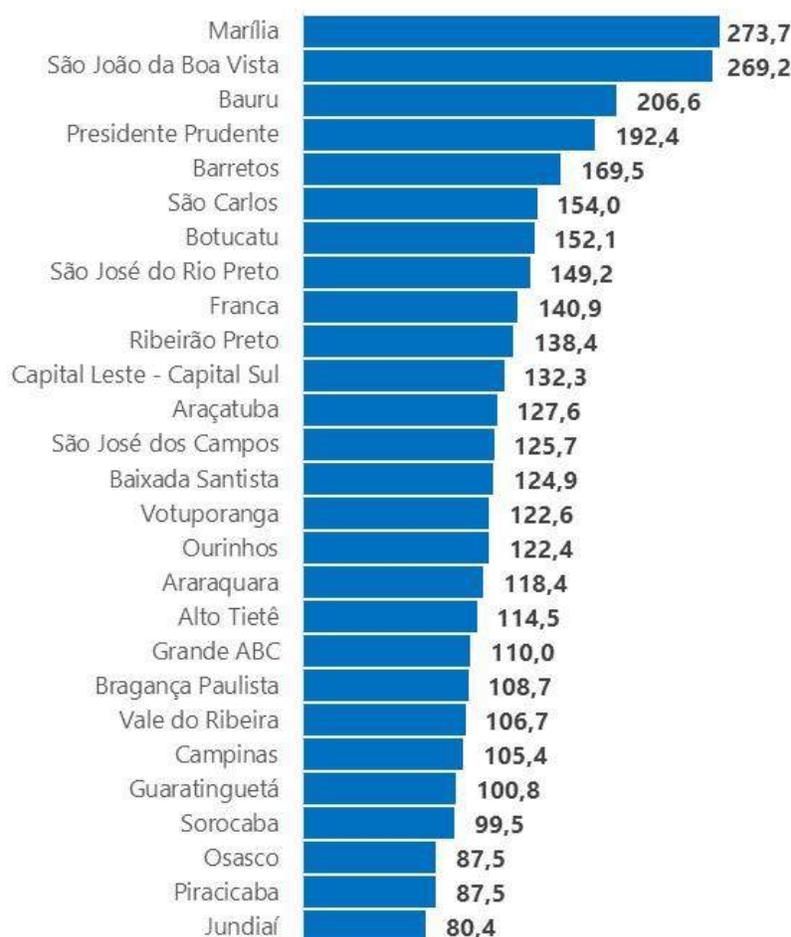
**Figura 25 – Leitos de internação hospitalar disponíveis por 100.000 habitantes.**



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

Em tais circunstâncias, a Figura 26 revela que seus 118,4 leitos de internação hospitalar disponíveis por 100.000 habitantes na rede SUS qualificam a região de Araraquara apenas como a 17ª entre as 27 regiões do estado, atrás de Ourinhos (122,4) e à frente da região do Alto Tietê (114,5).

**Figura 26 – Ranqueamento das regiões segundo leitos de internações do SUS por 100.000 habitantes.**



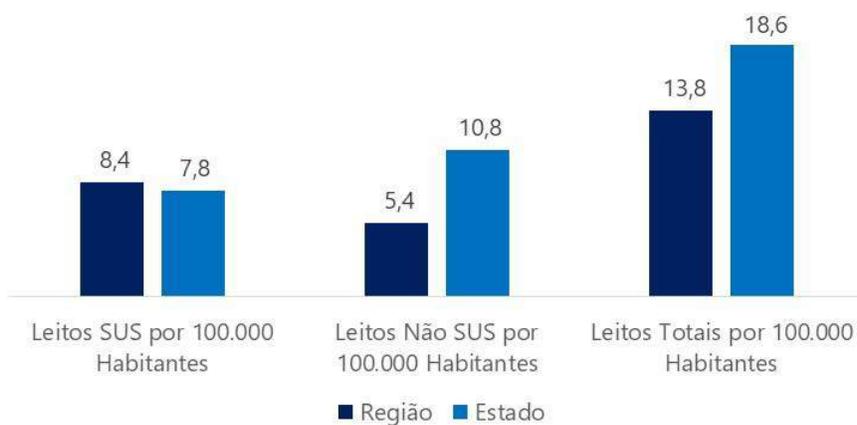
Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

## LEITOS EM UTI

De modo complementar aos leitos de internação hospitalar, também os leitos em UTI são essenciais à estruturação de sistemas de saúde. A partir da Figura 27 tem-se que, também a esse respeito, a região de Araraquara se encontra, em linhas gerais, subequipada ante o conjunto do Estado de São Paulo. Entretanto, a menor disponibilidade total de leitos (13,8 ante 18,6/100.000 habitantes) não decorre de padrões semelhantes nas redes pública e privada. Nesse contexto, enquanto a rede SUS exhibe cerca

de 8,1% a mais de leitos em UTI disponíveis por 100.000 moradores (índice de 8,4 ante 7,8), na rede particular o padrão se inverte fortemente, com disponibilidade cerca de 50,3% menor na região de Araraquara (5,4) frente o Estado de São Paulo (10,8). Tal heterogeneidade se revela também na distribuição dos leitos em UTI entre os municípios da região, uma vez que todos os 87 se localizam em apenas 6 das 19 cidades, a saber Araraquara (32), Matão (18), Américo Brasiliense (10), Ibitinga (10), Itápolis (9) e Taquaritinga (8).

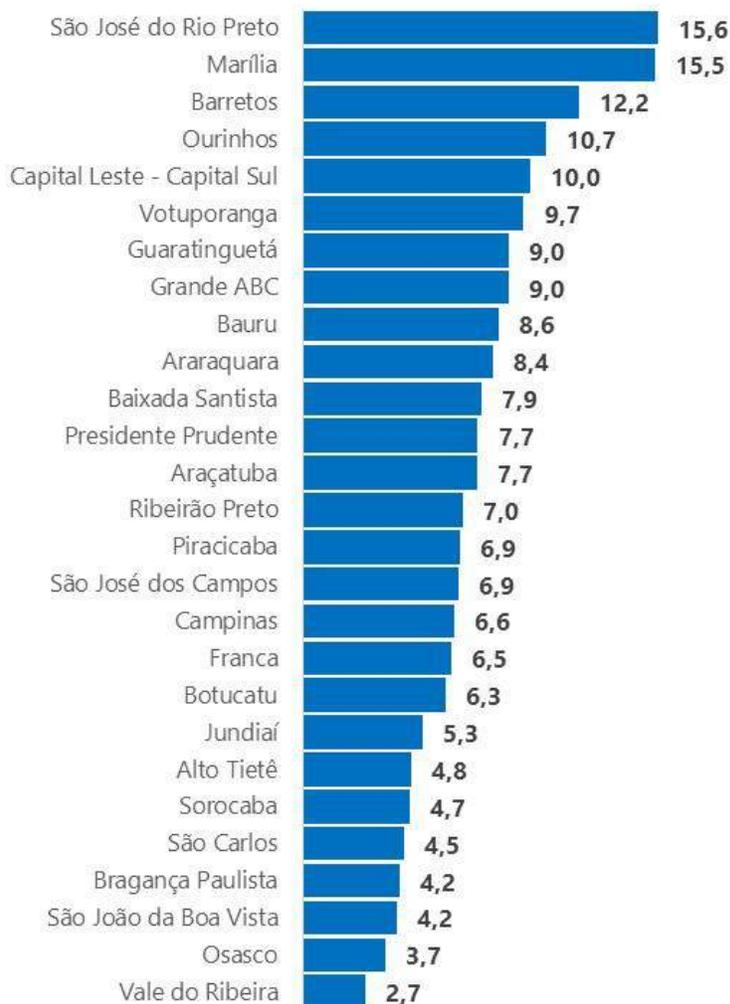
**Figura 27 – Leitos em UTI disponíveis por 100.000 habitantes.**



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

Assim como ocorre a respeito dos leitos de internação hospitalar, também quanto às UTIs a região de Araraquara não figura entre aquelas com maior disponibilidade de leitos na rede SUS. Ao ostentar índice de 8,4 leitos por 100.000 habitantes ela se posiciona em 10º lugar entre as 27 regiões do Estado de São Paulo, à frente da região da Baixada Santista (7,9), em 11º lugar, e atrás de Bauru (8,6), na 9ª posição.

Figura 28 – Ranqueamento das regiões segundo leitos em UTI do SUS por 100.000 habitantes.



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

## RESPIRADORES

Ventiladores pulmonares, ou respiradores, são equipamentos muito comentados desde o início da pandemia de COVID-19, sendo, inclusive, objeto de disputas comerciais em função de sua centralidade no tratamento dos pacientes mais gravemente acometidos pela enfermidade. Com base em dados de dezembro de 2019, nota-se que a região de Araraquara apresentava, em contexto pré-pandêmico,

disponibilidade inferior de respiradores ao restante do estado (28,4 ante 39,2 respiradores por 100.000 residentes). Entretanto, quando se analisam as redes pública e privada separadamente tem-se que inexistente padrão único aplicável a ambas. Em outras palavras, enquanto na rede privada a disponibilidade na região é 52,4% inferior ao conjunto do estado (7,0 ante 14,6), na rede SUS o descompasso é menor (-12,5%, ou índice de 21,5 ante 24,6). Vale destacar, ainda, que a distribuição de respiradores não se dá de maneira uniforme na região, os quais se encontram concentrados em Araraquara (90 unidades), Matão (34) e Américo Brasiliense (24) municípios que abrigam 148 dos 180 ventiladores pulmonares disponíveis na região (ou 82,2% do total).

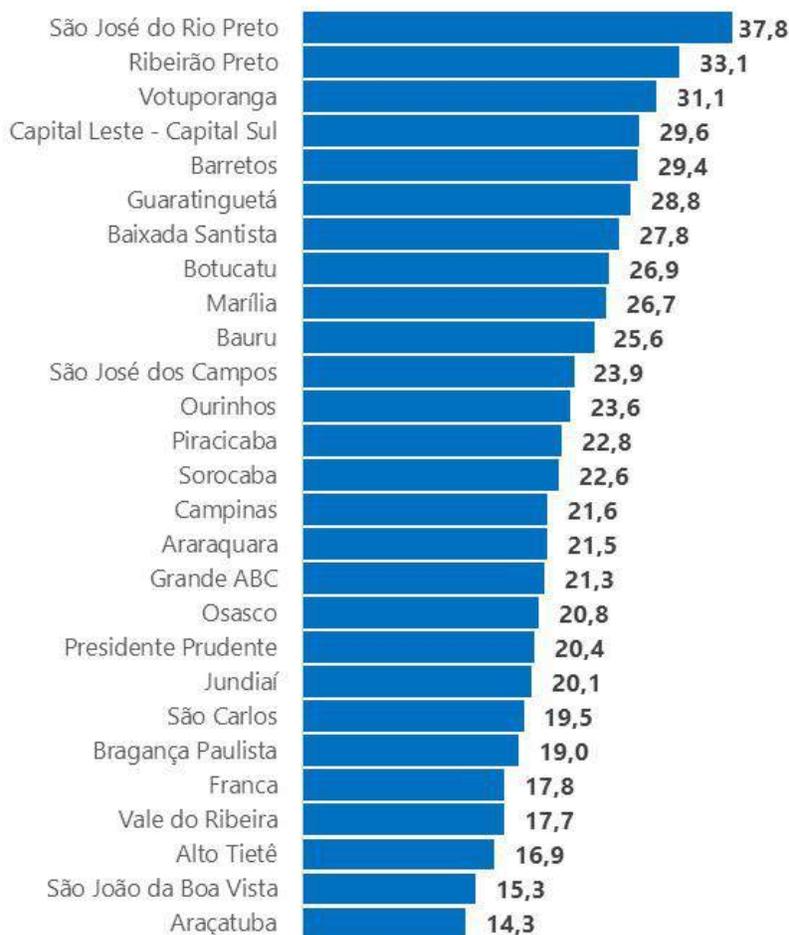
**Figura 29 – Respiradores disponíveis por 100.000 habitantes.**



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

Na comparação das 27 regiões exibidas na Figura 30, Araraquara, uma vez mais, se apresenta em nível intermediário, ao ocupar a 16ª posição entre as redes SUS mais bem equipadas, à frente de Grande ABC (21,3), na 17ª posição, e logo atrás de Campinas, na 15ª posição com índice de 21,6 respiradores/100.000 moradores.

**Figura 30 – Ranqueamento das regiões segundo respiradores do SUS por 100.000 habitantes.**



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

### 2.3.2 Perfil de internações

As causas de internação na região são representadas na Figura 31. Os algoritmos correspondem às condições clínicas e enfermidades presentes na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), segundo Tabela 18. O gráfico ilustrado na Figura 31 mostra a relação entre o quociente locacional – razão entre a incidência relativa de determinada doença na região e no estado – e a participação da doença no total de internações. A linha tracejada representa o limiar do quociente locacional acima do

qual a os algarismos representam causalidades com maior incidência na região em comparação ao estado e abaixo, ao contrário, representam as causalidades com menor incidência.

**Tabela 18 – Capítulos da classificação CID-10.**

Capítulo CID-10	Descrição
Cap I	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
Cap II	Neoplasmas [tumores]
Cap III	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
Cap IV	Neoplasmas [tumores]
Cap V	Transtornos mentais e comportamentais
Cap VI	Doenças do sistema nervoso
Cap VII	Doenças do olho e anexos
Cap VIII	Doenças do ouvido e da apófise mastóide
Cap IX	Doenças do aparelho circulatório
Cap X	Doenças do aparelho respiratório
Cap XI	Doenças do aparelho digestivo
Cap XII	Doenças da pele e do tecido subcutâneo
Cap XIII	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
Cap XIV	Doenças do aparelho geniturinário
Cap XV	Gravidez, parto e puerpério
Cap XVI	Algumas afecções originadas no período perinatal
Cap XVII	Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas
Cap XVIII	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte
Cap XIX	Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas
Cap XX	Causas externas de morbidade e de mortalidade
Cap XXI	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde

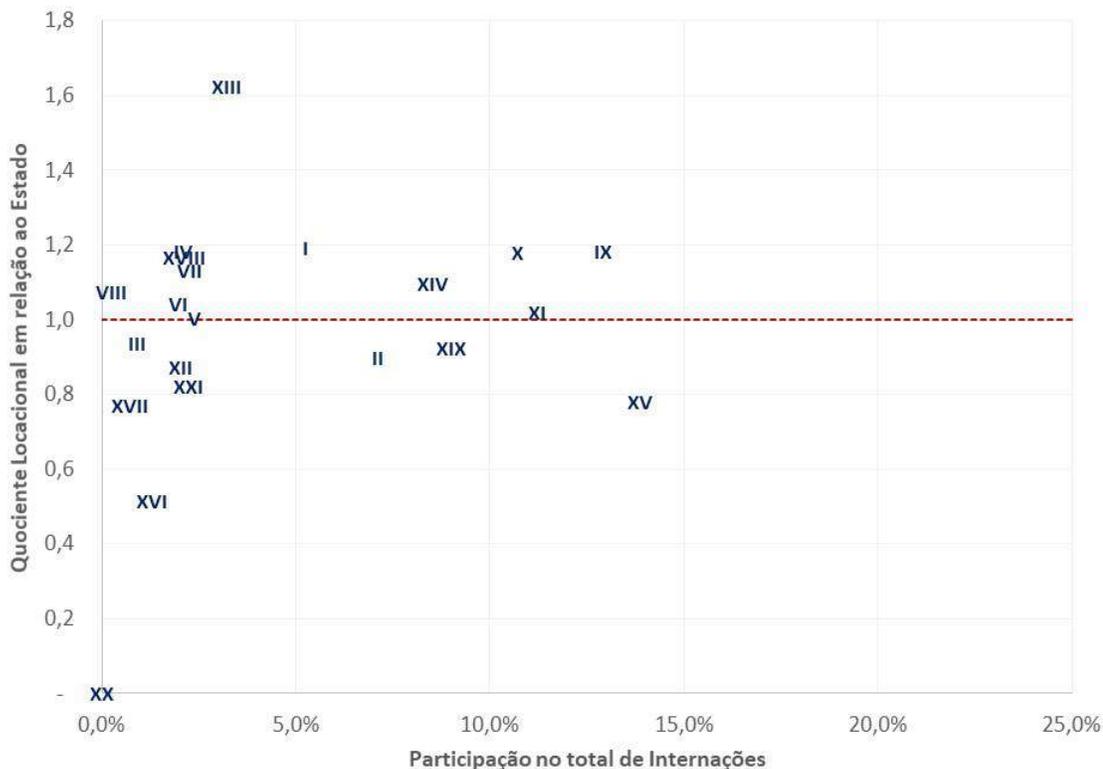
Fonte: Ministério da Saúde.

As causas mais comuns de internação na região de Araraquara em 2019 foram: gravidez, parto e puerpério (XV), doenças do aparelho circulatório (IX), doenças do aparelho digestivo (XI) e doenças do aparelho respiratório (X), cujas internações corresponderam, respectivamente, a 13,9%, 12,9%, 11,2% e 10,7% do total de internações no período.

Embora a gravidez, parto e puerpério sejam as principais causas de internação na região, sua incidência localiza-se abaixo do limiar do quociente locacional, ou seja, é menor do que aquela apresentada pelo Estado de São Paulo (-21,9%). Esta constatação está em consonância com a taxa de fecundidade total da região, 12% menor do que no conjunto do estado (1,49 ante 1,68 filho/mulher). De maneira distinta, as doenças dos aparelhos circulatórios (IX), digestivo (XI) e respiratório (X), além de estarem entre as principais causas de internação na região, também apresentam incidências, respectivamente, 18,5%, 2% e 17,9% acima do que no estado. A maior incidência dessas doenças pode estar relacionada às características demográficas da região, que apresenta índice de envelhecimento 15,2% superior ao do estado (61 ante 53 idosos/100 jovens).

Na Figura 31 se observa também que as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (XIII), embora representem apenas 3,2% das causas de internações na região de Araraquara, se situam muito acima do limiar do quociente locacional em um patamar 62,4% maior na comparação com as demais regiões do estado. Aqui também o maior envelhecimento demográfico surge como possível explicação para a maior participação relativa desse conjunto de enfermidades que inclui doenças típicas de populações mais idosas como as artroses. Por outro lado, a menor taxa de fecundidade total verificada na região impacta não só as menores internações do grupo XV, como mencionado, mas também afeta as internações por complicações do fim da gestação e do parto (grupo XVI), 48,6% menores na região.

Figura 31 – Comparação dos perfis de internação região-estado.



Fontes: SIHSUS, Ministério da Saúde, 2019.

### 2.3.3 Perfil de mortalidade

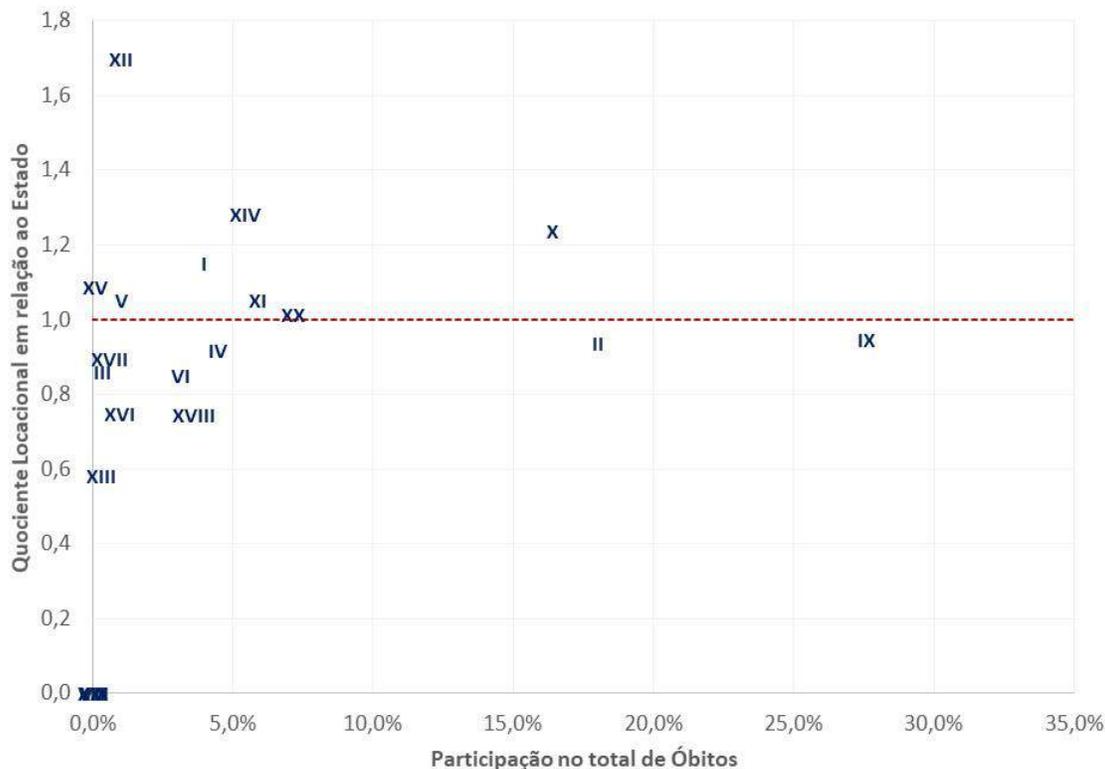
Assim como quanto ao perfil de internações, as doenças do aparelho circulatório (IX) e do aparelho respiratório (X) também se localizam entre as principais causas de morte na região em 2019 ao responderem por 27,6% e 16,4%, respectivamente. Entre elas, no entanto, figuram os neoplasmas (II) como o segundo grupo de causas com maior participação nas mortes da região (18%).

Embora se tenha constatado que a incidência de doenças do aparelho circulatório (IX) nas causas de internação seja superior na região, este padrão não se repete na análise das causas de mortalidade, cuja comparação região-estado se apresenta relativamente equilibrada (-5,4% de mortalidade na região). Tal equilíbrio ante o conjunto do Estado de São Paulo também se dá na análise dos

neoplasmas (grupo II) que, embora sejam mais presentes em populações envelhecidas como a de Araraquara, situa-se em nível próximo ao estado entre as causas de mortalidade (18% ante 19,2%). O mesmo não ocorre para as doenças do aparelho respiratório, cuja incidência nos casos de morte ultrapassa em 23,7% aquela apresentada pelo estado como um todo. De qualquer forma, destaca-se como fator comum entre as três principais causas de mortalidade observadas a sua maior incidência em populações mais envelhecidas como aquela residente no conjunto de 19 municípios da região de Araraquara.

Vale ainda mencionar os casos de maior descompasso região-estado entre as causas de mortalidade. Por um lado, ao serem desconsideradas as enfermidades com reduzido número absoluto de mortes no Estado de São Paulo ao longo do ano – casos dos grupos VII (4 óbitos) e VIII (42 mortes) – destacam-se as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (XIII). É importante notar que, a despeito de terem incidência de internações 62,4% maior na região ante o estado, elas respondem por parcela 41,9% menor entre os municípios da região de Araraquara, algo que pode sugerir maior êxito regional na recuperação do paciente internado por complicações desse grupo de doenças. Por outro lado, doenças da pele e do tecido subcutâneo (XII) despontam com quociente locacional 69,7% superior na região, o que pode ser parcialmente explicado pela combinação de alta exposição à radiação solar entre os habitantes, e população mais envelhecida e, portanto, com maior dano dermatológico acumulado ao longo da vida e menor resistência a enfermidades.

**Figura 32 – Comparação dos perfis de mortalidade região-estado.**



Fontes: SIM, Ministério da Saúde, 2018.

### 2.3.4 Considerações referentes à saúde na região

Em resumo, a região de Araraquara possui uma estrutura ambulatorial superior às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de atenção básica, cerca de 17,1% superior. Entretanto, a região se mostra subequipada na disponibilidade de respiradores, leitos de internação hospitalar e em UTI, o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de coronavírus.

As causas mais comuns de internação na região foram gravidez, parto e puerpério (grupo XV), doenças do aparelho circulatório (IX), doenças do aparelho digestivo (XI) e doenças do aparelho respiratório (X). Deve-se destacar ainda a participação de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo nas internações (+62,4%) e das complicações causadas por algumas afecções originadas no período perinatal (XIV) no total de internações (-48,6%).

Em relação ao perfil de mortalidade dos 19 municípios da região de Araraquara nota-se padrão semelhante ao perfil de internações, marcado por alta participação de doenças do aparelho circulatório (IX) e do aparelho respiratório (X) nos óbitos registrados. Soma-se a essas causas os neoplasmas (grupo II), segunda causa mortis mais frequente. Por fim, nos extremos da comparação região-estado, observa-se a sobre-representação (+69,7%) de doenças da pele e do tecido subcutâneo (XII) bem como a sub-representação (-41,9%) das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.

## 2.4 Assistência Social

Na assistência social, assim como nas demais áreas sociais, os municípios têm papel fundamental pois são os executores dos programas, serviços e ações. Dentro do Sistema de Único de Assistência Social (SUAS) os municípios atuam em dois níveis de atenção: o Preventivo – através da Proteção Básica – e o Protetivo – através da Proteção Especial. Assim, dentro desse contexto, os principais representantes das unidades de atuação e oferta de serviços voltados a assistência social ao nível municipal são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Essa seção busca apresentar indicadores sobre a infraestrutura de atendimento à população através dos totais de equipamentos públicos disponíveis, bem como da sua distribuição espacial. Além disso, são apresentados indicadores complementares sobre o perfil dos beneficiários e de suas respectivas famílias por meio do uso dos dados do Cadastro Único.

Aqui vale ressaltar que a estrutura e infraestrutura da assistência social em nível municipal apresenta forte correlação com os temas de estudo e as políticas desenvolvidas pelo SEBRAE-SP, especialmente as voltadas a **Inclusão Produtiva**, **Capacitação de Mão de Obra** e **Associativismo e Cooperativismo** – tanto para aos projetos voltados a agricultura familiar quanto aos voltados para a economia solidária. Entretanto, os mecanismos de gestão municipal - instrumentos e políticas – pertencentes ao tema serão abordados com mais detalhes no Capítulo 3 deste documento, referente à dimensão institucional.

## 2.4.1 Equipamentos Públicos

Em relação a oferta de equipamentos para serviços públicos, a região de Araraquara conta com 32 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 4 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respondendo por cerca de 2,8% e 1,3%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no Estado de São Paulo. A região conta ainda com 1 unidade do Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e 210 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência – aproximadamente 2,6% do total estadual. Ainda assim, a região apresenta 30 Unidades de Acolhimento, equipamento público responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Os dados absolutos e relativos dos equipamentos públicos da região estão disponíveis na Tabela 19.

Cabe notar que, como destacado anteriormente, a região de Araraquara possui 632.718 habitantes, o que representa cerca de 1,4% da população estadual. A cobertura relativa de equipamentos na região – na faixa de 1% a 3% do total – é, portanto, proporcional à fração da população paulista presente no território de Araraquara.

**Tabela 19 – Equipamentos públicos na região de Araraquara.**

Equipamento	Região	Estado	Participação Estadual
CRAS	32	1.142	2,8%
CREAS	4	298	1,3%
Centro POP	1	56	1,8%
Centro DIA	210	8.136	2,6%
Unidade de Acolhimento	30	1.587	1,9%

Fonte: Censo Suas, Ministério do Desenvolvimento Social, 2019.

## 2.4.2 Perfil Cadastro Único

As famílias em situação de vulnerabilidade social no Brasil podem se registrar Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (CadÚnico). O CadÚnico é a porta de entrada para o acesso a programas sociais, como o Bolsa Família. Dessa forma, entender o perfil dos cadastrados no CadÚnico, em determinada região é um importante indicador das vulnerabilidades socioeconômicas às quais os indivíduos e famílias estão expostos.

### FAMÍLIAS DO CADASTRO ÚNICO

No intuito de aprofundar a descrição da região de Araraquara, é interessante compreender indicadores sobre a composição das famílias em situação de vulnerabilidade e cadastradas no CadÚnico. No ano de 2020 a região possui o total de 45.476 famílias cadastradas, representando 1,1% do total de 4.173.780 de famílias cadastradas no estado de São Paulo.

Entretanto, o perfil dessas famílias é diverso. A região de Araraquara possui atualmente totais de 6 famílias indígenas, 3 famílias quilombolas, 36 famílias de agricultores familiares, 147 famílias em assentamentos de reforma agrária, 655 famílias de catadores de materiais recicláveis e 300 famílias em situação de rua. Dentre todas essas classificações de famílias cadastradas no CadÚnico, a informação que se destaca é que a região de Araraquara possui 1,9% das famílias em assentamentos de reforma agrária e daquelas compostas por catadores de materiais recicláveis, percentual cerca de 38% maior à participação demográfica da região no total estadual. A Tabela 20 apresenta os dados de perfil familiar da região de Araraquara e a comparação com o perfil estadual.

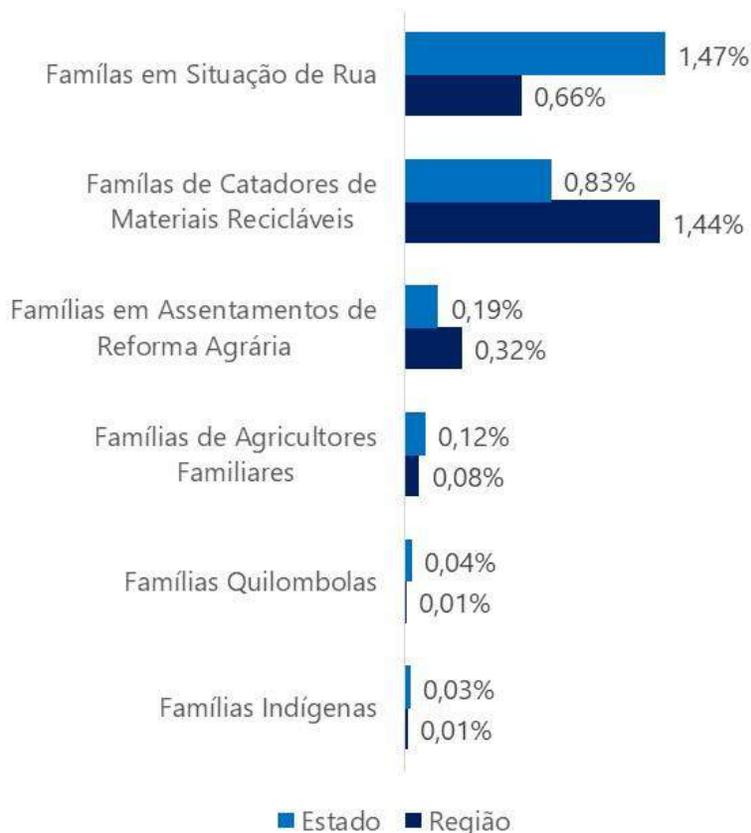
**Tabela 20 – Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico na região de Araraquara.**

Descrição	Região	Estado	Participação Estadual
<b>Famílias Cadastradas no CadÚnico (total)</b>	45.476	4.173.780	1,1%
Famílias Indígenas	6	1.346	0,4%
Famílias Quilombolas	3	1.525	0,2%
Famílias de Agricultores Familiares	36	4.869	0,7%
Famílias em Assentamentos de Reforma Agrária	147	7.800	1,9%
Famílias de Catadores de Materiais Recicláveis	655	34.457	1,9%
Famílias em Situação de Rua	300	61.503	0,5%

Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

No entanto, é preciso que se observe se o perfil de famílias vulneráveis na região é correlato ao perfil de famílias do CadÚnico no estado de São Paulo. Em comparação com o conjunto do estado, a região de Araraquara apresenta maior percentual nos perfis de famílias em assentamentos de reforma agrária (+73,0%) e de famílias de catadores de materiais recicláveis (+74,5%). Dentre os demais perfis de cadastrados presentes na região, destacam-se as famílias em situação de rua, 55,2% menos presentes na distribuição regional do que naquela relativa ao conjunto paulista. Esse perfil comparado das famílias cadastradas no CadÚnico revela as formas de vulnerabilidades socioeconômicas vivenciadas nas regiões e exerce impacto direto nos objetivos e no grau de cobertura das políticas públicas de assistência social a serem desenhadas.

Figura 33 – Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual.



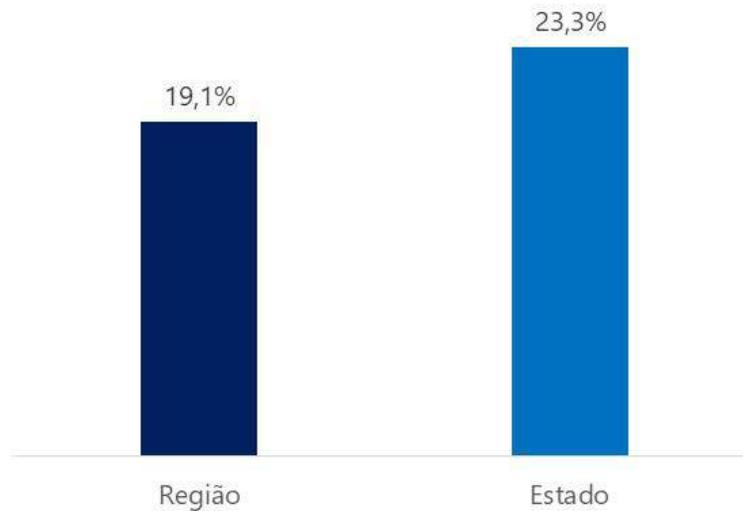
Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

## EXTREMA POBREZA

Nesta seção são apresentados dados referentes ao percentual da população cadastrada no CadÚnico, bem como o percentual da população considerada em **extrema pobreza**. Ambos dados correspondem ao ano de 2020.

Sobre a população cadastrada, 19,1% dos habitantes da região de Araraquara fazem parte do CadÚnico, totalizando 120.776 habitantes, ou 1,1% de toda a população estadual cadastrada.

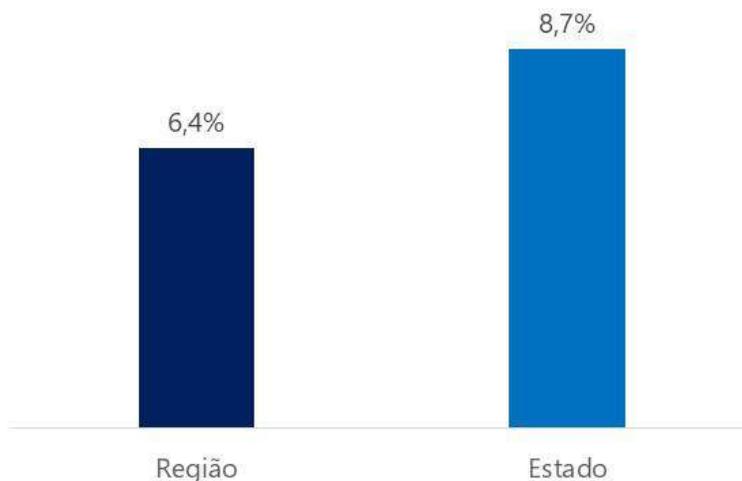
Figura 34 – Proporção de população cadastrada no CadÚnico.



Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

O conceito de extrema pobreza corresponde às pessoas em famílias com rendimento mensal *per capita* entre R\$ 0,00 e R\$ 89,00. A região de Araraquara possui 6,4% da sua população nessa situação, o que dá um total de 40.519 residentes na extrema pobreza. Tal patamar revela que, na comparação com o Estado de São Paulo, a região apresenta contingente populacional 26% menor vivendo em tal situação de vulnerabilidade.

Figura 35 – Proporção da população cadastrada no CadÚnico em extrema pobreza.



Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

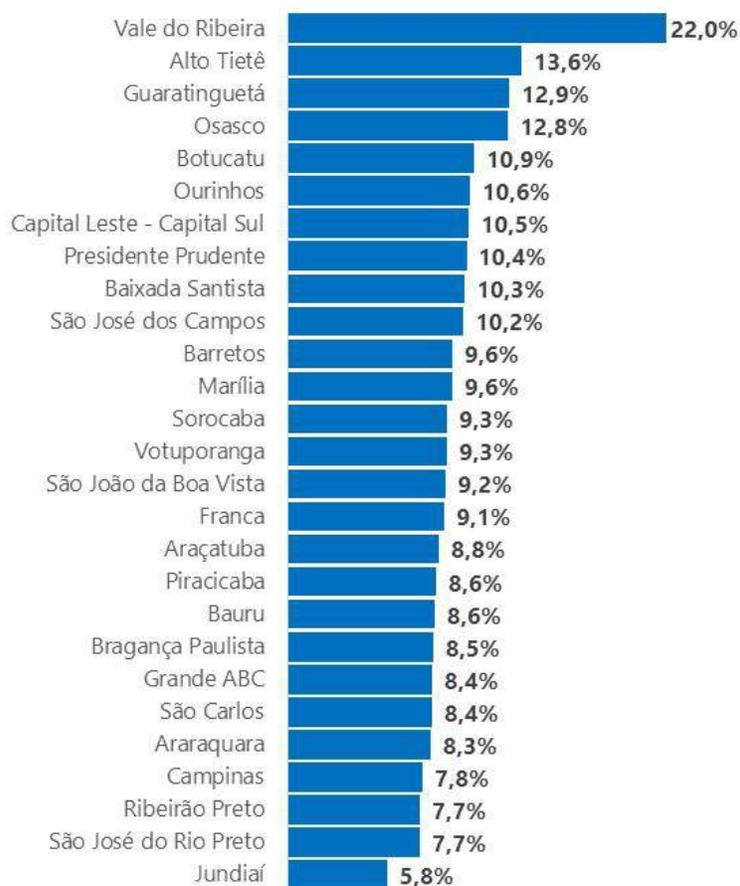
Considerando os 19 municípios da região é interessante perceber que Trabiju e Santa Ernestina ultrapassam os 20% da sua população na extrema pobreza, com índices respectivos de 30,2% e 21,4% dos moradores em tal situação. Sendo assim, comparados aos demais municípios do Estado de São Paulo, Trabiju e Santa Ernestina estão, respectivamente, na 9ª e 45ª posições na classificação segundo o maior percentual de extrema pobreza. Em âmbito intrarregional, os dois são seguidos por Boa Esperança do Sul, Dobrada, Rincão e Cândido Rodrigues. Por outro lado, Santa Lúcia (3,7% dos residentes em extrema pobreza) e, especialmente, Itápolis (2,6%) se destacam por apresentarem valores reduzidos, e abaixo da média regional, de indivíduos vivendo em situação de extrema pobreza.

### 2.4.3 Transferência de renda

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos recebem auxílio financeiro mensal é o Bolsa Família. É elegível ao recebimento do benefício pessoas que estejam na faixa de extrema pobreza, ou seja, aquelas famílias no qual a renda *per capita* familiar não ultrapassa R\$ 89,00. A região de Araraquara ocupa posição inferior (23º lugar) no ranqueamento das regiões paulistas segundo as maiores parcelas populacionais beneficiárias do auxílio. Isso indica menor

vulnerabilidade socioeconômica na região quando comparada às demais regiões paulistas ranqueadas na Figura 36.

**Figura 36 – Ranqueamento de beneficiários do Bolsa Família, por região.**



Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

De modo mais específico vale mencionar que vivem na região 52.724 pessoas que recebem o auxílio (8,3% da população regional), o que equivale a 1,1% do total de beneficiários do estado. O valor despendido pelo programa na região é de R\$ 2.928.127,00, o que resulta em média de R\$ 55,54 por beneficiário, valor 5,9% menor ao observado no conjunto do estado (R\$ 59,01). A Tabela 21 apresenta tais dados a partir da comparação região-estado.

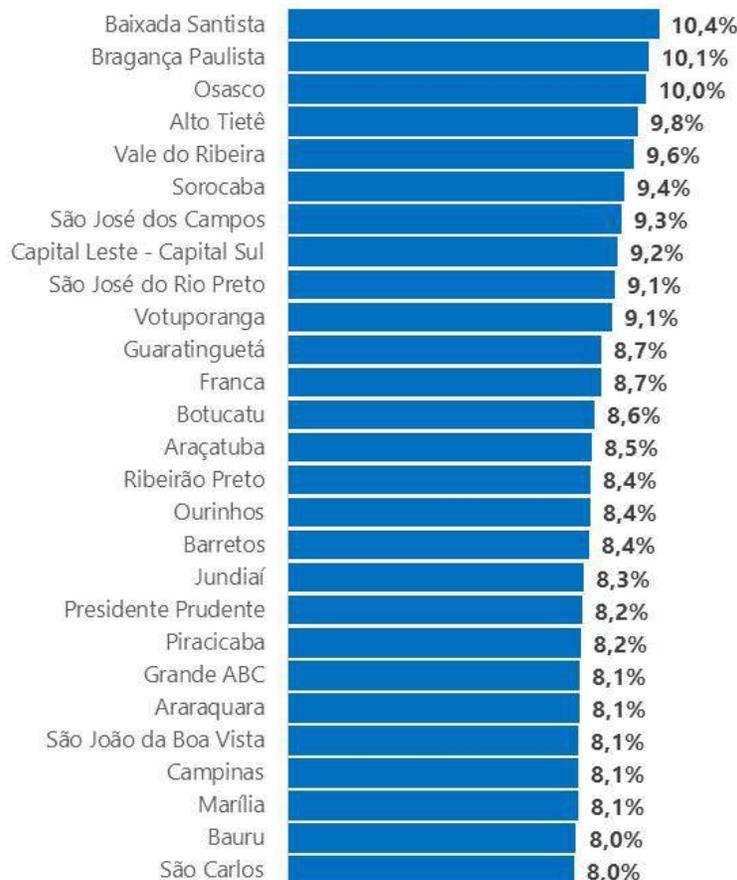
**Tabela 21 – Beneficiários do Bolsa Família.**

Descrição	Região	Estado	Comparação Estadual
Total de pessoas que receberam o benefício	52.724	4.654.667	1,1%
Montante total pago	R\$ 2.928.127,00	R\$ 274.682.781,00	1,1%
Valor médio por beneficiário	R\$ 55,54	R\$ 59,01	94,1%
% de pessoas que receberam o benefício	8,3%	10,1%	82,2%

Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

Outra modalidade de transferência de renda, surgida em tempos recentes em decorrência da pandemia da COVID-19, foi o auxílio emergencial. Em linhas gerais, são elegíveis ao programa aqueles indivíduos que se encontram desempregados durante a pandemia e aqueles já beneficiários pelo programa Bolsa Família. Com relação ao auxílio, Araraquara ocupa a 22ª posição no ranqueamento dos maiores beneficiados pelo programa, uma vez que somente 8,1% da sua população é recebedora do auxílio emergencial. A Figura 37 mostra o ranqueamento completo que aponta a Baixada Santista como a maior recebedora do benefício (10,4% de sua população) e a região de São Carlos como a menos beneficiada (8,0% da população beneficiada).

**Figura 37 – Ranqueamento de beneficiários do Auxílio Emergencial, por região.**



Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

Na região de Araraquara 51.471 pessoas recebem o auxílio, o que leva o valor dispendido pelo programa na área ao montante de R\$ 33.947.400,00. Em termos da população atendida, 8,1% dos indivíduos da região foram beneficiados, patamar cerca de 10% inferior ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (9,0% da população estadual beneficiária). A Tabela 22 mostra os valores relativos ao programa na comparação região-estado.

**Tabela 22 – Beneficiários do Auxílio Emergencial.**

Descrição	Região	Estado	Comparação Estadual
Total de pessoas que receberam o benefício	51.471	4.134.536	1,2%
Valor pago total	R\$ 33.947.400,00	R\$ 2.741.785.200,00	1,2%
% de Pessoas que receberam o benefício	8,1%	9,0%	90,3%

Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

#### **2.4.4 Considerações referentes à assistência social na região**

Em suma, nessa seção sobre assistência social, nota-se que a região de Araraquara apresenta volume de equipamentos de serviços públicos proporcional à representação populacional da região no Estado de São Paulo. Embora a análise não explicita diretamente os efeitos da implementação das políticas públicas por meio desses aparelhos, é possível notar que há meios para que a cobertura das políticas de assistência social na região se dê de forma coerente.

Sobre as famílias cadastradas no CadÚnico, a região de Araraquara possui um perfil diversificado. A região possui maior participação de famílias de assentamentos rurais e de catadores de materiais recicláveis em comparação com o estado de São Paulo. Das famílias alocadas em outras categorias, a participação relativa é menor, mas não irrelevante. A composição desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

Com relação ao cadastro único e à pobreza, Araraquara chama a atenção por possuir menores percentuais de cadastrados e de indivíduos vivendo em extrema pobreza do que o Estado. Entretanto, ainda que menores, esses dados não podem ser negligenciados, pois 6,4% da população dos 19 municípios da região de Araraquara vive em situação de pobreza extrema. Já com relação aos programas de transferência de renda, nota-se menor penetração tanto do programa Bolsa Família quanto do auxílio emergencial quando os percentuais de beneficiários da região são comparados aos das demais áreas do Estado de São Paulo.

## 2.5 Índices de Desenvolvimento Humano

Uma das maneiras de avaliar os fatores sociais, demográficos e econômicos é analisando os índices de desenvolvimento humano dentro das regiões de estudo. Esses índices complementam as análises apresentadas nas seções anteriores pois apresentam as condições sociais inerentes às populações residentes em cada região.

### 2.5.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)** é composto pela combinação de 3 indicadores sintéticos: IDH Educação, IDH Renda e IDH Longevidade. Cada um destes indicadores é composto por um conjunto de variáveis ou combinação das mesmas, a saber:

- ▣ IDH Educação:
  - ▣ % de jovens e adultos com 18 anos ou mais com o fundamental completo;
  - ▣ % de crianças de 5 a 6 anos na escola;
  - ▣ % de crianças de 11 a 13 anos no 2º ciclo do fundamental;
  - ▣ % de jovens de 15 a 17 anos com o fundamental completo e % de jovens de 18 a 20 anos com o médio completo;
  
- ▣ IDH Longevidade:
  - ▣ Esperança de Vida ao Nascer;
  
- ▣ IDH Renda:
  - ▣ Renda *per capita*.

Assim, a análise do IDHM busca compreender e mensurar os níveis de desenvolvimento social de uma forma mais ampla abordando em sua análise os níveis de acesso à Educação, Saúde (Longevidade) e Renda da população estudada. É importante mencionar que o IDHM pode ser classificado entre cinco faixas:

- ▣ Muito Baixo: entre 0 e 0,499;
- ▣ Baixo: entre 0,500 e 0,599;
- ▣ Médio: entre 0,600 e 0,699;
- ▣ Alto: entre 0,700 e 0,799; e
- ▣ Muito Alto: entre 0,800 e 1.

A região de Araraquara apresenta, quando comparada ao Estado de São Paulo, valores de IDHM semelhantes. A maior diferença, ainda que leve, se dá para o IDH Renda – com valor cerca de 5% abaixo do Estado (0,75 ante 0,79). Pode-se inferir, portanto, que a população da região tem níveis educacionais e de longevidade semelhantes, mas menor acesso à renda do que a média Estadual. Entretanto, para todos indicadores do IDHM os valores são considerados altos.

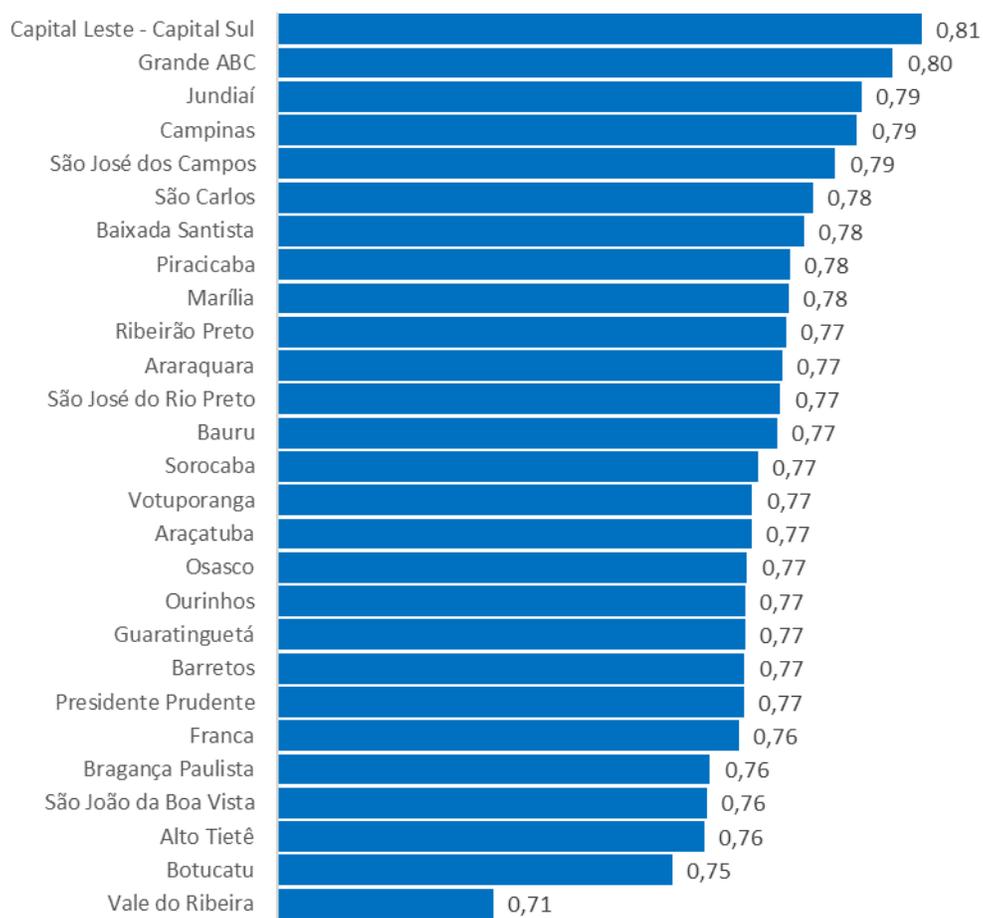
**Figura 38 – IDHM da região de Araraquara comparada ao Estado de São Paulo.**



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

De maneira geral, o IDHM é classificado como alto ou muito alto entre todas as Regiões de Articuladores que compõe este projeto. No caso específico da região de Araraquara pode-se auferir, conforme apresentado na Figura 39, que o IDHM é o 11º maior do Estado.

**Figura 39 – Ranqueamento das regiões segundo IDHM.**



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Apesar de ser um índice tradicional e comumente utilizado, o IDHM apresenta algumas limitações, especialmente as relativas à base de dados referencial utilizada em seus cálculos: Censo Demográfico de 2010. Ou seja, o IDHM reflete as condições sociais do território com defasagem de mais de 10 anos. Além disso, quando se considera os municípios paulistas, os indicadores, em especial o IDHM Longevidade, apresentam pouca variabilidade comparativa já que foram desenhados conceitualmente para mensurar o contexto nacional, que apresenta heterogeneidade maior do que a observada internamente ao Estado de São Paulo. Neste sentido, o IDHM pode não ser suficientemente sensível

para se captar os diferenciais sociais entre os municípios paulistas. Assim, para avançarmos na análise, exploraremos na próxima seção o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

## 2.5.2 Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

O IPRS é baseado nos mesmos conceitos de desenvolvimento humano compreendidos pelo IDHM, isto é, apresenta indicadores sintéticos para mensurar as dimensões riqueza, escolaridade e longevidade. Sua concepção teórica, porém, foi desenvolvida para caracterizar as especificidades internas dos municípios paulistas e captar mudanças de curto prazo. Além disso, o IPRS apresenta resultados mais recentes que abrangem o ano de 2018. As variáveis que compõe cada um dos três eixos temáticos do IPRS são apresentadas abaixo:

- ▣ Riqueza:
  - ▣ PIB *per capita*;
  - ▣ Remuneração dos empregados formais e beneficiários previdenciários;
  - ▣ Consumo residencial de energia elétrica;
  - ▣ Consumo de energia na agricultura, no comércio e nos serviços;
- ▣ Longevidade:
  - ▣ Mortalidade perinatal;
  - ▣ Mortalidade Infantil;
  - ▣ Mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos;
  - ▣ Mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos;
- ▣ Escolaridade:
  - ▣ Proporção de alunos da pública com nível adequado nas provas de Língua Portuguesa e Matemática;
  - ▣ Taxa de atendimento escolar na faixa de 0 a 3 anos; e
  - ▣ Taxa de distorção idade-série no ensino médio.

Por fim, o IPRS apresenta uma tipologia de classificação – 5 grupos e sem ordenação – baseadas nas condições municipais para os três eixos, conforme Tabela abaixo.

**Tabela 23 – Grupos de classificação municipal do IPRS.**

Grupo	Riqueza	Longevidade e Escolaridade
Dinâmicos	Alta	Média ou Alta
Desiguais	Alta	Baixa Longevidade e Média/Alta Escolaridade ou Baixa Escolaridade e Média/Alta Longevidade
Equitativos	Baixa	Média ou Alta
Em transição	Baixa	Baixa Longevidade e Média/Alta Escolaridade ou Baixa Escolaridade e Média/Alta Longevidade
Vulneráveis	Baixa	Baixa Longevidade e Baixa Escolaridade

Fonte: Fundação Seade, 2018.

A comparação Estadual dos indicadores IPRS para a região de Araraquara apresenta algumas particularidades quando confrontada com a discussão dos indicadores IDHM. Por um lado, ela confirma a menor renda regional (-8,6%). Por outro lado, ela indica que, ainda que em patamares próximos, os indicadores de educação e longevidade são favoráveis à região, uma vez que são 5,9% e 1,4% superiores, respectivamente.

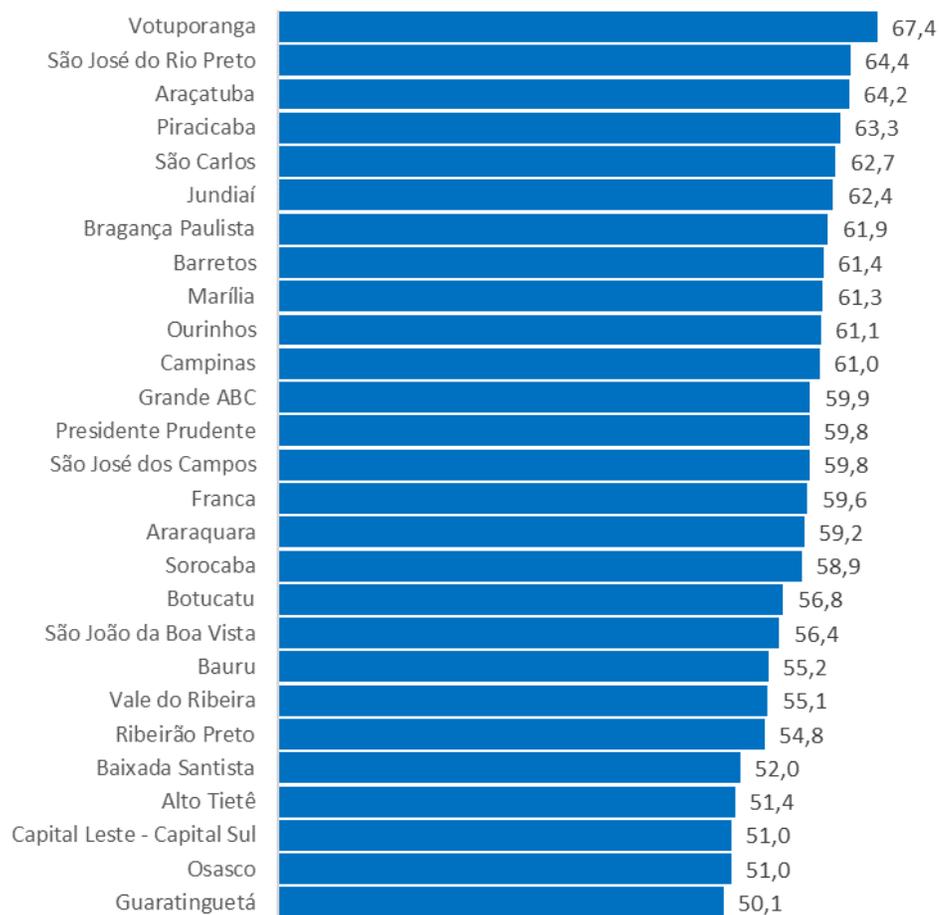
**Figura 40 – IPRS da região de Araraquara comparada ao Estado de São Paulo. (Valores médios entre municípios)**



Fonte: Fundação Seade, 2018.

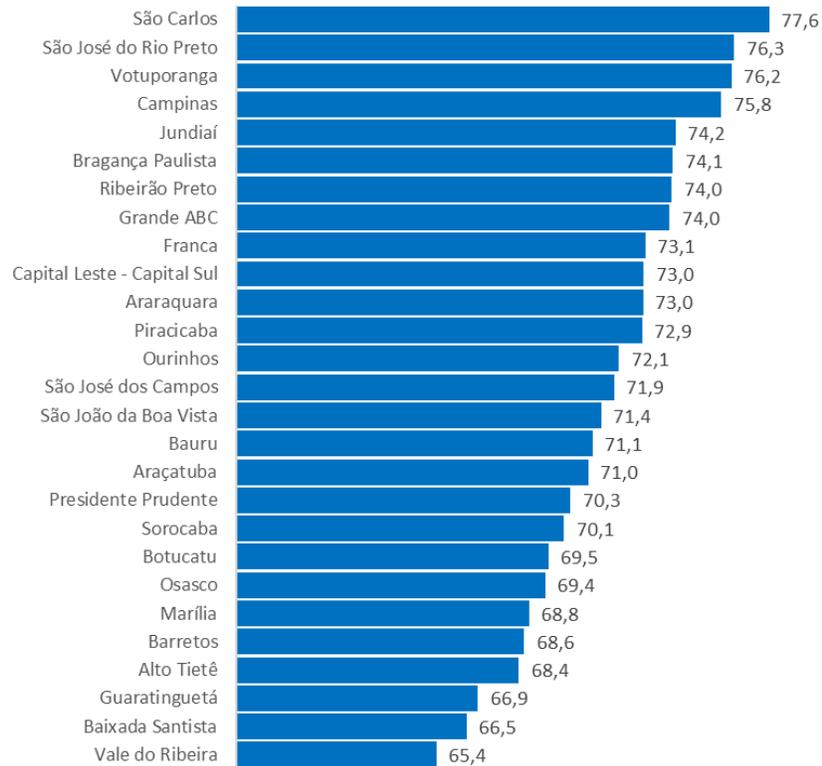
É interessante notar que quando se compara as médias municipais das regiões, os resultados para os 19 municípios da região de Araraquara a situam em classificação apenas intermediária para as 3 dimensões: educação (20ª), longevidade (16ª) e renda (15ª).

**Figura 41 – Ranqueamento das regiões segundo IPRS Educação.**  
(Valores médios entre municípios)



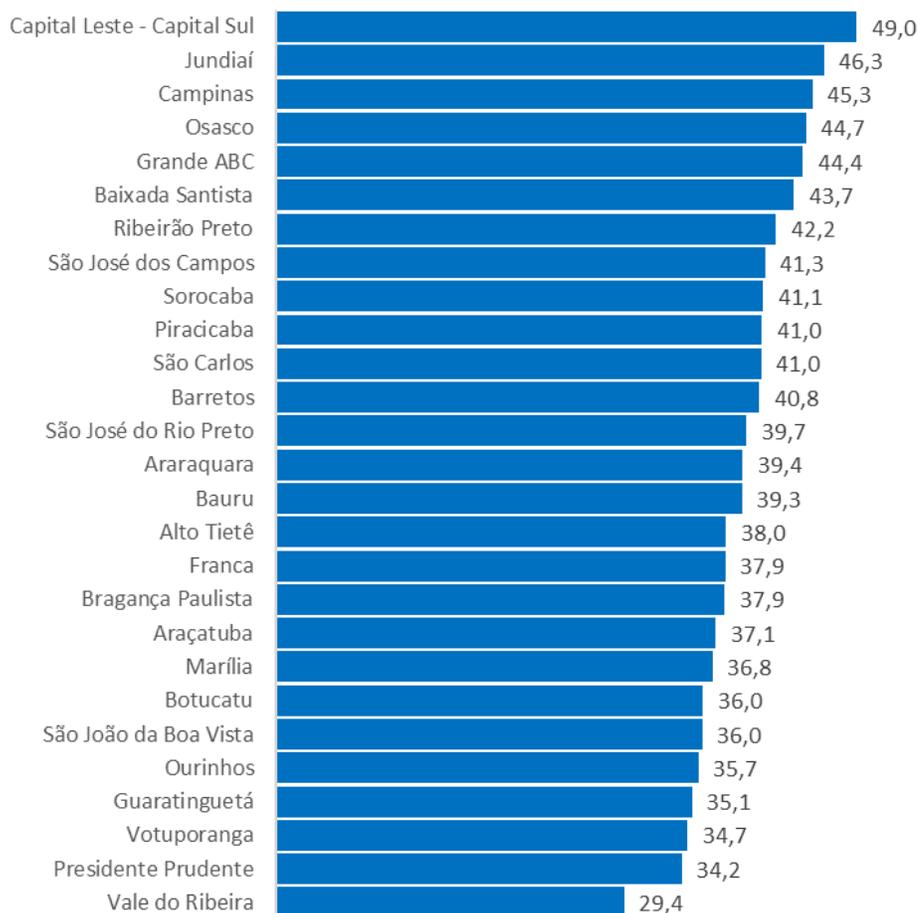
Fonte: Fundação Seade, 2018.

**Figura 42 – Ranqueamento das regiões segundo IPRS Longevidade.  
(Valores médios entre municípios)**



Fonte: Fundação Seade, 2018.

**Figura 43 – Ranqueamento das regiões segundo IPRS Renda.**  
(Valores médios entre municípios)



Fonte: Fundação Seade, 2018.

Quanto aos grupos de IPRS a maior parcela das cidades da região (42,1%) é classificada como equitativa, seguidas dos municípios em transição (31,6%) e dos dinâmicos (15,8%). Comparativamente ao estado, a distribuição municipal da região difere e indica que os baixos níveis de acesso a renda são determinantes para a situação social da população residente na região de Araraquara e impedem que maior número deles se insira no grupo das localidades classificadas como dinâmicas.

**Figura 44 – Distribuição dos municípios da região de Araraquara segundo grupos de IPRS.**



Fonte: Fundação Seade, 2018.

Entretanto, quando se compara a distribuição populacional por grupos de IPRS observa-se concentração demográfica igual a 51,2% em cidades classificadas como dinâmicas e a 37,7% no grupo de municípios equitativos. Isso ocorre por que justamente os dois maiores municípios da região – Araraquara e Matão – lar de cerca de 50% da população regional, são classificados como dinâmicos. Nota-se ainda a participação extremamente baixa de moradores da região vivendo em cidades consideradas desiguais (0,3%) ou vulneráveis (1,4%), níveis, respectivamente, 99,4% e 69,3% inferiores aos do Estado de São Paulo.

**Figura 45 – Distribuição da população dos municípios da região segundo grupos de IPRS.**



Fonte: Fundação Seade, 2018.

### 2.5.3 Considerações referentes a IDH na região

Finalizando, a região de Araraquara, apresenta, tanto para o IDHM quanto para o IPRS, níveis próximos, ou levemente mais elevados, para as dimensões educação e longevidade, porém mais baixos para a dimensão renda quando comparada à média paulista. Também se situa em patamar intermediário frente às demais regiões de articuladores. Quanto à classificação dos municípios por grupos de IPRS, existe concentração deles nos grupos equitativo e em transição, apesar da população, em sua maioria, residir em localidades classificadas como dinâmicas. Em contrapartida, ao se comparar com o Estado, a população residente em municípios classificados como desiguais ou vulneráveis se mostra extremamente reduzida.

### 3. Dimensão Econômica

---

Esta seção apresenta dados e informações de desenvolvimento econômico para a região de Araraquara. Serão abordados e analisados os seguintes tópicos:

- ▣ Produto Interno Bruto (PIB);
- ▣ Vocações Econômicas; e
- ▣ Agropecuária.

Em cada uma destas dimensões serão comparados indicadores para da região com Estado de São Paulo e, quando necessário, serão apresentadas as características dos municípios com o intuito de apresentar as potencialidades e os gargalos para o desenvolvimento econômico.

#### 3.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Uma das formas de compreender com maior precisão a situação econômica das diferentes regiões do Estado consiste em analisar o PIB dos municípios. Por meio da desse indicador é possível (i) verificar a situação econômica da região, especialmente quando se analisa o PIB *per capita*, (ii) comparar o desenvolvimento econômico regional em relação ao restante do Estado, (iii) verificar os principais responsáveis pelo PIB regional e as potenciais vocações econômicas regionais e (iv) verificar a heterogeneidade intrarregional entre os municípios, indicando a necessidade ou não de abordagens diferenciadas dentro da área analisada.

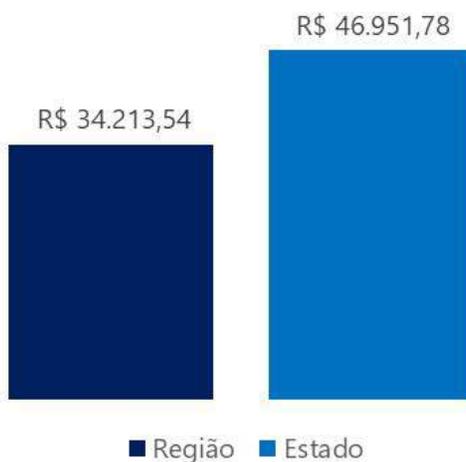
Para a realização desta análise foram utilizados dados do PIB por município referentes ao ano de 2017, ano da última disponibilização de dados estratificados em nível municipal publicado pelo IBGE. A partir desses dados, com detalhamento de Valor Agregado (VA) e Impostos, os quais compõem o PIB, e de sua divisão entre PIB relativo à agropecuária, à indústria, a serviços e comércio e à administração pública, comparado à população municipal, conforme dados já abordados nas seções anteriores, verifica-se a possibilidade de analisar o desenvolvimento econômico da região de Araraquara de forma precisa e confiável.

As informações trazidas nesta seção são insumo essencial para que os planos de ação a serem desenvolvidos para esta região sejam condizentes com as características produtivas da área. Elas revelam diferenciais econômicos, tradução das potencialidades regionais que podem ser aprimoradas por meio de ações direcionadas.

### 3.1.1 PIB da Região de Araraquara

O primeiro dado analisado refere-se à comparação do PIB da região de Araraquara com o PIB do Estado de SP. Em valores totais, o PIB da região de Araraquara, obtido por meio da soma de todos os municípios pertencentes à região, foi de R\$ 21,29 bilhões em 2017, ante PIB estadual de R\$ 2,1 trilhões no período. Quando considerada a população total, observa-se que o PIB *per capita* é inferior na região de Araraquara ao conjunto do Estado de São Paulo, conforme ilustrado a seguir:

**Figura 46 – PIB *per capita* da região de Araraquara e PIB *per capita* do Estado de São Paulo.**

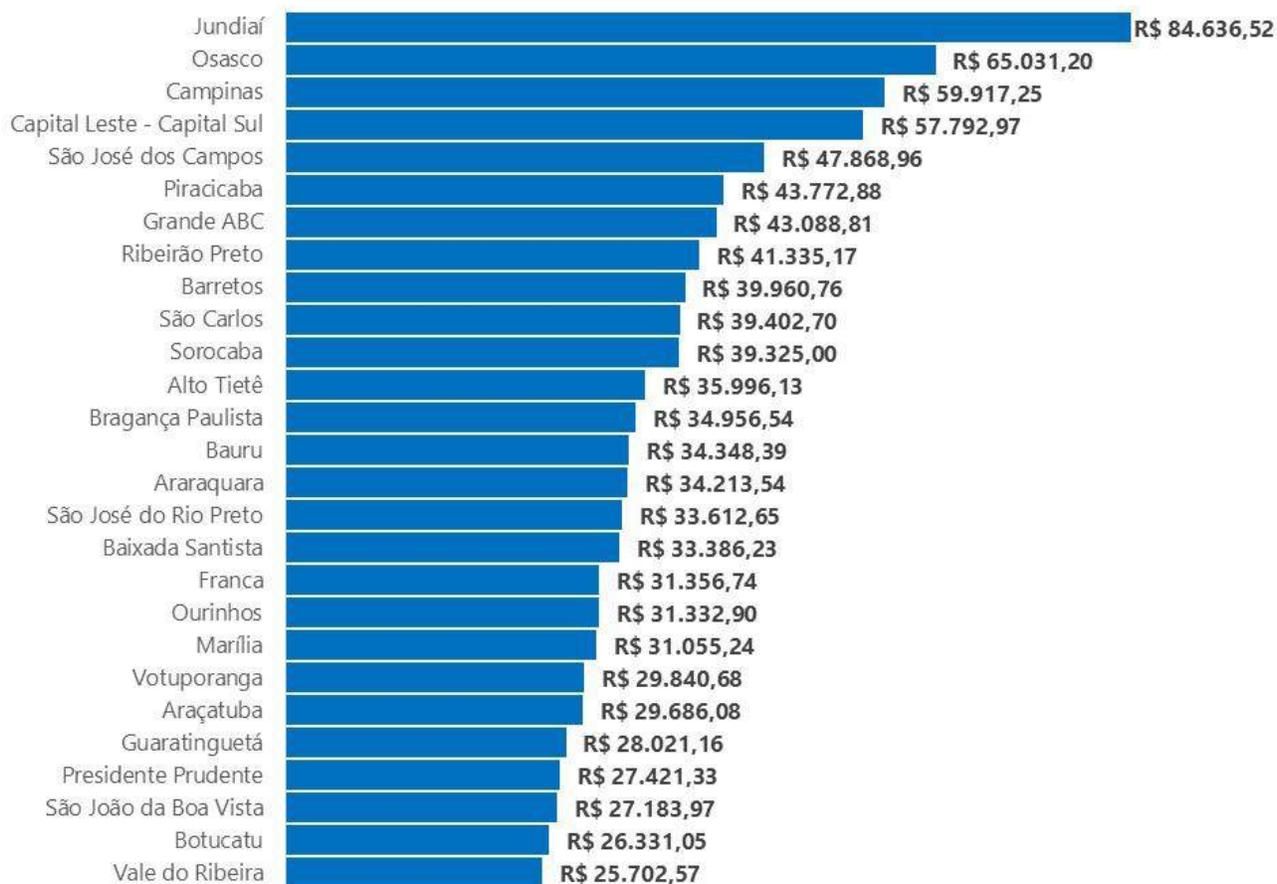


Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE; Estimativas de População, Ministério da Saúde, 2017.

Conforme apresentado na Figura 46, o PIB *per capita* de Araraquara corresponde a 72,9% do PIB *per capita* médio do Estado, indicando que o desenvolvimento econômico da região é inferior ao verificado do restante do Estado. Buscando aprofundar esta análise e comparar de forma mais clara a região de

Araraquara com as demais, é apresentado a seguir o ranqueamento de PIB *per capita* das 27 regiões analisadas.

**Figura 47 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo o PIB *per capita*.**



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE; Estimativas de População, Ministério da Saúde, 2017.

Conforme demonstrado na Figura 47, Araraquara figura como a 15ª região com maior PIB *per capita* do Estado, com seu valor correspondendo a apenas 40,4% do PIB da região de Jundiaí, a líder no ranqueamento. Esta disparidade demonstra a distância, no sentido econômico, entre as regiões, o que leva ao entendimento preliminar de que há espaço significativo de melhora para a região objeto desta análise. De fato, tal análise corrobora com os níveis da renda do IPRS da região e apresentados anteriormente.

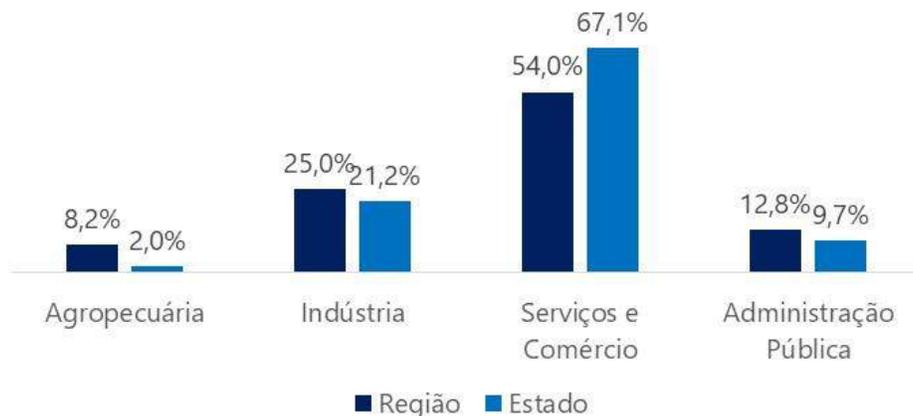
Além disso, no comparativo entre os 19 municípios pertencentes à região de Araraquara, verifica-se grande variabilidade no PIB *per capita*, com o município de Dobrada possuindo PIB *per capita* correspondente a apenas 39,0% da média regional, enquanto, em outro extremo, Gavião Peixoto apresenta uma razão de 518,5% em relação à média da região. Esses dados revelam a importância de políticas públicas que atentem para a heterogeneidade no desenvolvimento econômico, inclusive em âmbito intrarregional, restando claro que os desafios para determinados municípios são muito superiores que para outros.

### 3.1.2 Composição setorial do PIB

Uma vez revelado o panorama geral da região de Araraquara, é importante que se discuta a composição do PIB, estratificando os dados de valor agregado por atividade econômica (agropecuária, indústria, serviços e comércio e administração pública). Esses dados são relevantes para se identificar as principais atividades econômicas da região e, conseqüentemente, sua vocação.

A seguir é apresentado o comparativo região-estado para a composição do valor agregado do PIB, possibilitando que não apenas sejam verificadas as principais vocações da região, mas também que seja analisado de que forma a área adere às atividades econômicas do Estado como um todo.

**Figura 48 – Composição do valor agregado ao PIB na região e no Estado de São Paulo.**



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

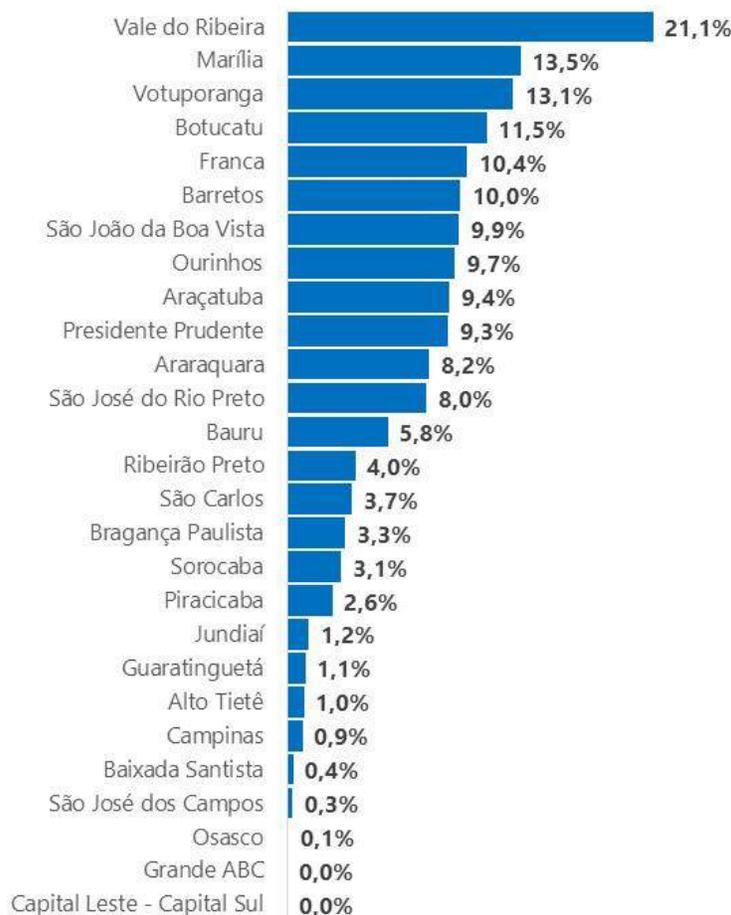
Conforme fica evidenciado na Figura 48, a região de Araraquara possui grande parte de sua economia relacionada às atividades de comércio e serviços (54%). Entretanto, apesar de majoritária, tal participação se mostra inferior (-19,5%) àquela evidenciada pela média do conjunto do Estado de São Paulo (67,1%). Por outro lado, estão em situação de superioridade ante a média paulista os setores da indústria (+17,9%), da administração pública (+32,5%) e, especialmente, da agropecuária, cuja participação na composição do valor agregado ao PIB regional supera em mais de 3 vezes a média paulista (+300,4%), como mostra a Figura 48.

Esse é um fator potencialmente explicativo da disparidade região-estado em termos do PIB *per capita* total, uma vez que as atividades agropecuárias tendem a gerar menos riqueza para a cadeia produtiva envolvida enquanto o valor agregado da indústria e do setor de serviços, setores que tradicionalmente geram maior valor, têm maior potencial para incremento do PIB total da região.

Analisando-se em maior profundidade a composição do valor agregado, vale discutir o ranqueamento das 27 regiões do Estado segundo a representatividade de cada um dos setores no valor adicionado ao PIB regional.

Inicialmente, a respeito do agronegócio, a Figura 49 evidencia que a região de Araraquara se posiciona como a 11ª com maior representatividade da agropecuária para o PIB regional. Isso indica, portanto, (i) a moderada vocação da região para a agropecuária e (ii) a possível necessidade de desenvolvimento de outras áreas na economia regional de modo a que se torne menos dependente do setor.

**Figura 49 – Ranqueamento das regiões segundo valor agregado da agropecuária ao PIB.**

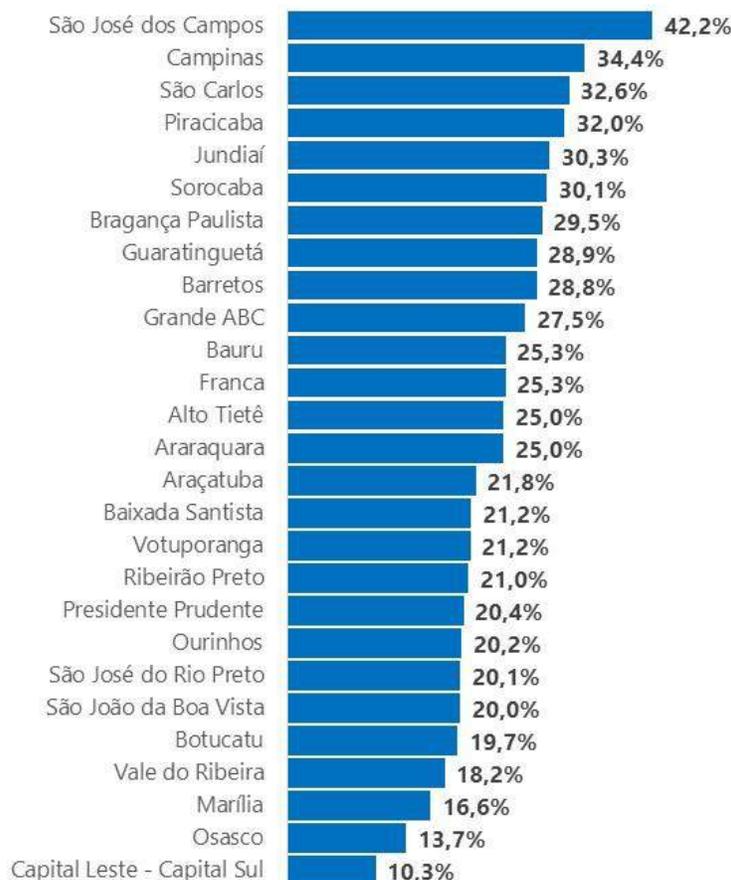


Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

De modo complementar, analisando-se o setor industrial da região, é possível observar que a região de Araraquara possui nível intermediário de representatividade da indústria em sua economia, sendo apenas a 14ª região com maior participação do setor no PIB regional. Nesse contexto, a Figura 50

demonstra não apenas a baixa representatividade da indústria para o PIB da região de Araraquara, mas também a grande disparidade em relação a regiões mais industrializadas, como São José dos Campos (25,0% ante 42,2%).

**Figura 50 – Ranqueamento das regiões segundo valor agregado da indústria ao PIB.**

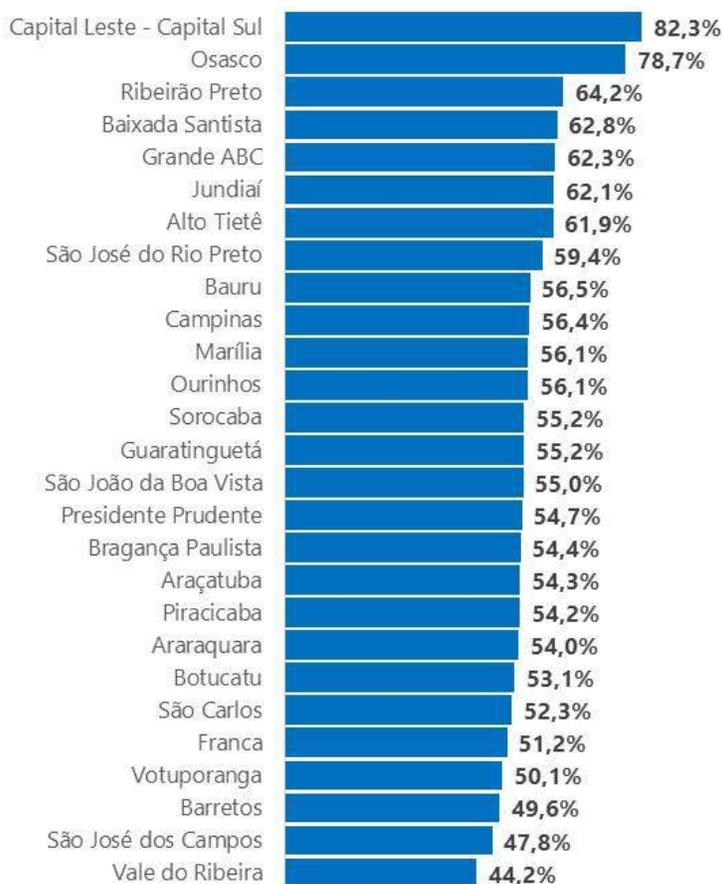


Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

A seguir a análise da representatividade do setor de serviços e comércio é apresentada. A partir da Figura 51 fica demonstrado que há grande disparidade entre as regiões na participação do setor de serviços e comércio para a composição do PIB regional. Em tais circunstâncias, a região de Araraquara é classificada em patamar inferior, sendo apenas a 20ª com maior participação, o que pode indicar, ainda que de maneira preliminar, menor demanda comparada por serviços na região. Dessa maneira,

é interessante que se investigue através de dados mais aprofundados o real potencial de consumo regional.

**Figura 51 – Ranqueamento das regiões segundo valor agregado de serviços e comércio ao PIB.**

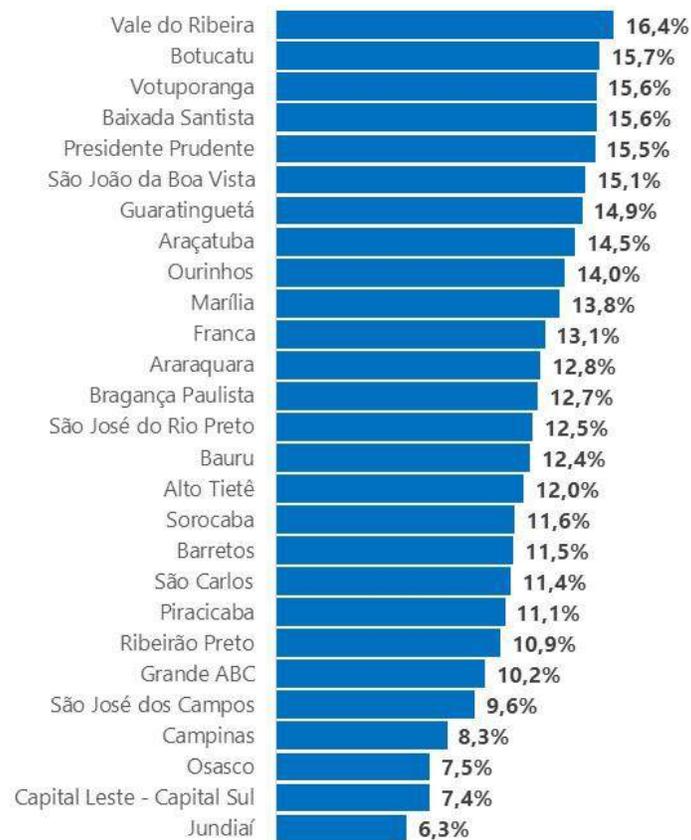


Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

Por fim, resta discutir a representatividade do setor de serviços públicos para o PIB regional. A Figura 52 indica a presença sólida das estruturas governamentais na economia local. Embora Araraquara seja apenas a 12<sup>a</sup> região com maior representatividade dos serviços públicos para o PIB, seu índice (12,8%) é próximo aos valores máximos observados e cerca de 100% superior ao menor, observado na região de Jundiaí (6,3%). Em geral, o que se verifica é que este é um indicador de que a economia local possui

certas deficiências, o que faz com que o peso do setor público acabe sendo proporcionalmente maior. Sendo assim, é recomendável que políticas de desenvolvimento econômico que considerem essas características regionais sejam implementadas de modo a que se alcance maior diversificação e menor dependência econômica do setor público, como observado nas regiões mais dinâmicas do Estado de São Paulo.

**Figura 52 – Ranqueamento das regiões segundo valor agregado da administração pública ao PIB.**



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

### 3.1.3 Considerações referentes ao PIB na região

Esta seção buscou analisar, por meio de dados referentes ao PIB dos 19 municípios que compõem a região de Araraquara, os principais indicadores relativos à geração de riqueza da região. Por meio da comparação do PIB da região com o PIB médio do Estado, bem como das demais 26 regiões analisadas, restam evidenciadas peculiaridades entre a atividade econômica da região de Araraquara com o restante do Estado.

Além da disparidade verificada entre o PIB regional com o do Estado e das demais regiões, a análise do PIB intrarregional evidencia que os municípios pertencentes à região de Araraquara são extremamente diferentes, com certas localidades podendo ser consideradas ricas e outras pobres. Essa disparidade indica que o relativo desempenho econômico abaixo da média na região como um todo não pode ser explicado por fatores geográficos, o que demonstra o potencial de crescimento da região, caso municípios com baixa geração de riqueza tenham atividades que alavanquem sua produtividade.

Com PIB *per capita* de apenas 72,9% do valor médio do estado, verifica-se que se trata de uma região em patamar intermediário de desenvolvimento econômico, o que gerou a necessidade de aprofundamento quanto a composição do PIB da região de Araraquara e posterior comparação com as outras regiões e ao conjunto do Estado de São Paulo. A maior diferença na comparação região-estado é observada na representatividade da agropecuária para o PIB regional de Araraquara (+300%), demonstrando a vocação da região para esta atividade econômica, que tende a gerar menores valores de PIB *per capita*. Além da vocação para a agropecuária, não se observam altos índices de industrialização na região, que seria alternativa de agregação de valor para a cadeia produtiva iniciada na agropecuária.

Por fim, chama a atenção a moderada representatividade dos serviços públicos para a composição do PIB regional, o que indica a existência de oportunidade para que a iniciativa privada participe desenvolvimento econômico da região. Os dados agregados nessa seção aprimoram sobremaneira o mapeamento regional, uma vez que possibilitam a visualização e discussão do principal indicador econômico existente.

## 3.2 Vocações Econômicas

Esta seção tem por objetivo analisar as principais vocações econômicas da região de Araraquara por meio do levantamento de dados de emprego, renda e perfil das empresas que atuam na localidade. As bases de dados utilizadas para esta seção foram:

- ▣ RAIS (2019);
- ▣ PNAD Contínua (2018, 2019 e 2020);
- ▣ CAGED (dados de 2020); e
- ▣ Cadastro de MEIs<sup>2</sup> (setembro 2020).

Conforme apresentado a seguir, são discutidos dados referentes ao nível de ocupação, participação de empresas por natureza jurídica, quantidade de vínculos empregatícios por porte de empresas e nível de informalidade. Após a análise dessas informações, são apresentados, na sequência, os dados relativos à relevância de cada tipo de atividade na região por meio do cálculo do quociente locacional, considerando o número de vínculos formais de emprego por atividade produtiva.

### 3.2.1 Nível de desocupação no Estado de São Paulo

A taxa de desocupação, obtida por meio da PNAD contínua, não apresenta representatividade amostral dos resultados por município, tornando inviável a análise detalhada da região de Araraquara para esta variável. O detalhamento é disponibilizado apenas entre Capital e Interior, conforme apresentado a seguir:

---

<sup>2</sup> Cadastro de MEI's por CNAE e por Município. Disponível em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemei/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>.

**Figura 53 – Evolução no nível de desocupação no Estado de São Paulo, estratificado entre Interior e Capital.**



Fonte: PNAD Contínua, IBGE, Primeiro Quadrimestre de 2018 a 2020.

Com base na evolução da taxa de desocupação é possível observar que o interior do estado, grupo no qual Araraquara está inserida, apresentou redução contínua neste indicador. O resultado para o interior do estado é oposto ao observado para a capital do Estado, que em 2019 apresentou aumento na taxa de desocupação, demonstrando que o decréscimo na taxa de desocupação entre 2018 e 2019 se deu devido ao maior nível de emprego observado no interior paulista.

### 3.2.2 Perfil dos estabelecimentos formais na região de Araraquara

Nos próximos parágrafos são apresentadas as características dos estabelecimentos empresariais na região de Araraquara, o que possibilita uma maior compreensão da região objeto do estudo. O critério de classificação de porte da empresa adotado se apoiou no número de pessoas ocupadas, conforme especificação do Sebrae. Observa-se que para os setores de agropecuária foram adotados os mesmos critérios de segmentação do setor de comércio e serviços.

Tabela 24 – Critério de classificação do porte das empresas por pessoas ocupadas.

PORTE	SETORES	
	SERVIÇOS, COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA
MICROEMPRESA	ATÉ 09 PESSOAS OCUPADAS	ATÉ 19 PESSOAS OCUPADAS
PEQUENA EMPRESA	DE 10 A 49 PESSOAS OCUPADAS	DE 20 A 99 PESSOAS OCUPADAS
MÉDIA EMPRESA	DE 50 A 99 PESSOAS OCUPADAS	DE 100 A 499 PESSOAS OCUPADAS
GRANDE EMPRESA	ACIMA DE 100 PESSOAS	ACIMA DE 500 PESSOAS

Fonte: SEBRAE.

A região de Araraquara possui 16.398 empresas formalmente registradas, sendo englobadas neste número todas as micro, pequenas, médias e grandes empresas, que representam 1,6% do total de empresas registradas no Estado. A seguir é apresentada a distribuição das empresas por porte:

Figura 54 – Distribuição das empresas na região de Araraquara.

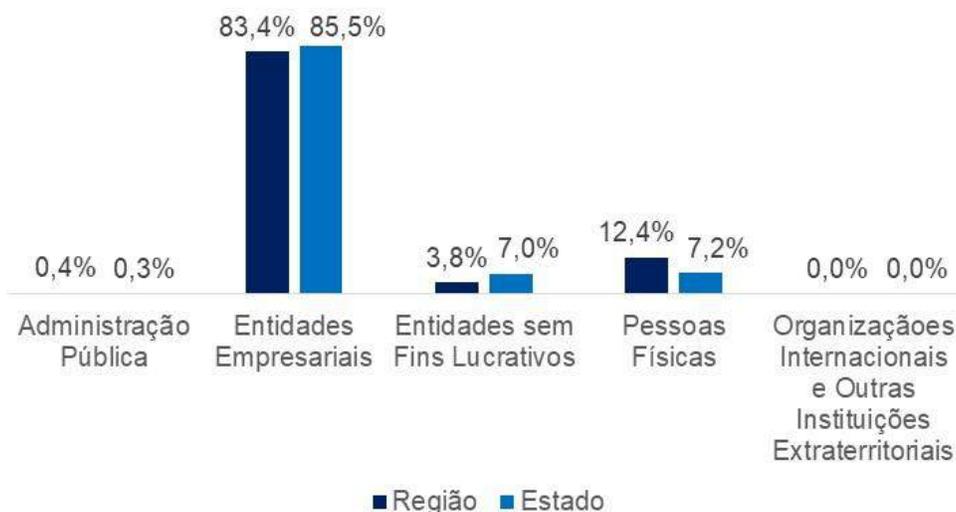


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme pode ser observado na Figura 54, a distribuição, por porte, é similar em Araraquara e no restante do Estado. Além do porte, é verificado que a adesão ao Simples Nacional é igualmente

parecida, uma vez que na região de Araraquara 59,4% das empresas estão incluídas neste regime de tributação, contra 57,0% no estado. Aprofundando-se a análise das empresas localizadas na região de Araraquara, foram avaliadas as suas naturezas jurídicas, conforme os grupos de classificação indicados pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA<sup>3</sup>). Os dados são apresentados a seguir:

**Figura 55 – Natureza jurídica das empresas registradas na região de Araraquara.**



Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

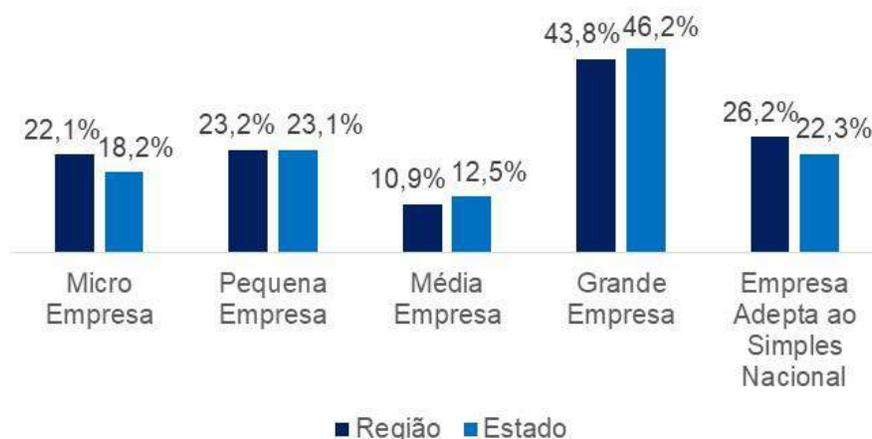
A partir da análise da natureza jurídica das empresas é possível verificar a maior proeminência da classificação “pessoa física” em relação ao restante do Estado de São Paulo (+71,9%). Desse tipo de natureza jurídica fazem parte produtores rurais, o que condiz com os resultados verificados para o PIB setorial na região. Além de analisar o porte e natureza jurídica das empresas, foram levantados dados referentes aos vínculos formais na região conforme abordado nos próximos parágrafos.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2018>>.

### 3.2.3 Perfil dos vínculos formais na região de Araraquara

A primeira análise consiste na avaliação da participação de vínculos formais na região de Araraquara em comparação com a média estadual, conforme ilustrado a seguir:

**Figura 56 – Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de Araraquara.**



Fonte: RAIS, 2019.

Apesar da distribuição do número total de empresas, em termos de porte, ser similar na região de Araraquara e no restante do estado, verifica-se maior importância de microempresas na geração de vínculos empregatícios na região (+21,7%). Esse resultado demonstra que as microempresas empregam mais pessoas, em média, em Araraquara, do que no restante do Estado. A diferença é compensada nos níveis de emprego das médias (-13,3%) e grandes empresas (-5,1%), que, em média, empregam menos pessoas na região do que no conjunto do estado.

Após realização de análise similar àquela feita para número de empresas, têm-se os seguintes resultados para participação dos vínculos empregatícios conforme natureza jurídica:

**Figura 57 – Participação de vínculos formais por natureza jurídica na região de Araraquara.**

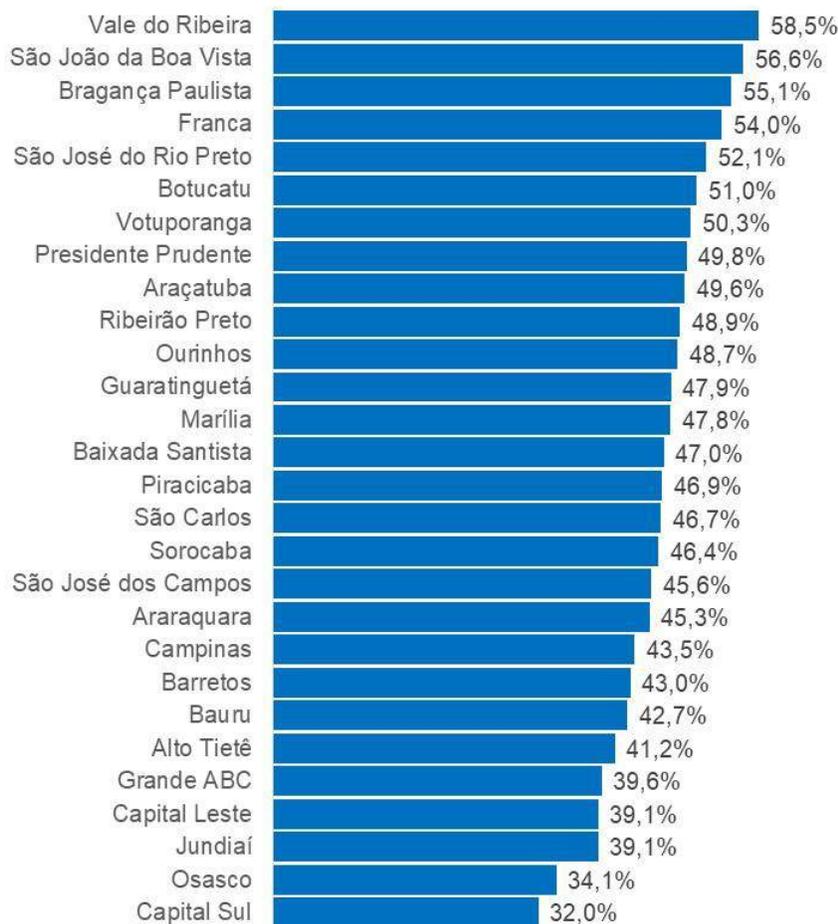


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme esperado, uma vez que há proeminência de empresas classificadas como “pessoa física”, a quantidade de vínculos para este tipo de natureza jurídica é igualmente diferente da média estadual (+80,8%). Importante contraponto é observado nos vínculos relacionados a entidades sem fins lucrativos, as quais no estado são responsáveis por 8,3% dos vínculos, mas por apenas 5,7% na região de Araraquara, o que gera uma lacuna de -31,5% na comparação região-estado.

Analisando-se as 28 regiões do Estado, verifica-se que a importância das micro e pequenas empresas (MPEs) para o número total de vínculos difere significativamente entre as regiões. O ranqueamento com base nos resultados por ordem decrescente de representatividade das MPEs é apresentado a seguir:

**Figura 58 – Ranqueamento das regiões segundo participação das MPEs no total de vínculos empregatícios.**

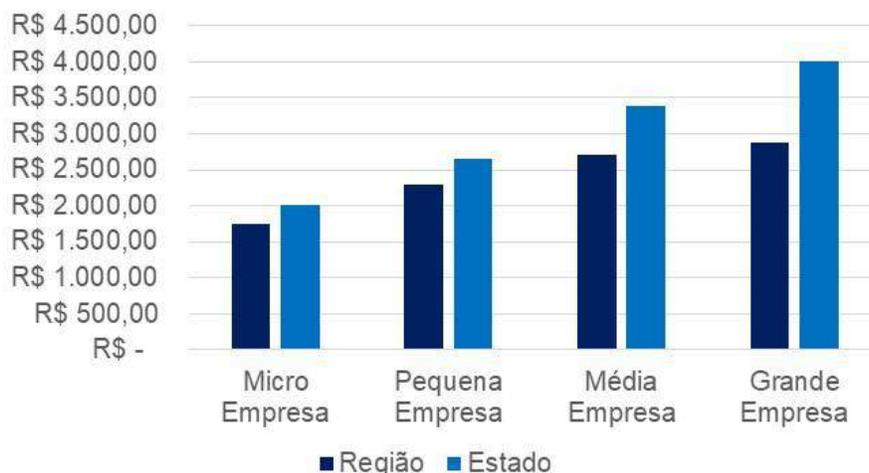


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme apresentado na Figura 58, a importância das MPEs para o total de vínculos varia entre 32,0% (Capital Sul) e 58,5% (Vale do Ribeira), sendo que a região de Araraquara se encontra em uma posição intermediária (19ª), com 45,3% dos vínculos formais de emprego relacionados à MPEs.

Além de analisar a quantidade de vínculos por porte e natureza jurídica, foi avaliado também o rendimento médio dos trabalhadores na região, estratificado por porte da empresa, conforme disposto a seguir:

**Figura 59 – Rendimento médio dos trabalhadores de Araraquara ante a média paulista.**

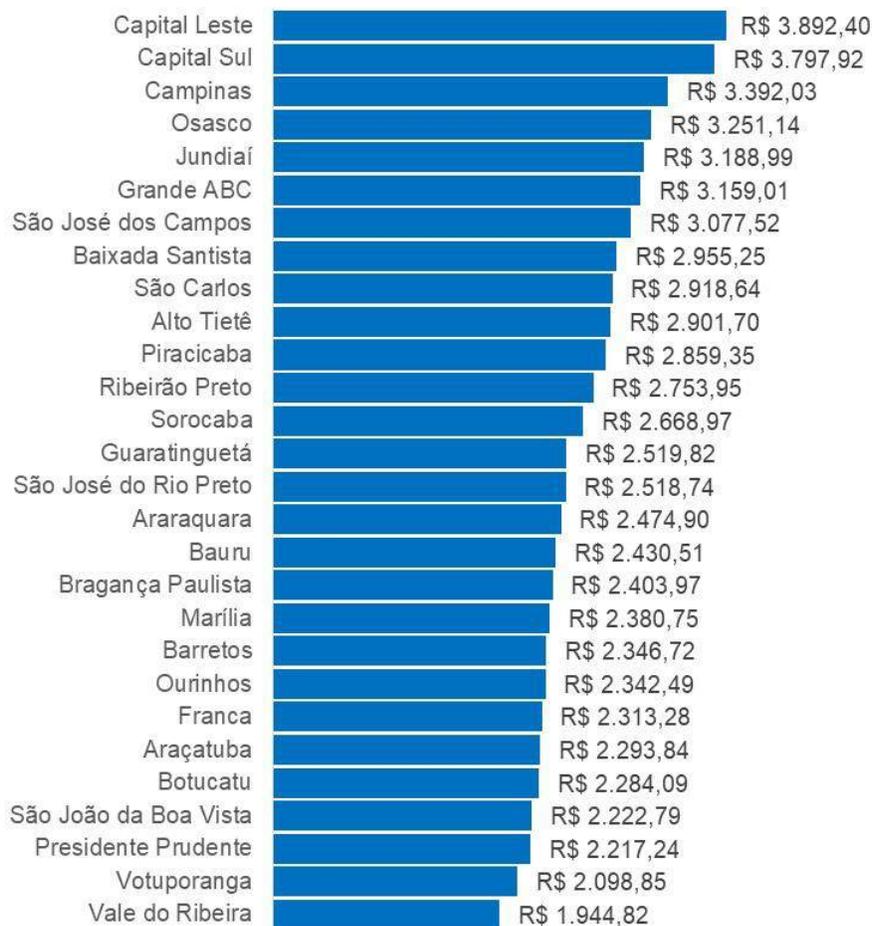


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme demonstrado na Figura 59, o rendimento médio dos trabalhadores de Araraquara, independentemente do porte da empresa, é consistentemente inferior à média estadual, o que está em linha com os resultados verificados para o PIB da região, igualmente inferior à média estadual. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores de Araraquara ganham o equivalente a 76,0% da média estadual.

Buscando situar a região de Araraquara comparativamente às demais áreas paulistas, e não apenas à média estadual, é apresentado a seguir o rendimento médio dos trabalhadores nas 28 regiões analisadas:

**Figura 60 – Ranqueamento das regiões segundo rendimento médio dos trabalhadores formais.**



Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Nesse contexto, a Figura 60 revela a grande heterogeneidade entre as regiões do Estado, com os maiores rendimentos médios observados na capital e região metropolitana. A região de Araraquara é apenas a 16ª entre aquelas com maiores rendimentos médios, condizente com os resultados verificados para o PIB *per capita* na região (15º maior do estado).

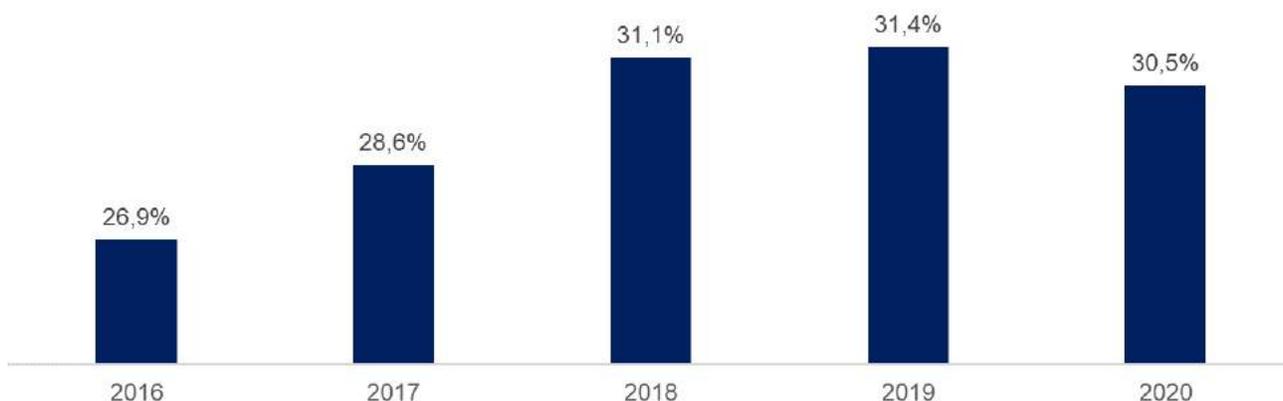
Além de analisar os vínculos formais e rendimento, vê-se como fator importante para compreensão da região, a análise da informalidade, que com frequência tem papel preponderante na economia local. A seção a seguir aborda informações levantadas sobre informalidade.

### 3.2.4 Informalidade no estado e em Araraquara

A informalidade no mercado de trabalho é característica presente no Brasil, onde grupos significativos de indivíduos trabalham sem vínculos formais em funções diversas. Em geral, os trabalhadores informais atuam em trabalhos com baixa remuneração, tratando-se, portanto, de parcela mais vulnerável da sociedade. Nesse grupo se encontram os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores sem carteira assinada, bem como empreendedores (empregadores ou não), que não possuem CNPJ e, por fim, trabalhadores familiares.

Tendo em vista a falta de informações em nível municipal para informalidade, foram levantados dados em nível estadual (2016-2020) a respeito da participação de trabalhadores informais no agregado da população ocupada na região.

**Figura 61 – Participação de trabalhadores informais em relação ao total de ocupados no Estado de São Paulo entre 2016 e 2020.**



Fonte: PNAD Contínua, IBGE, Primeiro Quadrimestre de 2016 a 2020.

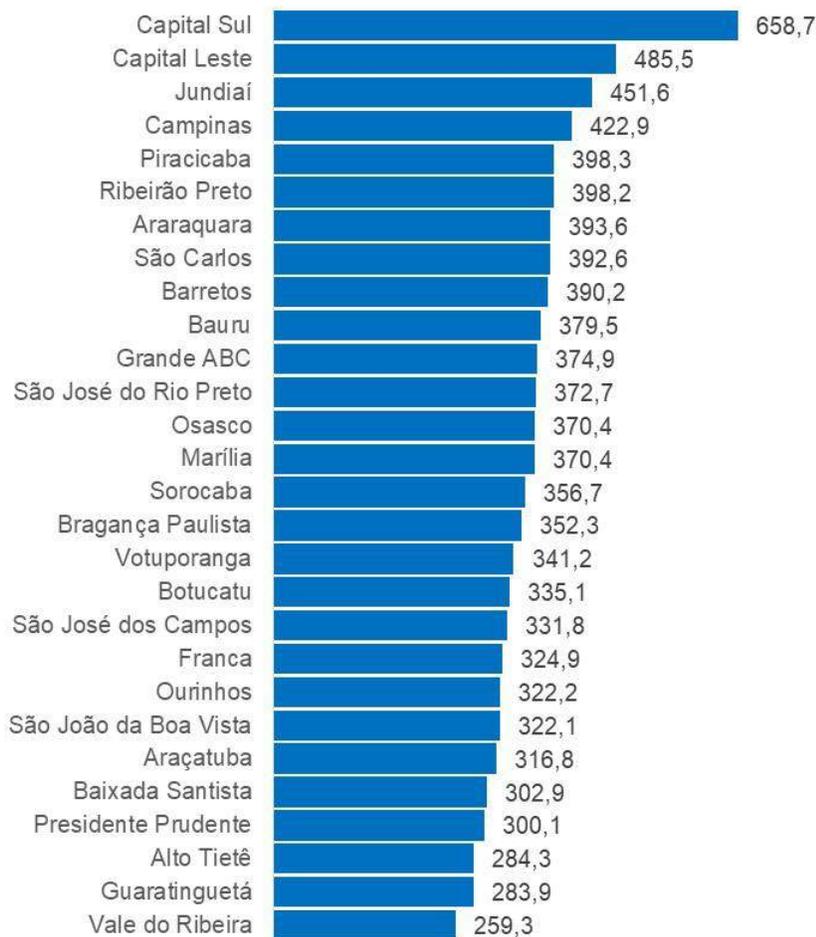
A análise da Figura 61 permite que se verifique a evolução da informalidade entre 2016 e 2020 – dados para o primeiro quadrimestre de cada ano – indicando a precarização da mão de obra no Estado de São Paulo. No ano de 2020 é possível verificar uma redução na informalidade, no entanto é necessário levar em consideração o efeito da pandemia sobre o indicador, uma vez que é natural que muitos



trabalhadores informais tenham deixado de trabalhar nesse período, o que tende a diminuir a sua proporção entre o total de pessoas ocupadas.

Devido à falta de dados detalhados e recentes sobre a informalidade nos municípios, foram coletados dados quanto à proporção de vínculos formais na região em relação à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). Por meio dessa análise, é possível avaliar quantos vínculos formais ativos há na localidade em relação à cada 1000 pessoas entre 15 e 65 anos. Esse indicador objetiva mensurar o nível de atividade formal nas regiões, o que por consequência indicaria, ainda que de maneira indireta, quais os níveis de informalidade.

**Figura 62 – Ranqueamento das regiões segundo total de vínculos formais para cada grupo de 1000 pessoas em idade economicamente ativa (15 a 65 anos).**

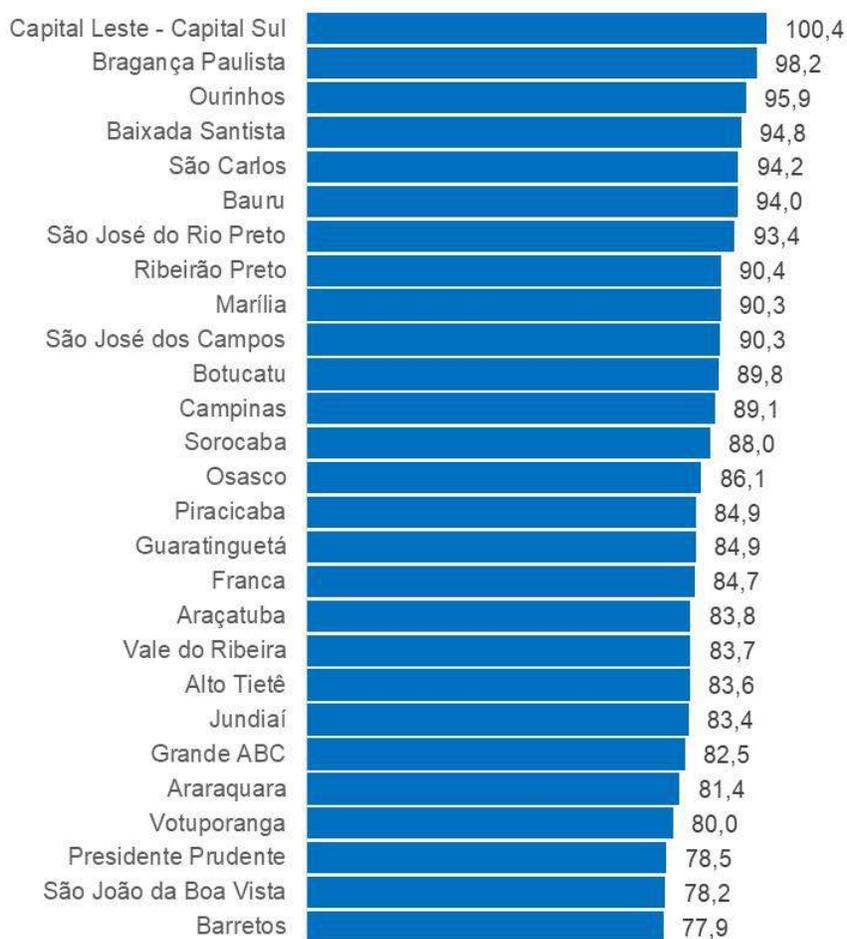


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

A análise de Figura 62 revela que, em Araraquara, para cada 1000 habitantes entre 15 e 65 anos há, em média, 393,6 vínculos formais (7ª maior média). Infelizmente, não é possível realizar inferências sobre a informalidade com base nesse dado, uma vez que para tanto seria necessário conhecer a quantidade total de pessoas ocupadas entre a população entre 15 e 65 anos. De qualquer forma, o ranqueamento das regiões indica que a formalidade na região de Araraquara está em nível elevado quando comparada às outras regiões.

Nessas circunstâncias, aspecto relevante, especialmente no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador no sistema de seguridade social, refere-se aos microempreendedores individuais (MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do Estado foram analisados o número total de registros ativos em cada região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população da localidade em idade economicamente ativa (15 a 65 anos).

**Figura 63 – Ranqueamento das regiões segundo total de MEIs para cada grupo de 1000 habitantes entre 15 e 65 anos.**



Fonte: Portal do Empreendedor, Receita Federal, em setembro de 2020.

Conforme fica evidenciado na Figura 63, Araraquara possui 81,4 MEIs registrados para cada grupo de 1.000 habitantes em idade economicamente ativa, situando-se entre as regiões paulistas com menores médias (23ª). Esse resultado dá indícios de menor tendência empreendedora da região, uma vez que este tipo de modalidade jurídica é usualmente utilizado para pequenos negócios ou prestação de serviços.

### 3.2.5 Principais atividades produtivas na região de Araraquara

Ao longo do processo de levantamento de dados aprofundados em relação às atividades econômicas desenvolvidas na região de Araraquara, foram analisados os vínculos empregatícios para 65 classificações<sup>4</sup>. A partir desses dados, foram calculados os valores relativos para a região, correspondendo à distribuição de vínculos verificados em cada atividade produtiva. Tais estudos são necessários para que se identifiquem as vocações econômicas regionais e para que se direcione as políticas públicas, especialmente aquelas voltadas ao **Desenvolvimento Local**.

Os dados foram coletados para todas as empresas da natureza jurídica 2 – Entidades Empresariais – e segregadas, na Tabela 25, para a totalidade das atividades (“Economia Total”) e para as pequenas e médias empresas (“PMEs”). Tal segmentação se justifica pela necessidade de diagnóstico das relações econômicas intrínsecas das cadeias produtivas internas à região, dado que setores produtivos estão inseridos em um contexto econômico geral.

Por meio dos valores relativos para cada atividade, foi possível comparar os resultados obtidos aos valores relativos médios para o Estado de São Paulo. Tal comparação está expressa na Tabela 25 pelo quociente locacional, ou seja, a razão entre Região (%) e Estado (%). Valores de quociente locacional acima de 1 indicam que a atividade econômica é mais prevalente na região do que na média paulista; valores abaixo de 1 indicam o contrário, isto é, quanto mais distante do valor “1”, mais distinto é aquele setor na região em relação ao restante do estado.

---

<sup>4</sup> Foram utilizados como referência as classificações econômicas do Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

**Tabela 25 – Quociente Locacional com base na distribuição setorial de vínculos formais registrados na região e no estado.**

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PMEs		
	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	9,4%	0,9%	<b>10,17</b>	1,4%	0,4%	<b>3,56</b>
Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,0%	0,2%	0,25	0,1%	0,2%	0,40
Produção florestal; pesca e aquicultura	0,1%	0,1%	0,75	0,2%	0,1%	<b>1,83</b>
Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,2%	0,1%	<b>1,54</b>	0,4%	0,2%	<b>1,74</b>
Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,0%	0,0%	0,70	0,0%	0,0%	<b>3,74</b>
Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,7%	0,8%	0,82	0,6%	0,4%	<b>1,56</b>
Fabricação de Outros produtos alimentares	5,0%	1,7%	<b>2,97</b>	2,3%	1,4%	<b>1,63</b>
Fabricação e refino de açúcar	5,1%	1,0%	<b>4,88</b>	0,0%	0,0%	0,00
Fabricação de bebidas	0,1%	0,3%	0,54	0,0%	0,1%	0,38
Fabricação de produtos do fumo	0,1%	0,0%	<b>17,88</b>	0,1%	0,0%	<b>16,89</b>
Fabricação de produtos têxteis	5,2%	0,9%	<b>6,03</b>	6,7%	0,7%	<b>9,38</b>
Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	4,8%	1,3%	<b>3,75</b>	2,6%	2,0%	<b>1,32</b>
Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,0%	0,5%	0,05	0,0%	0,5%	0,09
Fabricação de produtos da madeira	0,2%	0,2%	0,70	0,3%	0,3%	0,97
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,2%	0,6%	0,33	0,4%	0,4%	1,00
Impressão e reprodução de gravações	0,2%	0,4%	0,46	0,3%	0,5%	0,71

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PMEs		
	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional
Refino de petróleo e coquearias	0,0%	0,1%	0,07	0,0%	0,0%	0,25
Fabricação de biocombustíveis	0,1%	0,3%	0,22	0,0%	0,0%	0,00
Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,1%	0,3%	0,40	0,3%	0,2%	<b>1,16</b>
Fabricação de defensivos, desinfetantes, tintas e químicos diversos	0,5%	0,5%	0,89	0,6%	0,5%	<b>1,21</b>
Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,1%	0,4%	0,19	0,2%	0,3%	0,52
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,2%	0,5%	0,34	0,0%	0,1%	0,10
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1,1%	1,8%	0,61	1,3%	1,7%	0,75
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,5%	0,9%	0,58	0,9%	1,0%	0,83
Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,0%	0,2%	0,00	0,0%	0,1%	0,00
Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	0,1%	0,3%	0,16	0,1%	0,3%	0,38
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,1%	1,5%	0,74	1,5%	2,2%	0,70
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,0%	0,5%	0,05	0,0%	0,4%	0,13
Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,5%	0,7%	0,74	0,4%	0,5%	0,81
Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	4,9%	1,5%	<b>3,20</b>	2,6%	1,5%	<b>1,74</b>
Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,1%	0,6%	0,19	0,1%	0,1%	<b>1,06</b>
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,5%	1,5%	0,30	0,4%	0,5%	0,70

113 / 258

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PMEs		
	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2,0%	0,3%	<b>7,75</b>	0,1%	0,1%	0,50
Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,8%	1,2%	0,67	1,1%	1,5%	0,71
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,4%	0,6%	0,77	0,8%	0,9%	0,88
Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,3%	0,3%	<b>1,11</b>	0,4%	0,2%	<b>1,89</b>
Água, esgoto e gestão de resíduos	0,2%	0,8%	0,24	0,4%	0,6%	0,62
Construção	4,1%	5,2%	0,78	6,1%	6,2%	0,99
Comércio por atacado e varejo	24,1%	25,8%	0,93	37,9%	36,1%	<b>1,05</b>
Transporte terrestre	3,5%	4,8%	0,74	3,4%	3,2%	<b>1,07</b>
Transporte aquaviário	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
Transporte aéreo	0,0%	0,3%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,9%	2,1%	0,41	1,2%	1,7%	0,68
Alojamento	0,5%	0,7%	0,71	0,9%	1,0%	0,86
Alimentação	3,1%	5,2%	0,60	5,9%	8,2%	0,72
Edição e edição integrada à impressão	0,0%	0,2%	0,20	0,1%	0,2%	0,46
Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,2%	0,3%	0,75	0,4%	0,3%	<b>1,55</b>
Telecomunicações	0,3%	0,5%	0,49	0,5%	0,4%	<b>1,27</b>
Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	1,2%	2,0%	0,61	0,7%	1,2%	0,59
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	2,4%	3,4%	0,70	2,5%	2,8%	0,89
Atividades imobiliárias	0,2%	0,5%	0,49	0,4%	0,7%	0,60
Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,9%	1,7%	0,55	1,6%	2,2%	0,73

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PMEs		
	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional
Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,2%	0,8%	0,27	0,4%	0,6%	0,69
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,3%	0,9%	0,29	0,5%	0,8%	0,57
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,4%	0,6%	0,69	0,6%	0,8%	0,81
Outras atividades administrativas e serviços complementares	8,1%	12,2%	0,66	3,1%	4,7%	0,66
Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,5%	1,8%	0,27	0,3%	0,3%	0,93
Administração pública, defesa e seguridade social	0,0%	0,1%	0,08	0,0%	0,0%	<b>1,18</b>
Educação	2,2%	2,8%	0,76	2,8%	3,6%	0,78
Saúde	1,3%	2,8%	0,45	2,4%	2,6%	0,93
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,3%	0,5%	0,66	0,4%	0,8%	0,58
Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,7%	0,9%	0,77	1,0%	1,4%	0,73
Serviços domésticos	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,00</b>

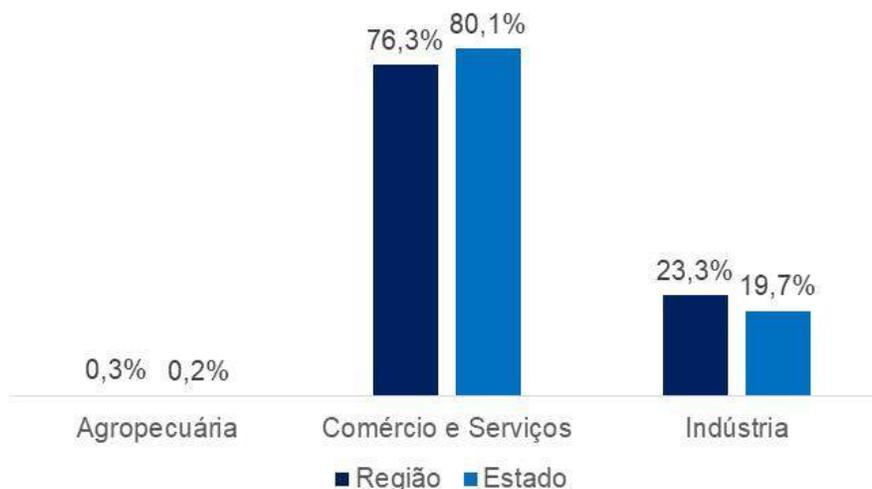
Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Com base nas informações disponibilizadas na Tabela 25 é possível verificar algumas atividades de destaque, como a agricultura (+917,3%), responsável por 9,4% do total de vínculos formais na região, mas por apenas 0,9% no conjunto do Estado de São Paulo. Padrão semelhante, embora de menor intensidade, se dá entre as PMEs, onde a agricultura tem peso 256,2% maior nos vínculos empregatícios formais na região (1,4%) do que no estado (0,4%). Outra atividade relevante é a fabricação de produtos têxteis, cuja sobrerepresentação nos vínculos formais de Araraquara e região é ainda mais acentuada entre as PMEs (+837,7%) do que no total da economia (+502,5%).

O objetivo da apresentação da Tabela 25 completa com os 65 setores da economia e respectivos quocientes locacionais permite uma análise completa da situação da região, restando clara a correlação com os dados apresentados anteriormente, por exemplo, relativos ao PIB. Na seção dedicada ao PIB foi destacada a importância da agropecuária, com a adição das informações contidas nesta seção resta claro que a atividade agrícola é um diferencial para a região, revelando a importância de informações detalhadas sobre a região em estudo.

Adicionalmente à análise dos vínculos formais por setor produtivo, foram analisados os setores de atuação dos MEIs, possibilitando uma visão mais completa da região. Quando os setores de atuação são divididos em três grupos (i) agropecuária, (ii) comércio e serviços e (iii) indústria, é possível observar o grande peso de comércio e serviços na distribuição de MEIs (76,3%), porém sobre-representação regional apenas entre os MEIs dos setores agropecuário e industrial, conforme indicado a seguir:

**Figura 64 – Distribuição de MEIs por atividade produtiva em comparação com a média estadual.**



Fonte: Receita Federal, 2018.

Por fim, de maneira similar ao realizado para a análise dos setores produtivos com base no número de vínculos formais gerados por atividade econômica, o quociente locacional para os MEIs registrados em Araraquara foi calculado para os setores destacados na Tabela 26.

**Tabela 26 – Quociente Locacional com base na distribuição de MEIs por setor na região e no Estado.**

Setor Econômico	Região		Estado		Quociente Locacional
	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	100	0,3%	4.670	0,2%	<b>1,73</b>
Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	17	0,0%	1.378	0,0%	1,00
Produção florestal; pesca e aquicultura	6	0,0%	338	0,0%	<b>1,43</b>
Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0	0,0%	7	0,0%	0,00
Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	18	0,1%	1.143	0,0%	<b>1,27</b>
Fabricação e refino de açúcar	2	0,0%	37	0,0%	<b>4,36</b>
Outros produtos alimentares	453	1,3%	42.944	1,5%	0,85
Fabricação de bebidas	3	0,0%	79	0,0%	<b>3,06</b>
Fabricação de produtos do fumo	0	0,0%	73	0,0%	0,00
Fabricação de produtos têxteis	703	2,0%	19.377	0,7%	<b>2,93</b>
Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	875	2,4%	63.875	2,2%	<b>1,11</b>
Fabricação de calçados e de artefatos de couro	31	0,1%	6.083	0,2%	0,41
Fabricação de produtos da madeira	91	0,3%	8.459	0,3%	0,87
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	43	0,1%	4.171	0,1%	0,83
Impressão e reprodução de gravações	89	0,2%	12.086	0,4%	0,59
Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	1	0,0%	43	0,0%	<b>1,88</b>
Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	10	0,0%	583	0,0%	<b>1,38</b>
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	24	0,1%	1.556	0,1%	<b>1,24</b>

Setor Econômico	Região		Estado		Quociente Locacional
	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	45	0,1%	5.612	0,2%	0,65
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	468	1,3%	33.067	1,1%	<b>1,14</b>
Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	1	0,0%	244	0,0%	0,33
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	9	0,0%	559	0,0%	<b>1,30</b>
Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	483	1,3%	48.286	1,7%	0,81
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	405	1,1%	35.670	1,2%	0,92
Água, esgoto e gestão de resíduos	136	0,4%	8.034	0,3%	<b>1,37</b>
Construção	4.491	12,5%	278.373	9,6%	<b>1,30</b>
Comércio por atacado e varejo	10.048	28,0%	725.381	25,0%	<b>1,12</b>
Transporte terrestre	1.146	3,2%	149.730	5,2%	0,62
Transporte aquaviário	2	0,0%	989	0,0%	0,16
Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	493	1,4%	104.626	3,6%	0,38
Alojamento	17	0,0%	3.327	0,1%	0,41
Alimentação	4.218	11,7%	318.321	11,0%	<b>1,07</b>
Edição e edição integrada à impressão	206	0,6%	36.416	1,3%	0,46
Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	72	0,2%	14.360	0,5%	0,40
Telecomunicações	49	0,1%	5.980	0,2%	0,66
Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	7	0,0%	1.416	0,0%	0,40
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0	0,0%	2	0,0%	0,00
Atividades imobiliárias	0	0,0%	2	0,0%	0,00
Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	15	0,0%	2.704	0,1%	0,45
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	1.483	4,1%	141.364	4,9%	0,85
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	189	0,5%	13.105	0,5%	<b>1,16</b>
Outras atividades administrativas e serviços complementares	1.548	4,3%	175.134	6,0%	0,71
Atividades de vigilância, segurança e investigação	30	0,1%	2.158	0,1%	<b>1,12</b>

118 / 258

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

Setor Econômico	Região		Estado		Quociente Locacional
	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	
Educação	1.370	3,8%	124.066	4,3%	0,89
Saúde	309	0,9%	28.232	1,0%	0,88
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	347	1,0%	31.770	1,1%	0,88
Organizações associativas e outros serviços pessoais	4.936	13,7%	395.536	13,6%	<b>1,01</b>
Serviços domésticos	949	2,6%	48.959	1,7%	<b>1,56</b>
<b>Total</b>	<b>35.938</b>	<b>100%</b>	<b>2.900.325</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Portal do Empreendedor, Receita Federal, em setembro de 2020.

Conforme indicado na Tabela 26, a região de Araraquara possui 35.938 registros de MEIs, sendo que certas atividades produtivas se destacam devido ao alto quociente locacional. Dentre as atividades proporcionalmente mais proeminentes na região, verificam-se a fabricação e refino de açúcar (+336,2%) e a fabricação de bebidas (+206,5%), as quais, porém, contemplam, em termos absolutos, baixo número de MEIs registradas (2 e 3, respectivamente). Por outro lado, também sobrerrepresentada regionalmente ante às demais áreas paulistas (+192,8%), mas com alto número de MEIs (703 cadastros) é o setor de fabricação de produtos têxteis, em consonância com aquilo anteriormente discutido.

### 3.2.6 Análise da evolução do nível de emprego no 1º semestre de 2020

A pandemia de COVID-19 afetou significativamente praticamente todas as atividades produtivas. A pesquisa PNAC-COVID19, do IBGE, disponibiliza resultados e indicadores sobre mercado de trabalho do Estado de São Paulo e nos permite contextualizar alguns impactos decorrentes da pandemia.

**Tabela 27 – Indicadores de mercado de trabalho para o Estado de São Paulo.**

Indicador	Maio	Junho	Julho
População Residente (mil pessoas)	46.232	46.263	46.293
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (mil pessoas)	37.769	37.841	37.856
Pessoas ocupadas (mil pessoas)	20.187	19.949	19.628
Pessoas desocupadas (mil pessoas)	2.560	3.141	3.295
Pessoas na força de trabalho (mil pessoas)	22.747	23.091	22.923
Pessoas fora da força de trabalho (mil pessoas)	15.022	14.750	14.933
Taxa de participação na força de trabalho (%)	60,2%	61,0%	60,6%
Taxa de desocupação (%)	11,3%	13,6%	14,4%
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social no total da população ocupada (%)	17,6%	13,1%	7,0%
Percentual de pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho, que trabalhavam de forma remota, no total da população ocupada e não afastada do trabalho (%)	19,7%	18,0%	16,8%
Percentual de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho, mas que gostariam de trabalhar na semana anterior, no total de pessoas fora da força de trabalho (%)	31,0%	31,2%	32,0%
Proxy da taxa de informalidade das pessoas ocupadas (%)	28,3%	28,3%	27,2%
Percentual de pessoas ocupadas com rendimento do trabalho e que tiveram rendimento efetivo menor que o normalmente recebido, no total de pessoas ocupadas e com rendimento do trabalho (%)	35,4%	35,5%	30,1%

Fonte: PNAD-COVID19, IBGE, 2020.

A análise da Tabela 27 aponta alguns pontos importantes sobre o contexto pandêmico:

- ▣ Aumento da Taxa de Desocupação;
- ▣ Estabilidade na Taxa de Participação na Força de Trabalho, ou seja, estabilidade no total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas;
- ▣ Redução no mês de Julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social;
- ▣ Redução no mês de Julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto;

- ▣ Aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia;
- ▣ Redução da Taxa de Informalidade e;
- ▣ Impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Os dados apresentados anteriormente não permitem analisar o contexto regional. De tal sorte, buscando avaliar o impacto na região de Araraquara e possibilitar a comparação com as demais regiões do estado, foram levantadas informações referentes ao saldo de empregos formais disponibilizados no CAGED. A Tabela 28 apresenta os totais de admitidos, desligados e o saldo de movimentação de empregos formais entre janeiro e julho de 2020 para região.

**Tabela 28 – Totais de admitidos, desligados e saldo de empregos formais para a região de Araraquara.**

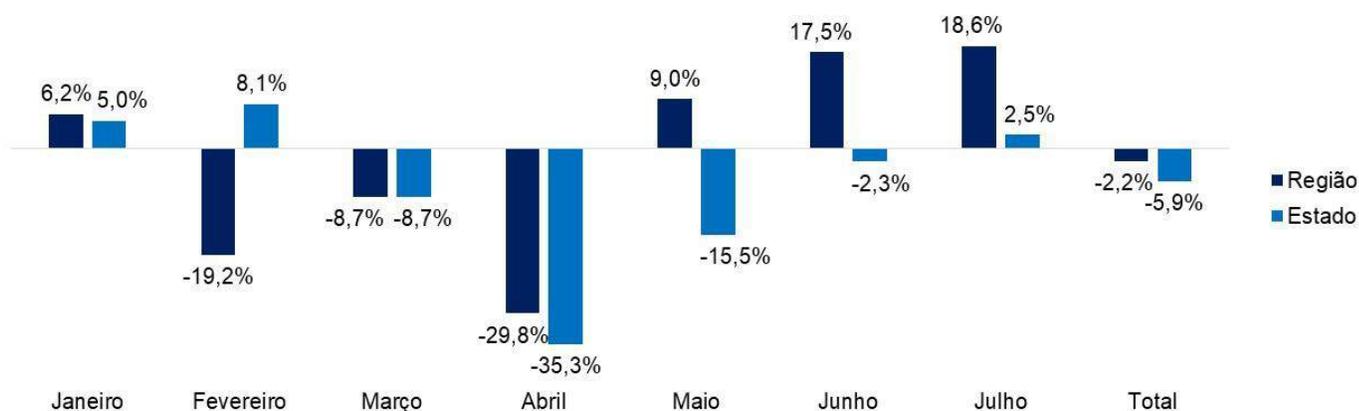
Mês de 2020	Admitidos	Desligados	Saldo
Janeiro	5.843	5.156	687
Fevereiro	6.480	9.559	-3.079
Março	5.892	7.012	-1.120
Abril	2.987	5.521	-2.534
Mai	5.468	4.565	903
Junho	5.670	3.982	1.688
Julho	5.582	3.835	1.747
<b>Total</b>	<b>37.922</b>	<b>39.630</b>	<b>-1.708</b>

Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

A análise dos resultados mostra que a região apresentou saldo negativo já em fevereiro, ou seja, antes mesmo do início efetivo da pandemia no Estado de São Paulo, cujo primeiro caso oficialmente confirmado se deu nos últimos dias do mês. Essa tendência de desligamentos se prorrogou nos dois meses subsequentes, levando o saldo de empregos no trimestre ao patamar de -6.733 vagas. A partir de então houve uma retomada crescente nas contratações mensais que levou o saldo anual até o mês de julho a -1.708 vagas.

De modo a que se possa comparar região e estado foi utilizado um indicador calculado por meio da razão entre a diferença do número de vagas criadas e suprimidas e o total de desligamentos e contratações. Este indicador compara o saldo de empregos com o total de movimentação observadas e pode ser analisado como a direção dos impactos no contexto do mercado formal. Por exemplo, quanto maior o total de desligamentos comparado às admissões, menor é o saldo e menor é o valor do indicador. Assim, valores negativos indicam a maior direção do mercado formal para desligamentos e supressão de postos de trabalho.

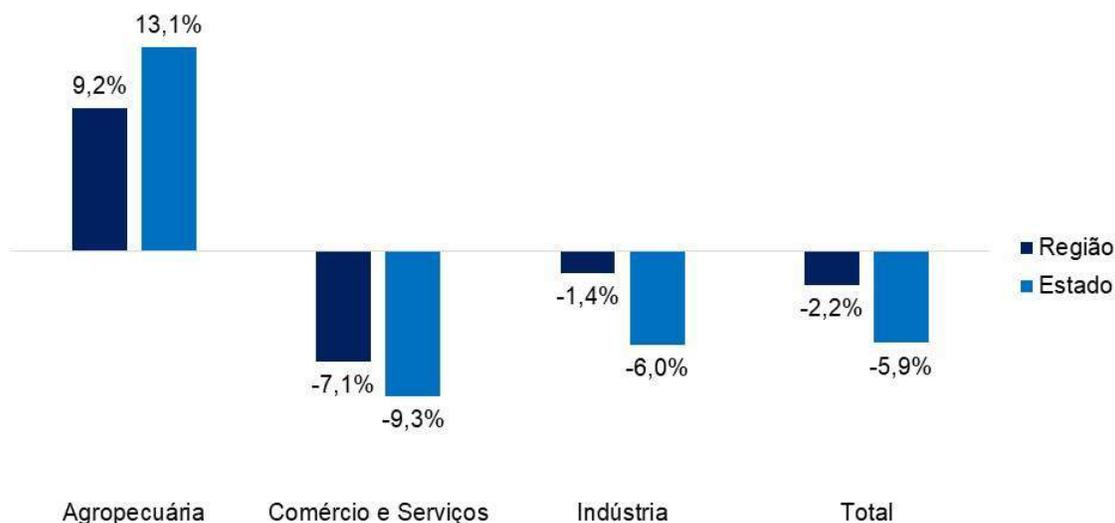
**Figura 65 – Direção da movimentação de empregos do mercado formal por mês na região de Araraquara e no Estado de São Paulo.**



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Conforme demonstrado na Figura 65, a região de Araraquara experimentou recuperação mais rápida e intensa de seu mercado de trabalho ao longo de 2020, mesmo tendo vivenciado já em fevereiro brusca queda no saldo de empregos enquanto o restante do Estado de São Paulo gozava ainda de maior número de contratações ante demissões.

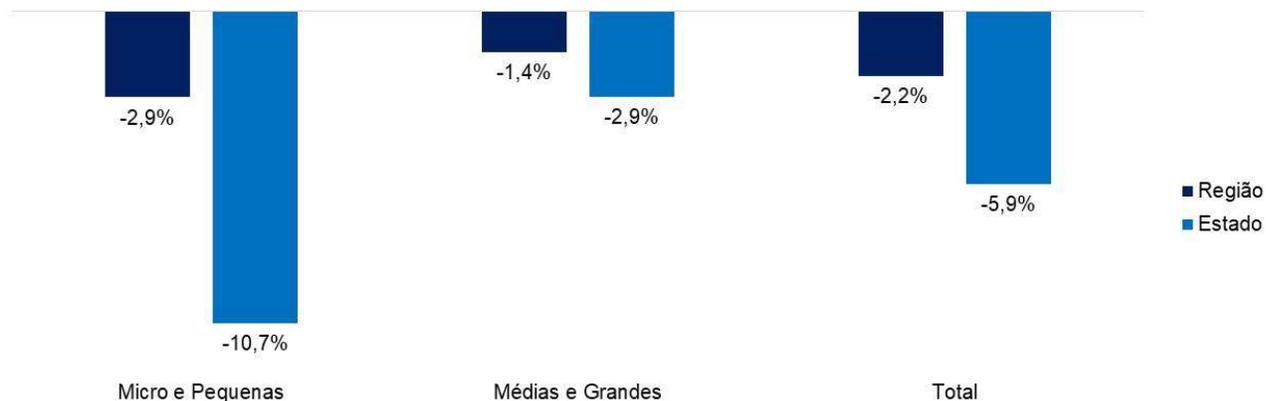
**Figura 66 – Direção da movimentação de empregos do mercado formal por setor de atividade na região de Araraquara e no Estado de São Paulo.**



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Conforme apresentado na Figura 66, o maior responsável direção de crescimento de empregos na região de Araraquara, entre janeiro de julho de 2020, foi o setor agropecuário. De qualquer forma, tanto o setor de comércio e serviços quanto o setor industrial se mostraram menos afetados em Araraquara do que no restante do estado. Além da análise do saldo de empregos por setor, foram avaliados os impactos por porte das empresas, separando-se os resultados para micro e pequenas empresas e para médias e grandes, conforme apresentado a seguir.

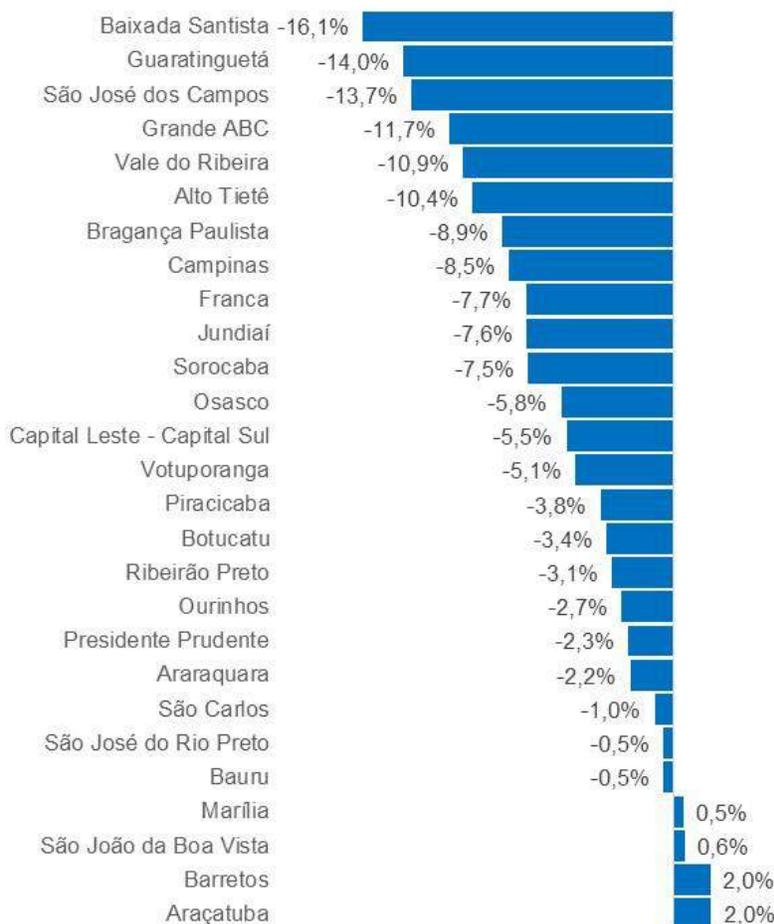
**Figura 67 – Direção da movimentação de empregos do mercado formal por porte de empresa na região de Araraquara e no Estado de São Paulo.**



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Os dados apresentados na Figura 67 demonstram que as micro e pequenas empresas foram bem menos afetadas na região do que no restante do estado, padrão também observado entre as médias e grandes empresas, embora em intensidade menor. Isso contribuiu para que o mercado de trabalho fosse mais afetado no estado do que na região de Araraquara. Por fim, os resultados obtidos por meio da análise do CAGED possibilitam a comparação da região de Araraquara com as outras 27 analisadas, conforme ilustrado a seguir.

**Figura 68 – Ranqueamento das regiões segundo direção da movimentação de empregos do mercado formal.**



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Conforme apresentado na Figura 68, dentre as 23 regiões que apresentaram direção negativa no saldo de empregos no período, Araraquara é aquela a apresentar a 4ª menor queda (-2,2%), o que demonstra certa resiliência da região mesmo na situação extrema deflagrada pela pandemia de COVID-19. Grande parte do resultado pode ser explicado pela vocação econômica da região, voltada para a agropecuária e indústria de insumos básicos, dependendo, comparativamente, menos do setor de comércio e serviços, que foram os mais afetados pela diminuição da circulação de pessoas durante a pandemia.

### 3.2.7 Considerações referentes às vocações econômicas da região

Esta seção buscou apresentar a análise de um amplo espectro de informações relativas à atividade econômica na região de Araraquara, dando indícios das suas principais vocações econômicas. Por meio da análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que Araraquara possui maior prevalência de microempresas quando comparada ao restante do Estado, o que demonstra a importância de políticas que incentivem este tipo de empreendimento na região.

Por se tratar de uma área com menor desenvolvimento econômico, foi possível verificar que o rendimento médio dos trabalhadores da região é inferior àquele observado no restante do Estado, independentemente do porte da empresa. No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente na região está em nível inferior, quando comparado às demais regiões paulistas.

A análise dos setores produtivos por meio do quociente locacional – calculado com base no número de vínculos formais por atividade produtiva – corrobora a avaliação de que a região possui vocação para a agricultura. Além desse destaque, vê-se na região de Araraquara o desenvolvimento da fabricação de produtos têxteis, responsável por 5,2% no total de vínculos formais e um quociente locacional de 6,03 na análise da economia total e de 9,38 entre as PMEs.

Por fim, a análise do saldo de empregos entre os meses de janeiro e julho de 2020 revela que houve redução de vagas formais na região de Araraquara, padrão observado em praticamente todo o Estado de São Paulo. Entretanto a intensidade da queda ao final do período (-2,2% ante -5,9% no estado) bem como da recuperação das vagas após o período mais agudo da crise se mostram distintos e mais favoráveis à região. A prevalência de atividades agrícolas e de indústria de insumos básicos possivelmente foi fator preponderante para o resultado observado para o emprego no momento de pandemia, uma vez que regiões com maior atuação do setor de comércio e serviços foram as mais afetadas pela situação sanitária.

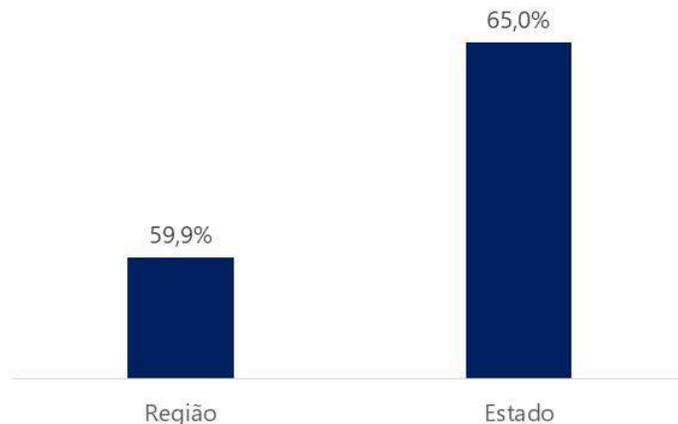
### 3.3 Agropecuária

A agropecuária desponta como uma das principais atividades econômicas não somente em âmbito nacional como também em contexto subnacional. Entretanto, de modo a que se possa entendê-la é importante, inicialmente, reconhecer que não se trata de setor econômico homogêneo, mas sim, diversificado em termos de sua estrutura e atividades produtivas. Nessa seção será dada ênfase à análise do setor agrícola da região tendo por base a discussão do porte e total de estabelecimentos, das formas de associativismo existentes, da presença e tipo de assistência técnica disponível aos produtores rurais e, por fim, das vocações agrárias características da produção regional. Vale ressaltar que todas essas questões apresentam grande interface com temas caros ao SEBRAE-SP com destaque ao interesse institucional por apoiar o desenho de políticas públicas relacionadas ao fomento do **associativismo e cooperativismo**, à maior eficiência das **compras governamentais e agricultura familiar**.

#### 3.3.1 Estabelecimentos e Produtores

Assim como observado no restante do Estado de São Paulo, a região de Araraquara apresenta predominância da agricultura familiar entre seus estabelecimentos agrícolas. A Figura 69 substantia essa afirmação ao revelar que 59,9% dos produtores agrícolas da região comandam estabelecimentos pertencentes a tal grupo, índice, entretanto, 7,9% inferior ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (65,0%). Nota-se, no entanto, que a participação da agricultura familiar não é uniforme entre os 19 municípios da região. Por um lado, Motuca (84,2%), Araraquara (76,1%) e Fernando Prestes (72,8%), apresentam, todos, participações superiores à marca de 70% da agricultura familiar no total de estabelecimentos. Por outro lado, em 4 cidades esse índice não alcança a marca de 50%, com destaques para Santa Lúcia e Trabiçu, onde a agricultura familiar representa somente 30,3% e 29,2% do total de estabelecimentos agrícolas da localidade. Nesse sentido, é essencial que se investigue por que tais diferenças locais ocorrem para que políticas públicas, tais como aquelas relacionadas a estímulos direcionados às compras governamentais, tenham maior chance de êxito no fomento ao pequeno produtor.

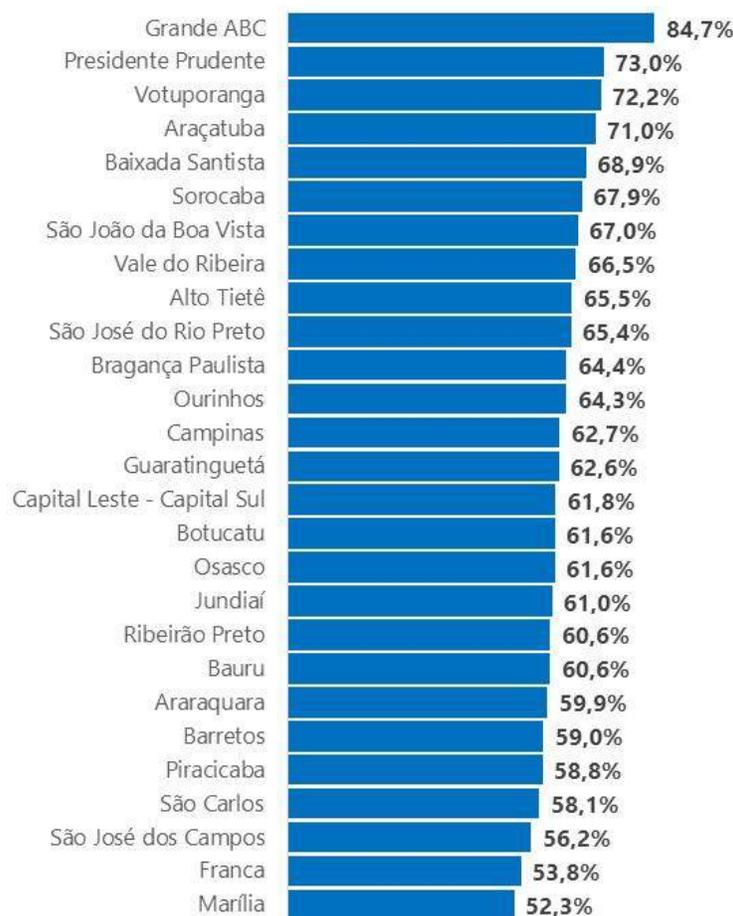
**Figura 69 – Participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos da região.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Além da comparação região-estado e do olhar intrarregional abrangendo as localidades que compõem a região de Araraquara é interessante que se observe como a região se insere na comparação com as demais regiões de acordo com as quais o Estado de São Paulo foi dividido para os fins desse trabalho. Nesse contexto, nota-se que Araraquara se destaca pela baixa participação da agricultura familiar no seu conjunto de estabelecimentos agrícolas (59,9%), o que a classifica na 21ª posição dentre as 27 regiões, à frente de Barretos (22ª posição, com 59,0% do total) e atrás da Bauru (20ª, com 60,6%).

**Figura 70 – Ranqueamento das regiões segundo participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos.**

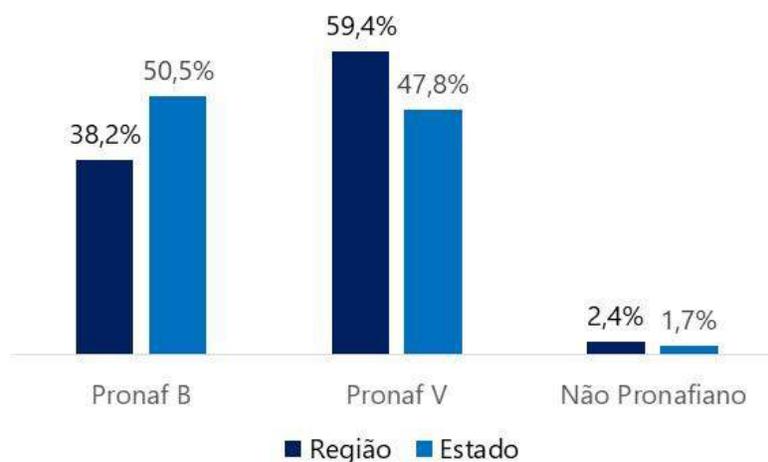


Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Criado através do Decreto Presidencial nº 1.946 de 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma política federal duradoura de incentivo ao pequeno agricultor. Através do programa, é disponibilizado crédito a custos mais baixos ao agricultor familiar, grupo que tradicionalmente encontra maiores dificuldades de acesso a linhas de crédito, com objetivos tais como aumentar a produtividade e a renda e reduzir as desigualdades. Na Figura 71 apresentamos a penetração do Pronaf – grupos B (renda familiar anual até R\$ 23.000) e V (até R\$ 415.000) – entre os estabelecimentos agrícolas familiares da região. Constatamos, inicialmente, que o programa se encontra

altamente difundido tanto na região de Araraquara quanto no conjunto do Estado de São Paulo, uma vez que apenas cerca de 2% dos pequenos agricultores não aderiram ao programa. Entretanto, a análise das modalidades revela padrões distintos na comparação região-estado. Em outras palavras, enquanto na região 59,4% dos estabelecimentos está incluída no Pronaf V – parcela 24,3% superior ao do estado (47,8%) – no conjunto do Estado de São Paulo a maioria deles (50,5%) se insere no grupo B do programa, patamar 32,4% acima daquele entre as 19 cidades da região de Araraquara (38,2%). Tal distribuição indica que o produtor familiar da região possui renda anual comparativamente mais elevada, de modo a que não se possa inserir entre os elegíveis ao grupo B do Pronaf, mas, ainda assim, possa aderir ao grupo V do programa.

**Figura 71 – Participação dos estabelecimentos de agricultura familiar segundo grupos do Pronaf.**



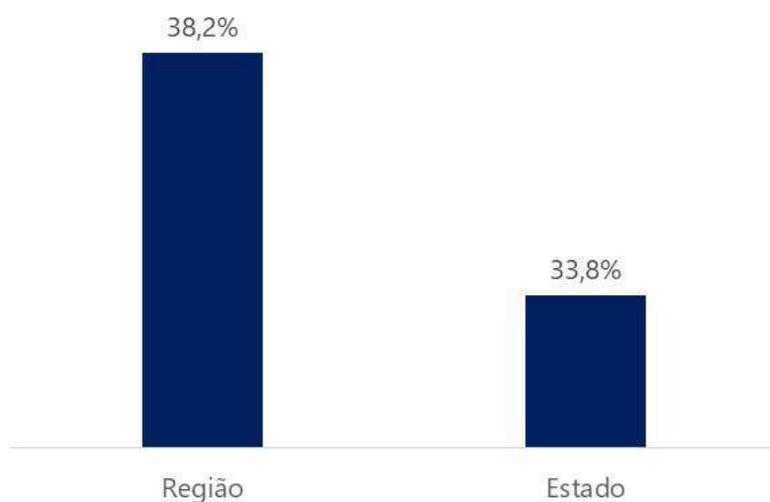
Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Outra iniciativa existente de fomento ao produtor rural é o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), instituído em 2010. Trata-se de oportunidade de crédito destinado a um grupo de produtores rurais que não se enquadram nos requisitos à participação no Pronaf e tampouco têm acesso a linhas de crédito tradicionais destinadas ao grande produtor agrícola. Por meio do programa preenche-se tal hiato ao disponibilizar a produtores rurais com renda anual de até R\$

2.000.000 acesso a financiamento para apoio às atividades produtivas e geradoras de trabalho e renda no campo.

Do total de 4.632 estabelecimentos agrícolas registrados nos 19 municípios da região de Araraquara, 1.771 (38,2%) participam do Pronamp, participação cerca de 13,2% maior do que o patamar de 33,8% aferido no conjunto do Estado de São Paulo.

**Figura 72 – Participação dos estabelecimentos no Pronamp.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

### 3.3.2 Associativismo

O associativismo indica a participação dos agricultores em cooperativas, entidades de classe ou outros movimentos da sociedade civil bem como a capacidade de organização e articulação desses agricultores em torno de reivindicações de classe, econômicas e/ou políticas. Embora a região de Araraquara se localize entre aquelas com menor participação da agricultura familiar nos estabelecimentos de produção agrícola no estado, o nível de associação entre os estabelecimentos agrícolas apresenta-se cerca de 51,4% acima daquele atribuído as demais regiões, conforme explicitado na Figura 73. Mais da metade do total de estabelecimentos (2.370, ou 51,2%) pertencem a

algum tipo de associação o que corresponde a 3,7% do total de estabelecimentos associados do Estado de São Paulo (63.727).

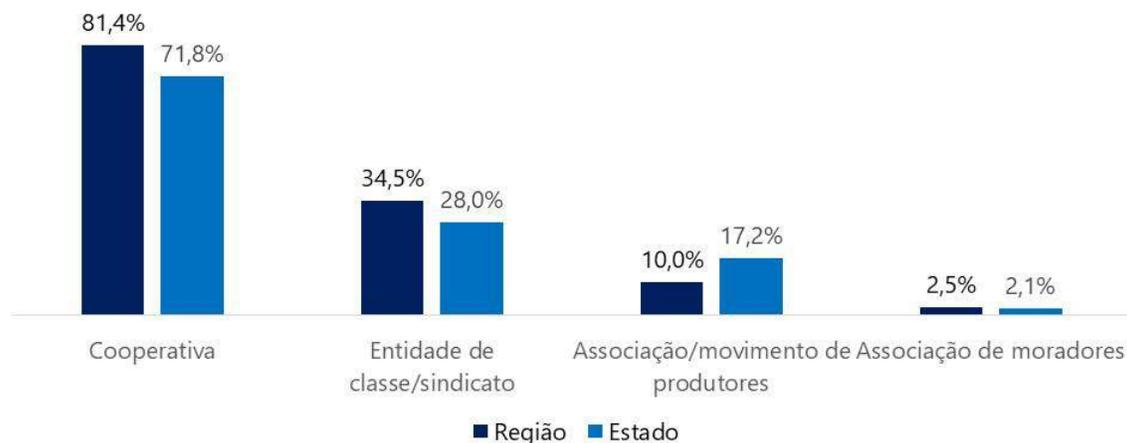
**Figura 73 – Proporção de estabelecimentos associados.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Dentre os 2.370 estabelecimentos com vínculos associativos na região, a maior parte se insere na forma de cooperados (81,4%, ou 1.929 propriedades), seguida pelas entidades de classe (34,5%, ou 818 estabelecimentos) e pelos movimentos de produtores (10,0%, ou 237 estabelecimentos). Na Figura 74 são explicitados os percentuais de participação dos estabelecimentos em cada uma das categorias de associação analisadas neste relatório. É possível observar que a proporção de associados em entidades de classe na região de Araraquara é 23,1% maior do que a média do estado, algo que pode estar relacionado à elevada participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas e à tendência de maior organização e a articulação política entre esses agricultores.

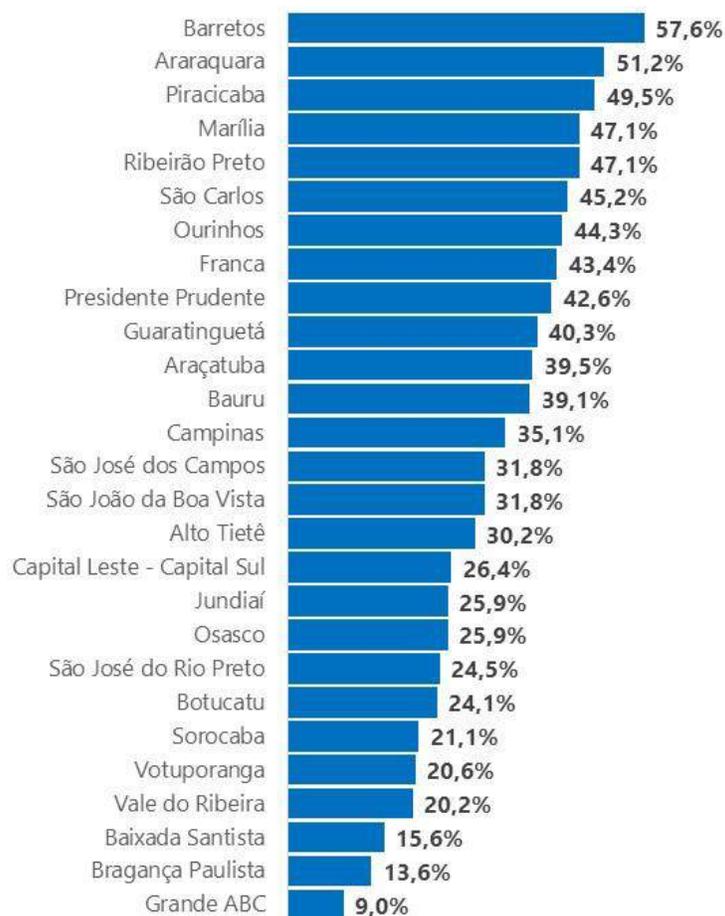
**Figura 74 – Distribuição dos estabelecimentos associados por tipo de associação.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

A participação acima das médias estaduais para todos os tipos de associação, exceção feita para os estabelecimentos agrícolas vinculados a movimentos de produtores (-12,0%), faz com que o associativismo seja marcadamente presente na região da Araraquara. Dessa forma, é natural que a região se posicione entre aquelas com maior proporção de estabelecimentos associados entre as 27 regiões paulistas (2ª colocação), à frente de Piracicaba (3ª colocação, com 49,5% dos estabelecimentos associados) e abaixo somente de Barretos (1ª, com 57,6%), conforme observado na Figura 75.

**Figura 75 – Ranqueamento das regiões segundo participação de estabelecimentos associados.**



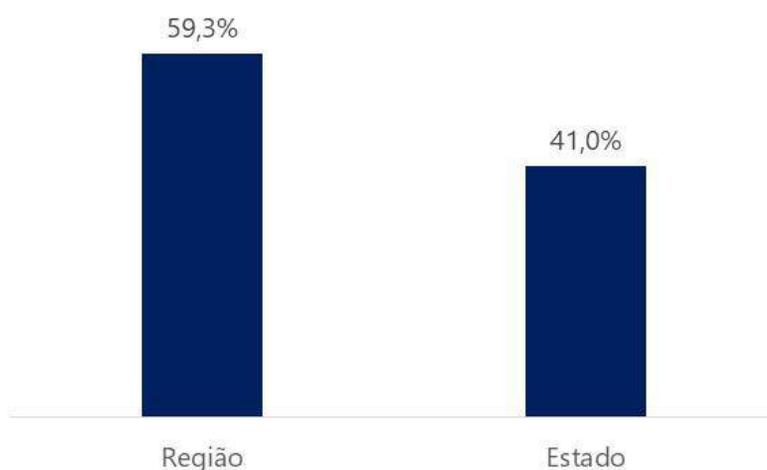
Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

### 3.3.3 Assistência Técnica

A assistência técnica, definida como a orientação prestada por profissionais habilitados, como engenheiros agrônomos, florestais ou agrícolas; médicos veterinários; zootecnistas; biólogos; técnicos agrícolas; tecnologistas de alimentos ou economistas domésticos, com a finalidade de transmitir conhecimento e orientar os produtores agropecuários, também é um importante indicador para a formulação de políticas públicas destinadas ao setor, uma vez que revela o nível de sofisticação da

atividade agrícola e os possíveis gargalos que eventualmente possam atravancar a produção. Dos 4.632 estabelecimentos da região de Araraquara, 2.747, isto é, 59,3%, recebem algum tipo de assistência técnica, o que corresponde a 3,6% da participação estadual. Na Figura 76 é possível constatar que este percentual é cerca de 44,7% superior àquele contabilizado para o conjunto do Estado de São Paulo. Na região de Araraquara, portanto, a assistência técnica se faz fortemente presente entre os estabelecimentos agrários.

**Figura 76 – Proporção de estabelecimentos que recebem orientação técnica.**



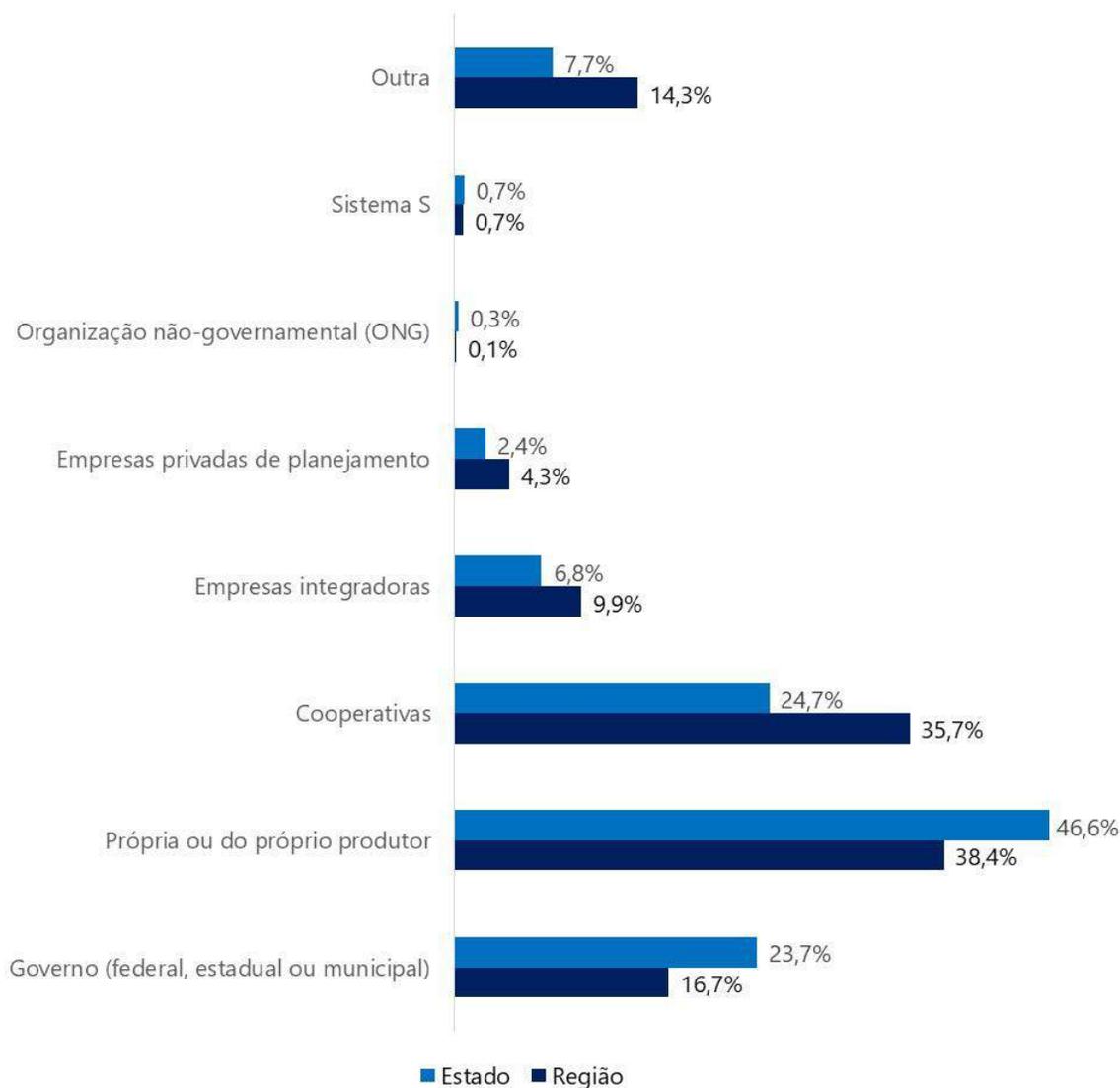
Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Dentre os 2.747 estabelecimentos que recebem assessoria, 38,4% (1.054 estabelecimentos) correspondem a assessoria própria e 35,7% (980) recebem por meio de cooperativas. Por outro lado, apenas 16,7%, ou 460 dos estabelecimentos, recebem assessoria dos governos federal, estadual ou municipal e menos de 1% (0,7%, ou 18 estabelecimentos) a recebem via Sistema S.

Na Figura 77 estão evidenciadas as distribuições de origem da assistência técnica para a região e para o estado. A partir dela pode-se observar que na comparação com o estado estão sobre-representadas na região de Araraquara os seguintes prestadores de assistência técnica: cooperativas (+44,7%, ou 35,7% ante 24,7%), empresas integradoras (+45,1%, ou 9,9% ante 6,8% assim como outros

provedores (+86,5%, ou 14,3% ante 7,7%). Por outro lado, destacam-se entre aqueles comparativamente sub-representados os governos federal, estadual e municipal (-29,4%, ou 16,7% ante 23,7%) e os provedores próprios (-17,7%, ou 38,4% ante 46,6%).

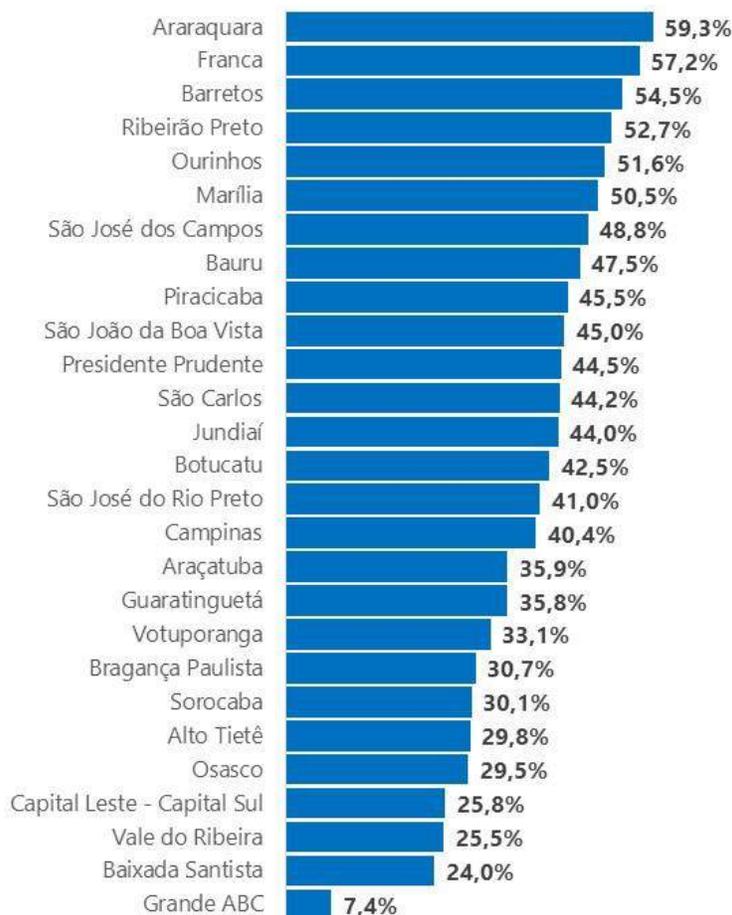
Figura 77 – Distribuição dos estabelecimentos por origem da assistência técnica recebida.



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

A Figura 78 revela que alta proporção de estabelecimentos com acesso a assistência técnica coloca a região de Araraquara na liderança do ranqueamento estadual com 59,3% de penetração de assistência técnica entre os produtores rurais da região.

**Figura 78 – Ranqueamento das regiões segundo cobertura da assistência técnica entre estabelecimentos.**

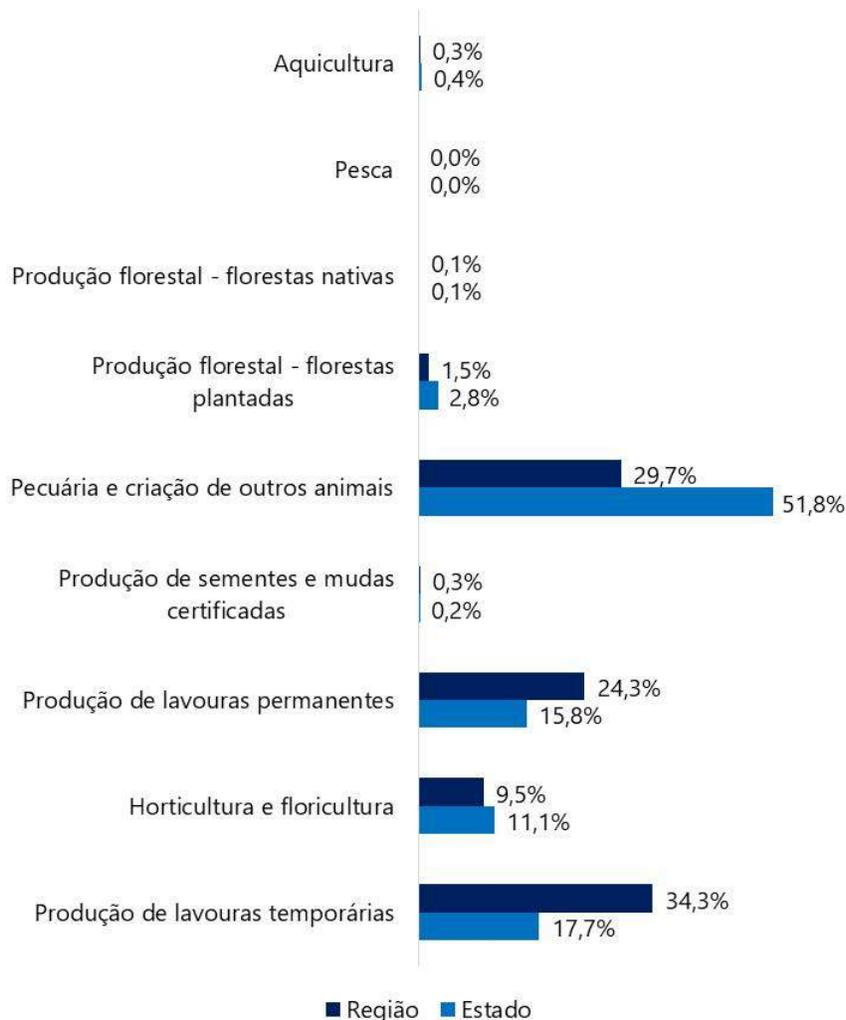


Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

### 3.3.4 Produção

A análise do tipo de produção predominante na região oferece indícios sobre a vocação agrária da região e pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo ao setor. Na Figura 79 é possível constatar que a produção de lavouras temporárias é a atividade predominante com a participação de 1.589 estabelecimentos (34,3%), o que indica participação relativa 94,1% maior do que aquela observada no conjunto do Estado de São Paulo (17,7% do total). Padrão similar é notado para as lavouras permanentes, 53,7% mais presentes na região (24,3% ante 15,8%). Diferentemente, a pecuária e criação de outros animais ainda que bastante presentes entre os 19 municípios da região (29,7%), têm participação 42,7% menor do que aquilo aferido para o conjunto do estado (51,8%). Também sub-representadas são as atividades de horticultura e floricultura (-14,1%, ou 9,5% ante 11,1%).

**Figura 79 – Distribuição dos estabelecimentos por grupos de atividades.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

### 3.3.5 Considerações referentes à agropecuária na região

De forma geral a região de Araraquara apresenta grande participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas, que em sua maioria aderem ao Pronaf, programa de incentivo à agricultura familiar do governo federal. Entre os agricultores médios cerca de 38,2% aderem ao programa de incentivo Pronamp, número 13,2% acima do apresentado pelo restante do estado (33,8%).



Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agrícolas cerca de 51,2% aderem a algum tipo de associação, em especial a cooperativas (81,4% dos estabelecimentos associados) e a entidades de classe e sindicatos (34,5%). A expressiva aderência dos agricultores a algum tipo de associação coloca a região de Araraquara na 2ª posição no ranqueamento estadual.

Quanto à assistência técnica, 59,3% dos estabelecimentos agrícolas da região têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades. Destacam-se entre os provedores, a assessoria própria (38,4% do total) e as cooperativas (35,7%). É importante ressaltar, ainda, a baixa participação da assessoria proveniente dos governos federal, estadual e municipal (16,7%) bem como do Sistema S (0,7%), o que pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar com menores possibilidade de acesso a uma assessoria privada.

Por fim, as atividades que mais se destacam na região são a produção de lavouras temporárias (34,3%), a produção de lavouras permanentes (24,3%), ambas regionalmente sobrerrepresentadas, e a pecuária e a criação de outros animais (29,7%), que, embora com participação expressiva no total, se encontra sub-representada na comparação região-estado.

## 4. Dimensão Institucional

---

Esta seção apresenta dados e informações a respeito da dimensão institucional na região e no Estado de São Paulo. Serão abordados e analisados os seguintes tópicos:

- ▣ Gestão Fiscal;
- ▣ Compras Governamentais;
- ▣ Associativismo e Cooperativismo; e
- ▣ Inclusão Produtiva.

Para cada um dos temas serão comparados, sempre que possível, indicadores da região e do Estado de São Paulo e, quando necessário, serão apresentadas as características dos municípios com o intuito de apresentar as potencialidades e os gargalos existentes na dimensão institucional. Importa observar que as informações coletadas na pesquisa aplicada com os respondentes dos municípios da amostra representa uma avaliação para o estado como um todo.

### 4.1 Fiscal

A contextualização fiscal é parte fundamental no mapeamento das regiões do Estado de São Paulo. Sua relevância se dá porque a situação orçamentária da região explica muito do que acontece em outras áreas de atuação estatal a exemplo da saúde e da educação. Além disso, identificar quais são as fontes de receitas da região pode ajudar a explicar possíveis gargalos a serem corrigidos, assim como a clareza quanto a gastos de recursos públicos permite melhor direcionamento e eficiência das políticas públicas. É importante destacar que a adoção de políticas que desconsiderem as peculiaridades fiscais de uma determinada região pode gerar distorções, não gerar os efeitos desejados e muitas vezes gerar incentivos que levam a uma má alocação dos recursos públicos.

Nessa seção serão discutidos aspectos relacionados tanto às receitas, quanto às despesas do setor público. No que se refere à receita, apresentaremos dados *per capita* relacionados às diferentes fontes que contribuem para o montante (receita própria, transferências federais, transferências estaduais,

outras transferências públicas), além de algumas especificidades de municípios que compõe a região. Já em relação aos gastos, também serão abrangidos os gastos por indivíduo de modo a revelar como se dividem entre as áreas de saúde, educação, assistência social, agricultura e entre outros tipos de gastos.

#### 4.1.1 Receitas

Inicialmente é importante mencionar as principais fontes de receita dos municípios brasileiros, a qual se mostra fortemente dependente da arrecadação tributária. Adotando-se como base o ano de 2018, em média, 66,14% das receitas municipais foram oriundas de transferências. Essas transferências incluem, entre outras fontes, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o FPM (Fundo de Participação dos Municípios). A receita tributária municipal é responsável, em média, por 19,07% das receitas totais com destaque para o ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), que representa 9,18%.<sup>5</sup>

Em 2020, no entanto, a redução da atividade econômica devido a medidas para contenção da pandemia de COVID-19, impactará negativamente a arrecadação tributária e, por conseguinte, as receitas municipais. É difícil, porém, quantificar o impacto das medidas restritivas sobre as receitas devido às incertezas sobre evolução da pandemia nos municípios brasileiros e de como será a retomada econômica dos mesmos. No entanto, é importante saber que o momento é de tendência clara de queda na receita municipal tanto no presente quanto a médio prazo, o que tornam investimentos públicos mais proibitivos.

Em 2018, os municípios da região de Araraquara tiveram uma receita total de R\$ 2,1 bilhões de reais, o que corresponde a 1,2% da soma das receitas de todos os municípios do Estado de São Paulo (R\$ 174,9 bilhões). A Figura 80 mostra que a região teve uma receita *per capita* 13,1% menor do que a observada no estado como um todo (R\$ 3.398,97 ante R\$ 3.910,65).

---

<sup>5</sup> Fonte: Observatório de Informações Municipais: <http://www.oim.tmunicipal.org.br/>

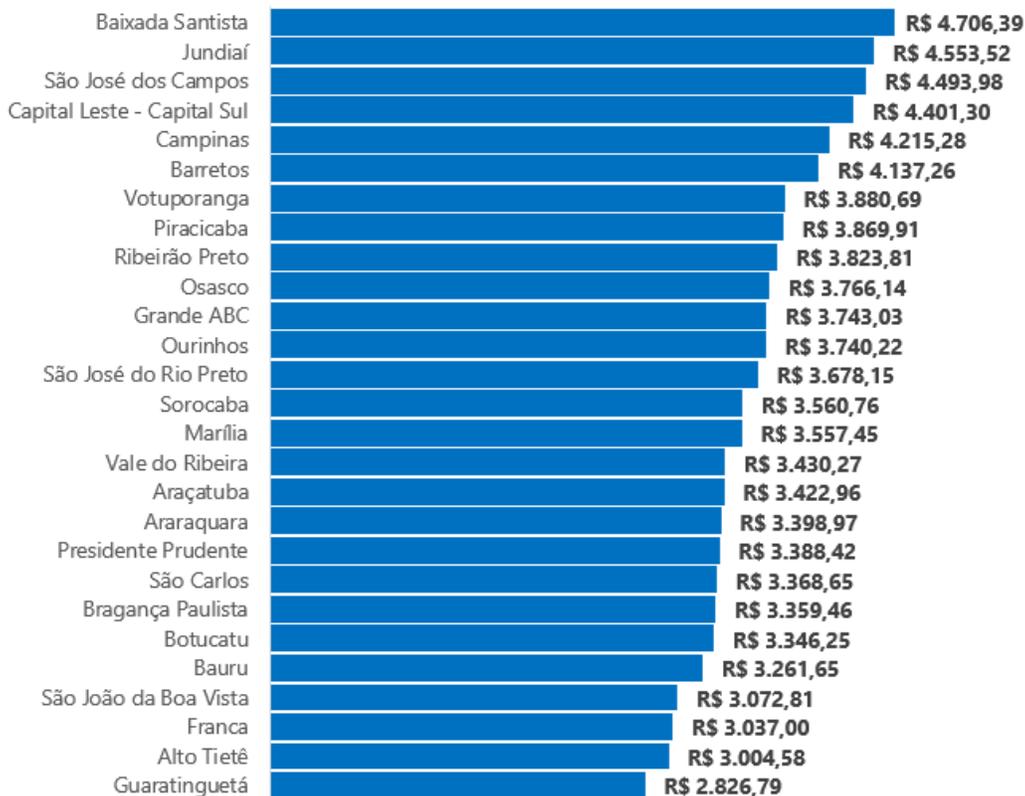
**Figura 80 – Receita *per capita*.**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

A visualização do ranqueamento regional, apresentado na Figura 81, revela que Araraquara possui apenas a 18ª maior receita *per capita* entre as 27 regiões paulistas. Vale ressaltar que entre os municípios da região, existe uma grande heterogeneidade. Enquanto em Trabiçu (R\$ 8.236,92) e Gavião Peixoto (R\$ 7.546,77) a receita *per capita* aferida é superior ao dobro da média regional, em Dobrada (R\$ 2.707,64), Américo Brasiliense (R\$ 2.660,89) e Santa Lúcia (R\$ 2.610,70) ela não alcança 80% do valor. Já na maior cidade da região – Araraquara – a receita *per capita* de R\$ 3.729,23 é levemente superior à média regional (+9,7%).

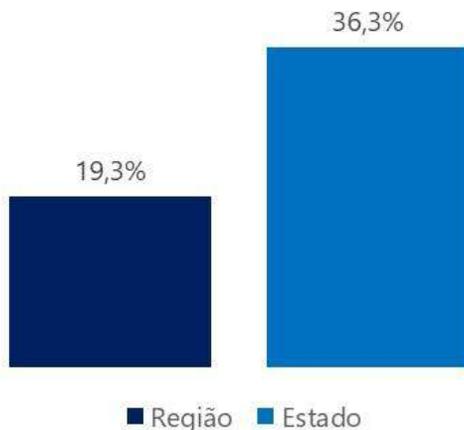
**Figura 81 – Ranqueamento das regiões segundo receita *per capita*.**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Como mencionado, é importante que se entenda o quanto a receita dos municípios da região depende de participação própria e de transferências. A Figura 82 mostra que a importância de receitas próprias nos municípios da região de Araraquara é muito abaixo do observado no restante do estado. Enquanto os municípios do estado possuem 36,3% do total da receita geradas no próprio município, na região de Araraquara esse percentual é de 19,3% (ou -46,7%).

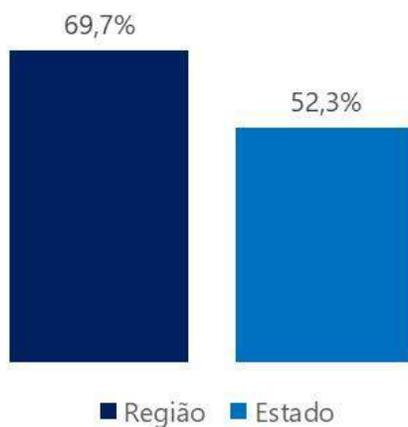
**Figura 82 – Participação da receita própria nas receitas totais.**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

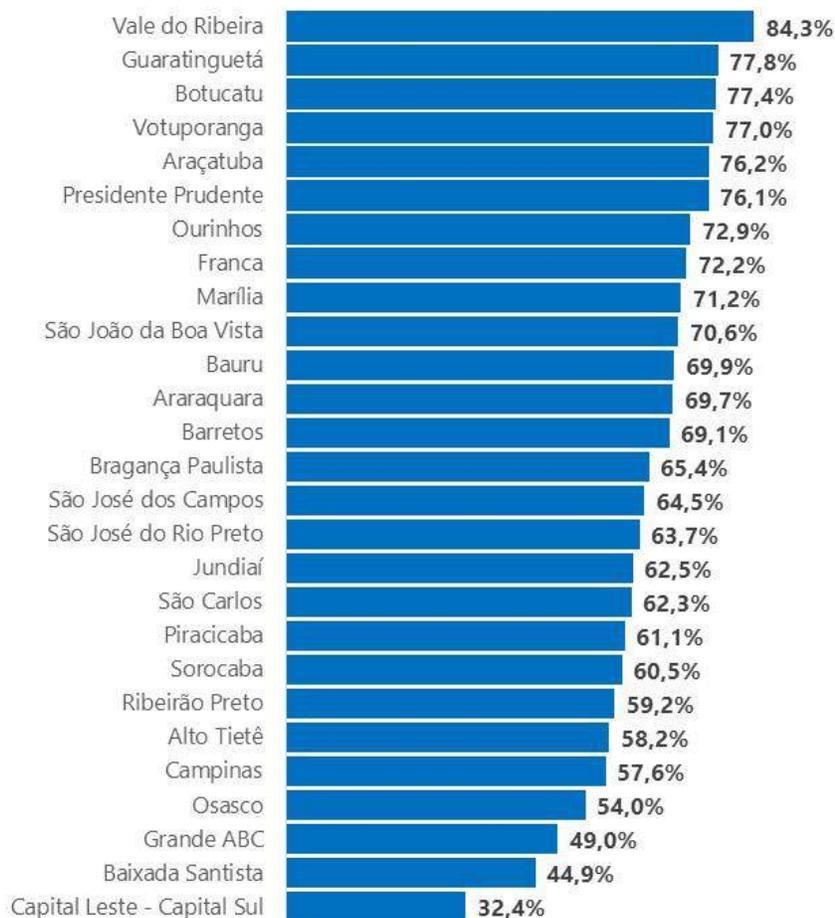
Dessa forma, é natural que a Figura 83 indique a grande dependência na região de Araraquara de transferências. Cerca de 69,7% das receitas dos municípios da região vêm de transferências, 33,3% maior que a participação no conjunto do Estado de São Paulo (52,3%). Isso coloca a região de Araraquara como a 12ª com maior dependência de transferências em termos de receita.

**Figura 83 – Participação das transferências nas receitas totais.**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

**Figura 84 – Ranqueamento das regiões segundo dependência de transferências.**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Outra peculiaridade da região de Araraquara é o fato de que a composição das transferências recebidas é diferente ao ocorrido no estado. As transferências estaduais são as mais relevantes regionalmente (42,9%), embora se situem em patamar -12,3% ao observado no restante do estado (48,9%). A seguir, as transferências federais também se mostram representativas – respondem por 40,5% do total, ou +30,1% ante o estado. Por fim, outras transferências públicas respondem por 16,3% do total, patamar 17,4% menor do que o estadual (19,8%).

**Figura 85 – Composição das transferências recebidas.**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

#### 4.1.2 Despesa

Complementarmente à discussão das receitas, vale discutir os dados relativos aos gastos da região de Araraquara. Os 19 municípios da região são responsáveis por um gasto de R\$ 1,69 bilhão, que representa 1,1% das despesas de todo o Estado de São Paulo (R\$ 148,4 bilhões). Em termos populacionais, a região apresenta despesa de R\$ 2.730,59 por habitante da região, ou 17,7% menor do que o valor médio paulista (R\$ 3.317,68).

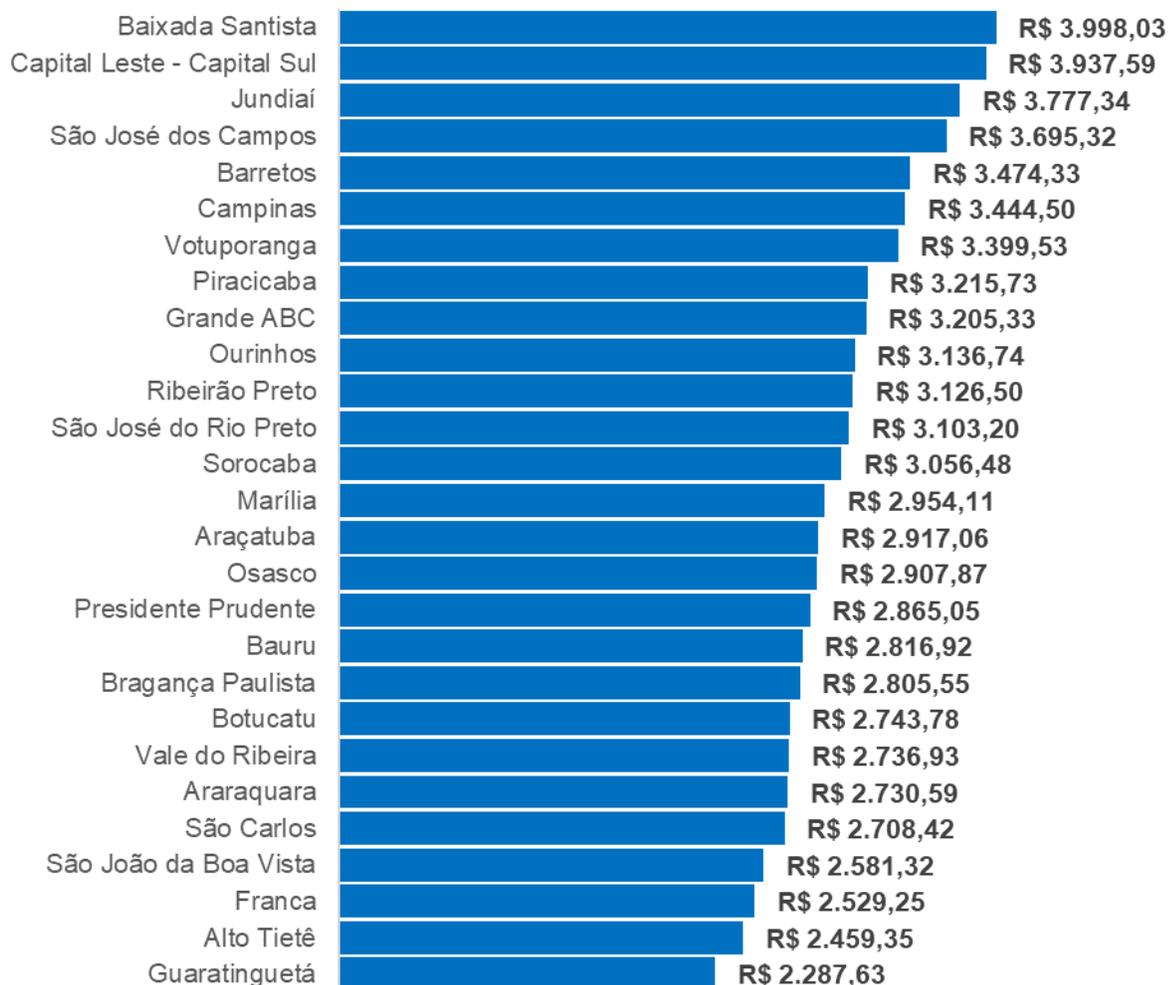
Figura 86 – Despesa corrente *per capita*.



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

No ranqueamento das regiões paulistas, percebe-se que a região de Araraquara ocupa posição intermediária (18ª) em relação as demais. A análise municipalizada revela que os municípios de Trabiçu e Gavião Peixoto, justamente aqueles com maiores receitas *per capita*, são também os que relatam os maiores montantes de despesas por habitante na região, respectivamente R\$ 6.959,21 e R\$ 5.564,68. Da mesma forma, Dobrada (R\$ 2.067,46) e Santa Lúcia (R\$ 2.032,76), 2 dos municípios com menores receita *per capita*, são também aqueles com menores volumes de despesas por habitante.

**Figura 87 – Ranqueamento das regiões segundo despesa corrente *per capita*.**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Por fim, deve-se analisar o perfil das despesas em diferentes áreas na região de Araraquara. Conforme observado na a Figura 88, a região gasta mais do que o conjunto do estado nas dimensões saúde (+24,3%), educação (+12,6%) e assistência social (+4,5%). Já nas demais áreas, tais como transportes e urbanismo – aqui agregadas como ‘Outras’ – o patamar regional (37,2%) é cerca de 20,1% inferior à média paulista (46,5%).

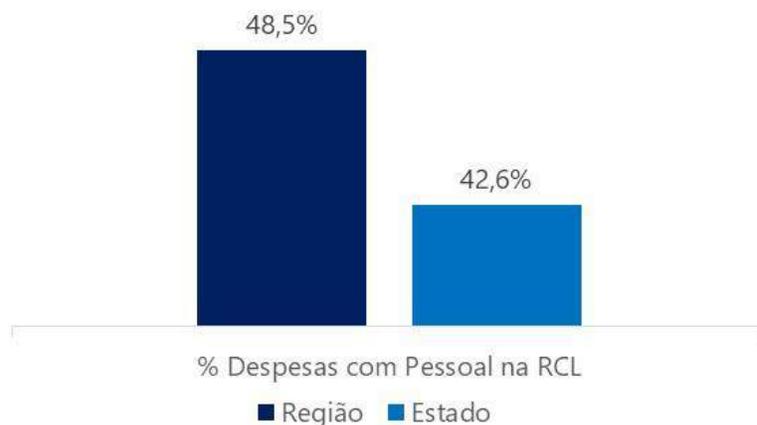
**Figura 88 – Composição das despesas segundo área.**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Na análise das despesas municipais é essencial que se verifiquem os gastos com pessoal do poder executivo municipal, normalmente responsáveis por elevada parcela do total. Essa informação é apresentada na Figura 89 – como proporção da receita corrente líquida (RCL) – e indica que os municípios da região de Araraquara gastam cerca de 13,7% a mais com pessoal do que o conjunto do estado. Apesar de essa ser uma diferença considerável é relevante verificar quantos municípios se enquadram no limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), isto é, gastam menos que 54% da RCL com pessoal (incluindo os encargos sociais).

**Figura 89 – Participação de despesas com pessoal na receita corrente líquida – Executivo.**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Mais especificamente, quando a despesa pessoal fica entre o percentual de 51,3% e 54%, a cidade se encontra no chamado ‘Limite Prudencial’, que indica que o município está próximo ao teto estabelecido pela LRF. A partir desse patamar, o município passa a ter entraves para a criação de cargos, contratações e concessão de reajustes. Quando o município está acima do máximo permitido – acima de 60% da RCL – ele deve corrigir os excessos em até 8 meses e, caso não o faça, está sujeito a punições não mais receber transferências voluntárias e não poder contratar operações de créditos, afetando diretamente as finanças públicas municipais.

A Tabela 29 mostra que 84,2% dos municípios da região de Araraquara estavam em conformidade com a LRF fiscal, participação 14,1% acima do conjunto estadual. Em todo Estado de São Paulo, apenas 8 (ou 1,2%) estão acima do limite máximo de 60%, nenhum oficialmente localizado na região de Araraquara. De todos modos, vale mencionar que para 2 localidades não foram disponibilizadas informações comparáveis, o que impede a sua classificação.

Tabela 29 – Total de municípios segundo categorias da LRF.

Categorias da LRF	Total de municípios (região)	%	Total de municípios (estado)	%
Em conformidade	16	84,2%	476	73,8%
Acima do limite prudencial (54%)	1	5,3%	25	3,9%
Acima do limite de alerta (57%)	-	0,0%	10	1,6%
Acima do limite máximo (60%)	-	0,0%	8	1,2%
Sem Informação	2	10,5%	126	19,5%
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100,0%</b>	<b>645</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

### 4.1.3 Capacidade de Pagamento

Nos próximos parágrafos serão analisados dados relativos à **situação fiscal** dos municípios em relação à sua capacidade de pagamento e também à sua situação fiscal, extraídos das bases de dados do **Tesouro Nacional**. Segundo descrição do Tesouro:

“A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da CAPAG é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município. Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da CAPAG foram definidos na Portaria STN nº 882/2018”<sup>6</sup>.

Ressalta-se nesse sentido que para qualquer operação de crédito das quais os entes subnacionais dependam de garantias ou aval da União, a **CAPAG** é o parâmetro de risco de crédito. A metodologia, bem como as descrições das análises de suficiência, são objeto da **Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017**.

<sup>6</sup> Fonte: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>>.

A Portaria destaca três requisitos de elegibilidade à análise de pedido de verificação dos limites e condições de operação de crédito:

- ▣ Que o ente pleiteante tenha capacidade de pagamento calculada e classificada como A ou B;
- ▣ Que haja comprovação de suficiência das contra garantias oferecidas à União
  - ▣ No caso dos municípios são: 1) IRRF - arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; 2) ITR - participação na arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural; 3) IPVA - participação na arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores; 4) ICMS - participação na arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e; 5) FPM - Fundo de Participação dos Municípios<sup>7</sup>.
- ▣ Que haja manifestação favorável quanto ao custo efetivo da operação de crédito<sup>8</sup>.

A CAPAG será determinada a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores:

- ▣ Indicador de Endividamento;
- ▣ Indicador de Poupança Corrente; e
- ▣ Indicador de Liquidez.

A nota final da CAPAG é determinada pela composição destes 3 indicadores, conforme tabela abaixo:

---

*7 a) receitas próprias a que se refere o art. 156 da Constituição Federal; b) recursos a que se refere o art. 158 da Constituição Federal e c) recursos a que se referem o inciso I, "b" do art. 159 da Constituição Federal.*

*8 Art. 9º O custo efetivo máximo aceitável das operações de crédito garantidas pela União será determinado com base em metodologia a ser definida pela STN.*

**Tabela 30 – Tabela de atribuição de notas para a Capacidade de Pagamento (CAPAG).**

Classificação Parcial dos Indicadores			Classificação Final da CAPAG
Endividamento	Poupança Corrente	Liquidez	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	D
C	C	C	
Demais Combinações			C

Fonte: Tesouro Nacional, 2020.

Nesse sentido, pode-se observar a partir de informações obtidas da base do Tesouro Nacional – dados para o segundo quadrimestre de 2020 – a distribuição dos municípios da região por notas da CAPAG.

A Tabela 31 apresenta esses dados, comparando os municípios da região com todos os municípios do estado. Observamos que nenhum município da região de Araraquara possui nota final A, em oposição aos 64 (9,9%) distribuídos entre as demais áreas do Estado de São Paulo. Da mesma forma, nota-se que os municípios da região também se mostram menos presentes na comparação região-estado entre aqueles classificados com nota final B (-21,7%). Por outro lado, há sobrerrepresentação regional na categoria C (+13,6%, ou 47,4% ante 41,7%) e no grupo de municípios sem registro (+30,0%, ou 36,8% ante 28,2% do total paulista). Ao analisar cada indicador separadamente, tem-se que a região de Araraquara possui uma distribuição de notas de endividamento relativamente assemelhada àquela do estado, com predominância em ambas da classificação mais alta (A). Padrão similar ocorre para as notas de liquidez, ligeiramente mais favoráveis em âmbito estadual. Entretanto, para o indicador de poupança corrente, a região está comparativamente sub-representada na categoria A (-69,1%) e sobrerrepresentada na categoria mais baixa (44,2% com nota C). Em linhas gerais, verifica-se a

existência de possível gargalo para a saúde financeira dos municípios da região atrelado à relação desfavorável de receitas e despesas correntes.

**Tabela 31 – Distribuição dos municípios da região e do estado segundo notas CAPAG.**

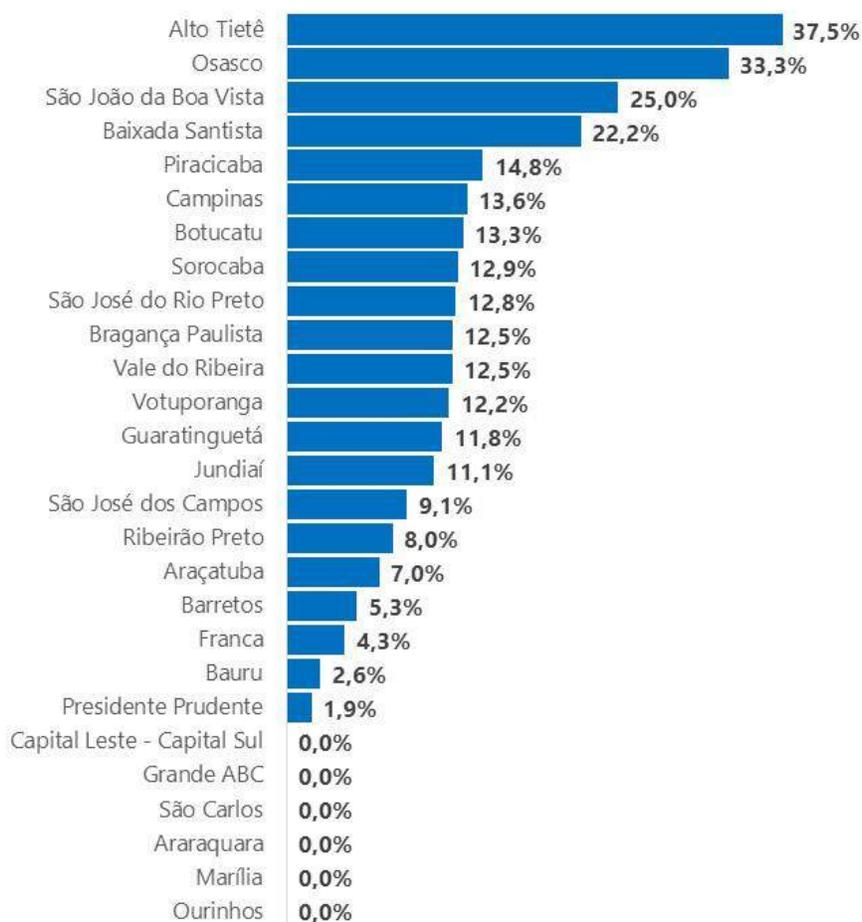
Notas dos Indicadores CAPAG	Total de municípios (Região)	(%)	Total de municípios (Estado)	%	Participação Estadual
<b>Indicador de Endividamento</b>					
A	14	73,7%	529	82,0%	2,6%
B	-	0,0%	19	2,9%	0,0%
C	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Sem registro	5	26,3%	97	15,0%	5,2%
<b>Indicador de Poupança Corrente</b>					
A	1	5,3%	110	17,1%	0,9%
B	6	31,6%	223	34,6%	2,7%
C	11	57,9%	259	40,2%	4,2%
Sem registro	1	5,3%	53	8,2%	1,9%
<b>Indicador de Liquidez</b>					
A	9	47,4%	357	55,3%	2,5%
B	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
C	7	36,8%	198	30,7%	3,5%
Sem registro	3	15,8%	90	14,0%	3,3%
<b>Nota Final CAPAG</b>					
A	-	0,0%	64	9,9%	0,0%
B	3	15,8%	130	20,2%	2,3%
C	9	47,4%	269	41,7%	3,3%
Sem registro	7	36,8%	182	28,2%	3,8%

Fonte: Tesouro Nacional, 2020.

Esse fator pode explicar a má colocação da região de Araraquara no ranqueamento estadual segundo a proporção de municípios com nota CAPAG A, apresentado na Figura 90. A última colocação nessa classificação se deve, especialmente, ao alto percentual de municípios com nota C no indicador de

Poupança Corrente, uma vez que para os outros indicadores a proporção de municípios na região com nota A é próxima ao observado no estado.

**Figura 90 – Ranqueamento das regiões segundo proporção de municípios com nota CAPAG A.**



Fonte: Tesouro Nacional, 2020.

#### 4.1.4 Considerações referentes à gestão fiscal na região

Com relação a situação fiscal, a região de Araraquara se mostra com um nível de receita *per capita* abaixo da média estadual, e com grande heterogeneidade nesse aspecto entre seus municípios. Por sua vez uma característica comum às cidades da região é a dependência de receitas obtidas por meio de transferências. O conjunto de 19 municípios da região possui uma participação das receitas próprias

menor que a média do Estado de São Paulo. Cabe ressaltar que, ao discutir a composição das transferências na região, observa-se que, para o ano de 2018, o percentual de transferências estaduais foi semelhante ao percentual de transferências federais. Esse padrão é diferente do restante do Estado de São Paulo, em que as transferências estaduais possuem um maior peso nas transferências recebidas pelos municípios.

Do ponto de vista das despesas podemos notar que a região de Araraquara tem um valor de gastos *per capita* também inferior ao restante do estado de São Paulo, algo condizente às menores receitas por habitante da região. Em comparação às demais regiões, as despesas *per capita* se situam em patamar intermediário. Na análise do perfil de gastos, percebe-se maiores gastos em Saúde, Educação, Assistência Social e Agricultura do que o conjunto paulista. A região também possui um maior percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida que a totalidade do estado. Isso impacta diretamente na maior proporção de municípios na região acima dos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal.

Por fim, os indicadores de capacidade de pagamento das finanças municipais mostram que a região possui proporções de municípios com nota CAPAG nos níveis A e B inferiores às demais áreas do estado. Além disso, as notas de poupança corrente indicam um possível gargalo para uma melhor saúde fiscal dos municípios da região.

## 4.2 Gestão Municipal

Com a nova Constituição Federal do país promulgada em 1988, o federalismo brasileiro passou a se organizar de forma cada vez mais descentralizada, de forma que os governos subnacionais assumiram mais responsabilidades, principalmente nas políticas públicas de cunho social (saúde, educação e assistência social). Destaca-se, nesse contexto, a maior atuação dos atores em nível municipal.

Quanto à gestão administrativa, mais autonomia exige mais capacidade e qualidade técnica e organizacional das prefeituras. Assim, a descentralização prevista na Constituição possibilitou, no

campo das políticas sociais, a existência de características cooperativas no federalismo brasileiro<sup>9</sup>. O artigo 23 da Nova Carta estabeleceu como tarefa comum da União, dos estados e dos municípios importantes áreas de políticas públicas, tais como saúde, assistência social, educação, cultura, habitação e saneamento, meio ambiente e redução da pobreza.

Ao mesmo tempo, atribuiu forte poder regulatório nas mãos do governo federal para direcionar o processo de descentralização com efeitos duradouros, principalmente no que se refere às características das administrações municipais<sup>10</sup>. De forma especial, e em linha com o tema do capítulo, segundo Grin e Abrucio (2018)<sup>11</sup>, ao instituir uma Federação, o Brasil ampliou a autonomia municipal, mas também ampliou seus poderes comuns com a União e os estados. Este novo estatuto passou a exigir mais capacidade administrativa, visto que a descentralização das políticas aumentou as necessidades de organização e prestação de serviços locais.

A demanda gerencial municipal tornou-se efeito imprevisto de descentralização que cresceu conforme as atribuições foram assumidas localmente<sup>12</sup>. Portanto, é necessário considerar a baixa qualidade das burocracias municipais diante do hiato entre as novas responsabilidades que a descentralização proporcionou e suas capacidades instaladas<sup>13</sup>. A descentralização coexiste com municípios com estrutura administrativa e financeira precárias e seu sucesso é condicionado por essas limitações na resposta às atribuições assumidas<sup>14</sup>.

---

9 Abrucio, Fernando Luiz e Sano, Hironobu (2013). *Associativismo Intergovernamental: experiências brasileiras*. Luciana de Oliveira Garcia, Nelcilândia Pereira de Oliveira e Samuel A. Antero (orgs.). Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília-DF: Editora IABS.

10 Grin, Eduardo José Grin (2014). *Trajetória e avaliação dos Programas Federais Brasileiros voltados a promover a eficiência administrativa e fiscal dos municípios*. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 2, Mar./Abr., pp. 459-480.

11 Grin, Eduardo José J e Abrucio, Fernando Luiz (2018). *Las capacidades estatales de los municipios brasileños en un contexto de descentralización de políticas*. *Reforma y Democracia*, 70, febrero, pp. 93-126.

12 Souza, Celina y Carvalho, Inaiá M. M. (1999). *Reforma do Estado, descentralização e desigualdades*. *Lua Nova*, N° 48, pp. 187-213.

13 Melo, Marcus André (1996). *Crise federativa, guerra fiscal e 'hobbesianismo municipal': efeitos perversos da descentralização?*. *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 10 N° 3, pp. 11-20.

14 Kugelmas, Eduardo y Sola, Lourdes (1999). *Recentralização/descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90*. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, Vol. 11 N° 2, pp. 63-83.

## 4.2.1 Instrumentos de planejamento

Uma forma de abordagem para avaliar capacidades de gestão em nível municipal é a existência de setores de planejamento. Uma *proxy* nesse sentido é a formulação de planos setoriais direcionados a algumas áreas de políticas públicas, conforme mostra a Figura 91. Como pode ser visto, são poucas as áreas com cultura de planejamento mais disseminada, como são os casos das áreas de saúde e educação. Nessas áreas, em particular, a existência de planejamento é um dos critérios para o recebimento de transferências intergovernamentais, o que implica a existência de mais planos formais que são efetivamente coordenados por uma unidade de gestão. Há, ainda, obrigações legais, como no caso de legislação federal que exige o desenvolvimento de planos para o setor educacional por parte dos municípios.

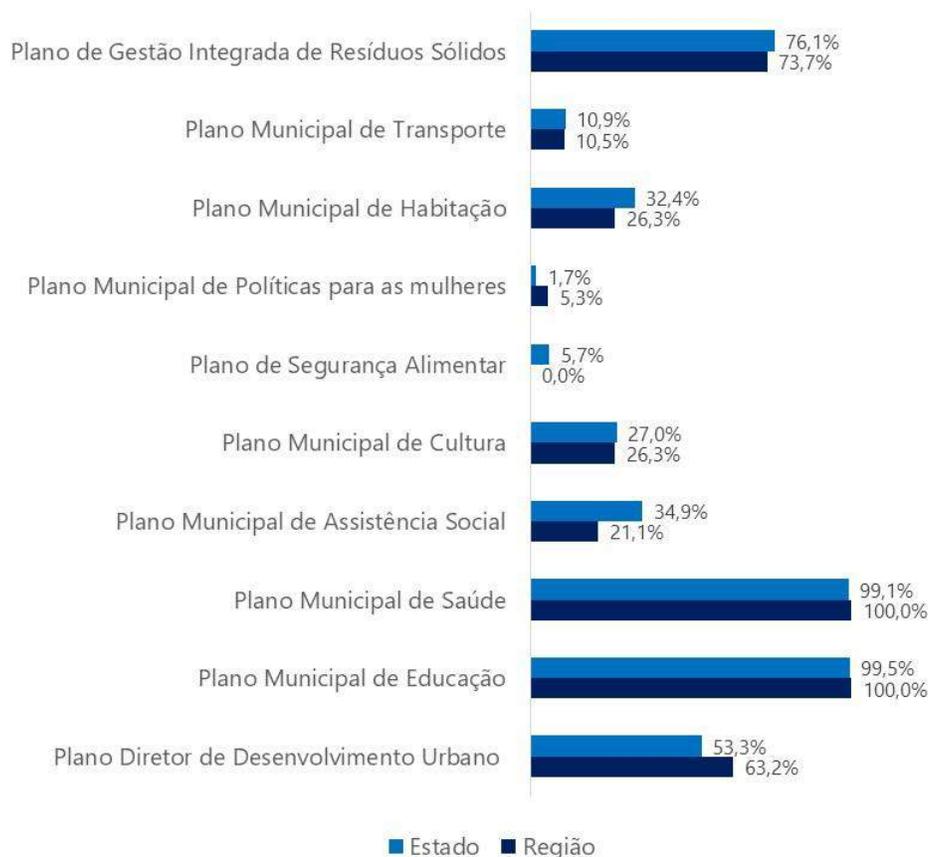
A situação dos resíduos sólidos é semelhante, já que a Lei Nacional de 2010 obriga os municípios a implementarem políticas municipais para a área. Tais políticas têm potencial direto de impacto sobre temas voltados ao **Associativismo e Cooperativismo**, especialmente àqueles relacionados às cooperativas de material reciclável. Em suma, a lógica do planejamento nos municípios é mais setorial e muito mais estimulada pela legislação federal do que sistêmica e elaborada como uma política autônoma dos municípios. Nas áreas onde prevalece a discricionariedade do governo local (segurança alimentar, transporte e políticas para as mulheres) o planejamento é bem menos presente.

Nas áreas de cultura, assistência social e habitação, setores em que existe, ou existiu, períodos com incentivos mais organizados pelo governo federal (e.g. Sistema Nacional de Cultura, PAC e Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social), os números são mais altos. Todavia, mesmo nessas temáticas, a quantidade de cidades com planos setoriais corresponde a menos de 50% do total regional. No caso do Plano Diretor Municipal, vale registrar que, conforme o Estatuto das Cidades<sup>15</sup>, trata-se de uma obrigatoriedade apenas para as cidades com mais de 20 mil habitantes.

---

<sup>15</sup> Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001.

**Figura 91 – Existência de Planos Setoriais nos municípios por tema.**



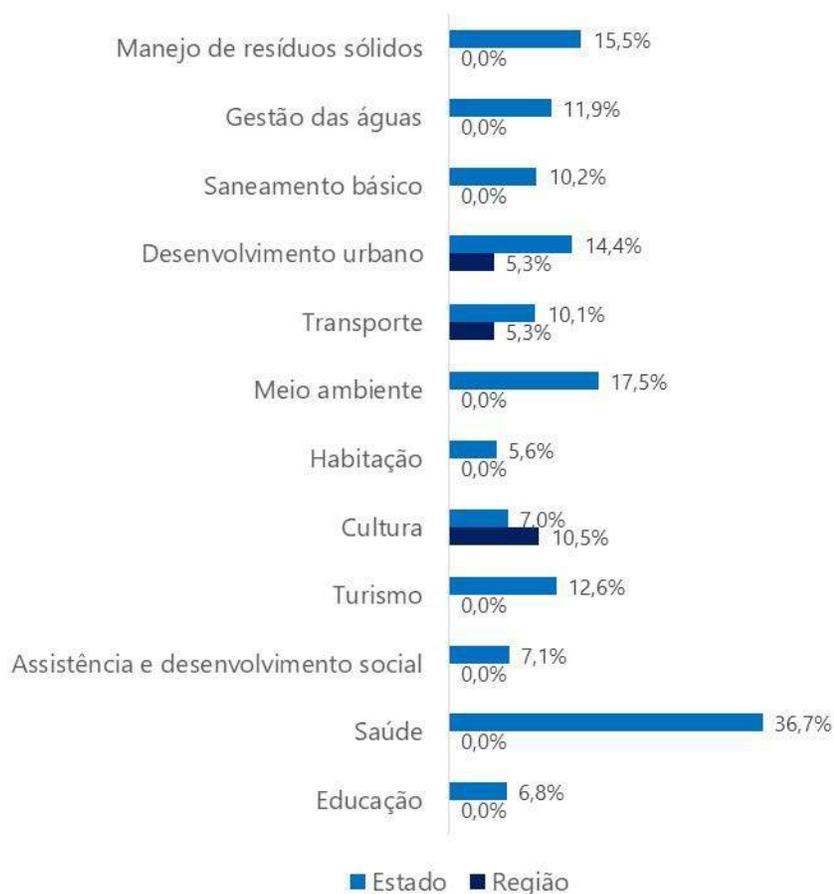
Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2017, IBGE.

## 4.2.2 Participação em consórcios

A situação dos consórcios – temática correlata às **Relações Institucionais** – na região de Araraquara difere dos municípios brasileiros e mesmo da média das localidades paulistas. Como exemplo tem-se a área de Saúde, líder tanto nacional quanto em âmbito estadual na participação de municípios em consórcios – com, respectivamente mais de 50% e 36,7% de cidades consorciadas – algo não correspondente à realidade dessa região. Por outro lado, chama atenção a área de cultura na região, a única em que a participação de cidades em consórcios supera os números estaduais (+50,9%). Em termos absolutos, no entanto, mesmo a área de cultura revela baixo número de cidades consorciadas

(2 entre 19 municípios). Quanto aos resíduos sólidos, dado os incentivos do Plano Nacional de Resíduos Sólidos para o consorciamento tem-se um dado que merece mais investigação: por que a quantidade de associativismo nessa área é inexistente?

**Figura 92 – Municípios participantes de Consórcio Municipal, segundo tema.**



Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2015, IBGE.

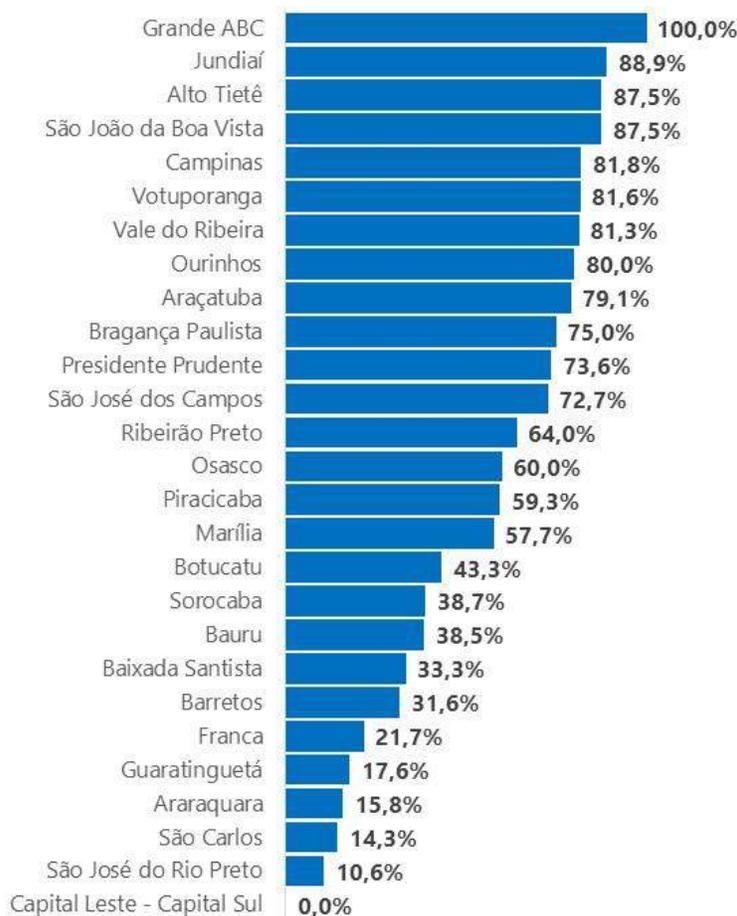
A área da educação é usualmente pouco propensa ao associativismo territorial, pois a distribuição de redes de ensino por nível de governo e a forma como a política é financiada estimulam mais a autonomia do que a visão consorciada. Isso explicaria a ausência regional de consórcios da área, bem como sua baixa presença no Estado de São Paulo. No caso da assistência social, a lógica de



planejamento regional, mimetizada da saúde, é mais recente (por exemplo, a construção de Centros de Referência Especializado – CREAS) e não tem sido suficiente para mobilizar esforços mais cooperativos. No país como um todo não são mais de 8% das cidades consorciadas nessa área, conforme dados de 2015. No meio ambiente, área na qual o consorciamento, no Brasil, cresceu em 235% de 2005 a 2015, observa-se que a região também possui números inferiores à média estadual. No saneamento a situação é similar (+ 94% de expansão no país em 10 anos).

Em resumo, baseado nos dados apresentados, a região de Araraquara possui, de forma geral, uma menor propensão ao consorciamento que a média estadual, ao menos para as políticas acima descritas.

**Figura 93 – Ranqueamento das regiões segundo proporção de municípios que participam de ao menos 1 consórcio.**



Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2015, IBGE.

Os dados comparados da Figura 93 mostram que, 15,8% dos municípios da região de Araraquara participam de ao menos 1 consórcio, de forma que a região é classificada apenas como a 24ª com taxas mais elevadas nesse quesito. Um indicador desse tipo pode servir de referência para a atuação do SEBRAE-SP visando identificar quais estímulos estão por trás do interesse do consorciamento de forma a buscar expandi-lo.

### 4.2.3 Políticas para Micro e Pequenas Empresas

A Lei Geral<sup>16</sup> estabelece as normas gerais relativas ao tratamento e favorecimento dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Entre os seus benefícios estão: (i) regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias; (ii) desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária; (iii) dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias; (iv) simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPE; (v) facilitação do acesso ao crédito e ao mercado; (vi) preferência nas compras públicas; (vii) estímulo à inovação tecnológica; (viii) incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios; (ix) incentivo à formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho; (x) regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização; xi) parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional.

Assim, essa Lei é um importante mecanismo normativo e de regulação da gestão municipal perpassando diversos eixos prioritários de atuação do SEBRAE: **Desenvolvimento local e regional; Agentes de Desenvolvimento; Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios e; Legislações de desburocratização e fortalecimento das micro e pequenas empresas.** Na prática a Lei Geral busca modernizar as relações entre as MPEs e a gestão pública tendo como uma das suas metas mobilizadoras a implementação da Lei pelo Poder Público Municipal.

Dada a importância da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa o Sebrae Nacional desenvolveu o projeto **Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros**<sup>17</sup>. Tal “monitor” tem como objetivo acompanhar – em nível municipal – o desenvolvimento de ações que fomentem: o aumento de renda via **uso do poder de compra**; a modernização de processos de abertura e baixa de registros empresariais (**desburocratização**) e a institucionalização do **Agente de Desenvolvimento**. Nesse sentido, esta seção explora as informações disponibilizadas pelo SEBRAE Nacional e busca

---

<sup>16</sup> Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

<sup>17</sup> <http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/Home.do>

contextualizar a região de Araraquara comparando-a com as informações estaduais e demais regiões de articuladores. Importante ressaltar que estas informações estão defasadas no tempo e, com isso, a proposta analítica aqui apresentada é subsidiar e indicar o panorama observado no passado para os indicadores e fomentar a discussão futura com os atores locais que participarão das oficinas de formulação da agenda.

**Tabela 32 – Instrumentos existentes na Região e no Estado.**

Pergunta	Região	(%)	Estado	(%)
<b>Implementa a Lei Geral*</b>				
Sim	11	57,9%	341	52,9%
Não	8	42,1%	304	47,1%
<b>Políticas de Desenvolvimento Implantadas*</b>				
Sim	3	15,8%	45	7,0%
Não	16	84,2%	600	93,0%
<b>Implementa a Rede Simples*</b>				
Sim	0	0,0%	0	0,0%
Não	19	100,0%	645	100,0%
<b>Via Rápida Empresa, em 03.08.2020**</b>				
Sim	18	94,7%	444	68,8%
Não	1	5,3%	201	31,2%
<b>Existência de Sala do Empreendedor/SEBRAE Aqui**</b>				
Sim, tem ambos	5	26,3%	155	24,0%
Sim, tem Sala do Empreendedor	3	15,8%	95	14,7%
Sim, tem SEBRAE	0	0,0%	62	9,6%
Não	11	57,9%	333	51,6%

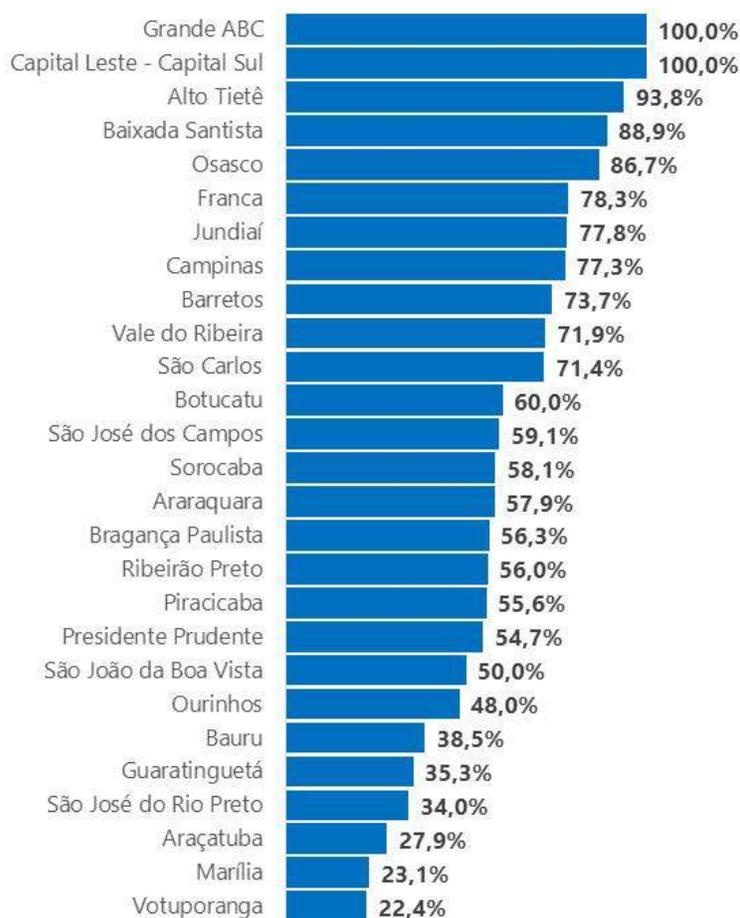
Fonte: Monitoramento da Implementação de Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014\*;  
UPPRI, SEBRAE-SP, 2020\*\*



De forma geral, a Tabela 32 indica que a região possui desempenho assemelhado às médias estaduais quanto ao status de implementação de instrumentos de gestão para alguns critérios – Lei Geral, Rede Simples e Sala do Empreendedor/SEBRAE – porém distinto em outros (Políticas de Desenvolvimento e Via Rápida Empresa). Especificamente a respeito da Lei Geral, nota-se que sua implementação é superior na região de Araraquara (+9,5%), uma vez que dos 19 municípios que compõem a região 11 deles (ou 57,9%) implementaram-na, índice acima do nível estadual (52,9%). Tal superioridade regional não se verifica, entretanto, no comparativo entre as regiões de articuladores, apresentado na Figura 94, o qual aponta a região de Araraquara apenas como a 15ª entre elas.

Seria importante aprofundar a investigação das razões causadoras dessa performance. Esse é mais um tópico que pode orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP já que tais considerações se mostram relevantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação. Complementarmente, a aplicação de políticas de **desenvolvimento local**, embora superiores à média estadual (+126,3%), situa-se em patamar baixo (15,8%). Vale observar se há fatores particulares da região que podem explicar por que apenas 3 das cidades as têm implementadas.

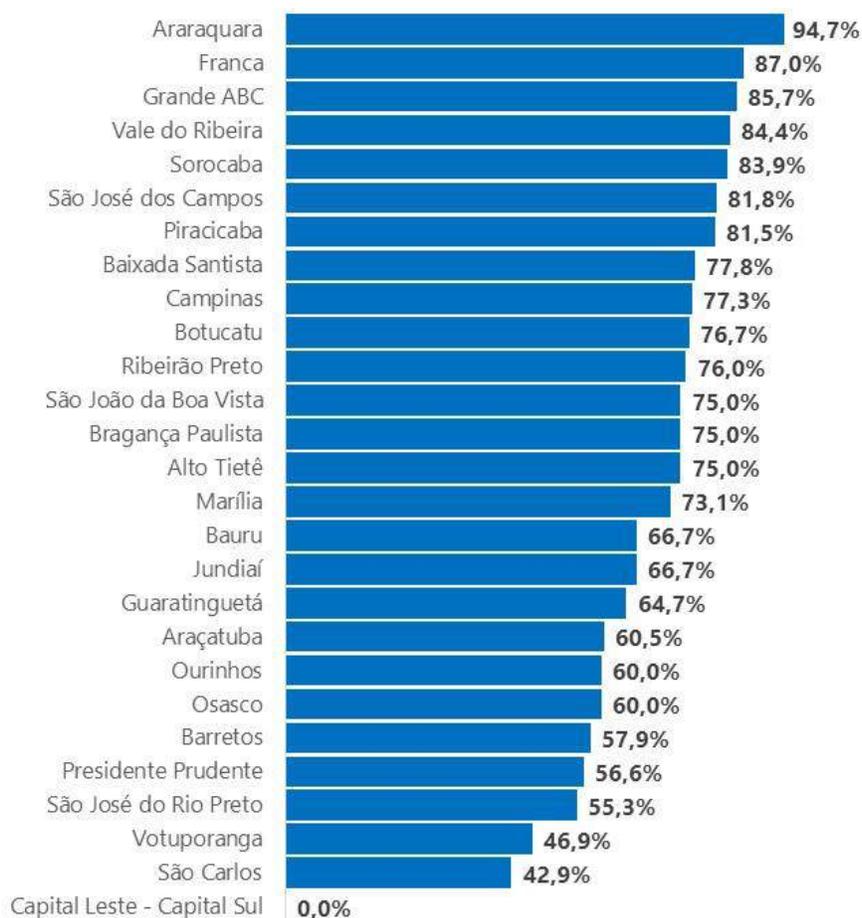
**Figura 94 – Ranqueamento das regiões segundo a proporção de municípios com a Lei Geral implementada.**



Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

O Via Rápida Empresa é um programa do Governo do Estado de São Paulo com objetivo de facilitar e **desburocratizar** o registro, o licenciamento e a regularização empresarial. Para tal objetivo o Via Rápida Empresa integra o Cadastro Web e o Sistema Integrado de Licenciamento (SIL) e se espera que, para atividades econômicas de baixo risco, as empresas possam ser abertas em até 5 (cinco) dias. Na região de Araraquara, 18 municípios (94,7%) têm este mecanismo implementado. Comparada ao estado, com nível de implementação de 68,8%, a região desempenha melhor (+37,6%), algo refletido, também, no ranqueamento das regiões de articuladores, liderado justamente por Araraquara.

**Figura 95 – Ranqueamento das regiões segundo proporção de municípios com Via Rápida Empresa.**

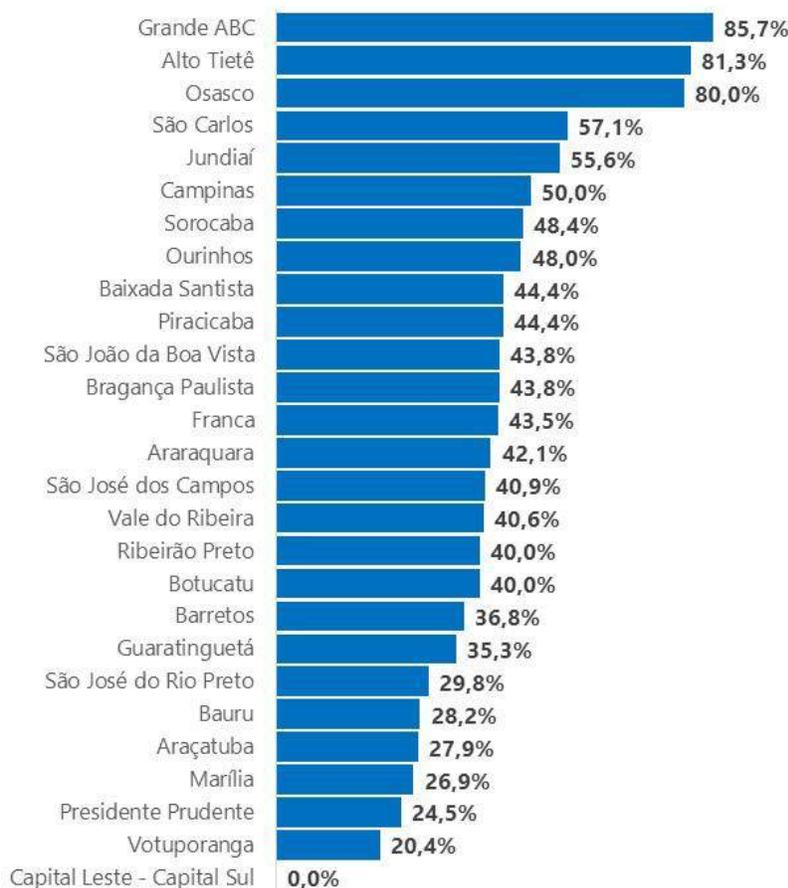


Fonte: UPPRI, SEBRAE-SP, 2020.

No tocante à gestão municipal, se destaca o programa Sala do Empreendedor, que consiste em locais de atendimento disponibilizados pelas prefeituras municipais voltados à facilitação e à orientação do público nos processos de abertura, regularização e baixa de empresas. A região de Araraquara apresenta nível moderado de implementação deste mecanismo em seus municípios, com a Sala do Empreendedor implementada em 8 deles (42,1%), figurando em posição intermediária (14<sup>a</sup>) no ranqueamento regional visualizado na Figura 96. Considerando-se os altos níveis de implementação em regiões como o Grande ABC (85,7%), o Alto Tietê (81,3%) e Osasco (80,0%) há indícios de que a

parceria e orientação do SEBRAE é importante para a superação dessa limitação e o aprimoramento da infraestrutura e da gestão empresarial dos municípios alinhada à promoção de políticas e da cultura do empreendedorismo na região.

**Figura 96 – Ranqueamento das regiões segundo proporção de municípios com Sala do Empreendedor.**

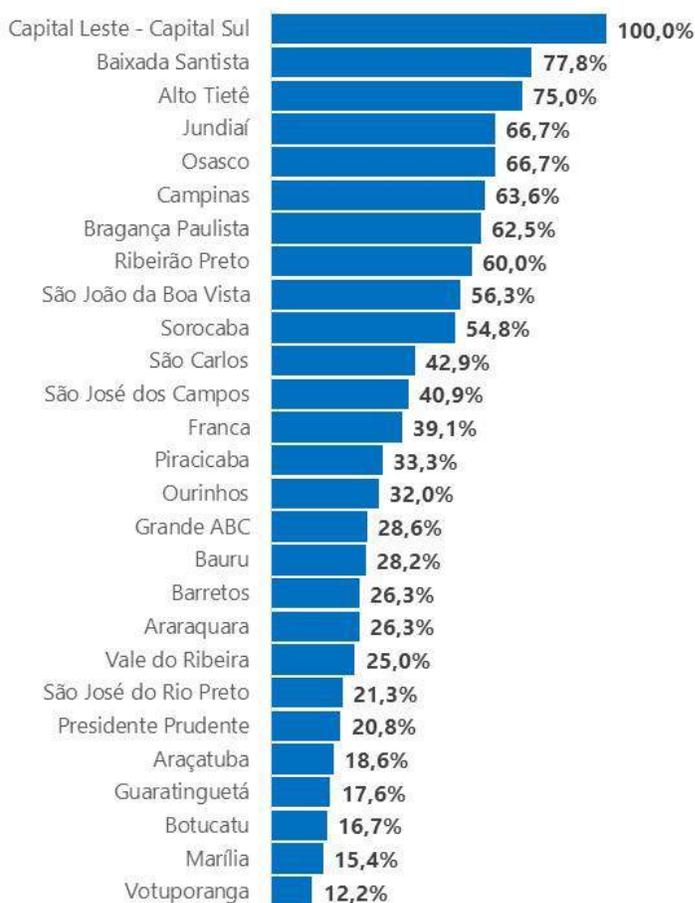


Fonte: UPPRI, SEBRAE-SP, 2020.

Nesse sentido, a atuação do SEBRAE em parceria nas Sala do Empreendedor é importante para a promoção e desenvolvimento das políticas de formalização empresarial, melhoria da gestão e do ambiente de negócios. No entanto, a região de Araraquara é apenas a 19ª no ranqueamento das regiões segundo a cobertura e presença de unidades do SEBRAE Aqui nos territórios municipais. É

importante observar o contraste relativo entre a presença do SEBRAE em algumas regiões comparativamente às demais.

**Figura 97 – Ranqueamento das regiões segundo proporção de municípios com presença do SEBRAE Aqui.**



Fonte: UPPRI, SEBRAE-SP, 2020.

Como consequência dos levantamentos realizados pelo SEBRAE Nacional no seu projeto de Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros são disponibilizados alguns indicadores de resultados. Esses indicadores são orientados para mensurar o nível de qualificação de políticas prioritárias e calculados através das respostas de perguntas temáticas prioritárias realizadas

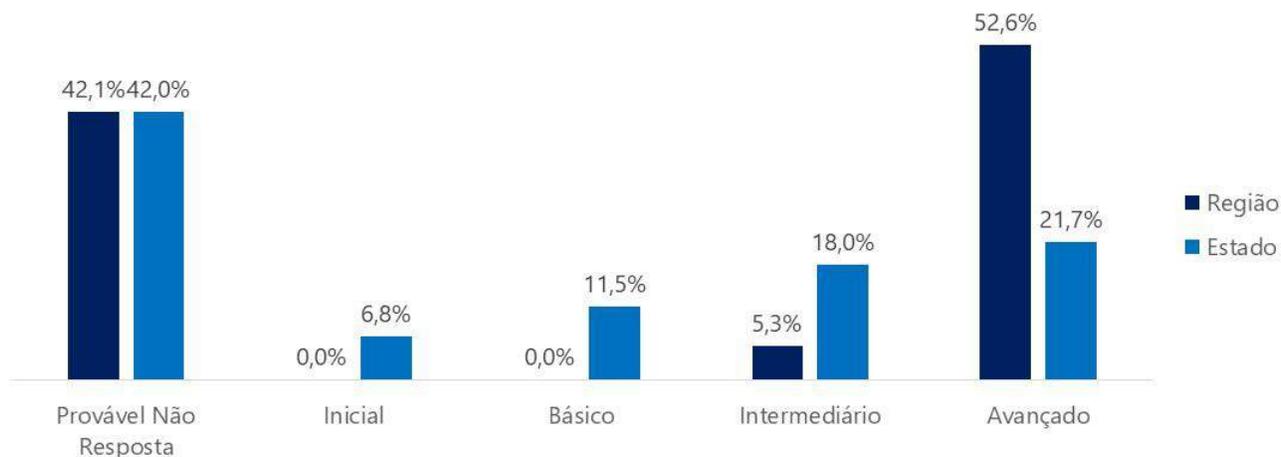
em pesquisa junto aos municípios. Cada um deles é apresenta 4 categorias de desenvolvimento: (i) inicial, (ii) básico, (iii) intermediário e (iv) avançado. Para este diagnóstico foi criado uma categoria extra denominada “Provável não Resposta”, pois os dados disponibilizados não permitem inferir qual município não respondeu às perguntas prioritárias e conseqüentemente não teve seu indicador calculado.

O primeiro indicador avaliado é o **Uso do Poder de Compras**, que apresenta as seguintes perguntas chave para a sua mensuração:

- ▣ A prefeitura realiza licitações exclusivas para participação de MPE nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)?
- ▣ A prefeitura exige dos licitantes a subcontratação de MPE, até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado (valor do objeto licitado)?
- ▣ Na aquisição de bens e serviços de natureza divisível, a prefeitura estabelece cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de MPE?
- ▣ Qual a participação das MPE nas compras totais do município?

A região de Araraquara apresenta desempenho superior em relação à média estadual, com diferença significativa na participação de municípios em estágio avançado (+142,5%). Chama atenção, no entanto, os percentuais elevados de não resposta tanto em âmbito regional (42,1%) quanto na esfera estadual (42,0%), o que pode, eventualmente, gerar inferências distintas àquelas obtidas na existência de número mais robusto de respondentes.

**Figura 98 – Comparação região-estado da distribuição de municípios segundo classes do indicador de Uso do Poder de Compras.**



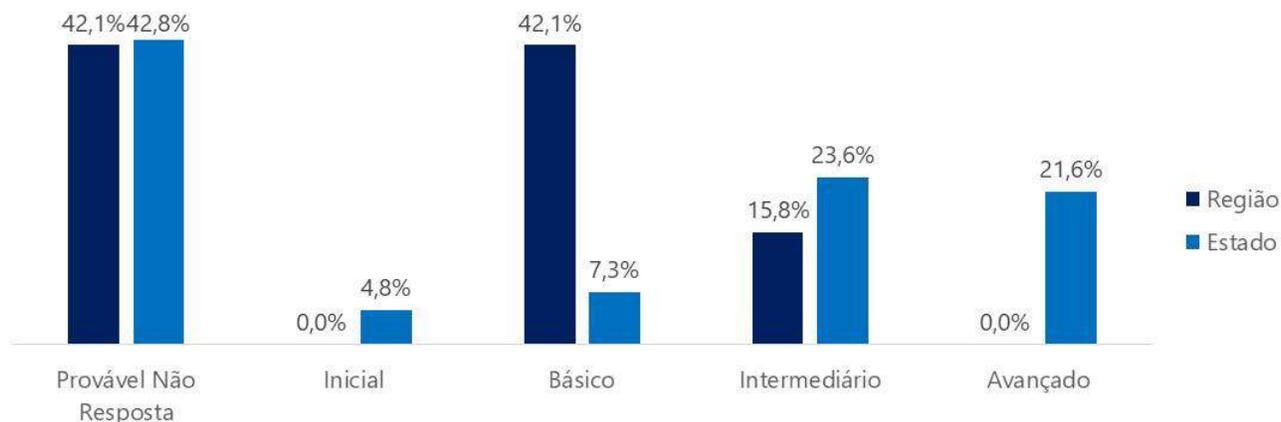
Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

O segundo indicador avaliado é o indicador de **Desburocratização**, que é composto pelas seguintes perguntas-chave em sua mensuração:

- ▣ A prefeitura especificou quais atividades e seus respectivos graus de risco?
- ▣ A prefeitura concede o Alvará de Funcionamento Provisório para atividades classificadas como de baixo/médio risco?
- ▣ Qual o tempo médio de abertura de empresas, no que tange às responsabilidades do município?

Ao contrário daquilo observado anteriormente, para este indicador a região de Araraquara se encontra atrasada em relação à média estadual. Ela apresenta 15,8% de seus municípios em nível intermediário (ou -33,0%) e nenhuma cidade em estágio avançado ante 21,6% no conjunto do Estado de São Paulo. Ressalta-se, também nesse caso, o elevado percentual de não resposta na região (42,1%) como complicador na geração de inferências oriundas da análise.

**Figura 99 – Comparação região-estado da distribuição de municípios segundo classes do indicador de Desburocratização.**



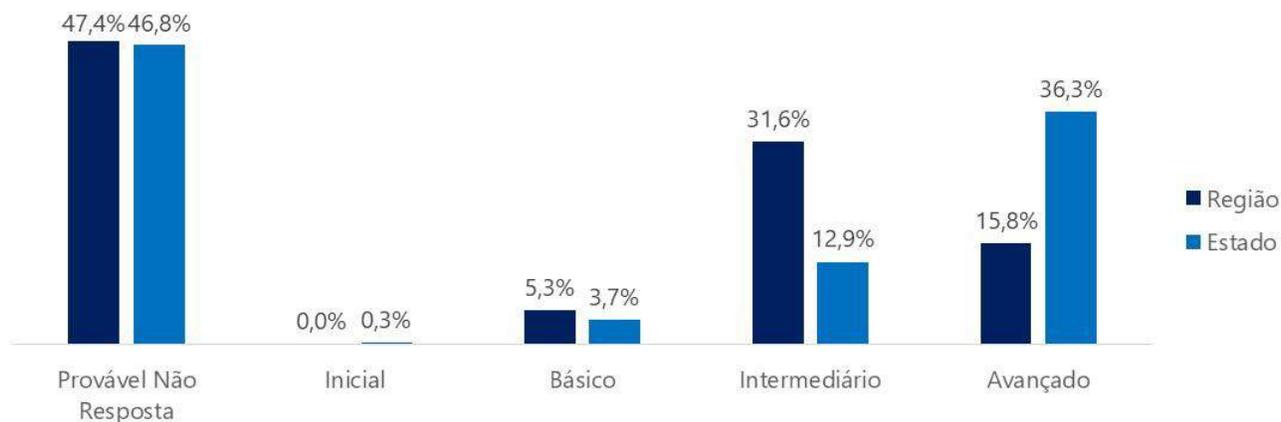
Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

O terceiro indicador avaliado é o indicador de **Agente de Desenvolvimento**, mensurado por meio da seguinte pergunta-chave:

- A prefeitura designou um plano de trabalho efetivo para o Agente de Desenvolvimento?

A respeito dessa métrica, a região de Araraquara se encontra atrasada ante ao observado no conjunto do Estado de São Paulo. Se, por um lado, ela se encontra sobrerrepresentada nos estágios básico (+41,4%) e intermediário (+145,4%), por outro lado, os municípios da região se mostram menos presentes no grupo mais avançado (-56,5%). Ademais, o problema da não-resposta se mostra aqui ainda mais presente ao se aproximar do patamar de metade dos municípios (47,4%). Dada a importância dos **Agentes de Desenvolvimento** nas políticas propostas pelo SEBRAE-SP é importante conseguir junto ao SEBRAE Nacional o detalhamento deste monitoramento e das respostas dos questionários aplicados para se obter maior acurácia nas estimativas dos indicadores.

**Figura 100 – Comparação região-estado da distribuição de municípios segundo classes do indicador de Agente de Desenvolvimento.**



Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

Por fim, o último indicador se refere à **Rede Simples**, mensurado através das seguintes perguntas-chave:

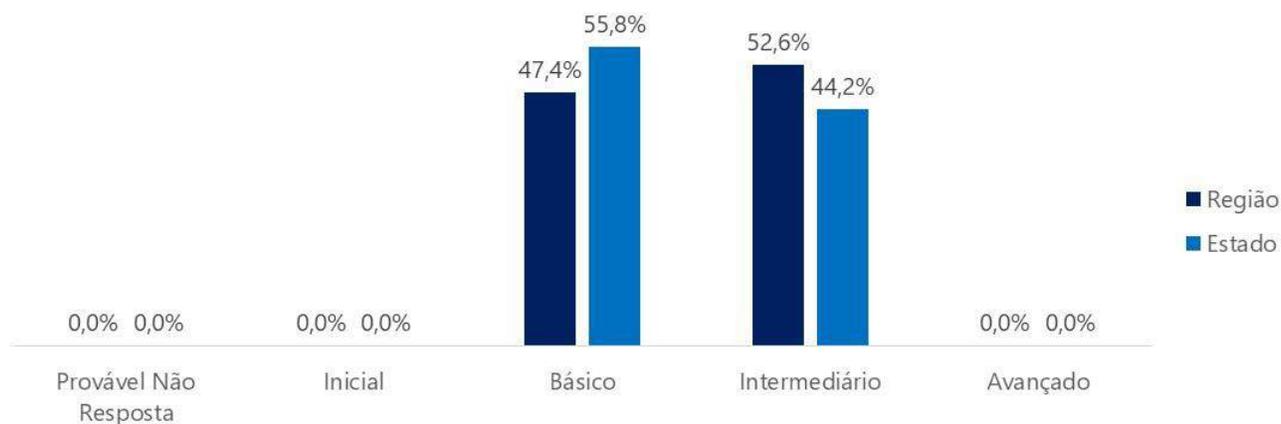
- O município simplificou e integrou seus processos de abertura de empresas?
- O município considera a atividade empresarial para analisar e responder às consultas de endereço?
- A resposta da consulta de viabilidade é feita pela internet (digitalmente)?
- A resposta da consulta de viabilidade é feita em até 48 horas?
- A consulta de viabilidade é feita de maneira gratuita?

A Rede Simples – programa do Governo Federal – desempenha importante papel nos processos de desburocratização para a abertura de empresas. É importante notar que o levantamento realizado pelo SEBRAE Nacional aponta que nenhum município do Estado possui Rede Simples implementada (Tabela 32).

Quanto ao indicador proposto pelo SEBRAE Nacional, este considera perguntas de ações e direcionamentos internos à Rede Simples para gerar os resultados. Nessas circunstâncias, a região de

Araraquara se encontra em posição melhor ante o restante do estado ao se mostrar menos presente no nível básico (-15,1%), porém sobrerrepresentada no nível intermediário (+19,1%). Chama atenção o fato de que nenhuma cidade da região ou do estado esteja classificada como avançada.

**Figura 101 – Comparação região-estado da distribuição de municípios segundo classes do indicador de Rede Simples.**



Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

#### 4.2.4 Considerações referentes à gestão municipal

A gestão municipal brasileira sofreu mudanças profundas após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A ampliação das responsabilidades crescentemente assumidas pelos municípios em um cenário de descentralização de políticas, cada vez mais, vem associada com a necessidade de qualificar as capacidades de gestão das localidades. Esse desafio não vem sendo igualmente respondido, seja pelo critério de distribuição regional, seja pelo tipo de política pública ou instrumento de gestão. Nesta seção foram trazidos alguns indicadores que reforçam esse retrato da realidade local. Quanto aos instrumentos de planejamento municipal (territorial e setorial), há uma enorme discrepância na sua implementação. Em geral, a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal as tornem mandatórias tendem a ser mais amplamente presentes. Essa é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política

no âmbito da autonomia municipal tendem a ser menos planejadas, tendo os planos municipais como proxy. São os casos de áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos e habitação que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou estão sujeitas a menores incentivos federais (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

O consorciamento pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da saúde. Vale ressaltar que esse padrão é observado em âmbito estadual, porém não é realista para descrever a saúde na região de Araraquara. O mesmo raciocínio por trás dos consórcios em saúde, existiria na área de manejo de resíduos sólidos. Assim sendo, deve-se investigar por que em resíduos sólidos o número de consórcios é bem mais reduzido, uma vez que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos determina que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União devem estar consorciadas. Políticas cujas regras federativas são menos favoráveis a esse tipo de arranjo apresentam números menos promissores, como ocorre com a educação. Ponto de destaque na região de Araraquara é o elevado percentual, embora reduzido em termos absolutos, de cidades consorciadas na área cultural. Esta é, inclusive, a única das temáticas em que a taxa regional supera a estadual (10,5% ante 7,0%, isto é + 50,9%).

Em resumo, baseado nos dados apresentados pela pesquisa de 2015, apenas 15,8% das cidades participam de ao menos um consórcio, de forma que a região se posiciona como a 24ª dentre as regiões de articuladores segundo as taxas mais elevadas nesse quesito. Nessas circunstâncias, a região de Araraquara possui, de forma geral, uma menor propensão ao consorciamento do que a média estadual, ao menos para o agregado das áreas de políticas públicas analisadas.

Também foram discutidos os instrumentos de gestão para a área de fomento ao empreendedorismo. No caso da Lei Geral, há maior adesão na região de Araraquara ante o conjunto do Estado de São Paulo (+9,5%). O mesmo ocorre a respeito da Via Rápida Empresa (+37,6%), do conjunto de Sala do Empreendedor e SEBRAE (+9,5%) bem como da implantação de Políticas de Desenvolvimento (+126,3%). O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para que o SEBRAE-SP

oriente suas ações de assessoria técnica na região visando a melhorar sua performance, pois as médias estaduais parecem indicar que há espaços para tanto.

Em relação à performance comparada da região em relação às demais 27 do restante do estado, os dados revelam que Araraquara não se encontra entre as mais bem classificadas na implementação dos seguintes instrumentos de gestão local: (i) Lei Geral (15ª), (ii) Sala do Empreendedor (14ª) e (iii) presença do SEBRAE (19ª). Por outro lado, está bem colocada para a implementação do instrumento Via Rápida Empresa (1ª posição). Esses tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

Nos demais instrumentos de gestão local, a situação da região é a que segue. Pela ótica da desburocratização e dos agentes de desenvolvimento, a região se encontra atrasada em relação ao conjunto do Estado de São Paulo. Por outro lado, na Rede Simples e, especialmente, no uso do poder de compras, a região ocupa melhor posição ante o restante do estado, uma vez que mostra comparativamente maior presença em estágios mais avançados de implementação.

### 4.3 Associativismo e Cooperativismo

Governos locais têm assumido, na realidade do federalismo brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988, diversas responsabilidades. O desenvolvimento econômico local é uma das mais relevantes, pois busca identificar as possibilidades de implementar políticas públicas voltadas a gerar alternativas de emprego e renda para as suas populações. Ainda que as localidades enfrentem os efeitos de políticas macroeconômicas estaduais e nacionais que limitam os efeitos de suas iniciativas, governos municipais podem atuar na promoção de políticas públicas que visem a gerar alternativas de emprego e renda.

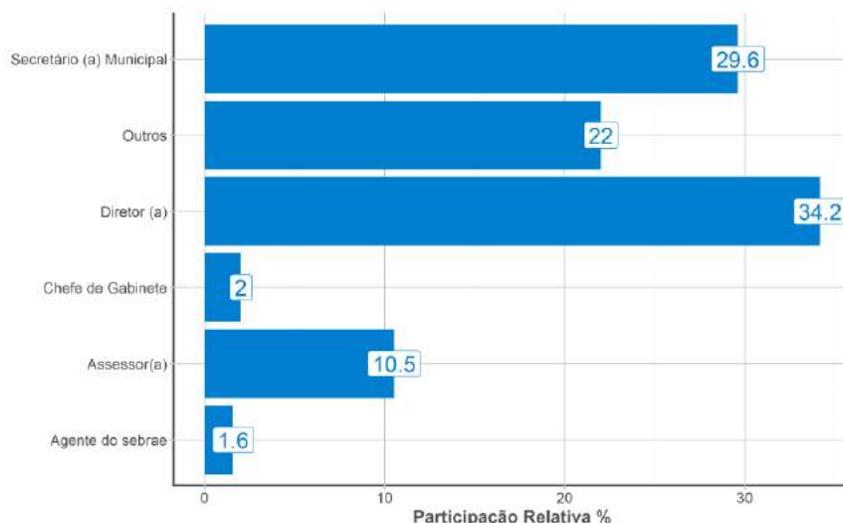
Dentre o leque de ações disponíveis, o estímulo à organização de associações e cooperativas na área de resíduos sólidos assume destaque. A informalidade dos trabalhadores desse setor, somada às precárias condições de trabalho e aos efeitos benéficos da atividade sobre o meio ambiente e a saúde pública, são fatores que incidem em favor do suporte municipal ao setor através do desenho e

implementação de políticas públicas. A atuação municipal na organização, capacitação, fomento e na gestão de associações e cooperativas de catadores de lixo tem se configurado em política pública para atender esses diversos objetivos inter-relacionados. Essa seção do relatório apresenta os resultados da pesquisa aplicada com gestores municipais responsáveis por tais políticas públicas.

### 4.3.1 Perfil dos respondentes

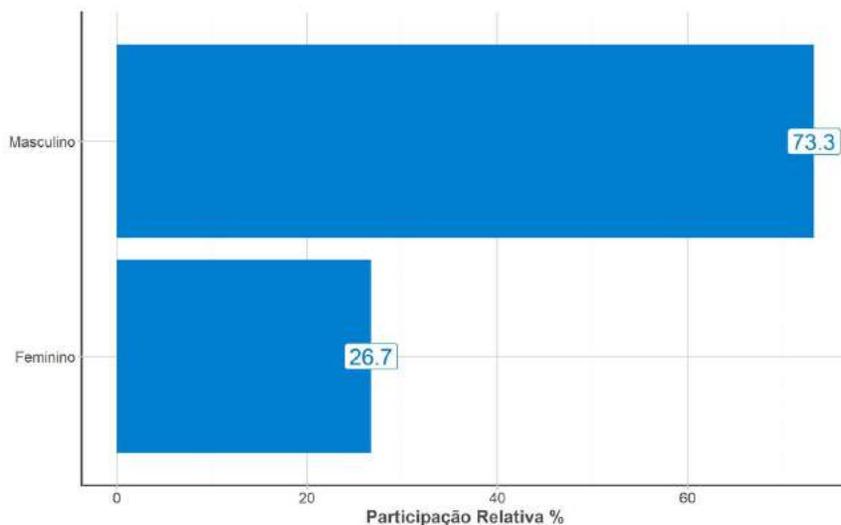
A distribuição dos respondentes por cargo ocupado é sempre uma informação importante, ainda que de difícil inferência em si mesma. Contudo, dado que os municípios possuem diferentes portes populacionais, o mais provável é que nas pequenas cidades, a área responsável por essas políticas possua menor hierarquia (diretoria). Já nas localidades maiores, geralmente uma secretaria assume a gestão dessas iniciativas. De toda forma, vale aprofundar-se em estudos posteriores a análise do perfil específico dessa área nos municípios paulistas.

**Figura 102 – Distribuição dos respondentes segundo cargo ocupado na prefeitura municipal.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

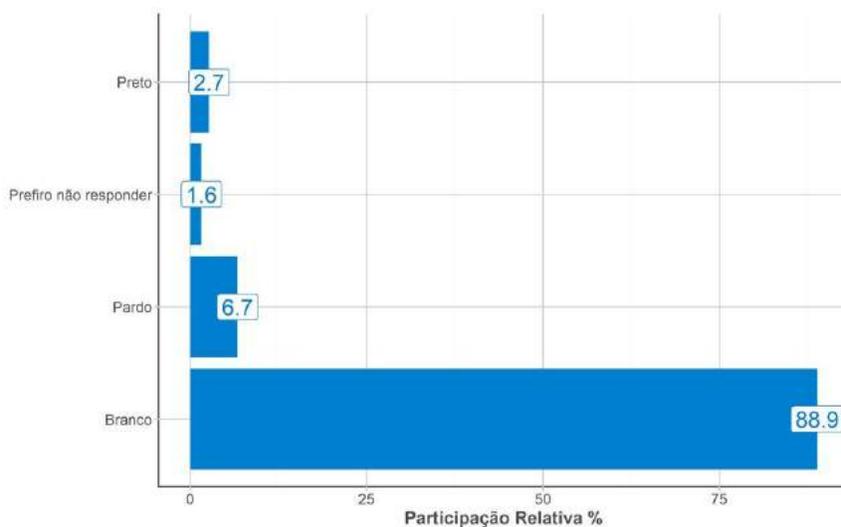
**Figura 103 – Distribuição dos respondentes segundo gênero.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição por gênero reflete uma realidade da gestão pública brasileira: cargos gerenciais seguem sendo ocupados majoritariamente por homens.

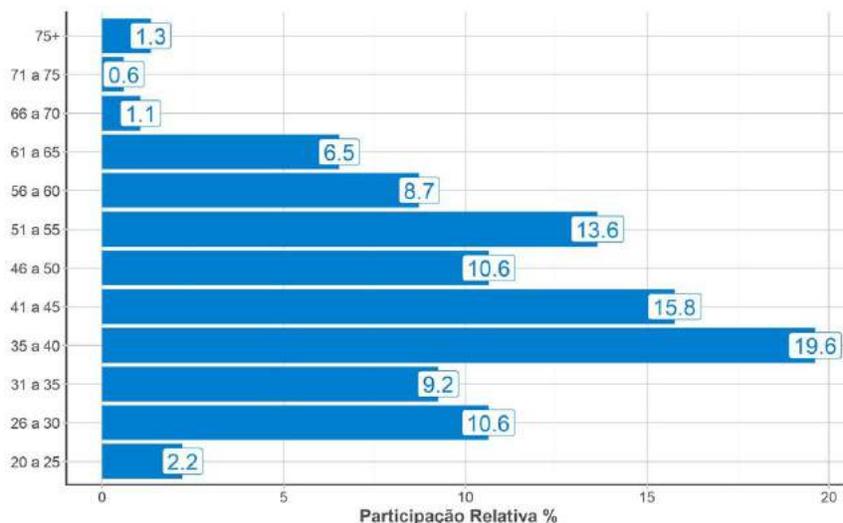
**Figura 104 – Distribuição dos respondentes segundo raça.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos cargos gerenciais pelo critério de raça reproduz uma realidade típica da gestão pública brasileira: negros são o segmento mais excluído dessa possibilidade.

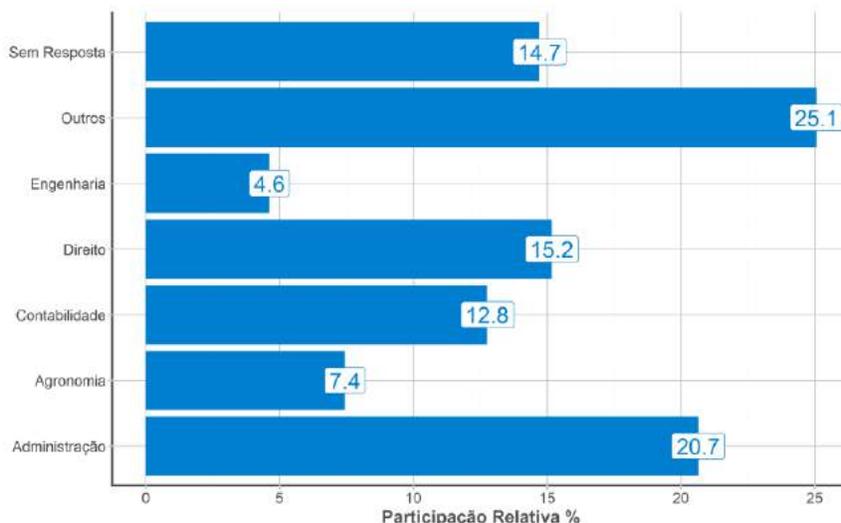
**Figura 105 – Distribuição dos respondentes segundo faixa etária.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos respondentes por faixa etária mostra que: (i) cerca de 35% são profissionais cuja idade varia de 35 a 45 anos; (ii) 24,2% possuem entre 46 e 55 anos; (iii) cerca de 20% possuem de 26 a 35 anos e (iv) cerca de 18% possuem mais de 50 anos. Em resumo, o perfil etário predominante é relativamente jovem, o que pode ser um indicativo de mais fácil implantação de inovações nesse campo de políticas públicas.

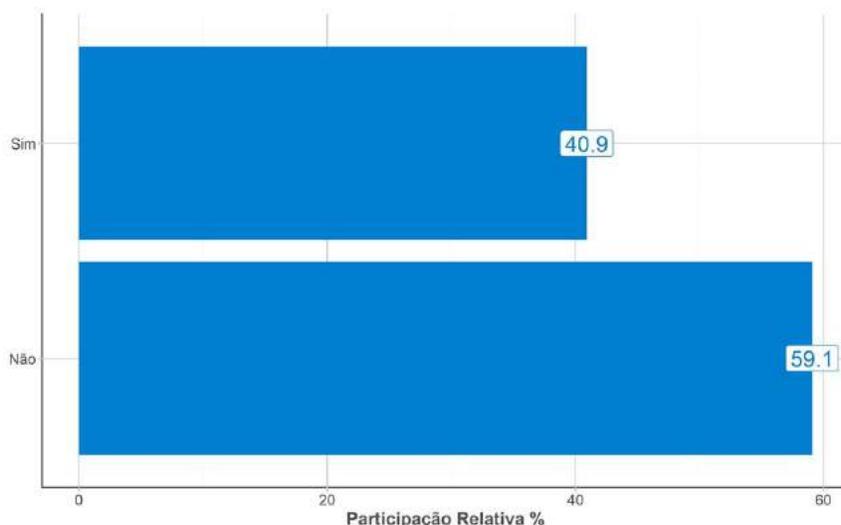
**Figura 106 – Distribuição dos respondentes segundo área de formação acadêmica.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Em termos do nível educacional, há entre os gestores a predominância de graduados e de pós-graduados, aproximadamente 80% do total, cuja formação acadêmica indica uma predominância de cursos de administração, seguidos de direito e contabilidade. Gestores públicos não precisam ter como pré-requisito formação específica na área de atuação, contudo chama atenção que engenheiros e agrônomos, profissões que costumam ser mais próximas para atuação na área de resíduos sólidos, representem apenas 12%.

**Figura 107 – Distribuição dos respondentes segundo atuação como empreendedor.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Por fim, a respeito do perfil dos respondentes, destaca-se a menor atuação empreendedora entre os gestores, limitada a 40,9% do total. Curiosamente, no entanto, esse padrão se inverte quando questionados sobre a existência de empreendedores em seu círculo familiar, uma vez que 65% responderam afirmativamente à questão.

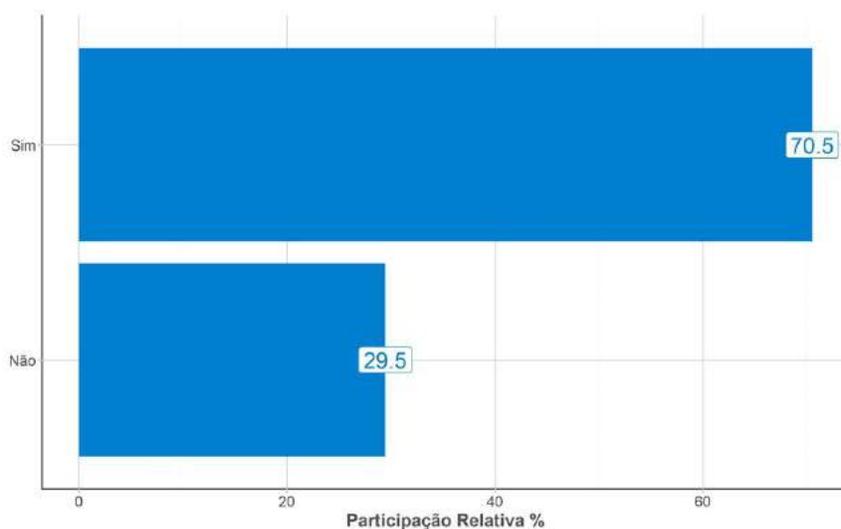
### 4.3.2 Abrangência

Conforme a Confederação Nacional dos Municípios (CNM)<sup>18</sup>, a partir de 1989 as secretarias ou departamentos de agricultura dos municípios passaram a ser legalmente responsáveis pela inspeção, por meio do Serviço de Inspeção Municipal, dos estabelecimentos cujos produtos são comercializados em seu território. A partir de 1998, com a criação dos sistemas brasileiros de inspeção (SISBI), os municípios passaram a ser sua unidade básica, em face de algumas particularidades: (i) conhecem a realidade local das propriedades e das empresas; (ii) possuem informações sobre as principais produções de origem animal e vegetal; (iii) monitoram doenças diagnosticadas; (iv) possuem a

<sup>18</sup> Confederação Nacional dos Municípios (2015). *A Importância do Serviço de Inspeção Municipal (Sim) na Gestão Pública e para o Desenvolvimento Agroindustrial*. Brasília: CNM.

capacidade de ajustar a legislação à realidade da local e (v) garantem a qualidade dos alimentos, principalmente os produzidos pelos pequenos estabelecimentos familiares. Nesse sentido, percebe-se que quase 30% dos municípios paulistas estão em desacordo com a legislação federal, o que indica oportunidade de atuação ao SEBRAE-SP para assessorar tecnicamente essas localidades.

**Figura 108 – Distribuição das respostas segundo existência de Serviço de Inspeção Municipal.**

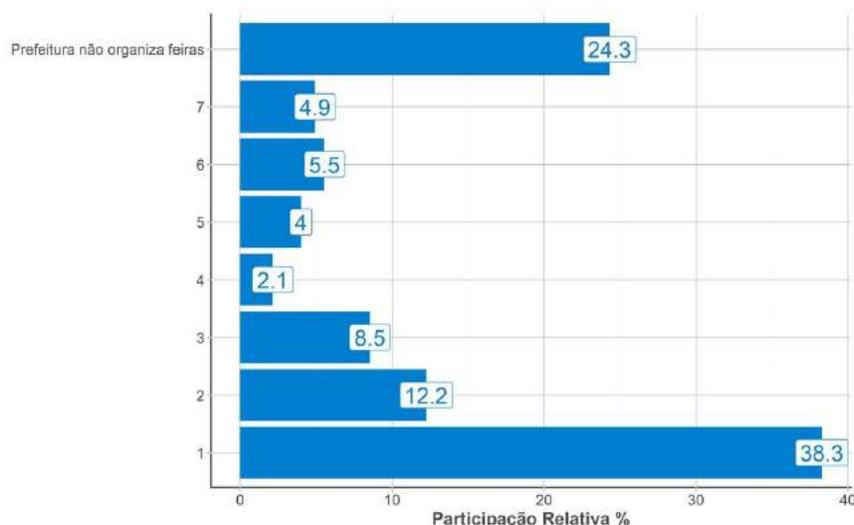


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

## PRODUÇÃO RURAL

Majoritariamente, nas cidades que realizam feiras, essas ocorrem uma vez na semana. Tal frequência é observada em 50,6% das cidades em que as feiras estão presentes. Se, por um lado, constata-se a inexistência de feiras em quase  $\frac{1}{4}$  das cidades paulistas, por outro lado, é significativo que 75% das cidades do Estado de São Paulo estimulem a economia local por meio da organização dessa atividade.

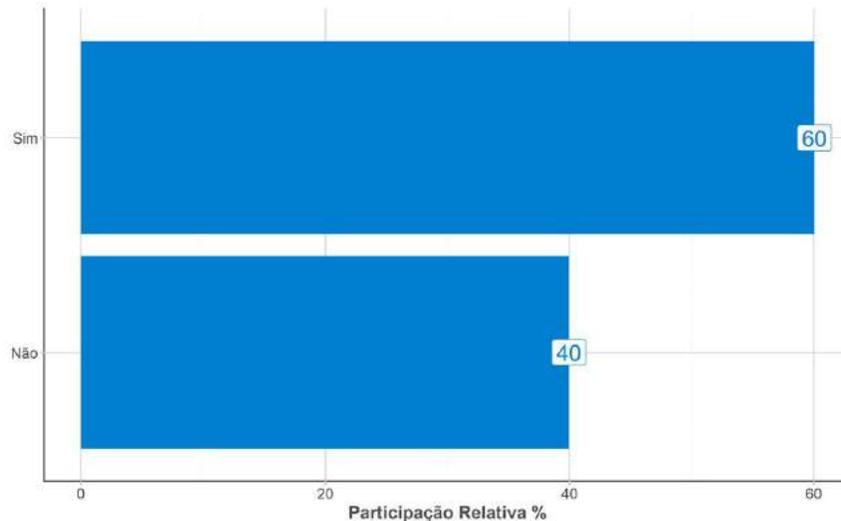
**Figura 109 – Distribuição das respostas segundo frequência de feiras municipais.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

De cada 10 cidades paulistas 6 delas relatam a existência de cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) destinados a apoiar e promover os produtores rurais. Ainda assim, a maior parcela observada nos municípios é de reduzido número de organizações – até 5 de cada tipo – tanto de cooperativas (35,4% dos municípios paulistas), quanto de associações (43,7%) e de grupos informais (23,4%). De modo similar ao que ocorre quanto aos coletores/separadores de resíduos sólidos, mais de 50% dos gestores não quiseram ou não souberam responder às questões acerca do número de organizações existentes no território, fator que limita o levantamento de dados. Sem o suporte do poder público local por meio de feiras e outros canais de escoamento da produção, as possibilidades de atuação desses grupos tendem a ser mais restritas. Por outro lado, identifica-se a oportunidade de o poder público municipal apoiar esse público no processo de formalização e estruturação. A pesquisa mostra que há um espaço significativo de intervenção nessa direção.

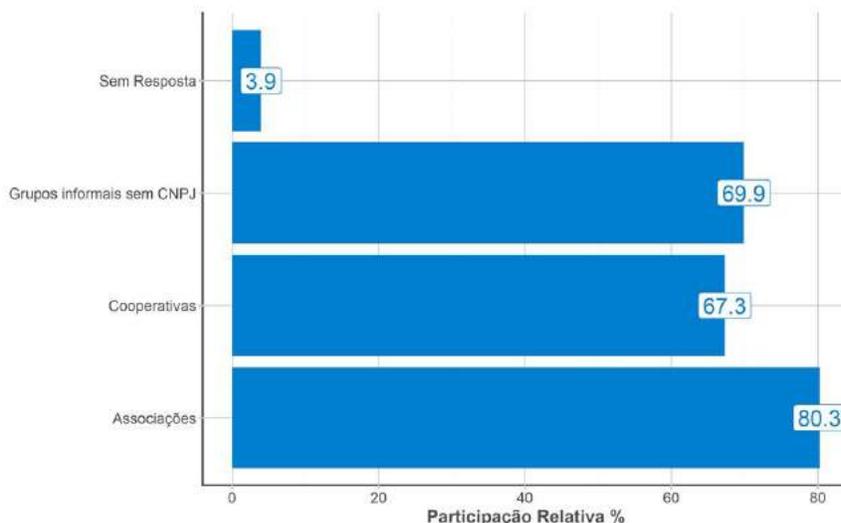
**Figura 110 – Distribuição das respostas segundo existência de cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) de produtores rurais no município.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

De modo similar ao observado quanto aos coletores e separadores de resíduos sólidos, quase a totalidade (96,1%) dos gestores municipais manifestaram interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP para fomentar as organizações de produtores rurais. No entanto, chama a atenção a preferência por desenvolver iniciativas com associações de produtores rurais (80,3%), ainda que grupos informais (69,9%) e cooperativas (67,3%) também figurem como alternativas bastante representativas.

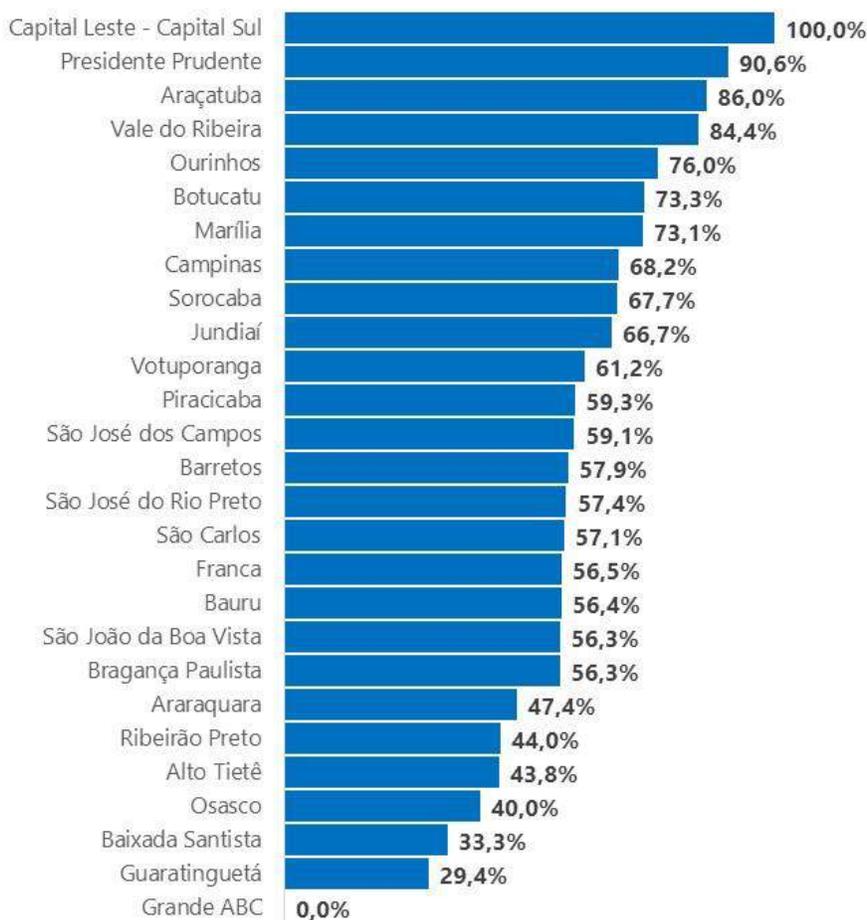
**Figura 111 – Distribuição das respostas segundo grupos de interesse das prefeituras para parcerias com o SEBRAE-SP na gestão e eficiência da produção rural.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

No contexto regional, dados de 2017 obtidos em pesquisa secundária, revelam que 47,4% dos municípios da região de Araraquara desenvolviam programas ou ações em prol do associativismo e do cooperativismo. Esse patamar, quando comparado às demais regiões de articuladores, torna Araraquara uma das menos ativas em políticas de promoção neste quesito. Isso ocorre a despeito do fato anteriormente constatado de que a região exibe vocação econômica à atividade agrícola, setor em que se verifica alto grau de associação entre estabelecimentos da região bem como a ocupação por Araraquara da 2ª posição no ranqueamento de regiões em termos de aderência dos produtores rurais a algum tipo de associação.

**Figura 112 – Proporção de prefeituras que desenvolve programa ou ação para estímulo ao associativismo (associação de produtores, cooperativas etc.) por região de articuladores.**



Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, IBGE, 2017.

Quanto aos registros, 5 (26,4%) municípios responderam possuir registro oficial de associações de produtores – valor abaixo da média estadual de 58,4%. Além disso, 42,1% dos municípios da região afirmaram que existe a atuação dessas entidades associativas no território municipal, contra 69,1% se considerarmos o Estado como um todo.

**Tabela 33 – Entidades de associativismo ou representação de produtores agropecuários com registro oficial na prefeitura (Sim).**

Resposta (SIM)	Municípios da Região	(%)	Municípios do Estado	(%)
Sindicatos rurais	5	26,3%	258	40,0%
Associações de produtores	5	26,3%	377	58,4%
Cooperativas	4	21,1%	171	26,5%
Não possui registro	11	57,9%	186	28,8%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, IBGE, 2017.

**Tabela 34 – Entidades de associativismo ou representação de produtores agropecuários que atuam no município.**

Resposta (SIM)	Municípios da Região	(%)	Municípios do Estado	(%)
Sindicatos rurais	9	47,4%	371	57,5%
Associações de produtores	8	42,1%	446	69,1%
Cooperativas	6	31,6%	233	36,1%
Outras	1	5,3%	20	3,1%
Nenhuma entidade	7	36,8%	91	14,1%

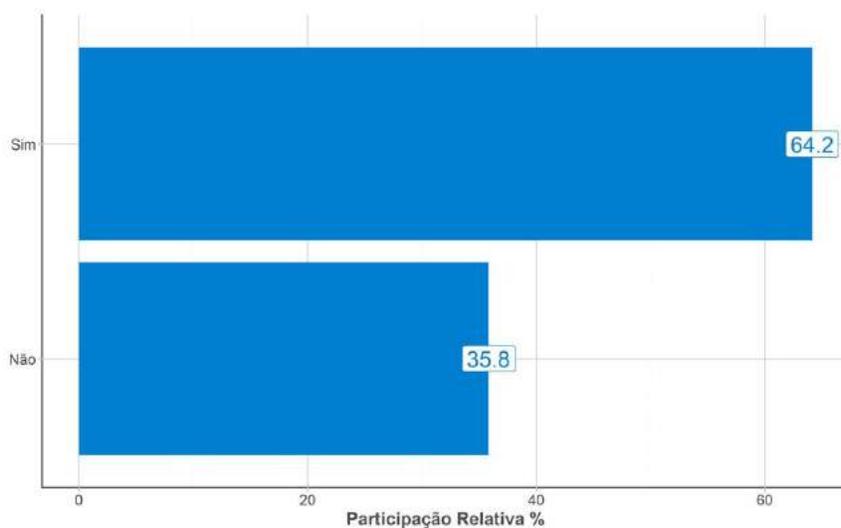
Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, IBGE, 2017.

## COLETA E SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS

Não é desprezível a existência de cooperativas, associações e grupos informais, de forma que as três alternativas podem ser relevantes para apoiar políticas de inclusão produtiva. Resta identificar as possibilidades, por parte dos governos locais, de atuação específica junto a cada um desses três grupos. A Figura 113 traz dados alinhados com o alcance das políticas de geração de emprego e renda para o setor de coleta e separação de resíduos sólidos ao indicar que em 64,2% das cidades existem cooperativas, associações ou grupos que trabalham no setor. Vale dizer que a predominância nas cidades é da existência de número limitado – até 5 organizações – tanto de cooperativas (43,8% dos municípios paulistas), quanto de associações (37,1%) e de grupos informais (31,9%). Por outro lado,

mais de 50% dos gestores não quiseram ou não souberam responder às questões acerca do número de organizações existentes no território, o que revela a existência de uma lacuna informacional importante. Sem o apoio do poder público, essa parcela de trabalhadores encontra maior dificuldade de inclusão produtiva, o que só reforça a importância do mapeamento apropriado e da implementação de políticas públicas com essa finalidade.

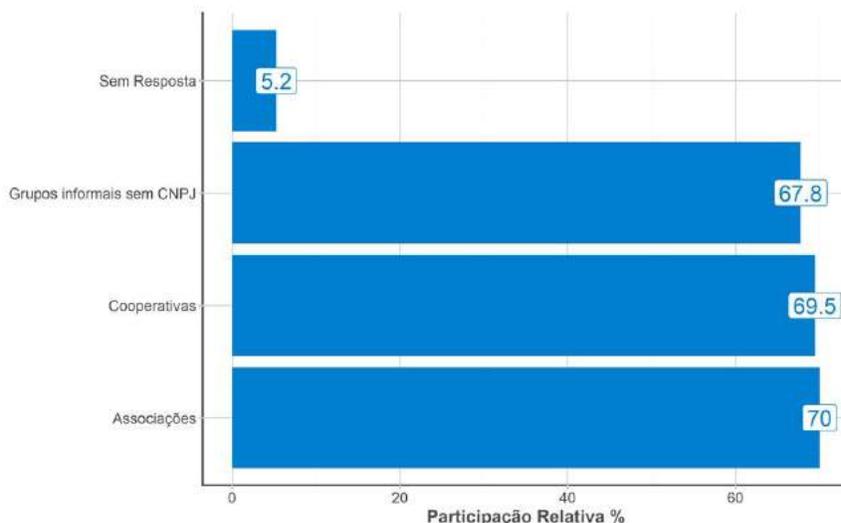
**Figura 113 – Distribuição das respostas segundo existência de cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) de coleta e separação de resíduos no município.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A quase totalidade dos gestores questionados (94,8% do total) revelou interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP junto a cooperativas, associações e grupos informais (sem CNPJ) para melhorar a gestão e a eficiência dos resíduos sólidos, o que denota importante abertura a parcerias. A Figura 114 mostra que as prefeituras, no geral, não possuem preferência marcada por um tipo organizacional, o que parece indicar que todas opções são canais importantes para implementar políticas de inclusão produtiva.

**Figura 114 – Distribuição das respostas segundo grupos de interesse das prefeituras para parcerias com o SEBRAE-SP na gestão e eficiência no tratamento dos resíduos sólidos?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Por fim, dados de 2018 coletados através do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) identificaram 4 associações de materiais recicláveis atuando na região e contabilizando um total de 235 integrantes. A Tabela abaixo apresenta as associações identificadas na região.

**Tabela 35 – Nome e sigla das entidades associativas identificadas na região de Araraquara.**

Município	Nome e Sigla da entidade associativa de catadores de materiais recicláveis	Quantidade de integrantes
Araraquara	Cooperativa de catadores Acácia	180
Borborema	COTRARB	11
Matão	COOPERASOLMAT	22
Matão	COOPERMATÃO	22

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2018.

É importante mencionar que a qualidade das informações do SNIS inviabilizou o uso e aprofundamento das questões referentes à coleta seletiva, à coleta de resíduos sólidos, à coleta de material reciclável

e à economia solidária em nível regional e municipal, conforme previsto na metodologia inicial deste mapeamento.

### 4.3.3 Considerações referentes ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema do associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A maioria dos profissionais que respondem pelas políticas relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo não tem experiência empreendedora, possui, porém, empreendedores nas suas famílias.

Em termos de políticas públicas da área, constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, havendo, portanto, oportunidade para que o SEBRAE-SP atue junto aos demais municípios de forma a que também eles atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, para o SEBRAE-SP reforça a importância de capacitar as prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Ademais, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos

informais sem CNPJ, cooperativas e associações são todas relevantes. Desse modo, a partir do tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

Por fim, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que possa ser avaliada a possibilidade de sua expansão, caso de 25% das localidades. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para a avaliação da viabilidade de incentivos nessa direção. Essa é, portanto, mais uma área de atuação que se abre ao SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

#### 4.4 Compras Governamentais e Agricultura Familiar

As compras governamentais consistem em um importante mecanismo para o desenvolvimento regional, uma vez que as estruturas de governo são responsáveis por volumes significativos de aquisições de produtos e serviços. Não raro as aquisições ocorrem junto a fornecedores locais, promovendo ganhos logísticos devido à facilidade de transporte de produtos por menores distâncias e, ainda, movimentando a economia local.

Esta seção é dividida em duas etapas principais. Na primeira são apresentados os resultados da pesquisa primária realizada para mapeamento da situação relativa às compras governamentais no Estado de São Paulo como um todo. Já a segunda etapa traz informações referentes à situação específica da região de Araraquara, evidenciada por meio da análise de dados secundários.

#### 4.5 Perfil dos Entrevistados

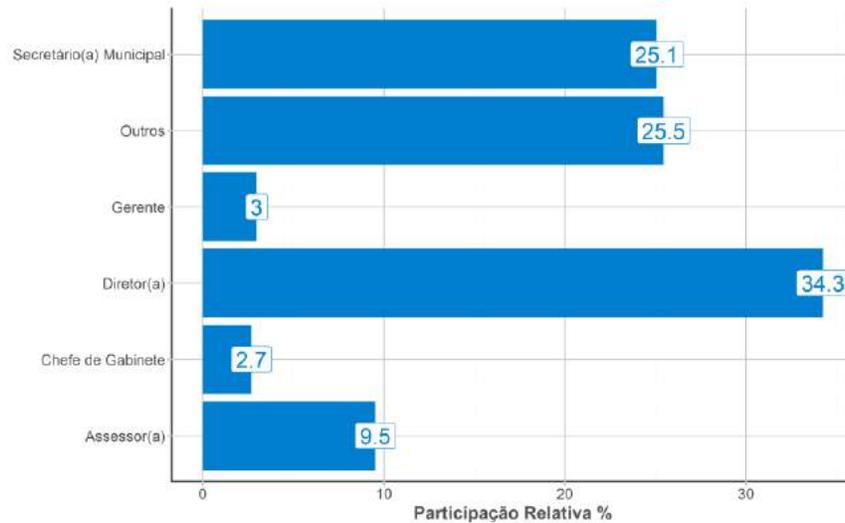
Para execução da pesquisa primária foram consultados os gestores das secretarias responsáveis por compras em 150 Municípios, distribuídos nas 28 regiões do Estado. Dos 150 municípios sorteados aleatoriamente, foram obtidas respostas de 95, correspondendo a uma taxa de resposta de 63,33%. Tendo-se em mente o universo de municípios paulistas (645 cidades), verifica-se que a amostra

corresponde a 14,7% do universo estudado, garantindo a representatividade dos resultados em nível estadual.

Inicialmente serão apresentadas as características dos respondentes, o que é importante para contextualizar e melhor entender as respostas e indicadores apresentados na sequência. Posteriormente, serão discutidas as respostas com relação a ferramentas de gestão das compras municipais utilizadas, à existência de planejamento anual, à caracterização da equipe de compras e dos editais de aquisição de serviços, bem como a ações de incentivos a agricultores familiares e a empreendedores.

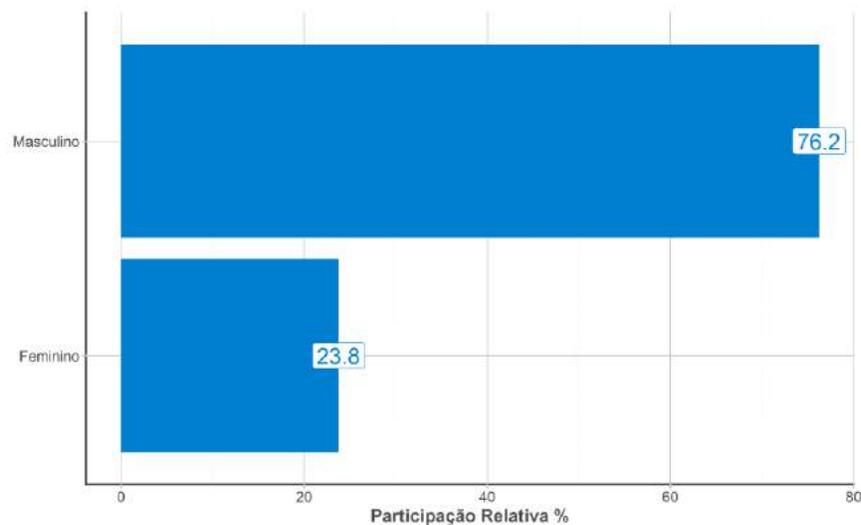
A Figura 115 mostra que 34,3% dos respondentes ocupavam o cargo de diretor e que 25,1% ocupavam o cargo de secretário municipal. Em outras palavras, quase 60% da amostra é composta por pessoas que ocupam um desses dois importantes cargos. Entre os respondentes, 9,5% são assessores, 3% gerentes e 2,7% chefes de gabinete. Além disso, a amostra é composta majoritariamente por homens que se autodeclararam brancos, conforme apresentado na Figura 116 e na Figura 117. Ainda sobre as características pessoais dos respondentes, a Figura 118 apresenta a distribuição destes por faixa etária. Observamos que a amostra possui um perfil jovem, com 21% se situando na faixa de 35 a 40 anos de idade, e 70,8% com 50 anos ou menos.

**Figura 115 – Cargo ocupado na Prefeitura Municipal.**



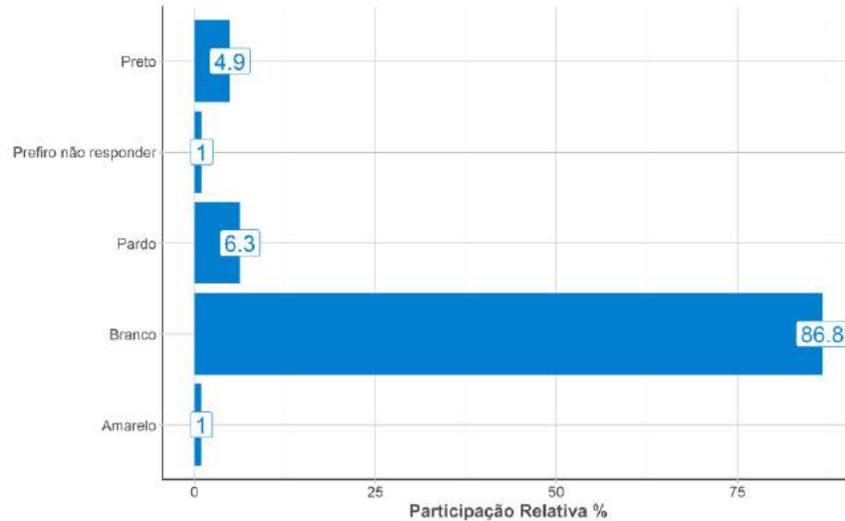
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 116 – Gênero.**



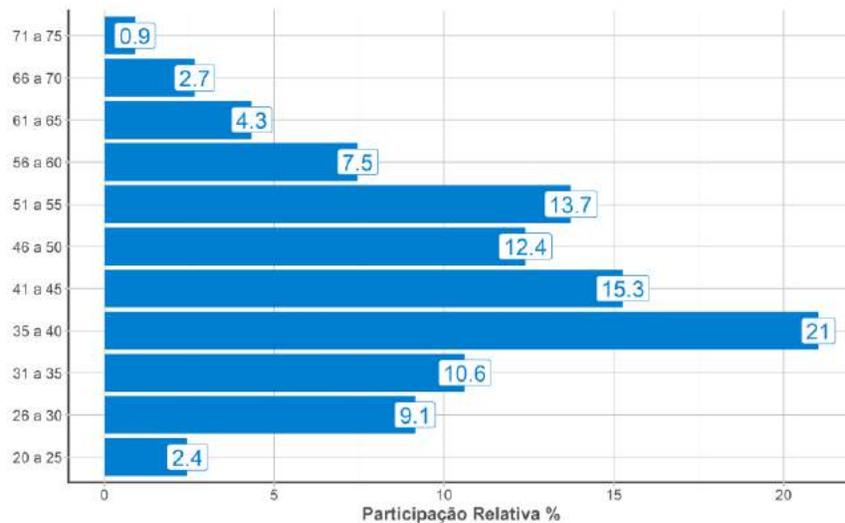
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 117 – Raça/Cor autodeclarada.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 118 – Faixa etária.**

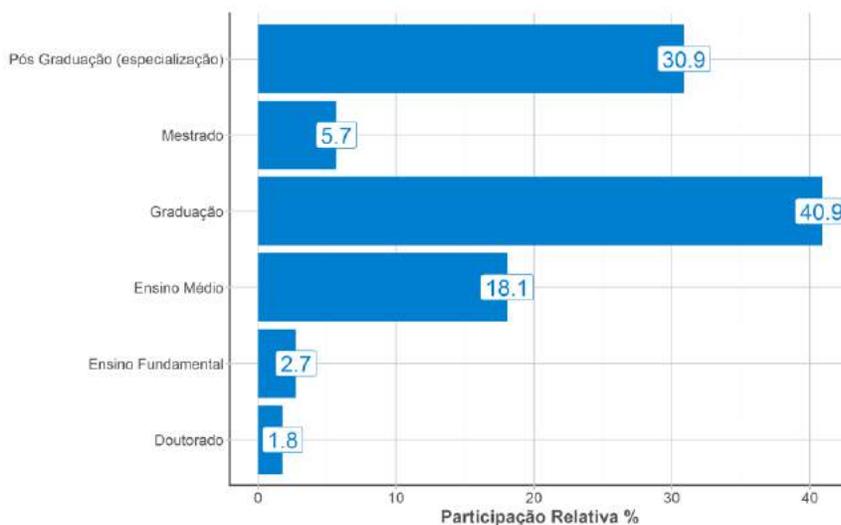


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Os respondentes possuem um nível de educação formal alto comparado ao perfil médio do brasileiro. A Figura 119 mostra que em torno de 80% da amostra possui ao menos ensino superior completo. Isto

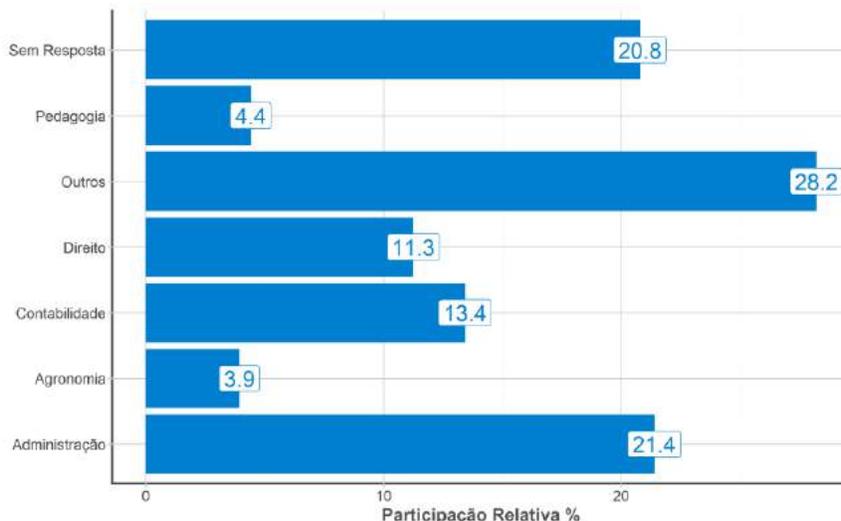
é, os trabalhadores da gestão municipal que responderam a essa pesquisa estão no estrato mais alto de qualificação educacional do país. Apesar de 20,8% não responderem sobre sua formação acadêmica, observamos que 21,4% da amostra possui formação na área de Administração, 13,4% em Contabilidade, e 11,3% possuem formação em Direito. Portanto, são pessoas com formação adequada e dentro do esperado para trabalhadores da gestão municipal e com os cargos previamente citados. Essa adequação da formação com a atividade exercida fica mais clara ao analisarmos a Figura 120, juntamente com as respostas sobre a atividade profissional, da Figura 121. Nesta figura, observamos que mais da metade da amostra declarou trabalhar na área de “Administração, Direito e Negócios”. Vale ressaltar que o segundo eixo profissional mais citado foi o de “Agricultura, silvicultura, pesca e pecuária”, com 10% das respostas.

**Figura 119 – Escolaridade.**



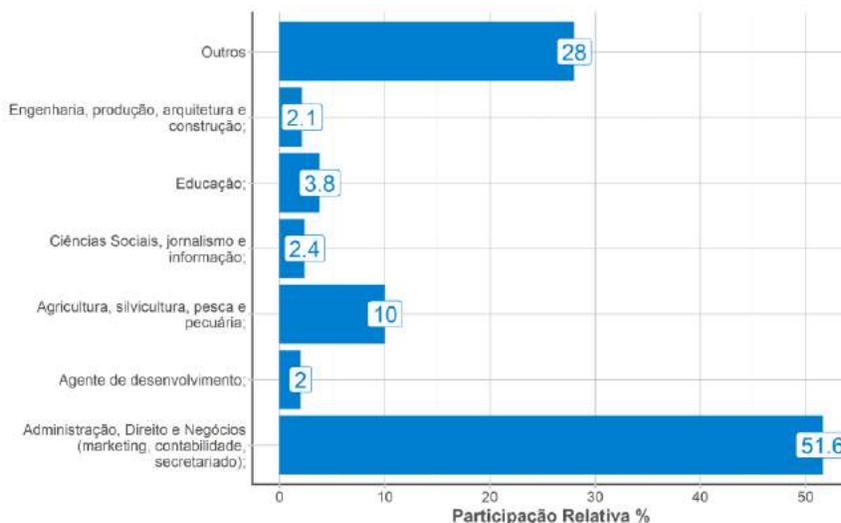
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 120 – Formação acadêmica.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 121 – Profissão ou atividade profissional.**



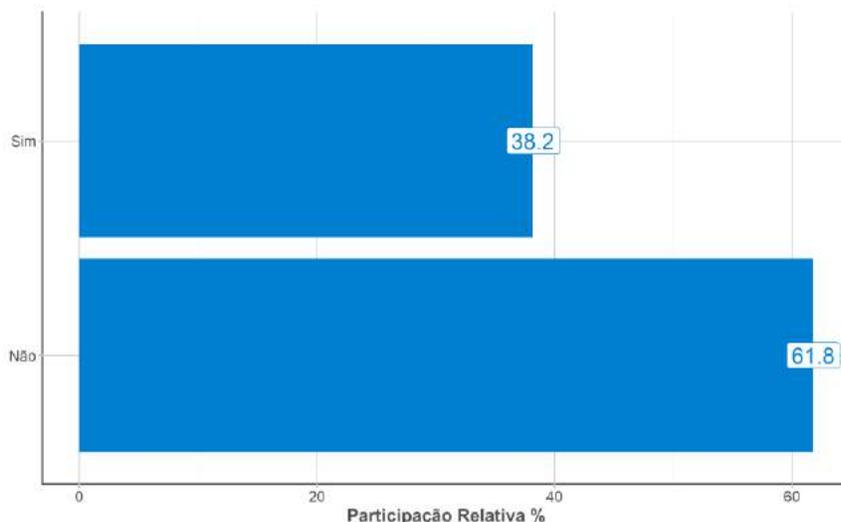
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

O questionário apresentou dois importantes questionamentos a respeito do perfil do respondente. O primeiro deles era a pergunta se o indivíduo desempenhava atividade profissional empreendedora,

enquanto o segundo questionava se ele possuía algum empreendedor na família. Essas características são relevantes pois revelam características muitas vezes difíceis de se observar, como propensão a assumir riscos, expertise e experiência prévia com gestão de negócios, capacidade de negociação, detecção de possíveis oportunidades, entre outras.

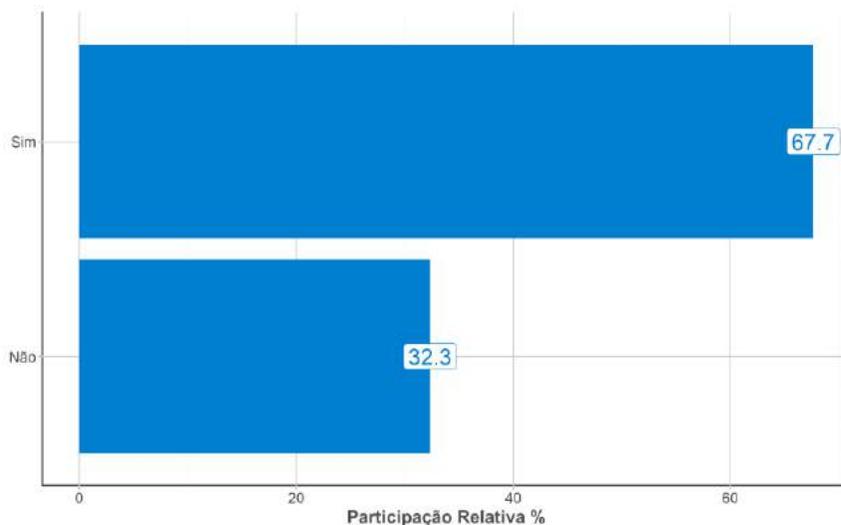
A Figura 122 e a Figura 123 a apresentam as respostas a essas perguntas. A maioria dos pesquisados afirmou que não é empreendedor (61,8%), o percentual que respondeu de maneira positiva a essa pergunta é considerável – 38,2% – indicando que essa é uma característica que pode ser mais estimulada entre os gestores. Ademais, a Figura 123 mostra que 67,7% da amostra possui um empreendedor na família, é, portanto, razoável pensar que esses respondentes já possuem certo contato com situações e características ligadas ao empreendedorismo.

**Figura 122 – Empreendedor.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 123 – Existência de empreendedor na família.

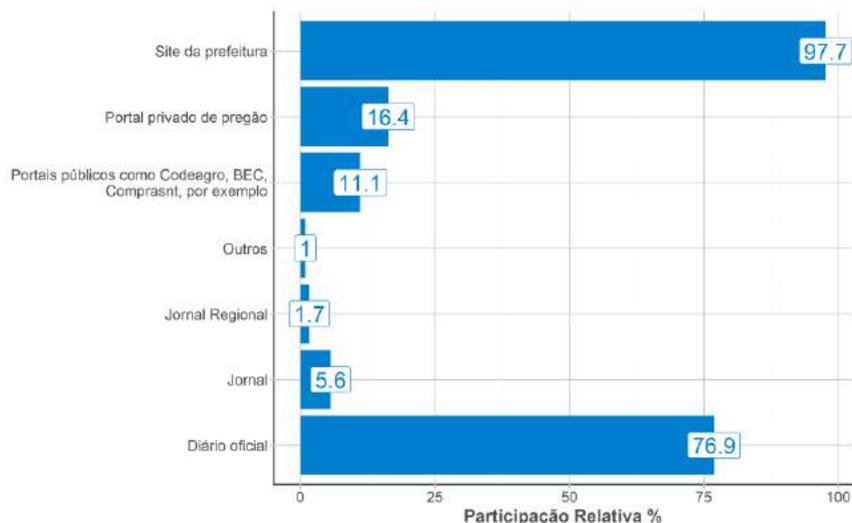


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

#### 4.5.1 Abrangência

Ao analisar as práticas mais utilizadas em relação a gestão de compras públicas em si, observa-se na Figura 124 que praticamente todos os gestores afirmaram que seus municípios utilizam o site da prefeitura como ferramenta para dar publicidade na gestão de suas compras. Além disso, 76,9% responderam que utilizam o tradicional canal do Diário oficial para este fim. Apenas 27,5% reportaram utilizar portal privado de pregão e/ou portais públicos. Isso indica que possa existir um espaço para modernização das ferramentas para publicidade na gestão das compras municipais.

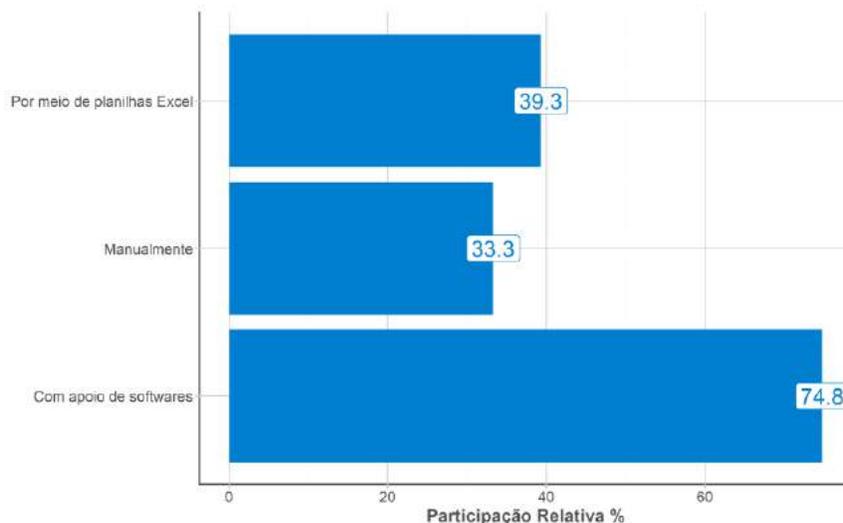
**Figura 124 – Ferramenta Utilizadas Para Publicidade Na Gestão Das Compras**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

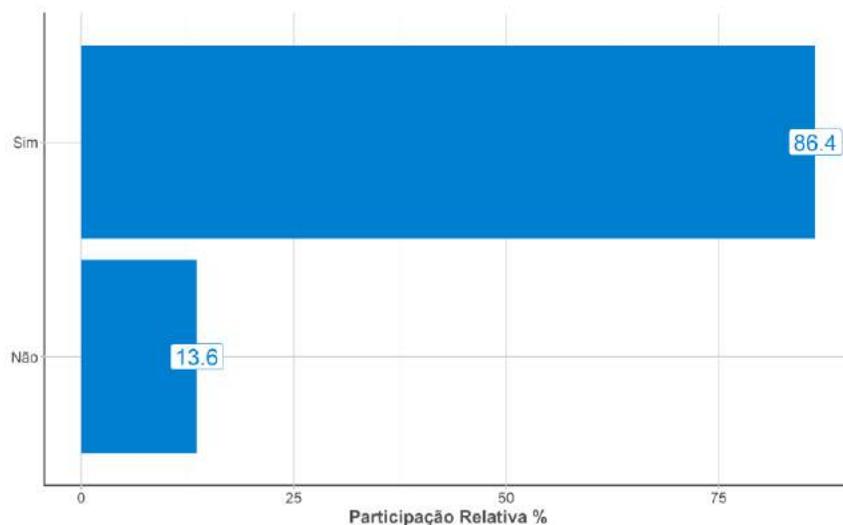
Ainda sobre a Gestão de compras municipais, chama a atenção que, como apresentado Figura 125, 33,3% dos gestores afirmaram que fazem a gestão de contratos de compras públicas de forma manual, o que pode gerar um processo menos eficiente em termos de tempo e precisão. A Figura 126 mostra que 13,6% dos respondentes afirmaram que o município não possui planejamento anual de compras, um número alto, uma vez que este é um passo inicial em termos de boas práticas para uma gestão pública competente.

**Figura 125 – De que forma a secretaria/órgão realiza a gestão dos seus contratos de compras públicas?.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 126 – Município faz planejamento anual das compras**

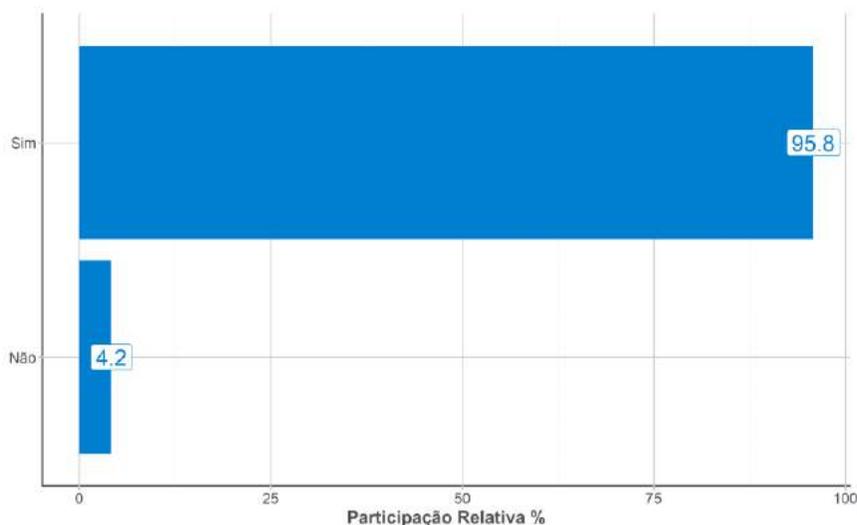


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Em seguida, é interessante analisar características sobre o planejamento anual das compras. Segundo a Figura 127, quase a totalidade dos municípios tem um responsável por essas compras (95.8%).

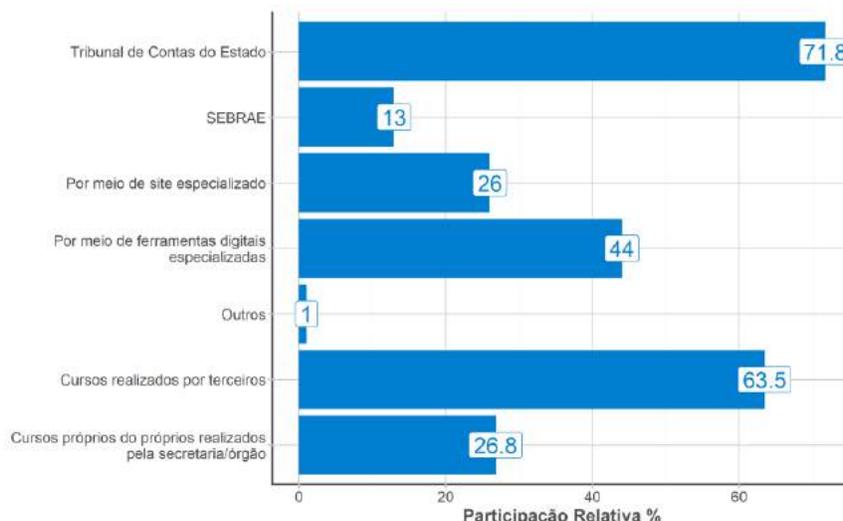
Finalmente, é importante entender como a equipe responsável pelo planejamento se atualiza e se capacita. São diversas opções e as prefeituras podem fazer uso de múltiplos mecanismos, que estão expressos na Figura 128. O método mais presente foi o Tribunal de Contas do Estado (71,8%), seguido por Cursos Realizados por Terceiros (63,5%) e ferramentas digitais especializadas (44%). Destaca-se que o SEBRAE é uma das formas menos utilizada, com apenas 13% de uso.

**Figura 127 – Município possui uma equipe fixa responsável pelas compras**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

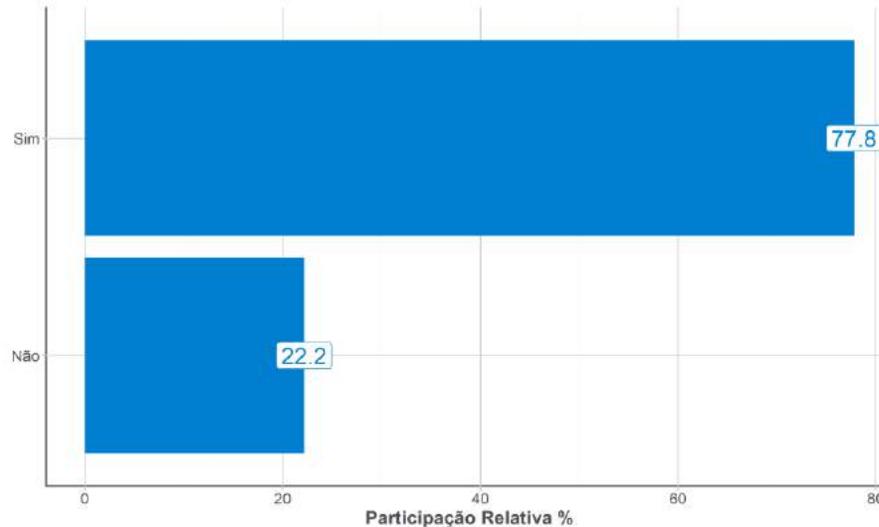
**Figura 128 – De que forma a secretaria/órgão mantém a equipe de compras atualizada/capacitada**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

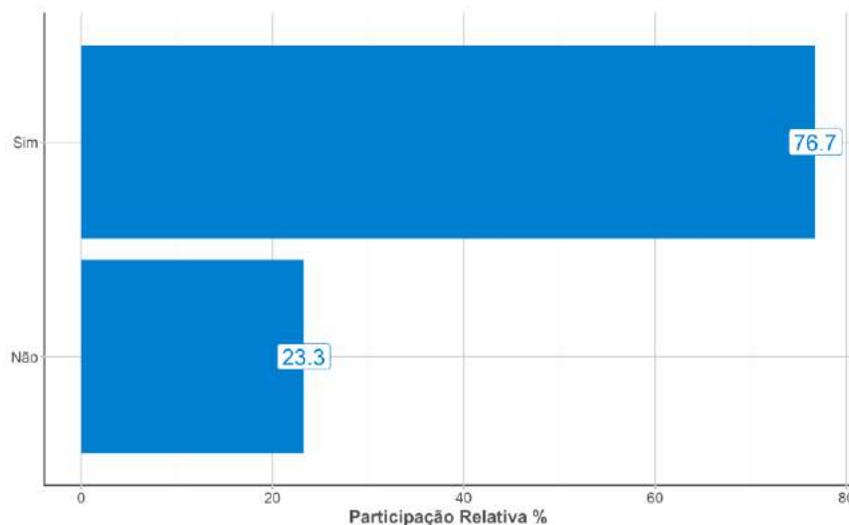
Em seguida pode ser analisada a temática da agricultura familiar. A Figura 129 revela que 77,8% dos municípios teve algum tipo de ação de incentivo a agricultura familiar. Ainda que elevado, esse número mostra que esse é um possível espaço de política. Outro ponto é se a localidade já teve algum edital prevendo benefícios às MPEs, e novamente a maioria (76.8%) respondeu de maneira positiva. Por fim, foi questionada sobre a possibilidade de se estimar a participação das MPEs nos editais de aquisições e serviços à prefeitura no último ano. A maior parte ou não respondeu (23,3%) ou não foi capaz de precisar (19,7%). Dentre aqueles que deram um valor numérico temos conforme a Figura 131 que foi mais frequente a participação de 10% a 30%.

Figura 129 – O município já realizou ações de incentivo à agricultura familiar



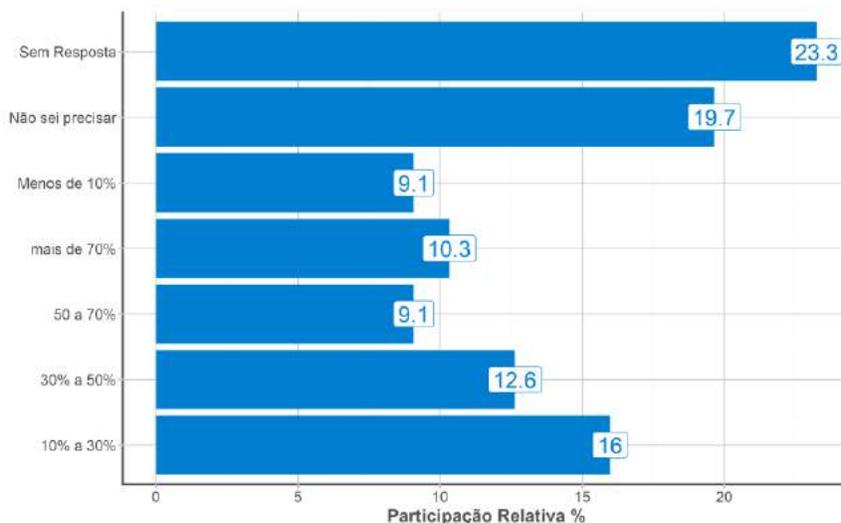
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 130 – O município já publicou algum edital de aquisição prevendo os benefícios às MPE's



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

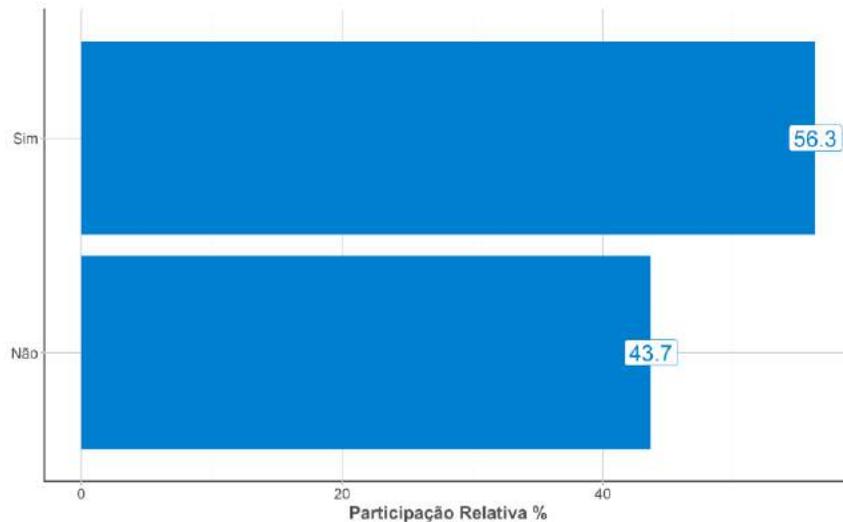
**Figura 131 – É possível estimar a participação das MPEs nos editais de aquisições e serviços à Prefeitura (em %) no último ano (2019)?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

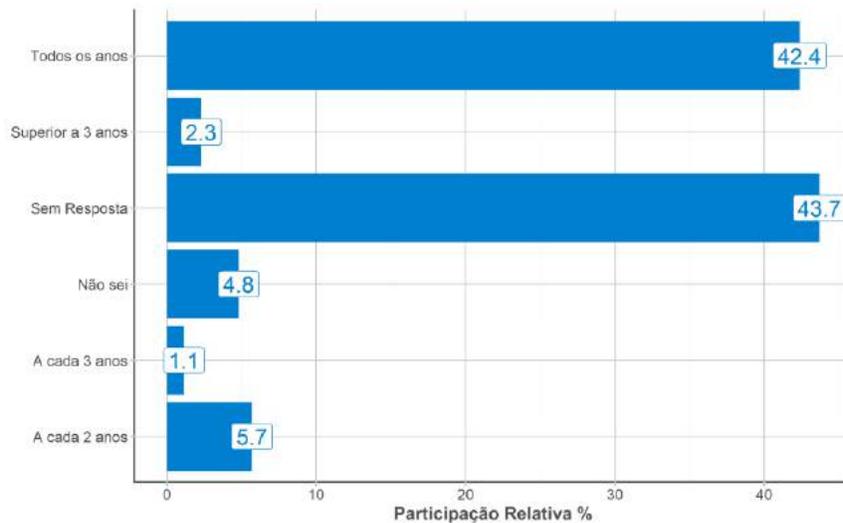
Empreendedorismo também foi uma das temáticas abordadas. Conforme a Figura 132, um pouco mais da metade dos municípios (56,3%) tem cadastro atualizado dos empreendedores da localidade e região. O elevado número de municípios sem registro revela uma importante lacuna que caso seja mitigada pode abrir espaço para ações focalizadas e que aumentariam o desenvolvimento. Além disso, temos que 42,4% dos municípios atualiza esse cadastro com uma periodicidade anual.

**Figura 132 – Município possui cadastro atualizado dos empreendedores da localidade e região?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

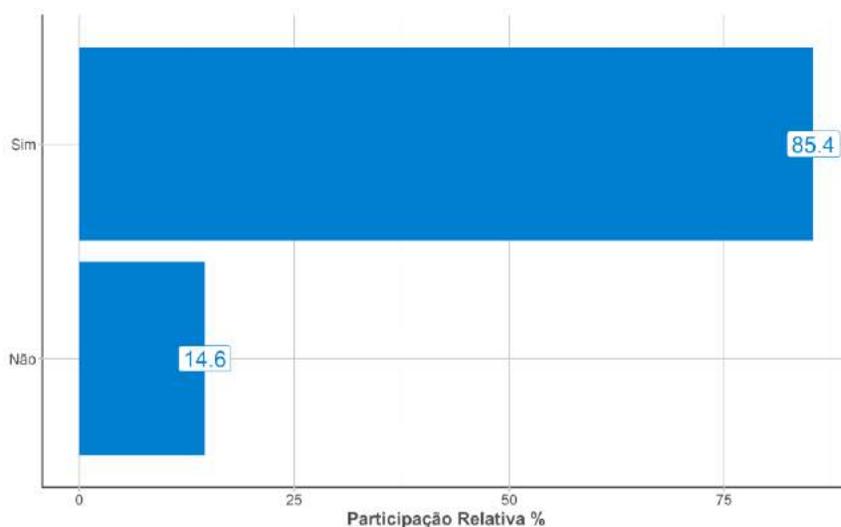
**Figura 133 – Qual a periodicidade da atualização cadastro dos empreendedores da localidade e região?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

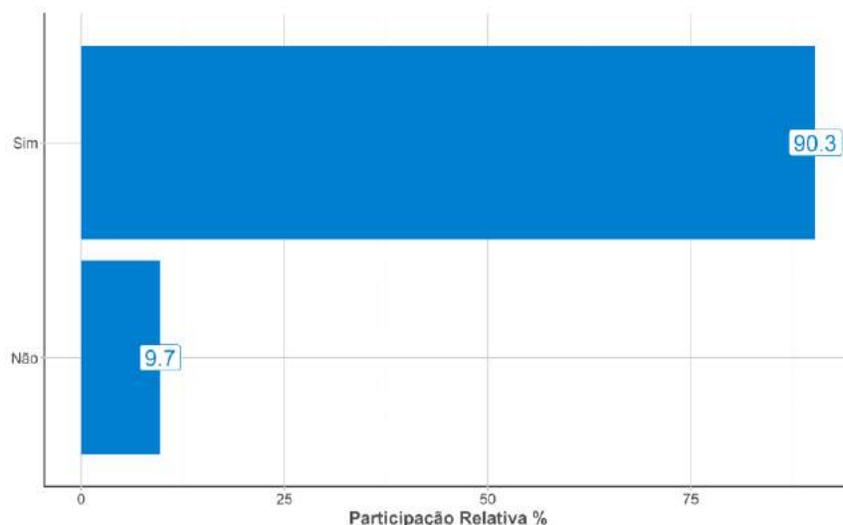
Por fim, o último assunto foi relativo a merenda escolar. Um primeiro elemento é entender o que compõe essa refeição. A Figura 134 mostra que na maior parte das cidades (85,4%) a merenda escolar é composta por alimentos provenientes de produtores familiares locais, enquanto a Figura 135 nos mostra que produtos regionais são a maior parte da alimentação das crianças. Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%). Por fim, em um pouco mais da metade das cidades, existiam outros produtos regionais além dos citados anteriormente.

**Figura 134 – Município compra algum alimento da merenda escolar de produtores familiares locais?**



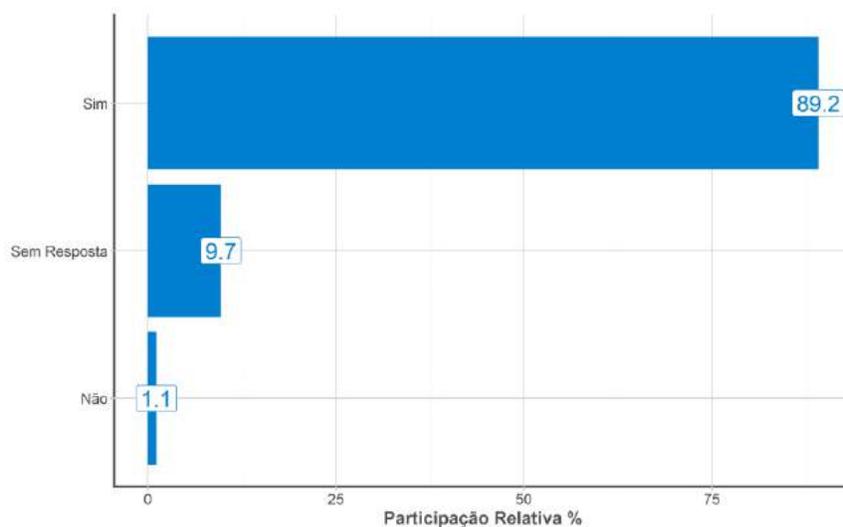
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 135 – Produtos regionais fazem parte do cardápio escolar?**



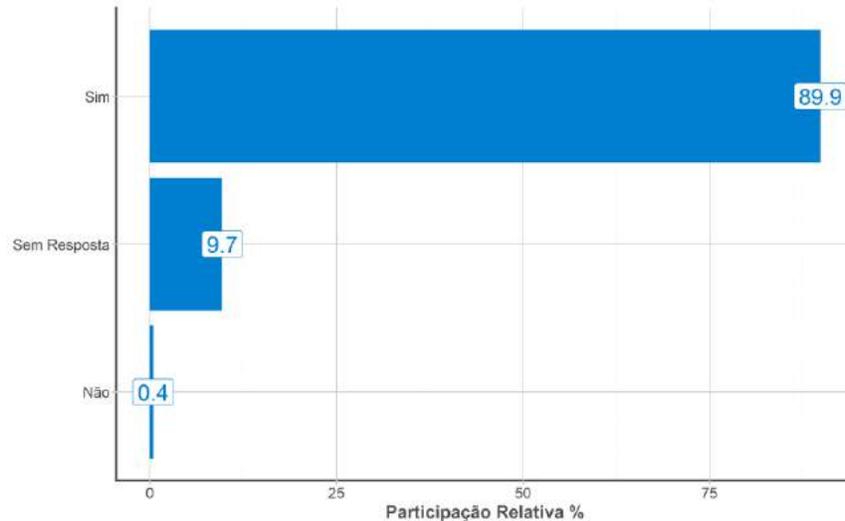
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 136 – Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há frutas?**



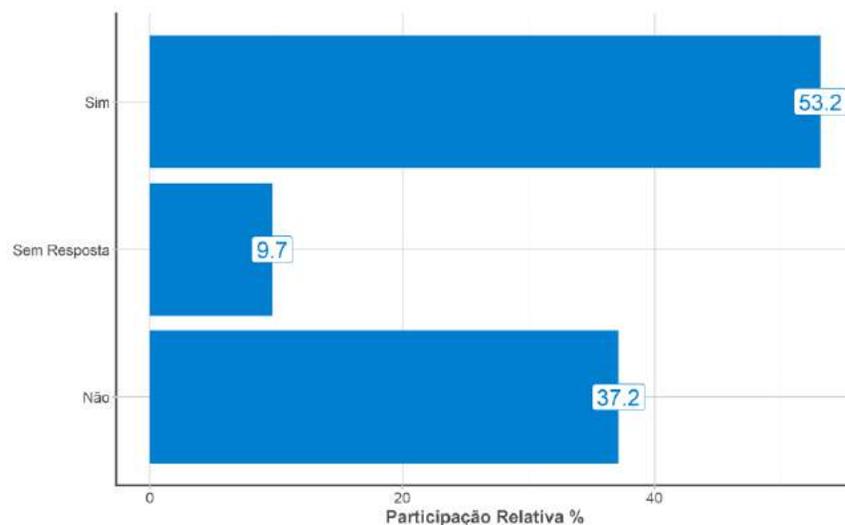
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 137 – Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há vegetais?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 138 – Além dos produtos regionais descrito anteriormente, há outros presentes no cardápio escolar?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

## 4.5.2 Análise da região de Araraquara referente às compras governamentais

Conforme demonstrado na seção anterior, as compras governamentais, especialmente aquelas executadas pelos municípios, possuem grande relevância para o desenvolvimento local. Buscando aprofundar o mapeamento, esta seção busca agregar informações detalhadas sobre a região de Araraquara. A seguir são apresentados resultados da análise realizada a partir de dados obtidos sobre despesa detalhada disponíveis no Tribunal de Contas do Estado (TCE) e agregados para a região de Araraquara considerando o período compreendido entre janeiro de 2019 e maio de 2020. Destaca-se que o município de São Paulo não faz parte da jurisdição do TCE, assim, os dados apresentados para as médias estaduais consideram 644 municípios paulistas pertencentes à esta jurisdição.

Conforme disposto na base de dados, fornecedores que tem como clientes os governos municipais foram classificados em 4 (quatro) grupos – pessoa jurídica, pessoa física, sem CPF ou CNPJ e outros – sendo esta uma forma de se verificar o nível de desenvolvimento do processo de compras, uma vez que é esperado que, quanto mais desenvolvido, mais os fornecedores sejam classificados como pessoa jurídica. A Figura 139 mostra a comparação entre o perfil de fornecedores da região de Araraquara e a média estadual, a qual contempla todas as prefeituras do Estado de São Paulo.

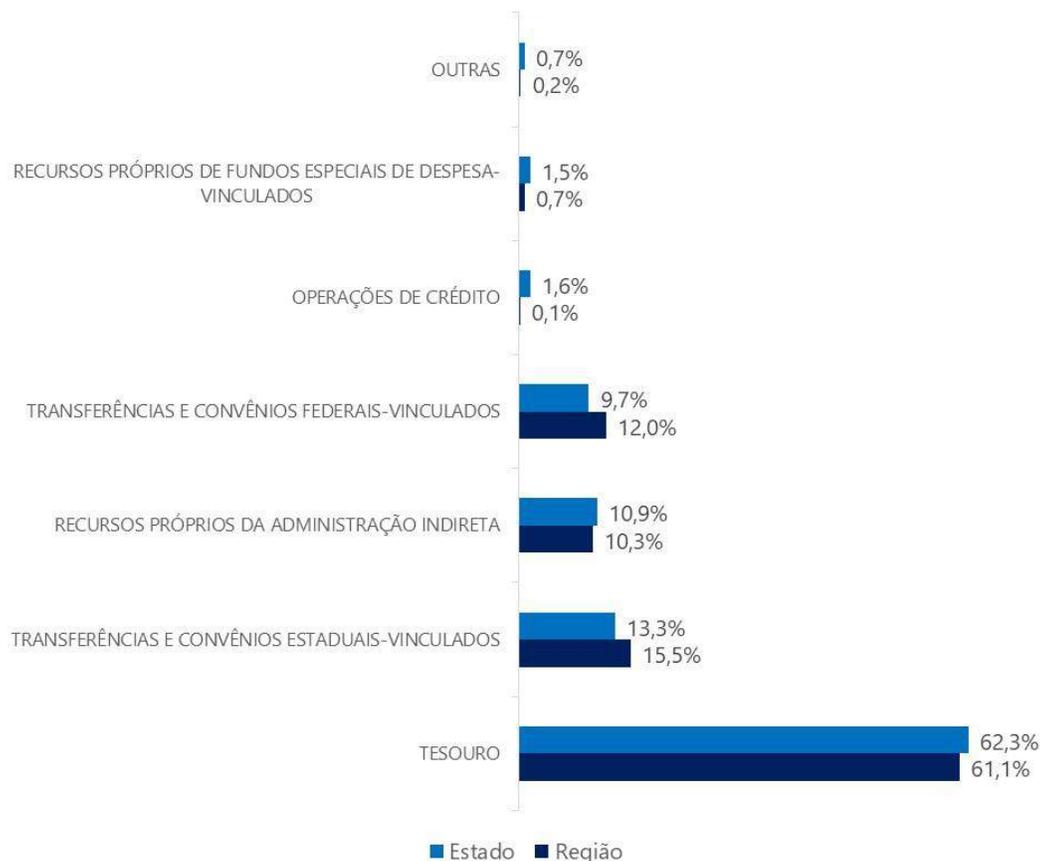
**Figura 139 – Distribuição por tipo de fornecedor na região de Araraquara em comparação com a média estadual.**



Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

Os resultados apresentados demonstram que os municípios da região de Araraquara realizam menos aquisições de fornecedores do tipo “pessoa jurídica” do que o restante do estado, evidenciando potencial de melhora na formalização dos fornecedores. Outra informação relevante analisada consiste na análise da fonte dos recursos utilizados para realização das compras municipais, conforme disposto a seguir.

**Figura 140 – Distribuição das fontes dos recursos utilizados para compras municipais em Araraquara em comparação com a média estadual.**



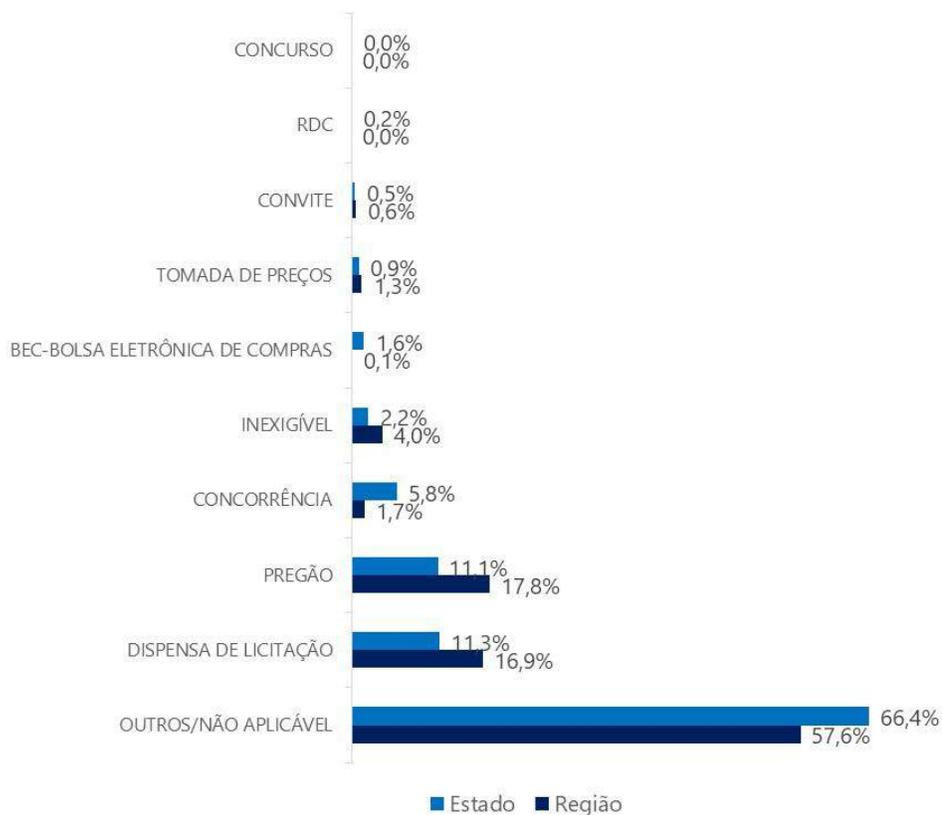
Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

A maior parte dos recursos utilizados para efetivação de compras é proveniente do tesouro, estando esta proporção em patamares semelhantes na comparação região-estado. A participação das origens dos recursos utilizados para compras municipais em Araraquara se mostra assemelhada à média estadual também para as demais fontes exibidas na figura.

Outro indicador relevante para a análise da situação das compras se refere à forma como as aquisições são realizadas. A análise da forma de implementação das compras na região e no Estado pode ajudar

a compreender melhor o status e desenvolvimento dos processos de compras municipais. Os resultados da análise são apresentados a seguir:

**Figura 141 – Mecanismos de implementação de compras municipais utilizados na região de Araraquara e no restante do Estado.**



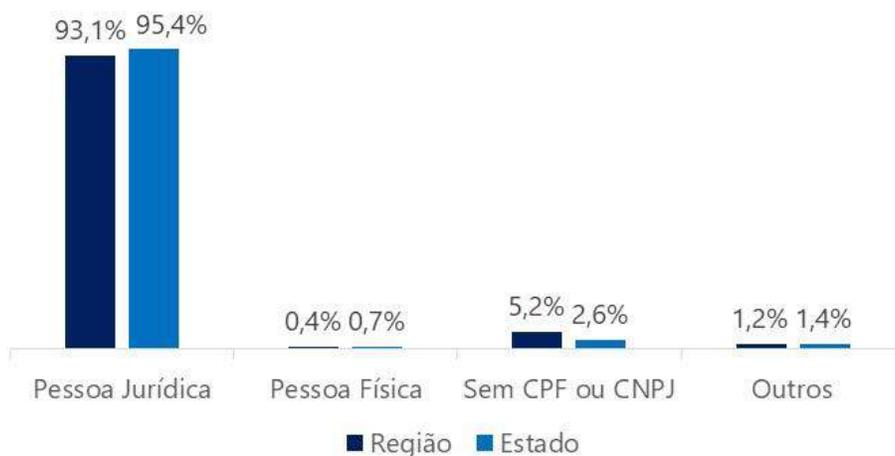
Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

Infelizmente as informações disponíveis trazem uma alta proporção do tipo “outros/não aplicável”, impossibilitando a identificação do mecanismo de implementação das compras para parcela significativa das aquisições. A despeito das limitações encontradas, a proporção do uso de outros mecanismos permite identificar fatores relevantes para compreensão da região.

Para a região de Araraquara se destacam os elevados níveis de compras por meio de pregões bem como através do mecanismo de dispensa de licitação, que em linhas gerais é previsto para situações excepcionais e de emergência descritas no artigo 24 da lei de licitações (Lei nº 8666/93). Este é um indicador relevante que indica o menor desenvolvimento das áreas responsáveis por compras nesta região em comparação com o restante do Estado de São Paulo.

Uma vez realizada a análise da situação geral das compras municipais na região de Araraquara, contemplando todos os produtos e serviços adquiridos pelas prefeituras, passou-se a analisar os dados referentes aos produtos alimentares adquiridos pela administração pública relacionados à educação. Essa análise é importante porque estabelecimentos educacionais configuram o principal destino dos alimentos adquiridos pelos municípios e possuem potencial de fortalecimento da agricultura familiar e de pequenos produtores locais, focos do presente estudo.

**Figura 142 – Distribuição por tipo de fornecedor na região de Araraquara em comparação com a média estadual para produtos alimentares relacionados à educação.**



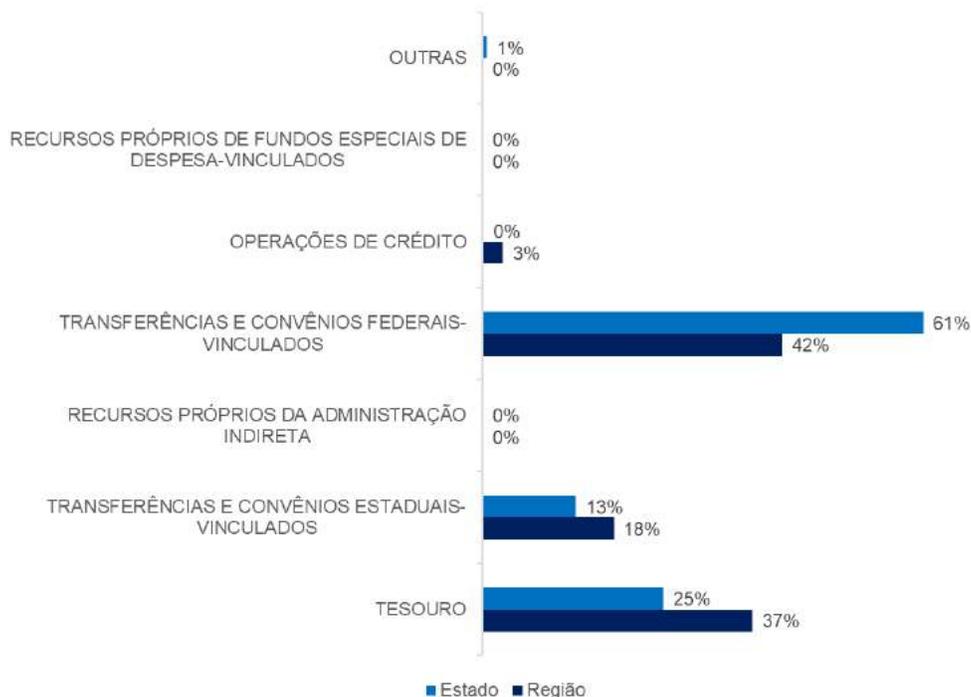
Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

A participação na região de Araraquara de empresas (pessoa jurídica) nas compras relacionadas à alimentos e nutrição na educação (93,1%) é significativamente superior à média de 55,7% de compras

em geral. Mesmo que superior ao nível observado na análise de todos os produtos e serviços, é possível verificar que o índice de compras de pessoas jurídicas para este grupo de produtos é inferior à média estadual (95,4%), indicando potencial de melhora nos processos de aquisição.

Quanto às fontes de recursos utilizados para as compras, é possível verificar a importância das transferências estaduais e federais bem como do tesouro, conforme destacado a seguir.

**Figura 143 – Distribuição das fontes dos recursos utilizados para compras municipais de produtos alimentares relacionados à educação em Araraquara em comparação com a média estadual.**



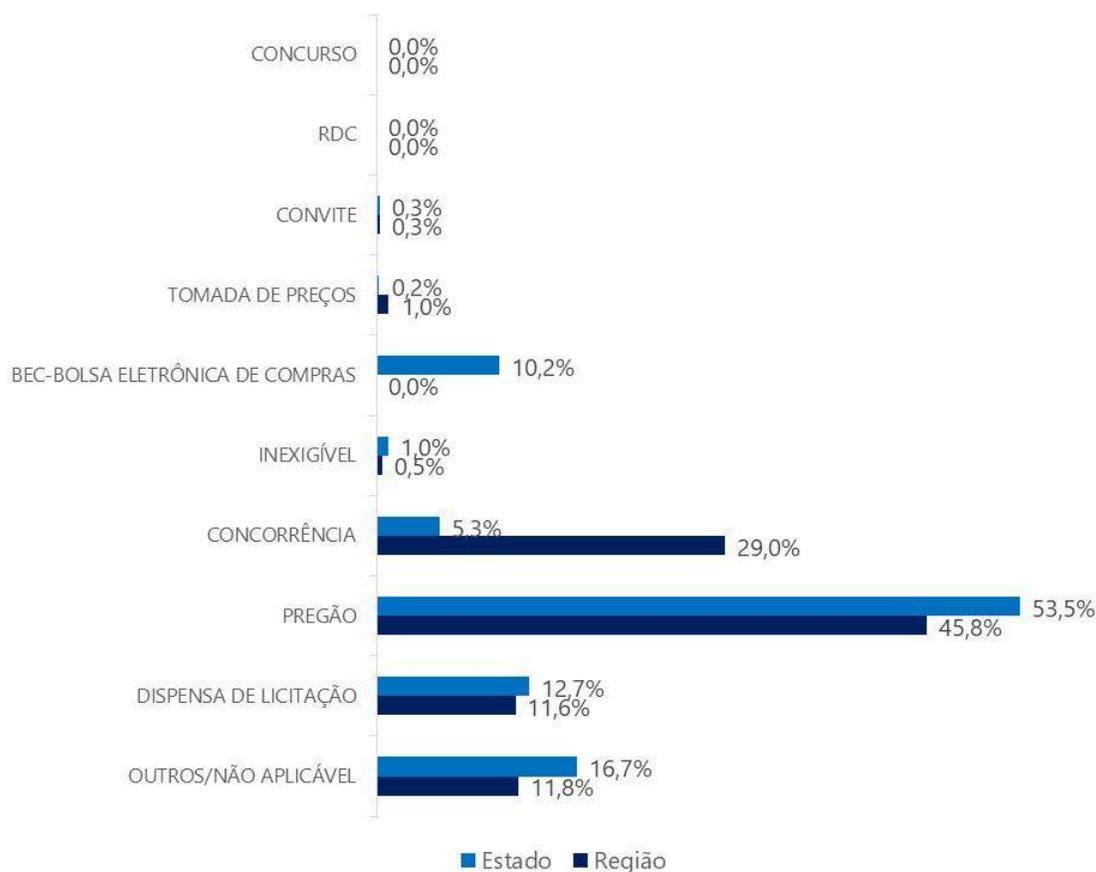
Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

A maior diferença entre a região de Araraquara e o restante do estado é observada na importância das transferências e convênios estaduais e do tesouro, que são significativamente mais importantes regionalmente. Por outro lado, as transferências e convênios federais se mostram sub-representadas na região de Araraquara. Esta diferença revela o potencial para realização de convênios com a esfera

federal que possibilitem a aquisição de alimentos para a educação, uma vez que esta é uma fonte de recursos aparentemente subutilizada na região.

A última variável analisada se refere ao mecanismo utilizado para a aquisição de alimentos relacionados à educação, conforme apresentado a seguir:

**Figura 144 – Mecanismos de implementação de compras municipais de produtos alimentares relacionados à educação utilizados na região de Araraquara e no restante do Estado.**



Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

Os resultados apresentados na Figura 144 revelam a priorização do método de pregão – mecanismo que tende a otimizar o processo licitatório – ainda que este método seja menos utilizado na região de

Araraquara do que no restante do estado. Também há grande aderência regional ao modelo de concorrência, o qual é 447,2% mais utilizado na região (29,0%) do que no conjunto do Estado de São Paulo (5,3%).

Por outro lado, observa-se o não uso da Bolsa Eletrônica de compras na região de Araraquara, ante 10,2% na média estadual. Este fator revela a possibilidade de incremento na utilização desse mecanismo, que busca centralizar a relação entre prefeituras e fornecedores.

### 4.5.3 Considerações referentes às compras governamentais e à agricultura familiar

Nesta seção foram apresentados os resultados da pesquisa primária sobre Compras Governamentais e da Agricultura Familiar, com perfil de respondentes composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Dentre os gestores, 38,2% autodeclararam-se empreendedores e 67,7% afirmaram ter empreendedores na família, o que mostra como esta característica está correlacionada com a gestão municipal.

Além disso, quase a totalidade dos municípios (97,7%) faz uso do *site* da prefeitura para dar publicidade à gestão das compras, e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de 1/3 afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% das cidades afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Outro ponto importante é a indicação de que 86,4% das cidades fazem algum tipo de planejamento anual de compras, com uma grande parcela também fazendo cursos de atualização e capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, temos uma análise sobre a composição da merenda das crianças. A maior parte das cidades tem presença de produtores

familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de Araraquara é perceptível o espaço para evolução no processo de compras, em especial devido ao alto índice de compras realizadas por meio de dispensa de licitação. Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação é possível observar o alto índice de uso de concorrência bem como do pregão eletrônico, o que é positivo. No entanto, tem-se a não aderência à bolsa eletrônica de compras. Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.

## 4.6 Inclusão Produtiva

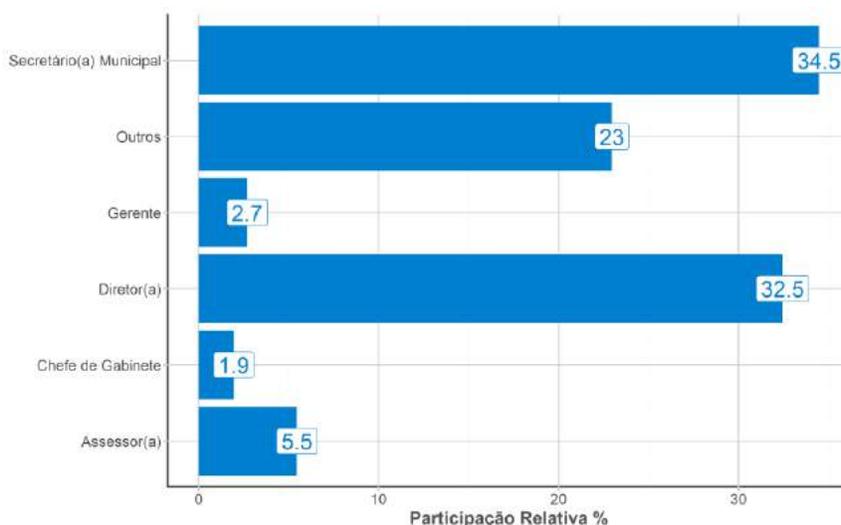
Políticas públicas de inclusão produtiva são voltadas para implementar iniciativa que visem a inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da economia solidária. Dentre as ações que buscam atender esse objetivo estão aquelas que apoiam microempreendedores e cooperativas de economia solidária, a oferta de qualificação profissional e a intermediação de mão de obra. Dessa forma, buscam reduzir a vulnerabilidade e a exclusão social de segmentos de trabalhadoras e trabalhadores que não conseguem gerar alternativas de emprego e renda. Por meio de propostas oriundas do poder público, o objetivo é promover políticas públicas que ampliem o leque de possibilidades para elevação da renda e do bem-estar de setores da sociedade com dificuldades de encontrar colocação formal no mercado de trabalho.

### 4.6.1 Perfil dos respondentes

A distribuição dos respondentes por cargo ocupado é sempre uma informação importante, ainda que de difícil inferência em si mesma. Contudo, dado que os municípios possuem diferentes portes populacionais, o mais provável é que nas pequenas cidades, a área responsável por essas políticas possua menor hierarquia (diretoria). Já nas localidades maiores, geralmente uma secretaria assume a

gestão dessas iniciativas. De toda forma, vale aprofundar-se em estudos posteriores a análise do perfil específico dessa área nos municípios paulistas.

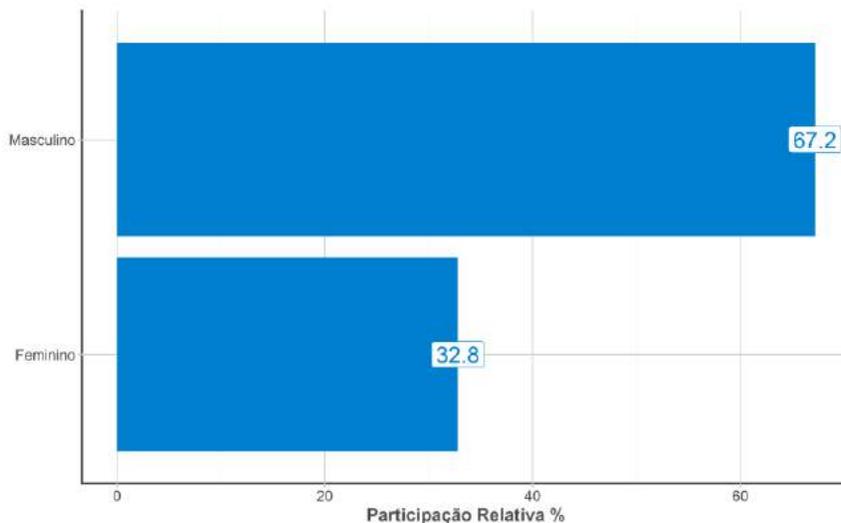
**Figura 145 – Cargo ocupado na Prefeitura Municipal.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição por gênero reflete uma realidade da gestão pública brasileira: cargos gerenciais seguem sendo ocupados majoritariamente por homens, embora um pouco menos pronunciada do que na área de associativismo e cooperativismo.

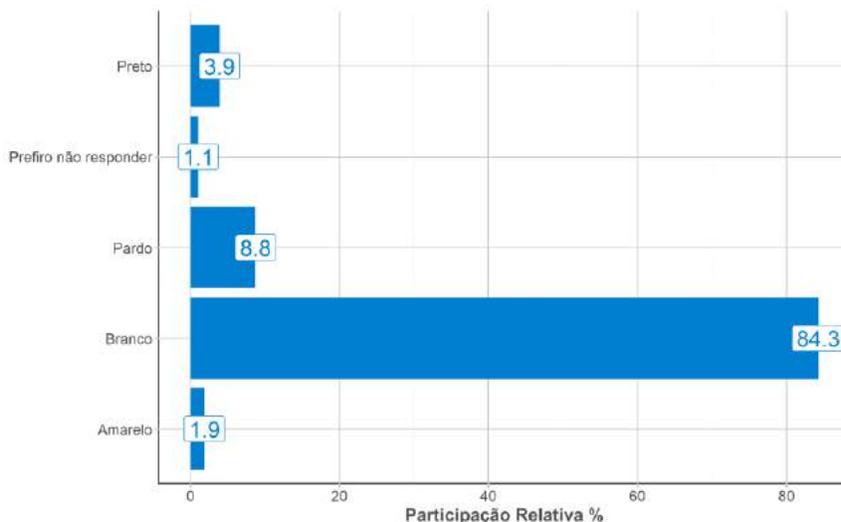
Figura 146 – Gênero.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos cargos gerenciais pelo critério de raça reproduz uma realidade típica da gestão pública brasileira: negros são o segmento amplamente mais excluído dessa possibilidade.

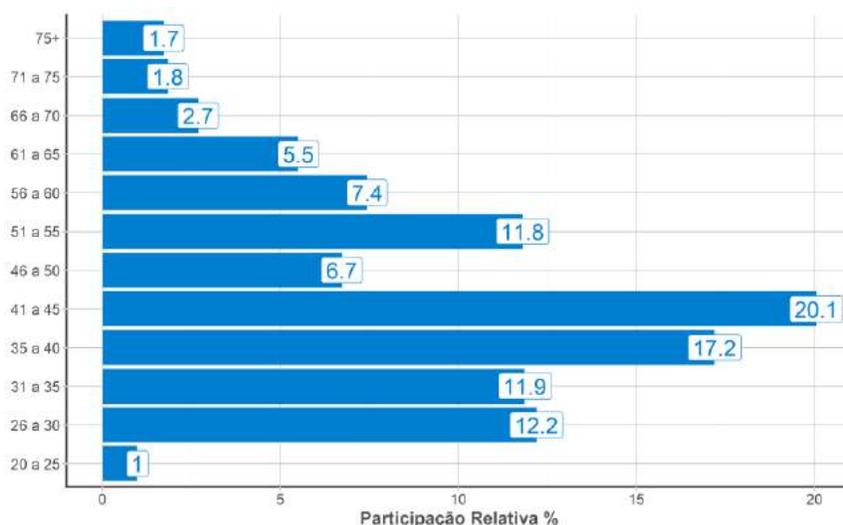
Figura 147 – Raça/Cor autodeclarada.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos respondentes por faixa etária mostra que: a) cerca de 37% são profissionais cuja idade varia de 35 a 45 anos; b) 24,1% possuem entre 26 e 35 anos; c) 18,5 % possuem de 46 a 55 anos; d) cerca de 18% possuem mais de 50 anos. Em resumo, o perfil etário predominante é relativamente jovem (61% dos gestores possui até 45 anos), o que pode ser um indicativo de mais fácil implantação de inovações nesse campo de políticas públicas.

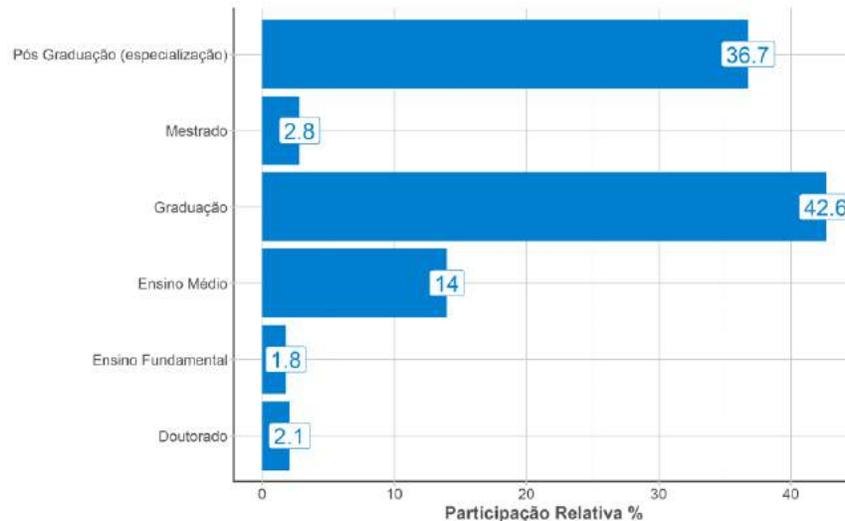
**Figura 148 – Faixa etária.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A escolaridade dos gestores indica uma formação majoritária com graduação ou especialização (79,3% do total). Por outro lado, 16% possuem ensino fundamental ou médio. Escolaridade não é pré-requisito para ser um bom gestor, mas conhecimento acadêmico costuma ser um instrumento importante para a formulação de políticas públicas. Por fim, 5% dos gestores possuem mestrado ou doutorado, números esses que estão em linha com a baixa prevalência dessa escolaridade na população brasileira.

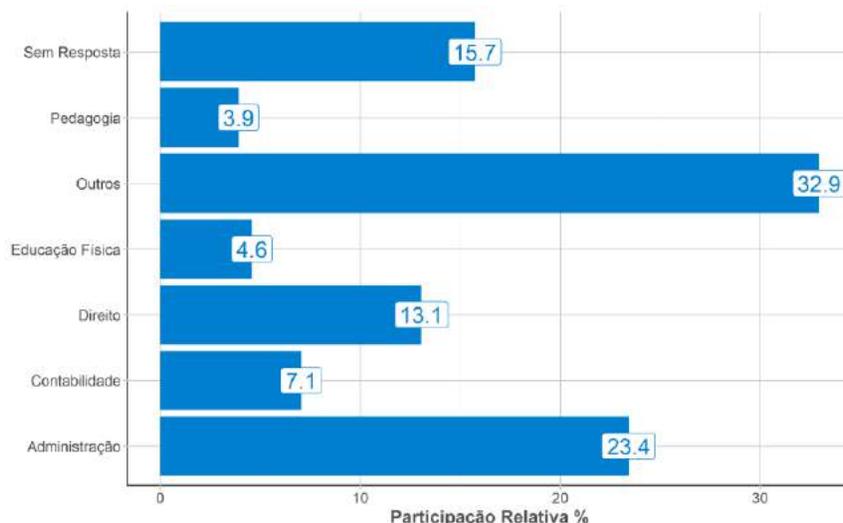
**Figura 149 – Escolaridade.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A formação acadêmica dos gestores indica uma predominância de cursos de Administração, seguidos de Direito e Contabilidade. A primeira área parece ser a mais alinhada com o tema da inclusão produtiva. No entanto, não se observa nenhum gestor com formação específica em alguma área de gestão pública.

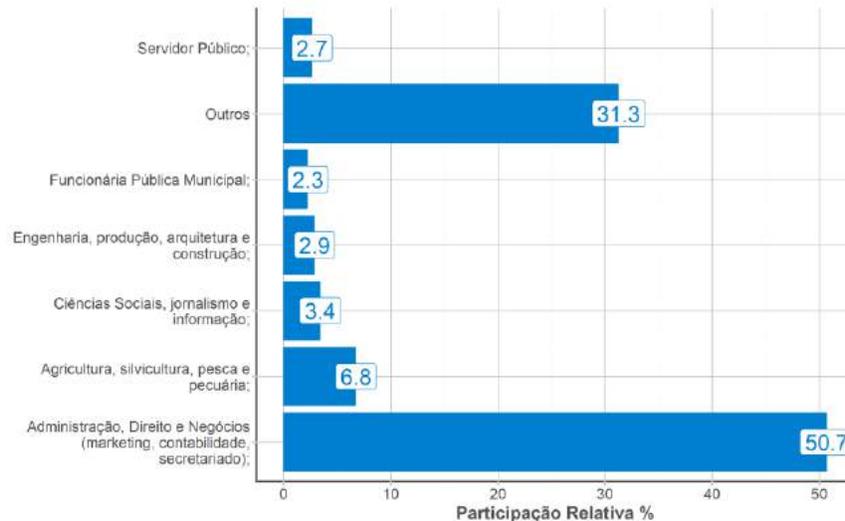
**Figura 150 – Formação acadêmica.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Como se observa, as áreas predominantes de atuação profissional coincidem com aquelas de formação acadêmica (administração, direito e contabilidade). Chama a atenção que pouquíssimos são servidores públicos (5%), o que parece indicar que os gestores são cargos de livre provimento. Por fim, as chamadas ciências humanas igualmente pouco figuram. Isso se mostra relevante porque os temas da inclusão produtiva costumam estar associados a políticas públicas voltadas a segmentos mais vulneráveis que, em geral, são mais alinhados a essa área do conhecimento.

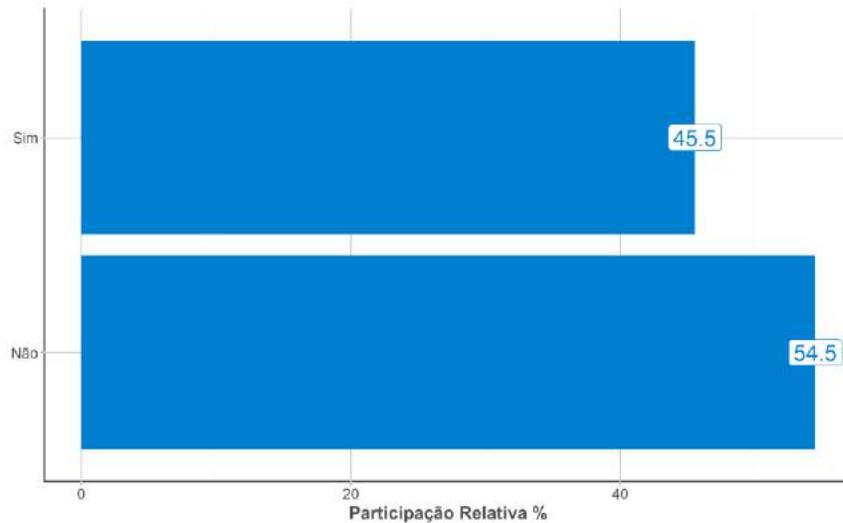
**Figura 151 – Profissão ou atividade profissional.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

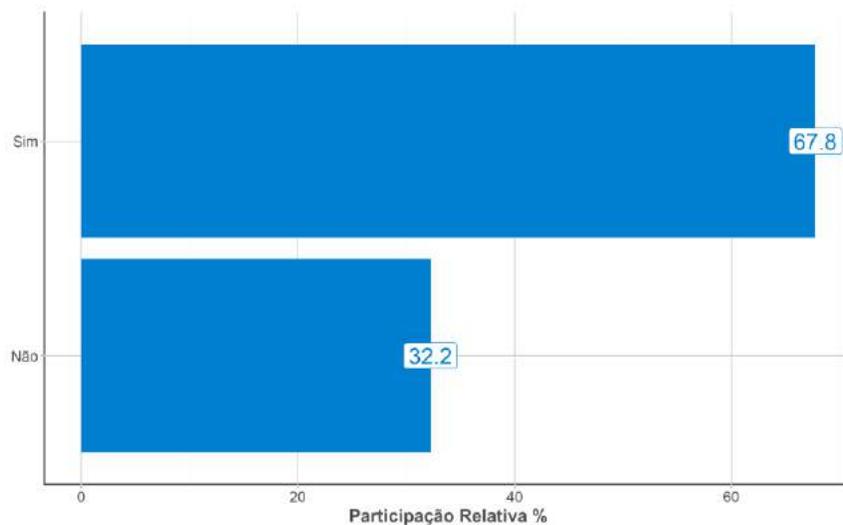
Por fim, ainda a respeito do perfil dos respondentes, destaca-se a menor atuação empreendedora entre os gestores, limitada a 45,5% do total. Curiosamente, no entanto, esse padrão se inverte quando questionados sobre a existência de empreendedores em seu círculo familiar, uma vez que 67,8% responderam afirmativamente à questão.

Figura 152 – Empreendedor.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 153 – Tem empreendedor na família.

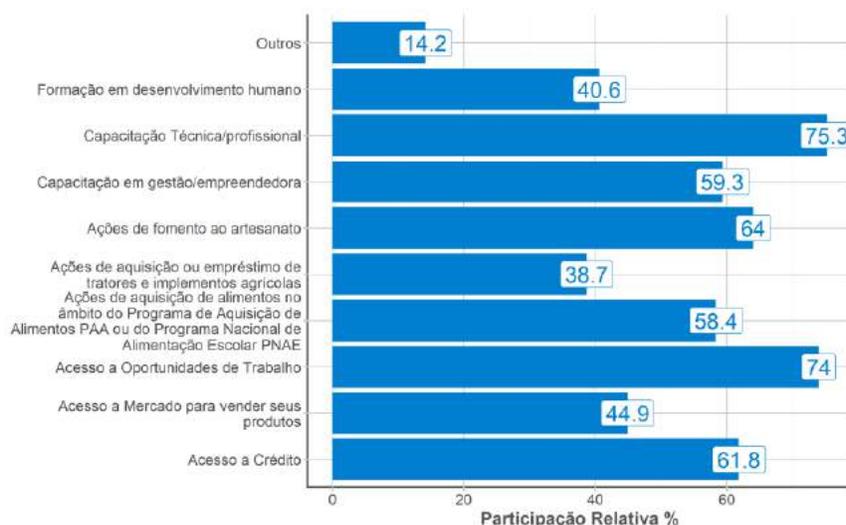


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

## 4.6.2 Abrangência

Observando-se as políticas implementadas: (i) das três voltadas à capacitação prevalece aquela orientada à formação técnica e profissional, seguida das habilidades de gestão e empreendedorismo e, em último lugar, da qualificação em desenvolvimento humano; (ii) ações para geração de trabalho predominam sobre fomento ao artesanato; (iii) estímulo ao escoamento de produtos e compras públicas: acesso ao mercado predomina sobre compras no âmbito do PNAE ou PAA; (iv) fomento ao crédito: realizado por 62% das cidades e predominante sobre ações mais específicas de outras sobre empréstimos de tratores ou implementos agrícolas. Em resumo, tem-se como características dominantes das ações municipais a capacitação técnica e profissional, a geração de trabalho, o suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

**Figura 154 – Quais foram todas as ações de inclusão produtiva desenvolvidas pela prefeitura após 2017? (Marque todas as ações de inclusão realizadas)**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

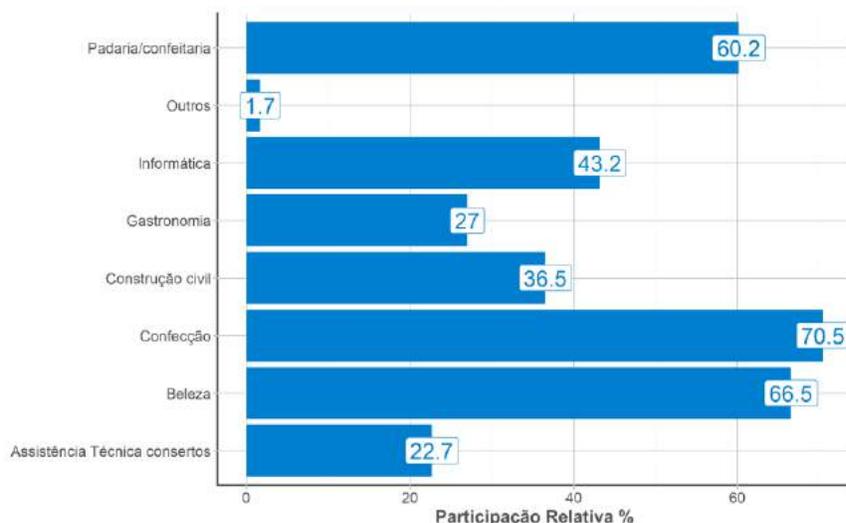
Em relação à população vulnerável, as atividades listadas a seguir foram consideradas como muito importantes para os seguintes percentuais dos gestores respondentes:

- ▣ 80,8% ações para regularização de documentos;
- ▣ 86,6% ações para acesso a oportunidades de trabalho;
- ▣ 67,3% ações para acesso a mercado para vender seus produtos;
- ▣ 67,8% ações para acesso a crédito;
- ▣ 76,9% ações para conclusão dos estudos do Ensino Fundamental e Médio;
- ▣ 62,2% ações para acesso à cursos de Ensino Superior;
- ▣ 81,2% ações para capacitação técnica e profissional;
- ▣ 69,3% ações para capacitação em gestão empreendedora;
- ▣ 70,4% ações para formação em desenvolvimento humano;
- ▣ 54,9% ações para assistência jurídica;
- ▣ 60,6% ações para assistência psicológica; e
- ▣ 70,7% ações para o acesso a programas de transferência de renda (BPC, PBF etc.).

Claramente os cursos ofertados concentram-se, predominantemente, em três áreas: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades abrange tópicos como informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos.

Baseando-se apenas nesses dados descritivos não é possível a geração de inferências. Contudo pode-se sugerir caminhos possíveis para a atuação do SEBRAE-SP. O primeiro diz respeito a identificar se os cursos são organizados a partir da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou da demanda (são temas requeridos pela população). Se o levantamento indicar certa inclinação para a primeira opção, deve-se estudar a efetividade das iniciativas. O segundo caminho a ser investigado indicaria os motivos que levam ao fato de que – excluída construção civil – a maioria das ações são voltadas ao setor de serviços. O terceiro é que, a princípio, as capacitações enfatizam habilidades para atuação tanto como provedor de serviços ou microempreendedor quanto como assalariado. Esta pode ser uma frente de investigação complementar.

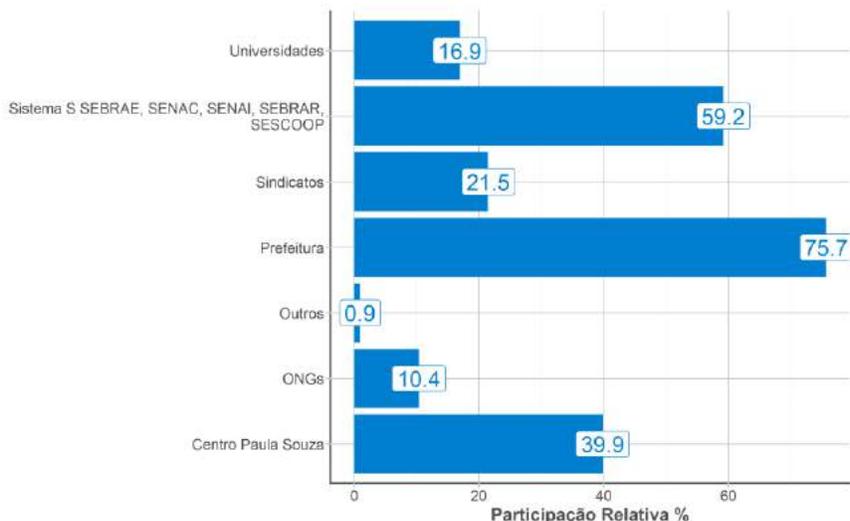
**Figura 155 – Quais vem sendo os temas dos cursos ofertados pela Secretaria ou órgão responsável pela inclusão produtiva na sua cidade?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Cinco são as observações que resultam do gráfico abaixo. A primeira é que a prefeitura é o órgão amplamente dominante na oferta desses cursos, o que parece indicar que a questão da inclusão produtiva é uma política pública inserida no rol de atividades dos governos locais. A segunda é a importância do Sistema S como parceiro, embora haja indícios de que as prefeituras atuem mais com seus recursos próprios do que com o suporte das entidades do Sistema S. A terceira é o papel menos proeminente do governo estadual, uma vez que menos de 40% das localidades indicam a atuação do Centro Paula Souza. A quarta é a baixa presença dos sindicatos, que em tese deveriam ser entidades alinhadas a essas atividades. A quinta refere-se à reduzida presença de ONGs, o que pode indicar tanto a sua baixa presença no território como a ausência de vínculos mais estruturados das prefeituras com essas organizações.

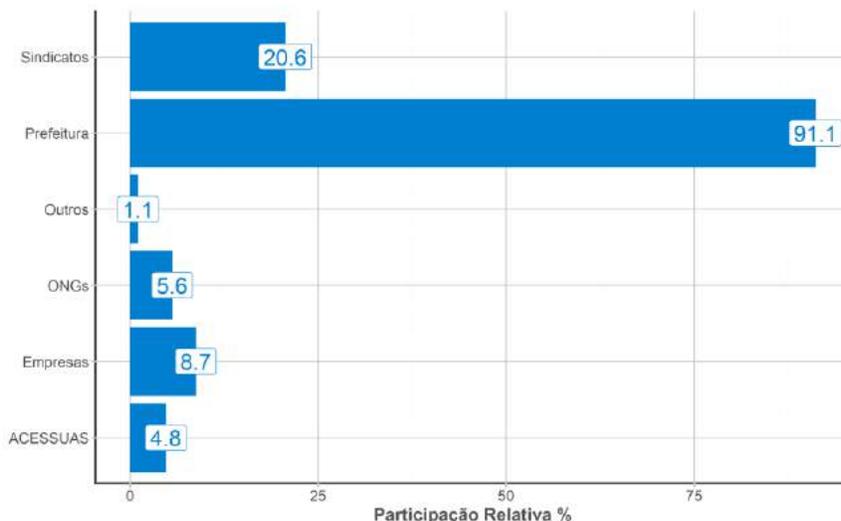
**Figura 156 – Em relação aos cursos desenvolvidos, eles vêm sendo ofertados por quais instituições?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Os dados do gráfico a seguir reforçam o enorme protagonismo das prefeituras na organização dessas atividades e o quanto essa política pública parece inserida na atuação dos governos locais. Ademais, se os sindicatos são menos ativos na provisão de curso, destacam-se como um parceiro mais atuante no apoio financeiro para garantir a presença dos interessados nos cursos. Vê-se que as empresas são atores que pouco apoiam, de forma que essa pode ser uma janela de oportunidade para a atuação do SEBRAE-SP. Em quarto lugar, nota-se a muito reduzida importância do ACESSUAS, algo que levanta a necessidade de que se investiguem de forma mais detida os porquês dessa baixa relevância.

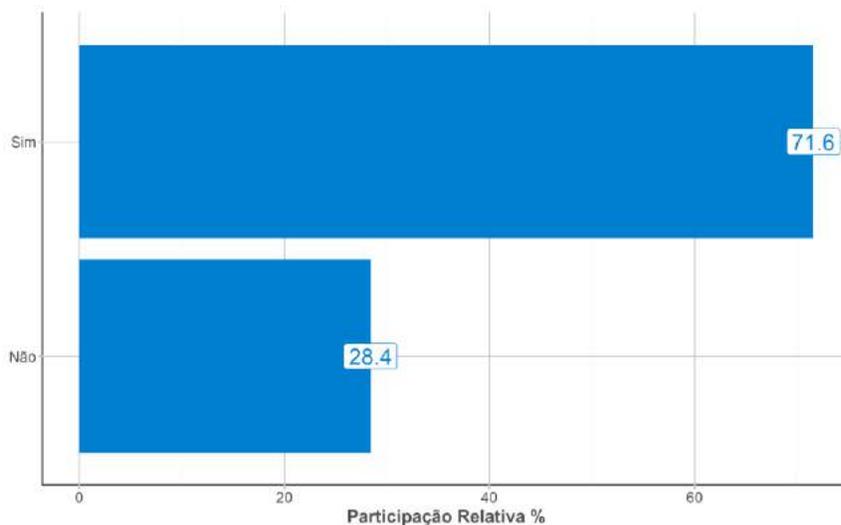
**Figura 157 – Em relação à fonte de financiamento das aulas pertencentes aos cursos de inclusão produtiva, qual vem sendo a origem de seus recursos?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

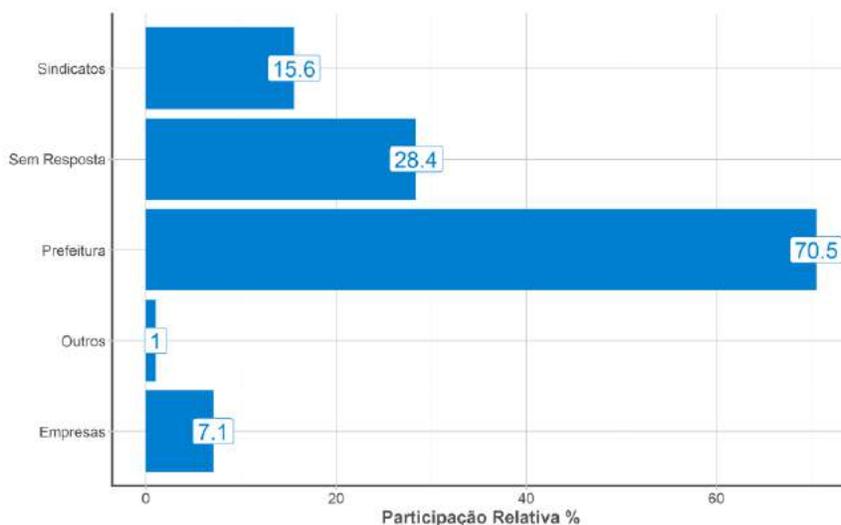
A Figura 158 e a Figura 159 confirmam o que já foi acima enfatizado: o poder público local é o principal provedor de recursos para custear as atividades de capacitação. Mais ainda, o órgão responsável por essas iniciativas em 71,6% dos casos dispõe de recursos, o que é um indicador positivo da prioridade que as ações assumem na gestão desses órgãos.

**Figura 158 – A Secretaria ou o órgão responsável dispõe de recursos para pagamento de custos para garantir a presença de público nos cursos de inclusão produtiva (como por exemplo, fornecimento de lanche e transporte).**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

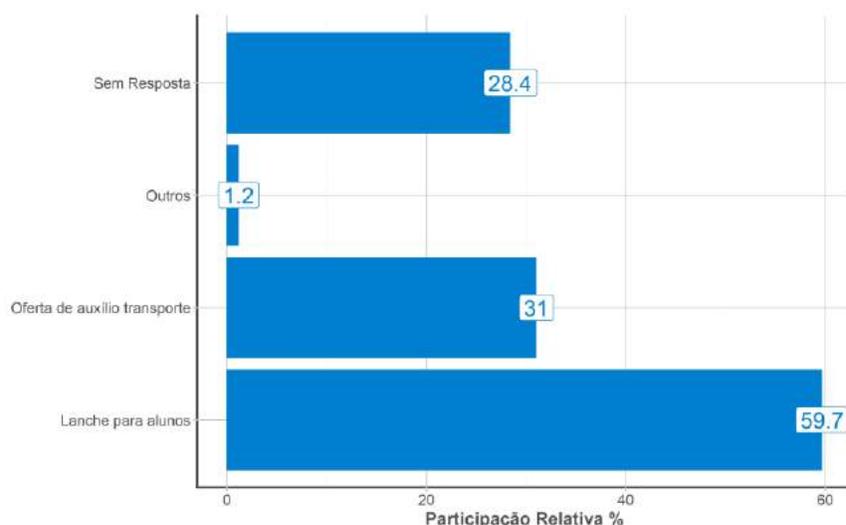
**Figura 159 – De quais instituições, entidades ou organizações provém esses recursos?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Chama atenção os quase 60% de cidades que pagam lanches contra os 31% que pagam pelo deslocamento dos alunos. A questão que merece ser mais bem investigada é se a não oferta de ambos em patamares similares pode prejudicar a frequência de alunos.

**Figura 160 – Que tipos de custos vêm sendo cobertos para garantir a presença de estudantes?**

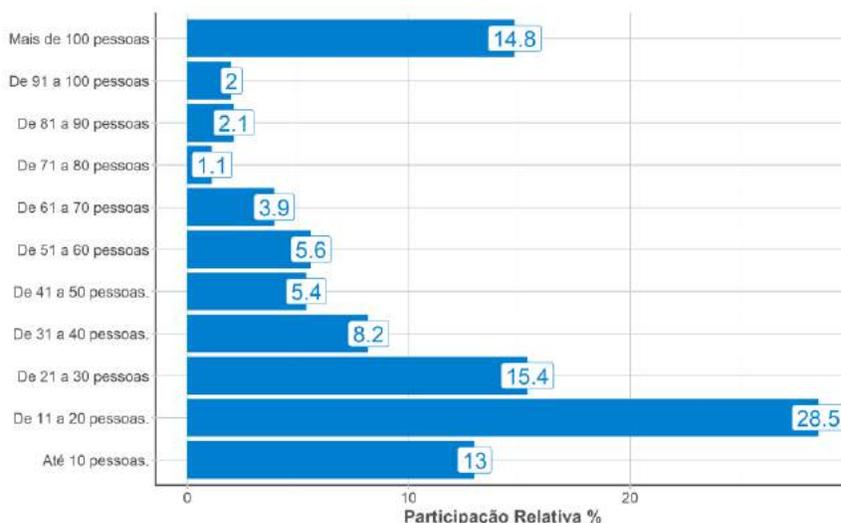


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Os números médios mensais de atendimento devem ser vistos com cuidado, mas buscando aproximações. A população média dos municípios paulistas é de 69,2 mil habitantes. A População Economicamente Ativa, em 2019, era de 35,7 mil e o seu desemprego em fevereiro de 2020 era de 12,1%<sup>19</sup>. Assim, se 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, isso representa uma parcela muito reduzida do público alvo potencial, apenas considerando um indicador bastante singelo. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Contudo, tomando os números médios como referência há um bom espaço para a expansão dessas atividades nos municípios, o que pode indicar bom caminho para as ações de assessoria do SEBRAE-SP.

<sup>19</sup> Fundação SEADE Disponível em: <<https://painel.seade.gov.br/evolucao-populacional/>>.

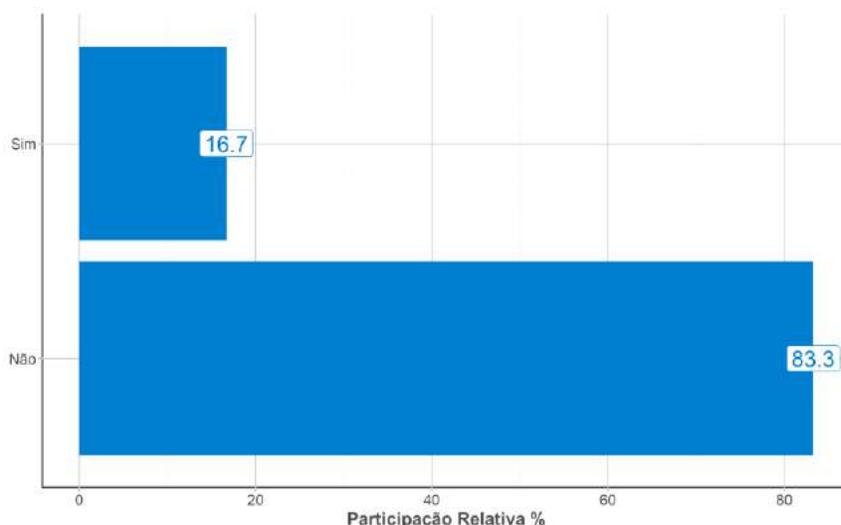
**Figura 161 – Em relação aos cursos de inclusão produtiva, em média, quantas pessoas são atendidas mensalmente?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Por fim, a Figura 162 mostra que a cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas quando se trata do ACESSUAS. A questão é saber se se trata de um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

**Figura 162 – A Prefeitura possui o ACESSUAS?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A maioria das cidades da região não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios da inclusão produtiva, o que pode reforçar o questionamento anterior: os cursos são organizados pelo lado da oferta ou da demanda?

**Tabela 36 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: estudos setoriais.**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>Existe algum tipo de estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico do município que tenha sido realizado no período entre 2015 e 2017</b>				
Sim	2	10,5%	99	15,3%
Não	14	73,7%	393	60,9%
Não Sabe Responder	3	15,8%	153	23,7%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

É significativo o número de cidades que desenvolvem ações de inclusão na região. No entanto, a participação municipal em ações para a geração de trabalho e renda é superior do que em projetos de

inclusão produtiva rural. Há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas.

**Tabela 37 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: ações realizadas.**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para a geração de trabalho e renda</b>				
Sim	13	68,4%	451	69,9%
Não	5	26,3%	135	20,9%
Não Sabe Responder	1	5,3%	59	9,1%
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva rural</b>				
Sim	6	31,6%	345	53,5%
Não	11	57,9%	225	34,9%
Não Sabe Responder	2	10,5%	75	11,6%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

A Tabela 38 mostra que a atividade mais importante trata da compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE e PAA. Na seqüência, destacam-se as ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos bem como a assistência técnica, o que se relaciona com o manejo da própria atividade agrícola e da gestão do empreendimento. Dentre as atividades menos presentes na região de Araraquara estão as (i) ações de doação de sementes ou matrizes de pequenos animais, (ii) as ações de fomento a atividades produtivas e (iii) as ações de incentivo para acesso ao crédito e ao seguro rural.

**Tabela 38 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área da inclusão produtiva rural.**

<b>Ações</b>	<b>Região</b>	<b>(%)</b>	<b>Estado</b>	<b>(%)</b>
<b>Ações, programas ou projetos desenvolvidos:</b>				
Ações de assistência técnica e extensão rural	4	66,7%	271	78,6%
Ações de fomento a atividades produtivas	1	16,7%	238	69,0%
Ações de incentivo para acesso ao crédito e ao seguro rural	1	16,7%	182	52,8%
Ações de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas	2	33,3%	249	72,2%
Ações de doação de sementes ou matrizes de pequenos animais	-	0,0%	66	19,1%
Ações de aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	5	83,3%	286	82,9%
Ações de aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros	3	50,0%	89	25,8%
Ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos (18)	4	66,7%	117	33,9%
Ações de fomento a empreendimentos coletivos rurais (associativismo, cooperativismo e economia solidária)	3	50,0%	224	64,9%
Ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos rurais (para formalização, melhora da produção, aspectos jurídicos e comerciais)	2	33,3%	163	47,2%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

**Tabela 39 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra.**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de qualificação profissional e intermediação de mão de obra</b>				
Sim	11	57,9%	437	67,8%
Não	7	36,8%	160	24,8%
Não Sabe Responder	1	5,3%	48	7,4%
<b>Ações, programas ou projetos desenvolvidos:</b>				
Ações de qualificação profissional	11	100,0%	416	95,2%
Ações de intermediação de mão de obra	7	63,6%	274	62,7%
Ações de mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional	9	81,8%	378	86,5%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

A qualificação profissional e a intermediação da mão de obra são atividades amplamente desenvolvidas, mas ressalta-se que 36,8% das cidades não possuem iniciativas nessa área. Essa pode ser uma questão que mereça maior atenção no suporte técnico do SEBRAE-SP junto às cidades da região, as quais podem ser identificadas na base de dados MUNIC IBGE.

**Tabela 40 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área da inclusão produtiva urbana.**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva urbana</b>				
Sim	7	36,8%	253	39,2%
Não	10	52,6%	299	46,4%
Não Sabe Responder	2	10,5%	93	14,4%
<b>Ações, programas ou projetos desenvolvidos:</b>				
Ações de fomento a empreendimentos individuais urbanos	7	100,0%	182	71,9%
Ações fomento a empreendimentos coletivos urbanos (Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária urbana e outros grupos não formalizados)	4	57,1%	156	61,7%
Ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos (para formalização, melhora da produção, aspectos jurídicos e comerciais)	5	71,4%	162	64,0%
Ações de incubação de empreendimentos	2	28,6%	87	34,4%
Ações de fomento ao artesanato	5	71,4%	225	88,9%
Ações de doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho	1	14,3%	61	24,1%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

O porcentual de cidades que realiza ações nessa área não chega a 40%, patamar semelhante ao de cidades que desenvolvem ações de inclusão produtiva rural. Fomento a atividades produtivas (artesanato ou empreendimentos individuais ou coletivos urbanos) assumem destaque. O segundo grupo são ações de apoio técnico ou de incubação de negócios, embora esse último seja menos relevante por exigir maiores investimento e recursos técnicos. O terceiro grupo são ações de apoio logístico como doação de equipamentos.

**Tabela 41 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área de crédito, microcrédito e seguro.**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de crédito, microcrédito e seguro</b>				
Sim	7	36,8%	385	59,7%
Não	11	57,9%	200	31,0%
Não Sabe Responder	1	5,3%	60	9,3%
<b>Ações, programas ou projetos desenvolvidos:</b>				
Ações para promover o acesso a microcrédito produtivo orientado (Programa CRESCER e/ou similar)	2	28,6%	87	22,6%
Ações de acesso a crédito por meio do Banco do Povo ou outras organizações congêneres	7	100,0%	373	96,9%
Ações de acesso a crédito do Proger urbano	1	14,3%	35	9,1%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

A grande maioria das cidades da região não desenvolve iniciativas na área de crédito, microcrédito e seguro (57,9% do total). Destaque para o fato de que todas as cidades da região que participam de ações na área dispõem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, é muito menos usual a existência de ações de acesso a crédito do Proger urbano, ainda que em nível superior ao restante do Estado de São Paulo (14,3% ante 9,1%).

**Tabela 42 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área de geração de trabalho e renda.**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de geração de trabalho e renda</b>				
Sim	9	47,4%	369	57,2%
Não	10	52,6%	215	33,3%
Não Sabe Responder	-	0,0%	61	9,5%
<b>Ações, programas ou projetos desenvolvidos:</b>				
Projeto(s) de apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários	7	77,8%	255	69,1%
Projeto(s) de apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária	6	66,7%	216	58,5%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

É representativo o número de cidades com ações na área de geração de trabalho e renda (47,4%), embora em patamar inferior ao restante do estado (57,2%). O foco das ações parece bem equilibrado ao incorporar tanto projetos de comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários quanto de apoio ao associativismo, ao cooperativismo e à economia solidária.

### 4.6.3 Considerações referentes à inclusão produtiva

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema da inclusão produtiva mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal.

O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. Como se observa as áreas predominantes de

atuação profissional coincidem com aquelas de formação acadêmica (administração, direito e contabilidade). Chama a atenção que pouquíssimos são servidores públicos (5%) e que a escolaridade dos gestores indica uma formação majoritária com graduação ou especialização (79,3% do total). A grande maioria dos profissionais que respondem pelas políticas de inclusão produtiva possuem empreendedores nas suas famílias (67,8%), mas mais da metade dos gestores não são empreendedores (54,5%).

A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a primeira, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa – por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. Resta saber se a causa é um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, o que representa parcela muito reduzida do público alvo potencial, quando considerado esse indicador bastante simples. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para que se identifiquem as possibilidades de apoio às prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva na região de Araraquara, a maioria dos municípios não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios dessa área. Destaca-se que a participação municipal em ações para a geração de trabalho e renda é superior do que em projetos de inclusão produtiva rural. Há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas.

No campo das ações de inclusão produtiva rural, as cidades investem mais na compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE e PAA, seguida de ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos bem como da assistência técnica, o que se relaciona com o manejo da própria atividade agrícola e da gestão do empreendimento.

Nas iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, atividade amplamente desenvolvida (57,9% das cidades), mas chama atenção que 36,8% das cidades não possuem iniciativas nessa área. Na área da inclusão produtiva rural, fomento a atividades produtivas (artesanato ou empreendimentos individuais ou coletivos urbanos) assumem destaque. O segundo grupo é o de ações de apoio técnico ou de incubação de negócios, embora esse último seja menos relevante por exigir maiores investimento e recursos técnicos. No terceiro grupo estão ações de apoio logístico como doação de equipamentos.



No contexto das ações de crédito e microcrédito, a grande maioria das cidades da região não desenvolve esse tipo de ação (57,9% das cidades). Destaque para o fato de que todas as cidades da região que participam de ações na área dispõem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, é muito menos usual a existência de ações de acesso a crédito do Proger urbano, ainda que em nível superior ao restante do Estado de São Paulo (14,3% ante 9,1%).

Por fim, nas ações de geração de trabalho e renda, sua existência é representativa nas cidades, mas 52,6% não possui iniciativas nesse campo. O foco das ações parece bem equilibrado ao incorporar tanto projetos de comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários quanto de apoio ao associativismo, ao cooperativismo e à economia solidária.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de Araraquara, mostram que se trata de uma política pública amplamente utilizada, ainda que existam diferenças entre as ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo, o que indica espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

## 5. Considerações Finais

---

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de Araraquara é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

- 1) Inicialmente, há que se ressaltar que todas as análises apresentadas ao longo deste relatório tomam por base uma região de porte modesto em termos do número de municípios que a compõe (19 cidades, ou 3,0% do total) mas menos expressiva quanto à participação de sua população no total paulista (632.718 habitantes, ou 1,4% do total paulista). Distributivamente, a população se encontra fortemente concentrada em seu maior município – Araraquara – onde vivem 37,3% dos moradores da região.
- 2) Importância de considerar-se a alta participação de pequenos municípios na região (42,1% até 10 mil habitantes), o que possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica. Nesse caso, o consorciamento e outras modalidades de associativismo podem ser ampliadas e qualificadas de forma a que se possa gerar economias de escala.
- 3) População com um nível de envelhecimento acima da média estadual (+15,2%). Há indícios, portanto, de que o processo de transição demográfica, caracterizado pela substituição de níveis altos de fecundidade e mortalidade por níveis mais baixos, possa estar em etapa mais avançada na região, o que afeta a disponibilidade da PEA, influencia a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional em áreas como saúde e assistência social.
- 4) Em termos da estrutura etária, as razões de dependência calculadas para a região de Araraquara e para o restante do estado são equivalentes. Entretanto, verifica-se sub-representação regional entre as mulheres e homens jovens (com idades inferiores a 25 anos) e sobrerrepresentação entre os grupos mais velhos. Tal característica não é irrelevante porque enquanto os idosos não mais voltarão a ser considerados membros do grupo em

idade ativa, os jovens passarão a sê-lo tão logo alcancem os 15 anos de idade e, com isso, sejam considerados, para fins estatísticos, aptos a integrar a força de trabalho.

- 5) Educação básica majoritariamente pública, mas com espaço para melhor aproveitar os recursos humanos de docentes que possuem menos alunos que a média estadual em todas as etapas dos ensinos fundamental e médio.
- 6) Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando a avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais. Vale ressaltar que, atualmente, existe oferta de cursos técnicos federais na região para apenas 7 dos 22 eixos temáticos. Dentre os cursos ausentes na região chamam a atenção os dos eixos agrícola e agroindustrial, dada a importância da agropecuária para a economia regional. Isso indica importante gargalo a ser preenchido com vistas ao desenvolvimento econômico e ao aumento da produtividade regional.
- 7) Qualidade do ensino é um tema relevante, considerando as notas do IDEB equivalentes à média estadual no ensino fundamental, porém levemente piores no ensino médio. Entretanto, a participação dos municípios com notas do IDEB abaixo da meta local é 77,6% superior na região, o que indica deficiência a ser corrigida. O consorciamento se apresenta como uma saída oportuna, visando a realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).
- 8) O ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a engenharia, produção e construção (+46,7%) e, especialmente, a agricultura, silvicultura, pesca e veterinária (+400,0%). É importante que se implementem políticas que aproveitem esse capital humano qualificado como indutor do desenvolvimento econômico regional principalmente dada a forte sobreposição entre a vocação regional à agropecuária e a preferência pela capacitação profissional a cursos relacionados à área.
- 9) Estrutura ambulatorial superior às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de atenção básica (+17,1%). Entretanto, a região se mostra subequipada na disponibilidade de respiradores, leitos de internação hospitalar e em UTI, o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de coronavírus. Diante do perfil mais envelhecido da população, a saúde pública parece ser uma área com desafios maiores, ainda mais considerando que será a demanda deve crescer no cenário pós-pandemia. O

consórcio se destaca como resposta essencial a ser construída ou aprofundada no enfrentamento dessa questão.

- 10) Os maiores descompassos região-estado nos indicadores de mortalidade ocorrem para dois grupos de enfermidades. Por um lado, as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (XIII), a despeito de terem maior incidência de internações na região (+62,4%), respondem por parcela menor das mortes (-41,9%), algo que pode sugerir êxito regional na recuperação do paciente internado por tais complicações. Por outro lado, doenças da pele e do tecido subcutâneo (XII) são superiores na região (+69,7%), o que poderia ser parcialmente explicado pela combinação de alta exposição à radiação solar e população mais envelhecida, e, portanto, com maior dano dermatológico acumulado ao longo da vida bem como menor resistência a enfermidades.
- 11) Vulnerabilidade social comparativamente menor em termos de população vivendo em extrema pobreza e IDHM equivalente à média estadual. Ainda assim, o PIB *per capita* é inferior à média estadual.
- 12) Assistência social se encontra proporcionalmente posicionada de modo adequado no quesito oferta de equipamentos públicos. A partir da análise da extrema pobreza na região, tem-se que a vulnerabilidade social é mais baixa. Também é mais baixa a penetração tanto do programa Bolsa Família quanto do auxílio emergencial quando os percentuais de beneficiários da região são comparados aos das demais áreas do Estado de São Paulo. Ainda assim, políticas de inclusão produtiva não deixam de ser importantes na região.
- 13) Há concentração de municípios nos grupos classificados pelo IPRS como equitativos e em transição, apesar da população, em sua maioria, residir em localidades classificadas como dinâmicas. Em contrapartida, ao se comparar com o estado, a população residente em municípios classificados como desiguais ou vulneráveis se mostra extremamente reduzida.
- 14) Existe disparidade econômica regional, o que indica que programas redistributivos visando equalizar essas diferenças podem ser políticas públicas importantes, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

- 15) Economia regional com forte presença das atividades de comércio e serviços (54,0%). Entretanto, apesar de majoritária, tal participação se mostra comparativamente inferior (-19,5%) àquela evidenciada pela média do conjunto do Estado de São Paulo. Por outro lado, estão em situação de superioridade ante a média paulista os setores da indústria (+17,9%), da administração pública (+32,5%) e, especialmente, da agropecuária, cuja participação na composição do valor agregado ao PIB regional supera em mais de 3 vezes a média paulista (+300,4%). A compatibilização das vocações agrária e industrial, evidenciadas pela comparação região-estado, revela possíveis caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento e potencializar e diversificar esses setores. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.
- 16) No campo do desenvolvimento econômico, ainda que a região seja vocacionada ao setor agropecuário, com sobrerrepresentação regional especial entre as lavouras temporárias e permanentes, também existem atividades economicamente importantes em outras áreas. Destaque importante é a fabricação de produtos têxteis, responsável por parcela expressiva dos vínculos formais de empregos e regionalmente sobrerrepresentada tanto no agregado da economia quanto entre as PMEs.
- 17) Participação maior de MEIs do que a média estadual nos setores agropecuário e industrial, mas proporcionalmente menor em serviços e comércio. Ações visando a qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão-de-obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária que indicam existir amplo espaço para incremento da oferta de cursos e atividades de educação profissional.
- 18) Informalidade mais baixa na região comparativamente ao restante do Estado, porém ainda com potencial de redução através da expansão dos MEIs tanto na atuação do SEBRAE-SP como das prefeituras.
- 19) Região caracterizada por alto associativismo entre produtores rurais (2ª maior taxa do estado). Entretanto, o patamar de 51,2% de associativismo mostra ainda existir caminho aberto para incentivar esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP seja pelos governos locais. De forma mais específica, sobretudo a agricultura

familiar mostra o potencial para o apoio técnico a esses produtores e para o campo das compras governamentais.

- 20) Governos local, estadual e federal com menor atuação comparada entre os provedores de assistência técnica agropecuária. Sistema S com atuação em nível ainda mais baixo como provedor mostra um espaço de crescimento dessas atividades junto às empresas. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo entre as cidades e o SEBRAE-SP, ao menos para diagnosticar demandas de apoio técnico.
- 21) A moderada penetração da assessoria técnica (59,3% dos estabelecimentos agrícolas) é ainda mais desafiadora para a agricultura familiar, a qual apresenta menores possibilidades de acesso à assessoria privada, justamente a principal fonte provedora de apoio técnico às atividades agrícolas observadas na região (38,4% do total financiada com recursos próprios).
- 22) Pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das MPEs, mas a região se viu menos afetada do que o restante do Estado de São Paulo. Isso é possivelmente explicado pela maior importância regional das atividades agrícola e da indústria de insumos básicos, uma vez que regiões com maior dependência do setor de comércio e serviços foram as mais afetadas pela situação sanitária. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.
- 23) Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com volumes semelhantes de receitas advindas dos governos federal e estadual, ao contrário do restante do Estado de São Paulo, mais dependente das receitas estaduais. Percentual de receitas próprias abaixo da média do estado. Claramente devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.
- 24) Melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge em função de a região gastar mais do que a média estadual (+13,7%), o que exerce pressão direta sobre a conformidade dos municípios aos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.

- 25) Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números são bem mais modestos. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.
- 26) Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.
- 27) De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP). Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.
- 28) O consórcio intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. Entretanto, a única temática em que a taxa regional supera a estadual é a cultural. Assim, para o SEBRAE-SP reforça a importância de ofertar apoio técnico para a instalação de consórcios e para capacitar as prefeituras para que sigam atuando e ampliem suas iniciativas como alternativa de geração de emprego e renda e de melhoria na oferta de seus serviços.
- 29) A presença expressiva de associações, cooperativas e grupos informais também indica a existência de espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.
- 30) Na região de Araraquara é perceptível o espaço para evolução no processo de compras, em especial devido ao alto índice de compras realizadas por meio de dispensa de licitação. A compra de alimentos destinados à educação aponta, no entanto, que apesar de que a dispensa de licitação também seja prática recorrente, os níveis mais elevados são de uso do pregão eletrônico e das concorrências, o que é positivo. Por fim, é possível observar espaço

para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.

- 31) Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.
- 32) Ações de inclusão produtiva, seja considerando-se a opinião média dos municípios paulistas, seja baseando-se em dados secundários da região de Araraquara, mostram que se tratam de políticas públicas amplamente utilizadas, mesmo que existam diferenças nos níveis de adoção das ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não dispõem de estudos ou diagnósticos sobre os desafios dessa área nem é desprezível o contingente daqueles em que tais ações não figuram como políticas públicas. Dessa forma, há ainda espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de fomentar e qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

## Anexo Único - Roteiros das Pesquisas Primárias Realizadas

---

São aqui apresentados os roteiros completos das pesquisas primárias realizadas junto aos 150 Municípios sorteados nas 28 regiões do Estado de São Paulo. As pesquisas foram elaboradas em dois blocos, sendo o primeiro similar para as três pesquisas e o segundo distinto, conforme tema de interesse.

**Bloco geral das pesquisas primárias, incluindo todas as questões relativas ao perfil dos respondentes**

Bloco 1 – Questões Gerais											
Informações Pessoais											
Cargo ocupado na prefeitura Municipal											
Secretário(a) Municipal		Diretor(a)		Gerente		Assessor(a)		Outro			
Gênero											
Masculino			Feminino			Outros			Prefiro não responder		
Raça/cor											
Branco		Pardo		Preto		Amarelo		Indígena		Prefiro não responder	
Qual a sua faixa etária?											
20 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	41 a 45	46 a 50	51 a 55	56 a 60	61 a 65	66 a 70	71 a 75	75+
Informações profissionais											
Escolaridade											
Ensino Fundamental		Ensino Médio		Graduação		Pós Graduação (especialização)		Mestrado		Doutorado	
Qual é a área de sua formação acadêmica?				Qual a sua profissão ou atividade profissional?				Especifique a área em que você atua:			
Você é um empreendedor/a?						Você tem algum empreendedor/a na sua família?					
Sim						Não					

Elaboração FGV

**Bloco específico da pesquisa primárias referente às compras governamentais e da agricultura familiar**

Bloco 2 – Questões Específicas					
Compras Governamentais					
O município utiliza alguma ferramenta específica para dar publicidade na gestão de suas compras? (Marque todas as ferramentas utilizadas).					
Portal privado de pregão	Portais públicos (como Codeagro, BEC, Comprasnet, por exemplo)	Diário oficial	Site da prefeitura	Não	Outra
De que forma a secretaria/órgão realiza a gestão dos seus contratos de compras públicas? (Marque todas as ferramentas utilizadas)					
Manualmente	Com apoio de softwares	Por meio de planilhas Excel	Não há gestão dos contratos	Outros	
O município faz planejamento anual das compras?					
Sim			Não		
Por que é feito o planejamento anual das compras?			Por que não é feito o planejamento anual de compras?		
O Município possui uma equipe fixa responsável pelas compras?					
Sim			Não		
Por que o Município possui uma equipe fixa responsável pelas compras?			Por que o Município não possui uma equipe fixa responsável pelas compras?		
De que forma a secretaria/órgão mantém a equipe de compras atualizada/capacitada? (Marque todos os recursos utilizados)					
Cursos próprios realizados pela secretaria/órgão	Cursos realizados por terceiros	Por meio de ferramentas digitais especializadas	Por meio de site especializado	Tribunal de Contas do Estado	Outros
Para cada uma das formas indicadas acima especifique o tipo de ação realizada.					
O município já realizou ações de incentivo à agricultura familiar?					
Sim			Não		
Que tipo de ações de capacitação já foram ou vem sendo realizadas?					
O município já publicou algum edital de aquisição prevendo os benefícios às MPEs?					
Sim			Não		

<b>É possível estimar a participação das MPes nos editais de aquisições e serviços à Prefeitura (em %) no último ano (2019)?</b>					
Menos de 10%	10% a 30%	30% a 50%	50 a 70%	Mais de 70%	Não sei precisar
<b>Liste até três principais dificuldades de seu município na realização de editais de compras voltados aos pequenos negócios?</b>					
Dificuldade 1:		Dificuldade 2:		Dificuldade 3:	
<b>O município possui cadastro atualizado dos empreendedores da localidade e região</b>					
Sim			Não		
<b>Quais os instrumentos utilizados para organizar esse cadastro? (Marque todos os instrumentos utilizados).</b>					
Página de cadastro no site da Prefeitura	Pesquisa presencial (fiscalização)	Gestão dos documentos de abertura de empresa no município		Censo	Censo
<b>Qual a periodicidade da atualização do cadastro?</b>					
Todos os anos	A cada 2 anos	A cada 3 anos	Superior a 3 anos	Nunca foi atualizado	
<b>O município compra algum alimento da merenda escolar de produtores familiares locais?</b>					
Sim			Não		
<b>Produtos regionais fazem parte do cardápio escolar?</b>					
Sim			Não		
<b>Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há frutas?</b>			<b>Quais frutas estão presentes no cardápio escolar?</b>		
<b>Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há vegetais?</b>			<b>Quais vegetais estão presentes no cardápio escolar?</b>		
<b>Além dos produtos regionais descritos anteriormente, há outros presentes no cardápio escolar?</b>			<b>Quais são os produtos?</b>		

Elaboração FGV

Bloco específico da pesquisa primária referente à inclusão produtiva

Bloco 2 – Questões Específicas			
Inclusão Produtiva			
Quais foram todas as ações de inclusão produtiva desenvolvidas pela prefeitura após 2017? (Marque todas as ações de inclusão realizadas)			
Acesso a Oportunidades de Trabalho	Acesso a Mercado para vender seus produtos	Acesso a Crédito	Capacitação Técnica/profissional
Capacitação em gestão/empreendedora	Formação em desenvolvimento humano	Ações de fomento a empreendimentos individuais urbanos	Ações fomento a empreendimentos coletivos urbanos (Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária)
Ações de incubação de empreendimentos	Ações de fomento ao artesanato	Ações de doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho	Ações de incentivo para acesso ao crédito e ao seguro rural
Ações de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas	Ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos	Ações de aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais	Ações de aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
O Município não realizou ações relativas à inclusão produtiva desde 2017			Outros
Para cada um dos itens selecionados acima especifique as ações de inclusão executadas pela prefeitura:			

Das opções abaixo listadas indique a sua importância para a população vulnerável na sua cidade?

1: Não é importante  
2: Tem pouca importância  
3: Tem alguma importância  
4: É razoavelmente importante  
5: É muito importante

Regularização de Documentos	Acesso a Oportunidades de Trabalho	Acesso a Mercado para vender seus produtos	Acesso a Crédito
Concluir estudos do Ensino Fundamental/Médio	Cursar universidade	Capacitação Técnica/profissional	Capacitação em gestão/empreendedora
Formação em desenvolvimento humano	Assistência jurídica	Assistência psicológica	Acesso a programas de transferência de renda (BPC, Bolsa Família, etc)

Quais vêm sendo os temas dos cursos ofertados pela Secretaria ou órgão responsável pela inclusão produtiva na sua cidade? (Marque todos os temas dos cursos ofertados).

Beleza	Confeção	Padaria/confeitaria	Gastronomia
Informática	Construção civil	Assistência Técnica (consertos)	Turismo

Em relação aos cursos desenvolvidos, eles vêm sendo ofertados por quais instituições? (Marque todas as instituições parceiras que vêm trabalhando com a prefeitura).

Universidades	ONGs	Sindicatos	Prefeitura
Sistema S (SEBRAE, SENAC, SENAI, SEBRAR, SESCOOP)	Centro Paula Souza		Outros

Em relação à fonte de financiamento das aulas pertencentes aos cursos de inclusão produtiva, qual vem sendo a origem de seus recursos? (Marque todas as origens de recursos que vêm sendo utilizados).

Prefeitura	ONGs	Empresas	Sindicatos	ACESSUAS	Outros
Sim			Não		

A Secretaria ou o órgão responsável dispõe de recursos para pagamento de custos para garantir a presença de público nos cursos de inclusão produtiva (como por exemplo, fornecimento de lanche e transporte)?

Sim			Não		
-----	--	--	-----	--	--

De quais instituições, entidades ou organizações provém esses recursos? (Marque todas as entidades que vêm colaborando com recursos).

Prefeitura	ONGs	Empresas	Sindicatos	Outros
------------	------	----------	------------	--------

Que tipo de custos vem sendo cobertos para garantir a presença de estudantes? (Marque todos os custos que vêm sendo cobertos).

Oferta de auxílio transporte	Lanche para alunos	Outros
------------------------------	--------------------	--------

Em relação aos cursos de inclusão produtiva, em média, quantas pessoas são atendidas mensalmente?

Até 10 pessoas	De 11 a 20 pessoas	De 21 a 30 pessoas	De 31 a 40 pessoas	De 41 a 50 pessoas	De 51 a 60 pessoas
De 61 a 70 pessoas	De 71 a 80 pessoas	De 81 a 90 pessoas	De 91 a 100 pessoas	Mais de 100 pessoas	

A Prefeitura possui o ACESSUAS?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

Indique o quanto os itens abaixo representam resultados obtidos por meio das ações do ACESSUAS:

1: Não foi um resultado verificado  
5: Foi um resultado significativo

Inclusão no mercado de trabalho através de emprego formal	Inclusão no mercado de trabalho através de emprego informal	Inclusão no mercado de trabalho através de empreendedorismo	Capacitação técnica do aluno
---	---	---	------------------------------

Especifique outros resultados obtidos por meio das ações do ACESSUAS:

Em média, quantas pessoas são atendidas mensalmente por meio das atividades do ACESSUAS?					
Até 10 pessoas	De 11 a 20 pessoas	De 21 a 30 pessoas	De 31 a 40 pessoas	De 41 a 50 pessoas	De 51 a 60 pessoas
De 61 a 70 pessoas	De 71 a 80 pessoas	De 81 a 90 pessoas	De 91 a 100 pessoas	Mais de 100 pessoas	
Indique o quanto os itens abaixo representam desafios observados nas ações do ACESSUAS:					
1: Não foi verificado					
5: É um desafio significativo					
Garantir a frequência/ acesso dos alunos aos cursos	Oferecer cursos adequados às necessidades do aluno	Oferecer cursos que respondam às necessidades do mercado de trabalho local	Favorecer o aproveitamento do aluno	Promover a inclusão no mercado de trabalho	
Solicitar os recursos do governo federal	Desconhecimento do programa pela gestão pública	Falta de pessoal	Falta de recursos	Prestar contas dos recursos federais	
Especifique outros desafios para as ações do ACESSUAS					
Cite até três desafios do município nas suas atividades de inclusão produtiva?					
Cite até três aspectos que facilitam as atividades de inclusão produtiva no município?					
Cite até três aspectos que dificultam as atividades de inclusão produtiva no município?					

Elaboração FGV

Bloco específico da pesquisa primária referente ao Associativismo e Cooperativismo

Bloco 2 – Questões Específicas							
Associativismo e Cooperativismo							
No seu município, existe uma área de Serviço de Inspeção Municipal?							
Sim				Não			
Qual o número de dias da semana que são realizadas feiras municipais (com ou sem o apoio da prefeitura)?							
1	2	3	4	5	6	7	Não há feiras
Existem cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) que trabalham com coleta e separação de resíduos no Município?							
Sim				Não			
Qual o número de cooperativas trabalhando com coleta e separação de resíduos existentes na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de associações trabalhando com coleta e separação de resíduos existentes na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de grupos informais (sem CNPJ) trabalhando com coleta e separação de resíduos existentes na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
A Prefeitura tem interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP junto a cooperativas, associações e grupos informais (sem CNPJ) para melhorar a gestão e a eficiência dos resíduos sólidos?							
Sim				Não			
Com quais desses grupos a Prefeitura tem interesse em trabalhar? (Marcar todos os grupos).							
Associações		Cooperativas			Grupos informais (sem CNPJ)		
Existem cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) de produtores rurais no Município?							
Sim				Não			
Qual o número de cooperativas de produtores rurais na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de associações de produtores rurais na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de grupos informais (sem CNPJ) de produtores rurais na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
A Prefeitura tem interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP junto a esses grupos para melhorar a gestão e eficiência dos produtores?							
Sim				Não			
Com quais desses grupos a Prefeitura tem interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP? (Marcar todos os grupos).							
Associações		Cooperativas			Grupos informais (sem CNPJ)		

Elaboração FGV

José Bento Carlos Amaral Júnior

Gerente Executivo

258 / 258

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

## 1156-20 Produto 2.13.pdf

Código do documento a4086c33-f5b2-422e-bdce-e5ae90020bb2



## Assinaturas



jose bento carlos do amaral junior  
jose.bento.amaral@fgv.br  
Assinou



## Eventos do documento

### 30 Oct 2020, 17:48:57

Documento número a4086c33-f5b2-422e-bdce-e5ae90020bb2 **criado** por SAULO DE OLIVEIRA GOMES (Conta f3f7b50a-adf7-4000-8940-ab3c3f893963). Email :saulo.gomes@fgv.br. - DATE\_ATOM: 2020-10-30T17:48:57-03:00

### 30 Oct 2020, 17:50:33

Lista de assinatura **iniciada** por SAULO DE OLIVEIRA GOMES (Conta f3f7b50a-adf7-4000-8940-ab3c3f893963). Email: saulo.gomes@fgv.br. - DATE\_ATOM: 2020-10-30T17:50:33-03:00

### 30 Oct 2020, 18:49:39

JOSE BENTO CARLOS DO AMARAL JUNIOR **Assinou** (Conta dbaec4dd-e51f-4dea-a5b6-5541d7372a7b) - Email: jose.bento.amaral@fgv.br - IP: 177.189.145.177 (177-189-145-177.dsl.telesp.net.br porta: 29724) - Documento de identificação informado: 037.347.748-10 - DATE\_ATOM: 2020-10-30T18:49:39-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):6759be8eb920714412a8d9656ace1ab49c3114147fd1dfa347413add0b4f182c

(SHA512):190e9dc83aaca3d7b38b6e83f7fcc031df27fca4353f9a278a9d311180ac22a748d164487189551f66a8861491d1c1e73d180e85747220cfc4a67761068a2c9d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**